

INTRODUÇÃO

Tráfico de mulheres e raparigas, homicídios por motivos de “honra”, assédio sexual e moral, infanticídio feminino, mutilação genital feminina, violência em situações de conflito armado, violações, prostituição forçada, homicídio conjugal, violência doméstica.

As diversas formas de violência praticadas contra mulheres e raparigas continuam a ser uma epidemia global que mata, tortura e mutila – física, psicológica, sexual e economicamente. É uma das pervasivas violações dos Direitos Humanos, que retira às mulheres e raparigas a igualdade, segurança, dignidade, auto-estima e o direito a gozar liberdades fundamentais (UNICEF, 2000).

De acordo com a United Nations Division for the Advancement of Women (2008), raparigas e mulheres entre 15 e 44 anos estão mais vulneráveis à violação e à violência doméstica do que ao cancro, acidente de viação, guerra e malária. A forma mais comum de violência sofrida mundialmente pelas mulheres é a física - em média, pelo menos uma em cada três mulheres sofre, ao longo da vida, este tipo de agressão, sendo coagida a interagir sexualmente ou abusada por um parceiro.

A violência contra as mulheres é um problema social, político e económico que diz respeito a todos/as e que não se coaduna com a democracia, extrapolando a liberdade e dignidade individual das mulheres e a igualdade coletiva. Não é, portanto, “... um problema de mulheres: é um problema dos homens, é um problema de toda a sociedade (...) O princípio da igualdade de mulheres e homens constitui um *sine qua non* da democracia e um imperativo de justiça social’ (Cruz, 2002).

Não há possibilidade de conciliação entre a democracia e a violência de género – exercida pelos homens contra as mulheres - que emerge no contexto de uma organização social sexista e androcêntrica: “os maus-tratos contra as mulheres derivam de um sistema social de valores e representações no qual as mulheres têm apenas o estatuto de dominadas. Esta análise sóciopolítica, que critica explicitamente a ordem social, é embaraçosa sobretudo para as sociedades democráticas” (Jaspard, 2007: 219).

Por representar também um fator de discriminação, a violência contra as mulheres leva ao constrangimento do exercício pleno da cidadania feminina. Nesta (des)ordem social, política e económica que não é justa nem democrática, as mulheres acabam por ter acessos limitados, possibilidades restringidas e potenciais sub-aproveitados ou completamente desperdiçados.

De entre as tantas formas de violação dos Direitos inalienáveis das Mulheres e do constante e sistemático processo de desempoderamento de que são alvo, este trabalho centra-se, pela sua prevalência e abrangência, numa das formas mais dramáticas e universais da violência contra as mulheres: a violência doméstica.

Além da violência doméstica ser, por si só, suficientemente terrível a ponto de justificar intervenções políticas, os custos associados a ela reforçam este argumento (Walby, 2009). violência gera não só custos individuais (nas vítimas e em agentes sociais relacionados/as) mas também sociais (por exemplo: custos com a Justiça, Saúde, serviços de apoio à vítima, Casas de Abrigo, etc) (Lisboa *et al.*, 2006).

Com uma perspectiva centrada na prevenção da re-vitimização interessa-nos, neste trabalho, evocar as narrativas das mulheres sobreviventes com o objetivo de perceber a forma como experienciam os respectivos percursos de reinserção social, assim como constrangimentos e potencialidades inerentes a este processo. Neste sentido, o período pós-Casa de Abrigo é crucial para esta análise, na medida em que constitui uma fase crítica de reestruturação e possível – e expectável - viragem na história de vida das mulheres sobreviventes, rumo a uma existência sem violências.

Assim, assumimos que o intervalo de tempo entre o final do acolhimento em Casa de Abrigo e o pós-Casa de Abrigo é crucial para a compreensão dos percursos de reinserção social das sobreviventes, uma vez que: 1) esta é a fase imediatamente anterior ao processo de reinserção social e que culmina nele; 2) a estada na Casa de Abrigo é um tempo e espaço de autonomização e empoderamento que pressupõe a preparação e planeamento estratégico de um projeto individual de reinserção social que permita às mulheres sobreviventes reestruturarem-se e avançarem com o seu projeto de vida.

Partindo desta problemática, põe-se-nos a seguinte questão: Quais são as necessidades das mulheres sobreviventes de violência doméstica, em Portugal, ao longo do percurso de reinserção social?

Para ir de encontro a esta questão de partida, o presente estudo foi estruturado e desenvolvido com o objectivo de perceber, através do olhar das mulheres sobreviventes e numa perspectiva horizontal, quais são as necessidades e constrangimentos com que se deparam ao longo do processo de reinserção social e refletir sobre a possibilidade, ou não, de optimização dos recursos humanos e institucionais de apoio à *vítima* atualmente disponíveis no âmbito do modelo português de atendimento.

Portanto, o nosso objeto de estudo não é de todo as Casas de Abrigo, mas sim as mulheres sobreviventes em processo de reinserção social em Portugal – apesar de reconhecermos a importância e impacto do trabalho desenvolvido pela/na Casa de Abrigo enquanto um catalizador e agente de mudança facilitador do percurso de reinserção social das sobreviventes.

Este estudo assenta numa perspectiva feminista e tem por conceitos centrais o género (uma vez que a violência aqui abordada é *genderizada*), a violência doméstica e a reinserção social. No contexto da epistemologia feminista crítica, empregamos a metodologia qualitativa enquanto paradigma de análise das entrevistas realizadas a quatro mulheres sobreviventes em processo de reinserção social. Optamos, portanto, por utilizar a Análise do Discurso, a fim de estimular a emergência das vozes destas mulheres, numa lógica de democratização do discurso, valorização das narrativas delas e rejeição da reprodução de relações de poder na prática discursiva.

Nos Capítulos I, II e III serão discutidas as considerações teóricas e conceptuais nas quais se baseia a dimensão empírica deste estudo. O Capítulo IV dedica-se ao enquadramento metodológico e o Capítulo V à apresentação e discussão dos resultados principais desta investigação.

Por fim, concluiremos sintetizando o percurso realizado e trazendo novos contributos para o conhecimento do processo de reinserção social das mulheres sobreviventes em Portugal, na expectativa de abrir caminho para pesquisas futuras, tendo em vista a concretização social do conhecimento produzido em benefício das mulheres.

I. As violências exercidas contra as mulheres – uma perspectiva feminista

“Não há feminismo que se refugie na generalidade e na abstracção: o único lugar onde pode nascer a minha consciência feminista é a minha condição de mulher.”
Maria de Lourdes Pintasilgo

Desde sempre, ao longo da História, mulheres e homens foram ocupando diferentes posições na sociedade e na família, nos domínios público e privado, em função de pressupostos de especialização, que naturalizavam e normatizavam vocações, preferências, potencialidades e *dons* de uns e outras (Anexo 1).

Este modelo de organização social nunca foi – nem se pretendeu – um projecto equitativo e igualitário. Ao contrário, segregou, marginalizou e discriminou o sexo dito frágil, numa lógica de jogos de poder e subalternidade. Ora, para que haja um sexo frágil, é necessário que exista o seu oposto - um sexo forte: presumidamente, o masculino. Como afirma Beauvoir (1975: 17), “a mulher sempre foi, senão a escrava do homem, pelo menos a sua vassala; os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições”.

Nesta perspectiva, elas e eles nascem homens e mulheres e, por consequência, os ditos lugares de cada um/a. A lógica relacional na qual emergem não é dialética, mas dicotómica. Ou seja, fundam-se em categorias duais que passam a assimétricas, dispostas verticalmente, tendo o homem e o masculino – enquanto os atributos do homem – como norma e referência, num paradigma claramente androcêntrico e patriarcal. Há, portanto, uma concepção Nietzscheana do “torna-te quem tu és”, uma predestinação, uma inevitabilidade.

A crítica feminista teve um papel central na contestação deste destino de todas/os nós através do questionamento e rejeição dos papéis tradicionais de género, assim como das características “naturalmente” atribuídas a umas e outros. É no seio deste debate que surge uma ruptura epistemológica e conceptual fundamental enquanto marca de transição e resignificação feministas: a substituição progressiva do conceito de sexo – já impregnado de uma série de valores e ideais acerca do ser-se homem/mulher, masculino/feminino e da sua componente biológica e anatómica – por género.

Esta releitura permite um esvaziamento simbólico dos pressupostos implícitos no conceito de sexo, criando espaço para o alegórico, liberando mulheres (e homens) de uma

inevitabilidade/restrrição biológica e criando um ambiente propiciador e acolhedor das suas possibilidades.

Assim, o conceito de sexo remete-nos a uma “identidade biológica das pessoas (...) às diferenças físicas do corpo, determinadas pela natureza” (Barroso, 2007: 33) e o de género a um sistema de “papéis sociais, valores, normas e modelos produzidos e reproduzidos socialmente ao longo do tempo, em cada contexto espacial” e que “correspondem a dimensões socioculturais que se edificam em cima das diferenças biológicas de sexo – homem e mulher” (Lisboa *et al.*, 2009).

Ora, o modelo de família patriarcal está diretamente relacionado à divisão e suposta especialização sexual da humanidade, que evoca diferenças anatômica entre mulheres e homens para justificar desigualdades sociais e simbólicas. A valorização hiperbólica dos atributos e do papel de género desempenhado pelo homem em comparação com a mulher, legitima a dominação dele e a inferioridade dela, numa lógica de assimetria de poder em que as mulheres surgem desinvestidas deste, ao contrário dos homens seus detentores e guardiões.

Poder é privilégio e, como tal, prescreve o favorecimento da parte interessada/dominante e justifica o abuso e exercício de poder sobre a parte dominante. O patriarcado é, neste sentido, um mecanismo de manutenção e legitimação do *status quo* e uma fonte de conflito de interesses:

“A ideia central do patriarcado é a representação da masculinidade através do domínio sobre a mulher, em que a virilidade é identificada como o poder do homem, o que, por sua vez, está intrinsicamente ligado à ideia de que é legítimo impor a autoridade sobre a mulher. Esta mentalidade considera as mulheres seres inferiores, que se podem usar, menosprezar e, enfim, maltratar.” (Magalhães *et. al.*, 2007:38)

Neste sentido, a violência contra as mulheres é a concretização de uma assimetria simbólica presente no imaginário coletivo, produzida e reproduzida social, histórica e culturalmente, baseada numa ideologia de supremacia do homem e do masculino. A igualdade só poderá ser alcançada através deste reequilíbrio de forças, de poderes.

As abordagens feministas chamam a atenção para o desempoderamento de que as mulheres são alvo, indicam que estes jogos de poder não o são *per se*, mas estabelecem-se a partir da categoria central de género, enunciam os mecanismos subjacentes a esta dinâmica social e rejeitam o discurso de culpabilização das mulheres (individual), apontando para a dimensão social e cultural enquanto território de ocorrência e perpetuação do fenómeno da violência. Apenas através da compreensão da interação destes elementos no tecido social, permeando as

interações entre atores e atrizes, é possível perceber como relações desiguais se transformam em violentas.

Através do *slogan* “o pessoal é político”, os movimentos feministas foram responsáveis pela desprivatização da violência familiar, num processo que, por um lado promovia a responsabilização coletiva pela prática de atos violentos na intimidade e, por outro, o consequente comprometimento coletivo com a sua extinção e exigência de criminalização (Neves, 2004). A história da visibilidade – e combate – da violência doméstica liga-se diretamente às pressões e reivindicações sócio-políticas dos movimentos feministas.

II. Violência Doméstica: um fenómeno genderizado, universal e com elevados custos individuais, sociais e económicos

De entre as diversas formas de violação dos Direitos inalienáveis das Mulheres e do constante e sistemático processo de desempoderamento de que são alvo, este trabalho centra-se, devido à sua prevalência e abrangência, numa das formas mais dramáticas e universais da violência contra as mulheres: a violência doméstica.

Por abarcar e fazer alusão a diferentes tipologias relacionais e situacionais, uma das definições mais completas e precisas do conceito de “violência doméstica”, pode ser encontrada no IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (Anexo 2):

“...o conceito de violência doméstica abrange todos os actos de violência física, psicológica e sexual perpetrados contra pessoas, independentemente do sexo e da idade, cuja vitimação ocorra em consonância com o conteúdo do artigo 152.º do Código Penal [Anexo 3]. Importa salientar que este conceito foi alargado a ex -cônjuges e a pessoas de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem co - habitação.”

A severidade e as consequências da vitimização por violência doméstica são de tal ordem que há escolas de pensamento que consideram a violência doméstica como uma forma de tortura, apontando que:

“depending on the severity and the circumstances giving rise to state responsibility, domestic violence can constitute torture or cruel, inhuman and degrading treatment or punishment under the International Covenant on Civil and Political Rights, and the Convention Against Torture and Other Cruel, Inhuman or Degrading Treatment or Punishment. It is argued that domestic violence involves the very four critical elements that constitute torture: (a) it causes severe physical and or mental pain, it is (b) intentionally inflicted, (c) for specified purposes and (d) with some form of official involvement, whether active or passive.” (Coomaraswamy, 2000: 10)

Determinados fatores sociais e culturais, complexos e interconectados, têm mantido as mulheres particularmente vulneráveis à violência que lhes é direcionada. Estes fatores são a manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres: instituição da família onde relações de poder são reforçadas, forças sócio-económicas, medo da e controlo sobre a sexualidade feminina, crença na superioridade inerente ao homem, legislação e sanções culturais que têm tradicionalmente negado às mulheres e crianças um estatuto jurídico e social independente (UNIFEM, 2000 – Anexo 4).

O impacto da violência doméstica na vida das mulheres e raparigas revela-se a vários níveis. Antes de mais, constitui uma negação dos direitos humanos fundamentais (vida, liberdade, integridade física e dignidade da pessoa) consagrados por instrumentos internacionais de direitos humanos (Universal Declaration of Human Rights, 1948; Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women – CEDAW, 1979; Convention on the Rights of the Child, 1989) (*idem*, 2000). É a concretização do poder simbólico e hegemónico dos homens sobre as mulheres, numa passagem do conteúdo latente para a sua expressão manifesta.

É também um fator de enfraquecimento sócio-económico na medida em que, ao desfavorecer o total envolvimento e participação das mulheres e raparigas na sociedade, os países estão automaticamente a desperdiçar metade do capital humano das suas populações (*ibidem*, 2000). E não só: a violência exercida pelos homens contra as mulheres tem o seu preço. Os custos económicos associados à violência doméstica são, por si só, um indicador dos prejuízos sociais e económicos resultantes desta realidade. Estudos realizados em diversos países demonstraram que o valor gasto em apenas um ano com a violência doméstica variou entre 1 bilhão de dólares e 5.8 bilhões de dólares (UNIFEM, citado por Kelly e Reagan, 2006 – Anexo 5).

Em “Prevenir ou Remediar: os custos sociais e económicos da violência contra as mulheres”, Lisboa *et. al* (2006) realizaram um inquérito sociológico a 1.503 mulheres residentes em Portugal Continental, com 18 anos ou mais, visando investigar os custos da prática de violência contra as mulheres em Portugal. Os resultados demonstram que os custos sociais e individuais apontam para a “quebra das redes sociais e interpessoais, absentismo escolar, dificuldades em promoções, dificuldades em arranjar emprego, despedimentos, assim como

custos variados com a saúde física e psicológica; alguns dos quais pondo em risco a vida das vítimas” (Lisboa, Barros & Cerejo, 2008).

Relativamente à saúde, as consequências são inestimáveis, devastadoras e, em alguns casos, irreversíveis. A um nível mais óbvio, a violência causa danos físicos que vão de deficiências permanentes, abortos, membros quebrados, cortes e contusões a morte. Nos crimes sexuais há risco de contaminação de HIV, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez forçada e persistentes problemas ginecológicos (Kelly & Reagan, 2006 - Anexo 6).

A nível psicológico, afeta mulheres e raparigas na sua percepção de si mesmas e do seu lugar no mundo; o abuso é uma mensagem que pode indicar que a mulher não está segura e, quando o agressor/violador é um parente ou parceiro, um profundo sentimento de traição da confiança torna-se presente. Não é “apenas” um ataque ao seu self, mas também nas suas conexões com outras pessoas (*idem*, 2006).

As consequências manifestam-se também em termos de limitação da participação e envolvimento das mulheres na comunidade e vida pública, restringindo suas escolhas, opções e comportamentos... sua plena cidadania:

“Women must decide: is it safe to travel alone? To walk alone? To attend a meeting? To challenge a statement or decision? They cannot occupy and use public space with the same freedom and ease as men and boys, and interpersonal relationships are frequently damaged by the threat and reality of abuse. Women often monitor their own behaviour, and are placed under surveillance by others in order to minimise the possibilities of abuse. Access to resources, especially economic ones, can mitigate some of these restrictions, but no woman is entirely safe from violence.” (Kelly & Reagan, 2006:18)

Um possível efeito/mecanismo social perverso da violência doméstica frequentemente consiste na culpabilização da mulher vítima e desresponsabilização do homem agressor - o que leva à re-vitimização das mulheres. Em “Culpa, eu?”, Madalena Barbosa (2008: 66) descreve esta (i)lógica:

“...Com certeza já toda a gente assistiu a este tipo de cena edificante: o menino, ou menina, anda correndo pela sala. Na alegria do movimento, esquece onde está e bate com a cabeça na cadeira. (...) Assiste-se então ao triste espectáculo, a mãe diz: “Má, feia cadeira que magoou o meu menino!” E bate na cadeira. (...) Não se lhe diz: “Tenha cuidado, olhe para onde vai, veja o que está na sua frente, não se esqueça de onde está.” Lição aprendida: a culpa é da cadeira, a consolação é a vingança. (...) Quando se trata deste tipo de crime, crimes de ódio e de género, baseados no sexo que uma pessoa ostenta ou na sua orientação sexual, é costume, brando costume, culpar-se a vítima. Normalmente mulheres, são culpadas por estar ali, por estarem assim vestidas, por não se defenderem como deveriam, por ter sorrido, ou por estarem sérias, por ter aceite uma boleia ou um convite para um copo. São culpadas e é esta a descendência de Eva. Isto é tanto mais óbvio quanto as manifestações populares o provam: a família do agressor defende-o acerrimamente, todos dizem “não vão estragar a vida ao homem por uma coisa destas” (coisa que é

estragar a vida a uma mulher). (...) A culpa é da amante e não do marido, esse que faltou à palavra, que mentiu, que enganou. Ou da circunstância: "Um homem não é de ferro." Que equivale a dizer que um homem não tem querer, nem vontade, nem capacidade de escolha. É antes governado por instintos. E por isso é um coitado. Não lhes estraguem a vida. Não têm culpa. A culpa é da cadeira""

A violência doméstica contra as mulheres e raparigas é um fenómeno universal com proporções epidémicas (Anexo 7), cujo perfil de risco de vitimização não é claramente identificável: atinge qualquer mulher, independentemente da sua idade, estatuto sócio-económico ou cultural (Flury *et al.*, 2010). Somos todas vítimas em potencial¹.

De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna 2010, de Portugal, foram registadas (em 2010) um total de 31.235 participações de violência doméstica pelas Forças de Segurança – 12.742 pela GNR e 18.493 pela PSP. No universo das 31.235 participações: cerca de 82% das vítimas eram do sexo feminino, com 25 ou mais anos de idade; cerca de 88% dos denunciados eram do sexo masculino, sendo 94% com 25 ou mais anos de idade; em 63% dos casos a vítima era cônjuge ou companheira e em 15% era ex-cônjuge ou ex-companheira. Os distritos que registaram mais participações foram, respectivamente, Lisboa (7.314), Porto (6.355), Setúbal (2.506), Aveiro (2.085) e Braga (1.838).

O Observatório de Mulheres Assassinadas (OMA) da UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta – refere os dados globais relativos ao ano de 2010, em Portugal: 43 mulheres assassinadas por violência doméstica e de género e 39 tentativas de homicídio².

Em 2010, a Comissão Europeia (European Commission's Directorate-General for Justice, Freedom and Security) solicitou ao Eurobarómetro uma pesquisa com o objectivo de medir como a violência doméstica contra as mulheres é percebida pela opinião pública nos 27 países

¹ Azevedo e Maia (citadas por Magalhães, Canotilho e Brasil, 2007) fazem uma distinção entre os conceitos de vitimação e vitimização. Para elas, o primeiro refere-se ao “processo de ‘alto risco’ para o que contribuem diversos factores, inclusive a conjugação da violência estrutural (económica, racista, homofóbica, de idade, de género, etc.)” (p. 31), e o segundo diz respeito “aos processos concretos onde este extremo de relação de força e poder se estabelece entre pessoas concretas” (p. 31). Neste trabalho não adotamos o conceito de vitimação por não o considerarmos operacional nem justificável, uma vez que não é possível identificarmos um perfil de risco em concreto. A utilização e opção pelo conceito de “vitimização” prende-se também objetivos políticos, sociais e linguísticos: evitar a segregação e ostracização de “certas” mulheres (reforço de estereótipos), unir as mulheres em torno das suas semelhanças e não dispersá-las com base nas suas diferenças (promover e incentivar o *sisterhood*) e denunciar a situação de pseudo- segurança em que as mulheres vivem.

² Disponível em

http://www.umarfeminismos.org/index.php?option=com_content&view=article&id=326&Itemid=126

membros. Foram entrevistadas/os 26.800 cidadãos/ãos europeus entre Fevereiro e Março de 2010 e a pesquisa revela que:

“98% of people are now aware of domestic violence across the EU; Awareness of domestic violence against women is very high across the EU, thanks to media such as television (92%), newspapers and magazines (59%) informing the vast majority of EU citizens about the problem; Domestic violence remains very common: one respondent in four across the EU knows a woman among friends or in the family circle who is a victim of domestic violence; One person in five knows of someone who commits domestic violence in their circle of friends and family (21%); Women are more likely than men to know a woman who has suffered from domestic violence. They are also more likely than men to be aware of people who commit this crime, and more likely to view the problem seriously and to advocate tougher penalties for those responsible; 78% of Europeans recognise that domestic violence is a common problem”

Entretanto, sabemos que apesar dos dados oficiais (estatísticos) serem uma mais valia no sentido de informarem o quanto a violência de género é formalmente relatada e registada, são um fraco indicador da extensão da violência contra as mulheres e raparigas, uma vez que esta é sub-relatada (a maior parte das mulheres não reportam agressões) e sub-registada (os casos reportados muitas vezes não são registados – nem reconhecidos – como crime pela polícia) (Kelly & Regan, 2006).

Por outro lado, apesar de haver um maior conhecimento social do fenómeno da violência doméstica e mesmo o seu reconhecimento como um problema, como demonstra a pesquisa do Eurobarómetro, sabemos também que a resposta social comunitária e dos/as pares no sentido da denúncia e não legitimação é ainda escassa e insuficiente e, outras vezes, é mesmo legitimadora

Os media, por exemplo, enquanto agentes formadores da opinião pública, têm sistematicamente corroborado para a manutenção de estereótipos ligados à vitimização das mulheres. Berns (2001) conduziu um estudo em que pretendeu perceber a forma como os artigos de algumas revistas masculinas e políticas, entre 1970 e 1999, retratavam a violência doméstica.

Através de uma análise qualitativa, a autora concluiu que há nos media um discurso político que obscurece a violência masculina e coloca o peso da responsabilidade sob as mulheres. Berns chamou esta perspectiva de resistência patriarcal, cujas estratégias discursivas centrais são a *degenderização* do problema e a *genderização* da culpa. Para Berns, estas estratégias desempenham um papel fundamental de resistência às tentativas de situar o problema da violência doméstica no contexto patriarcal, desafiando a construção feminista do problema

Três das maiores implicações deste discurso são: 1) normalização da violência; 2) desvio da atenção da responsabilidade dos homens e dos fatores estruturais e culturais que alimentam a

violência (*degendering the problem/gendering the blame*); e 3) distorções da violência feminina. Alguns exemplos de artigos encontrados por Berns em revistas masculinas são:

Domestic violence is neither a male nor a female issue – it's simply a human issue. (Penthouse, 1993)

Domestic violence is neither solely a men's nor a women's issue. Both sexes are involved in provoking and causing injury to each other. (Penthouse, 1996)

Domestic violence is not an either-or phenomenon. It is not either the man's fault or the woman's. It is a both-and problem. (Playboy, 1994)

Simmons, Lehmann & Collier-Tenison (2008) conduziram uma pesquisa com 2.135 mulheres vítimas em Casas de Abrigo a fim de verificar a existência (ou não) de alguma ligação entre os seguintes fatores: 1) uso/consumo que os respectivos agressores destas 2.135 vítimas faziam da indústria do sexo (pornografia e “strip clubs”); 2) comportamentos de controle que eles exerciam na relação com elas. Os resultados indicaram que os agressores que utilizam a indústria do sexo apresentam mais comportamentos de controle comparados aos agressores que não são adeptos deste consumo.

Como é evidente, a indústria do sexo tem sido e ainda é um domínio masculino, sexista, impregnado de estereótipos de gênero e modelos de relação subservientes, baseadas no poder patriarcal, na potência, na força e na virilidade. Neste sentido, certamente apresenta – e representa – um modelo identitário do masculino e do feminino, sendo o segundo objeto do primeiro. Ainda há um longo caminho a travar no sentido de lutas feministas político-visuais no que toca a contra-pornografia.

Conscientes de que a violência doméstica é um problema de todos/as, ao qual estamos todas expostas e do qual somos todas vítimas em potencial, a DAIP (*Domestic Abuse Intervention Project*) desenvolveu o “Coordinated Community Action Model” (McCue, 2008 - Anexo 8), que consiste num modelo de prevenção baseado numa resposta integrada, que envolve (e responsabiliza) diferentes setores da sociedade e, consequentemente, diferentes atores e atrizes.

Esta é uma abordagem estratégica eficaz pois, além de promover a sensibilização e informação do público em geral (sociedade civil) sobre o tema da violência doméstica, utiliza a pressão social resultante da mudança de mentalidades como mecanismo de desaprovação e sanção social desempoderadora dos agentes violentos (agressores) através da não-legitimação.

As chamadas *third parties* podem, assim, atuar a favor ou contra o reforço e aceitação da violência doméstica e do comportamento agressivo dos autores deste crime:

“As active agents, the role of third parties in gender-based violence is influenced by their own attitudes, beliefs, and worldviews about gender, violence, and relationships, their fears for their own safety, their loyalties or split loyalties, and the pressure they may feel from members of their social networks to intervene with or ignore instances of gender-based violence. Thus, network members as a whole are the source of ‘informal’ and ‘formal’ responses to gender-based violence.” (Klein, 2002:151)

Para Kelly (citada por Klein, 2002), o termo *informal responses* refere-se ao papel que amigos/as, parentes, vizinhos/as, colegas de trabalho e todos/as aqueles/as que não são considerados fontes formais ou sistemas de apoio, tais como “domestic violence projects, rape crisis centers, or the criminal justice and social welfare systems”. Por isso, a relevância de uma abordagem como o “Coordinated Community Action Model”, capaz de garantir uma resposta integrada que mobilize e responsabilize os atores e as atrizes sociais, a sociedade civil e o Estado.

É preciso perceber as dinâmicas *genderizadas* de poder e controlo inerentes a relações violentas, contestá-las e combatê-las, visando estabelecer interações igualitárias, empoderadoras e saudáveis. Afinal, *o amor não é cego*, nem surdo, nem mudo.

II. 1. Vítima ou sobrevivente

“Women and girls are not passive victims; they develop and use an extraordinary range of resistance and survival strategies.”
Kelly & Reagan, 2006

Tendo como ponto de partida a epistemologia feminista e a intervenção/investigação orientada para mudança social e empoderamento das mulheres, é-nos indispensável refletir acerca dos conceitos de vítima e sobrevivente com o objectivo de apontarmos a pertinência da utilização de um e/ou outro. Conforme aponta Dépêche (2006):

“a língua, como afirmava Saussure, é um sistema arbitrário, mas nem por isso accidental: ela é uma máquina que funciona conforme a conjuntura. Ela não pode ser uma pura e simples representação do mundo, pois ela também é intervenção em meio a esse mundo.”

O surgimento do conceito de “sobrevivente” não é aleatório. Pelo contrário, aparece como uma reação ao conceito de “vítima”, pela carga simbólica e todo estigma relacionado ao último. Foi precisamente por esta “contaminação” e parcialidade conceitual que algumas organizações de mulheres optaram por utilizar o termo “sobrevivente”: com a intenção de realçar a força, a coragem e a criatividade que as mulheres são capazes de revelar em momentos

adversos. Mesmo nos contextos mais extremos, é um equívoco ver mulheres e raparigas como vítimas passivas, uma vez que elas desenvolvem e empregam uma série de estratégias de resistência e sobrevivência (Kelly, 2009).

Hoff (citada por Monteiro, 2000) considera que o conceito de sobrevivente “reconhece explicitamente a vitimação e remete para o potencial de crescimento e desenvolvimento da pessoa que é alvo de abuso”, destacando assim as potencialidades das mulheres ao mesmo tempo em que desfoca a vitimização.

Em “Battle-scars: Long-term effects of prior domestic violence”, Evans (2007: 47) fala sobre a relação que as próprias mulheres sobreviventes têm com este conceito:

“Study participants [134 adult females who had experienced DV in an abusive relationship that had ended at least twelve months prior to participating in the research] draw empowerment from identifying as a ‘survivor’. They spoke of seeing this identification as part of a forward moving trajectory, complimenting the eventual integration of their survivor identity alongside their other identities as they evolved. Thus they were able to progress away from the abuse without being defined by it, and without fragmentation, whilst the identification legitimated the continuing impact of the long-term effects overall.”

Partindo de uma perspectiva feminista, Evans vai mais longe e questiona o motivo pelo qual o termo “sobrevivente” vem sendo ostensivamente utilizado para identificar veteranos de guerra, sobreviventes de campos de concentração ou pessoas que sobreviveram a traumas severos, sem maiores controvérsias; mas, quando o termo é aplicado às mulheres que experienciam violência doméstica no decurso de suas vidas, parece haver uma resistência (nitidamente patriarcal).

Young & Maguire (citadas por Evans, 2007) sugerem que “survivors of abuse often locate the victim and survivor labels as part of a continuum within a metaphorical journey away from the abuse”, o que nos faz pensar que cada um dos conceitos aponta para momentos de vida distintos no percurso entre a retirada de uma relação violenta (vítima - vitimização) e toda a trajetória que se desdobra a partir de então, rumo a uma vida sem violências, em que a mulher passa de vítima a sobrevivente.

Magalhães, Canotilho e Brasil (2007: 31) defendem que os conceitos de vítima e sobrevivente não são antagônicos nem excludentes, antes, nomeiam realidades diferentes e podem coincidir na mesma mulher, em momentos díspares ou simultâneos. Para as autoras, a pessoa vítima é aquela que “se encontra numa situação em que é agredida (...) não tem como se defender nem forma de pensar por onde fugir”. Destas, algumas conseguem sobreviver a estas

circunstâncias, sendo relevante percebermos as formas e processos de sobrevivência e os recursos e capacidades das mulheres para se recuperarem. Entretanto, as autoras chamam a atenção para o fato de que “a noção de vítima é também crucial, primeiro porque nem todas têm os mesmos recursos (emocionais ou outros) e não podem ser culpadas por isso; segundo, porque é necessário que a sociedade no seu todo assuma e combata este problema social...” (2007: 38).

Apesar de utilizar o termo sobrevivente em algumas ocasiões, Maria (citada por Magalhães, Canotilho e Brasil, 2007) sinaliza que a utilização do termo vítima ainda se faz necessária por conta do seu uso jurídico. Este aspecto merece especial atenção pois, de fato, para que as pressões políticas e institucionais dos movimentos feministas sejam mais efetivas é preciso adotarmos, num contexto de negociação e mediação com o Estado, uma conceptualização que sublinhe o carácter estrutural e social do fenómeno da violência, a fim de evitarmos a re-vitimização das mulheres, a partir de um discurso falacioso de responsabilização delas pela vivência relacional violenta.

Esta reflexão parece-nos relevante na medida em que coloca em causa tempos e processos distintos que mulheres vítimas/sobreviventes de violência atravessam. Não são excludentes, ao contrário, realçam a existência de um ponto de partida (a vitimização) e uma linha de chegada – a sobrevivência, através da valorização do percurso e das lutas travadas por estas mulheres. Representam ambos uma quebra de paradigma, reedição e ressignificação da história passada de cada uma e a uma possibilidade de construção de uma nova trajetória.

Como veremos mais à frente, a sobrevivência está directamente relacionada com o percurso de reinserção social e de reconstrução de um projecto de vida autónomo e não-violento.

II. 2. Os “fora da lei”: o Estado e a violência governamental e institucional

*“Homme, est-tu capable d’être juste?
C’est une femme qui t’en fait la question;
tu ne lui ôteras pas du moins ce droit. Dis-moi?
Qui t’a donné le souverain empire d’opprimer mon sexe?
Ta force? Tes talents?” Olympe de Gouges, 1791*

A preocupação com o bem-estar das mulheres vítimas e sobreviventes não é (apenas e exclusivamente) um problema feminista. É dever do Estado garantir a proteção das vítimas e a responsabilização dos agressores:

“The role of governments in the area of gender-based violence is to protect the human rights of all women, to take action to prevent and punish violent acts, and to fulfil international obligations under the various conventions they have ratified. International legal milestones related to the protection of women against violence and discrimination include the Universal Declaration of Human Rights (1948), the Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women (1979), the Declaration on the Elimination of Violence against Women (1993), the World Conference on Human Rights (1993), the appointment of the UN Special Rapporteur on Violence Against Women (1994), the International Conference on Population and Development (1994), and the Fourth World Conference on Women (1995).” (UNFPA, 2003)

Entretanto, como tem demonstrado o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (Anexo 9), não são raras as vezes em que os Estados têm falhado no cumprimento das suas obrigações:

“Member states are urged to ensure that every act of violence against women is punishable, to take swift and effective action against perpetrators, to investigate and prosecute acts of violence and to enable the public prosecutor to initiate prosecution. (...) Even with prolonged efforts to reduce violence against women, it has been found that criminal law measures are never enough, and can be even completely ineffective, unless flanking measures are taken.” (Hagemman-White, 2009: 11)

A Justiça representa um elo fundamental no sistema de respostas à violência doméstica. Um juiz que seja sensível às necessidades das sobreviventes, está ciente da complexidade deste fenómeno e pode mudar (adaptar) as intervenções institucionais nos casos de violência doméstica (UN Women, 2009: 47). Esta resposta jurídica adaptativa configura-se como uma alternativa legal que permite um retorno centrado nas necessidades da vítima e na efetivação dos deveres do Estado – prevenção, provisão, proteção e parceria.

As mulheres têm vindo a ser, sistematicamente, alvo de uma violência alegórica por parte do Estado e da justiça – uma violência governamental e institucional. A recorrente morosidade dos processos, o tempo de resposta desatualizado, os julgamentos de valor – baseados em estereótipos e papéis de género tradicionais – a que as mulheres são expostas e a

condescendência e conivência da justiça com os agressores, só têm vindo a reforçar o sentimento de impunidade, onipotência e superioridade destes.

Estes são os “fora da lei”. Aqueles – os agressores (no masculino) – que, inseridos neste sistema falocêntrico, estão acima do bem e do mal e que obtêm legitimidade consentida para exercer poder deliberadamente, submeter, transgredir e violar direitos, espaços e corpos de mulheres:

“Perpetrators of violence against women are rarely held accountable for their acts. Women who are victims of gender-related violence often have little recourse because many state agencies are themselves guilty of gender bias and discriminatory practices. Many women opt not to report cases of violence to authorities because they fear being ostracized and shamed by communities that are too often quick to blame victims of violence for the abuses they have suffered. When women do challenge their abusers, it can often only be accomplished by long and humiliating court battles with little sympathy from authorities or the media. Violence against women is so deeply embedded in society that it often fails to garner public censure and outrage” (Amnesty International, s/d)³

Um agressor não é apenas uma pessoa com dificuldades em gerir certas emoções. Ele é, antes de mais, um criminoso. Alguém que comete um delito que, em última instância, põe em risco a vida de uma ou mais pessoas (exemplo: a mulher e/ou filhas/os). Noutros termos: um assassino em potencial. Esta poderia ser uma afirmação hiperbólica, não fossem as evidências de homicídio conjugal e de morte de mulheres em razão da severidade e/ou magnitude das agressões de que são vítima. A violência doméstica não é uma questão de ordinário desentendimento entre um casal (ou ex-casal), mas sim um grave problema social, político e económico e, em termos jurídicos, um crime.

Neste sentido, o Estado e a justiça operam, muitas vezes, como agentes de re-vitimização das mulheres ao negligenciarem as suas necessidades e menosprezarem as suas demandas: por um lado reforçam o seu estatuto de sub-alternidade, dependência e vulnerabilidade, por outro legitimam a ação dos agressores, numa lógica de invisibilidade do crime que cometem, desresponsabilização através da não-punição e cumplicidade por tolerância.

Não é incomum depararmo-nos com afirmações como “mas foi só uma bofetada”, “mas isto aconteceu só uma vez”. Ora, se um homem tiver violado *apenas* uma vez, ele é considerado já um violador? Existe um número mínimo de violações a serem cometidas para que esta pessoa

³ Disponível em <http://www.amnestyusa.org/our-work/issues/women-s-rights/violence-against-women/violence-against-women-information>

seja considerada um violador? Se alguém furtar *apenas* uma vez, ou *apenas* porque estava a passar muita fome, já é considerado ladrão?

Ao observar a pseudo-realidade que nos rodeia, damo-nos conta da seguinte contradição: nos casos de violência contra as mulheres e violência doméstica, parece que, se algo que nunca deveria ter acontecido, acontecer apenas uma vez ou se expressar de uma maneira considerada mais leve/menos grave pelo coletivo social, a ocorrência em si perde automaticamente a sua justificação e auto-determinação.

Este tipo de abordagem está ligada a um paradigma patriarcal, sexista e *genderizado*: “if the sexes are unequal, and perspective participates in situation, there is no ungendered reality or ungendered perspective”, destaca MacKinnon (citada por Radacic, s/d). Ora, se a grande maioria dos legisladores, juristas e magistrados são homens, não é espantoso que Poulain de la Barre (citado por Beauvoir, 1975) tivesse razão ao afirmar que “os que fizeram e compilaram as leis, por serem homens, favoreceram o seu próprio sexo, e os jurisconsultos transformaram as leis em princípios”. Novamente, são os movimentos feministas que vêm questionar este sistema e pôr em causa o seu funcionamento:

“Contemporary feminist theories reject the idea of law as a neutral system of regulation and dispute resolution, and attack its concepts of ‘universalism,’ ‘objectivity,’ ‘neutrality,’ ‘rationality.’ Like Legal Realist theorists, they believe that law cannot be defined as a scientific enterprise devoid of moral or political context, independent of social reality. Feminists attack these legal concepts on many grounds. They (all) argue that legal concepts of ‘impartiality’ and ‘objectivity’ are just viewpoints of dominant groups, and therefore hide male bias.” (Radacic, s/d)

No contexto de uma sociedade machista e normativa, é necessário estarmos constantemente atentas/os aos avanços e retrocessos legislativos (ou tentativas de), inerentes à resistência patriarcal. A legislação é uma importante ferramenta, mas é preciso que seja bem aplicada. Não é suficiente por si só, mas é relevante:

“First, because without appropriate legislation and policies, there are no legal means to fight gender-based violence. Second, because legislation sends a strong message that gender-based violence is an issue of public health, not a private matter. Third, because it provides clear definitions of the various forms of violence. Definitions are important in establishing what is acceptable and what is not, which actions are defined as criminal and which are not. Legislation is the necessary precondition for action.” (UNIFEM, 2003: 16)

De um ponto de vista estratégico e no âmbito de um modelo de intervenção do Estado centrado nas sobreviventes, a articulação entre este e as ONGs feministas é crucial para que se promova a emergência dos discursos destas mulheres e o testemunho das suas necessidades. A “UN Declaration Against Violence Against Women” (1993) enfatiza o papel desempenhado

pelos movimentos de mulheres: “Governments should (...) recognize the important role of the women’s movement and non-governmental organizations and cooperate with them at local, national and regional levels” (Artigo 40).

Logar (2008) fala da relação conturbada que o Estado, muitas vezes, tem com as organizações não-governamentais feministas:

“Women’s NGOs were the first to bring the issue of violence against women onto the political agenda and to provide services to women survivors of violence. Over three decades, women’s NGOs have developed skills and professional methods to adequately support women victims of violence. In addition to providing services, women’s shelters also engage in awareness-raising activities and help to bring about changes in attitudes and beliefs concerning violence against women in society. (...) Despite evidence of the importance of women’s NGOs, many of them still face difficulties and a lack of support and funding from the state. Sometimes women’s NGOs are seen rather as “the enemy of the state” than as a valuable part of civil society. Women’s NGOs face difficulties if they are critical of government policy concerning women’s rights, and it is not recognized that to be critical is one of the valuable functions of civil society in a democracy.”

Esta é, certamente, mais uma faceta dos jogos de poder e da resistência patriarcal do Estado, numa tentativa de centralização. Reconhecer o percurso histórico, social e político dos movimentos feministas e o pioneirismo e contribuição das mulheres na área da violência doméstica (e não só) é resgatá-las da invisibilidade que lhes é imputada através de mecanismos patriarcais de apagamento e sub-valorização do seu papel no espaço público e a nível político.

O Estado não é uma instituição abstrata; é um sistema movido por capital humano. Por pessoas sexuadas, maioritariamente homens, imersos em processos de socialização *genderizada*, patriarcal e sexista. Nesta medida, a interação com os movimentos feministas é fundamental enquanto fator de desconstrução do referencial vigente e de uma proposta igualitária, justa e alternativa.

É preciso que os Estados se responsabilizem efetivamente por implementar e monitorizar as medidas previstas nas Convenções que ratificaram, nas respectivas Constituições e no Direito Internacional. Sem que os Estados assumam este compromisso, não é possível haver a passagem da igualdade de jure para a igualdade de fato.

É necessário empoderar as mulheres, reconhecer e promover os seus direitos e proteção legal e criar condições para uma sua cidadania ativa – perspectiva *bottom-up* – e, através da responsabilização do Estado – perspectiva *top-down* – punir e banir práticas sexistas e ideologias chauvinistas.

III. A Casa de Abrigo – uma resposta social e política, um espaço e tempo de empoderamento

“Since the beginning of the domestic violence movement, Shelters have been at the heart of the system”
McCue, 2008

“After having reviewed all the supposed options opened to battered women, I have reached the conclusion that the creation of shelters designed specifically for battered women is the only direct, immediate, and satisfactory solution to the problem of wife abuse. Victims and their children need refuge from further abuse; any other consideration – such as the need for counseling or legal advice – is of secondary importance. (...) “But you can’t just run from violence and find peace,” writes Erin Pizzey “our goal is to provide a warm, supportive situation where we can help this women figure out what they want to do.” Martin, 1976

A Lei n.º 112/2009 de 16 de Setembro⁴ – que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à protecção e à assistência das suas vítimas – define as Casas de Abrigo como: “unidades residenciais destinadas a acolhimento temporário a vítimas, acompanhadas ou não de filhos menores” em que “ao Estado incumbe conceder apoio, com carácter de prioridade, às casas de abrigo de mulheres vítimas de violência doméstica e assegurar o anonimato das mesmas” (Artigo 60.º).

Estabelecer uma Casa de Abrigo nunca foi uma tarefa fácil devido à constante recusa da existência do problema da violência contra as mulheres. Recaiu, desde sempre, sobre as feministas a alegação de inventar ou exagerar o problema. Apesar disto, ainda hoje, a realidade fala por si só: cada Casa de Abrigo que foi aberta teve a lotação esgotada em pouco tempo. Neste momento, há na Europa 1.500 Casas de Abrigo, que não são suficientes para dar conta da procura (Logar, 2009). Em Portugal, neste momento, há no Continente e Ilhas um total de 36 Casas de Abrigo, com uma capacidade global de 632 utentes (entre mulheres e crianças)⁵.

Apesar das diferentes filosofias de intervenção e da componente de laicidade ou não das Casas, é possível identificar alguns parâmetros de atuação e algumas diretrizes em comuns. Fundada em 2009, a Global Network of Women Shelters⁶ (GNWS) – composta por 17 países/regiões (Arménia, Austrália, Europa, Canadá, Dinamarca, Inglaterra, Islândia, Israel,

⁴ Neste momento, há outras Leis e Portarias vigentes no quadro legislativo da violência doméstica. Entretanto, não é relevante para os objectivos a que nos propusemos analisá-los/as todos/as. É possível ter acesso à legislação no âmbito de diversas temáticas relacionadas à igualdade através do Portal da Igualdade, em <http://www.igualdade.gov.pt/index.php/en/menu-legislacao>

⁵ Nos Açores há 3 Casas de Abrigo e na Madeira também. As outras 30 Casas de Abrigo estão dispersas por 12 distritos no Continente.

⁶ Disponível em <http://www.gnws.org/#Vision>

Itália, México, Nepal, Holanda, Paquistão, Ruanda, Suécia, Estados Unidos da América e Vietname) – enumera os seguintes princípios orientadores para o funcionamento das Casas de Abrigo:

“1) Governments and societies are responsible for ensuring women's human rights; 2) Violence violates women's human rights and equality; 3) The women's shelter movement plays a critical leadership role in the global effort to end violence against women and their children; 4) We recognize that women and their children can experience multiple forms of violence and oppression; 5) Our work is guided by the diverse experiences of violence and oppression faced by women and their children; 6) Perpetrators must be held accountable for their violence; 7) “We recognize that violence against women is a manifestation of historically unequal power relations between men and women” which perpetuates violence and discrimination against women and their children; 8) Our work is guided by the United Nations Declaration on the Elimination of Violence Against Women; 9) We work to advance women's leadership in the global movement to end violence against women; e 10) Our core values are consistent with feminist values and include: accessibility; autonomy; dignity and respect; empowerment; equality and equity; inclusiveness; integrity; safety; solidarity; and transparency.”

Novamente, fica clara a relação direta entre o surgimento e estabelecimento das Casas de Abrigo e a peregrinação dos movimentos feministas nesta área, assim como o seu contributo em termos de conhecimento e potencial de intervenção – adquiridos ao longo do tempo, a partir da interação direta com as vítimas/sobreviventes e suas experiências. Em “More than a roof over your head” (2002: 15), os resultados de uma pesquisa com Casas de Abrigo na Europa corroboram que:

“where shelters are run by feminist NGOs (...) [they] meet the required standards: women help women, empowerment, maximum safety for threatened women, and no time limit for staying in the shelter. (...) Women's shelters should take the form of NGOs run on feminist lines, because this guarantees compliance with the required quality standards for women's support organisations”

As Casas de Abrigo são um recurso criado por mulheres, para mulheres e gerido por mulheres. Como afirma Appelt *et al.* (2004: 16):

“Women's refuges in Europe are for the most part run by women's NGOs, which have over the years acquired a great deal of practical experience and expertise in providing support for abused women. This structural form of service provision for women has proved very effective and should be taken over when new projects are launched (..) Co-operation between governments and women's support services has proved successful and produced beneficial results in many countries. The formula for success is thus “private-public partnership”. It is important that the state bodies insist on compliance with quality standards (...) but that they also respect the professional independence of the institutions concerned.”

De um ponto de vista logístico, entendermos as Casas de Abrigo como um refúgio é perfeitamente adequado e compreensível. Entretanto, de um ponto de vista estratégico e feminista, é preciso que a Casa de Abrigo seja não só uma resposta social e política indispensável, mas também uma referência para a quebra de paradigma e rompimento com um

mundo de violência, medo, isolamento e opressão. Se assim não for, a Casa de Abrigo poderá não passar de um hotel de emergência (Loseke, 1992).

Não é suficiente ser *um* lugar/recurso para as vítimas/sobreviventes: é preciso ser o lugar/recurso onde se inicia um percurso singular e individual de reconceptualização de si própria, do mundo e das relações que estabelecem. É, antes de mais, um tempo e espaço de autonomização e empoderamento:

“Being the victim of violence means passing through the traumatic experience of being powerless and at the mercy of the violent partner or father. The aim of any kind of support should be to overcome powerlessness and to empower women and children so that they can lead a self-determined life. Survivors of violence should not be labelled “ill” or “distressed”, which would further weaken their position. (...) They need support to help them grasp their situation and understand how it was possible for their partner to exert power over them. Understanding and reflecting on the mechanisms of violence enables women and children to develop strategies to resist violence efficiently. The ultimate goal is for them to live a life free of violence.” (Logar, 2004)

Appelt *et al.* (2004: 37) enumeram diferentes momentos e aspectos do acolhimento, dos quais vale a pena destacar:

“1) The first phase, the reflection period, is the period in which the woman becomes familiar with the refuge and the staff, in which she recovers from her traumatic situation, gets used to living in the refuge, reflects on her needs and concerns, and starts making decisions on the next steps she will take.; 2) During the individual counselling sessions all the woman’s needs and concerns are evaluated and priorities are established. (...) Women need support in making their own choices. They must receive support in the process of empowerment and in the strengthening of their self-esteem and self-determination. It is important to make a woman feel that she has the power and the right to choose and can determine what she is going to do with her own life; 3) Group work is a valuable supplement to individual counselling in that it enables women to realise that they are not the only ones undergoing abuse by their partners; 4) Refuges should provide self-defence courses so that women can learn strategies to defend and protect themselves and their children when they are facing a violent situation; 5) When a woman arrives at the refuge, it is important to support her in financial matters. If a woman does not have an income of her own, the first step is to help in finding resources (...) To do this it is essential that the refuge establishes good contact with the social welfare authorities; 6) It is an important function of the refuge to support women in job-related matters, to assist them to keep their job or to get a job or enrol in a training programme. Violence is an obstacle to the employment and equality of women; 7) Refuges should be prepared to accommodate women with disabilities, not excluding them from the general routine of the house but providing special care and structures; 8) Women’s services should have staff from all the relevant ethnic minority groups and provide counselling in various languages. Information material should also be available in different languages.”

Através da compreensão teórica e percepção empírica destas diferentes fases é possível que se realize uma intervenção mais empática, direccionada e adequada à realidade interna e externa de cada utente. As vítimas e sobreviventes são as beneficiárias diretas dos serviços prestados pelas Casas de Abrigo – são elas as clientes deste serviço que deve, portanto, ajustar-se

às suas necessidades e corresponder-lhes. São as Casas de Abrigo que devem ajustar-se à realidade das mulheres e não o contrário.

Num contexto de atuação feminista, a questão do empoderamento é central. Fazem parte deste processo: formar e informar as vítimas, ajudá-las a tomar decisões, apoiá-las e respeitá-las no seu tempo e forma de desenvolvimento, luto e reconstrução de vida, alertar e consciencializar para situações de maior vulnerabilidade (mulheres imigrantes e/ou com necessidades especiais), reconhecer (e não dar-lhes) a sua autonomia e, principalmente, estabelecer com elas relações horizontais, comunicando num referencial não-violento, democrático e igualitário.

Um ponto que merece ser mais explorado nas Casas de Abrigo é a valorização das experiências e contributos das sobreviventes. As maiores *experts* na área da violência doméstica são as mulheres que passaram por esta experiência. São elas as maiores conhecedoras e testemunhas desta realidade e são, portanto, as melhores informantes e fontes de “melhores práticas”:

“The participation and involvement of survivors can be an empowering process and may serve several purposes: It is an important tool for improving services and has the potential to help survivors overcome their trauma and get connected to the world again by bringing their experience to bear and finding themselves valued as experts” (Logar, 2006: 58)

Apesar da indicação destas linhas orientadoras fundamentais, as próprias Casas de Abrigo são também alvo da crítica feminista. Para Lora Lempert (2003: 1), “shelter development is an ambiguous anti-violence strategy (...) shelters ... are short-term safety nets; they are not long-term solutions”. Em “Shelters: For abused women, or abusive men? As aids to survival, or as rehabilitation sites?”, Lempert (2003) sugere que “the concentration on rescuing women diverts attention from the serious social problem of male violence” e afirma que:

“Women’s empowerment in shelters also assumes individual conscientisation within a context of accessible structural conditions, like the availability of alternate, affordable housing; employment structures that provide living wages and that are available to women; safe and appropriate childcare provisions; and so on. Mies (1991) argues that existing social conditions don’t change when women simply change their consciousness”. Implying that women are not ‘taking responsibility for their own lives’, for example, blames the victims and situates the problem in women’s personal deficits, not in the structural conditions of their lives. The underlying assumption ignores the power differentials in male/female relations. It renders male abuse of women, and the social context within which it is supported, invisible and therefore irrelevant”

De fato, como veremos mais a frente, o percurso de reinserção social encerra em si uma dimensão estrutural – externa às mulheres – e outra estruturante – interna. É importante ter esta

dinâmica em conta, sob pena de incorrer na sub/sobrevalorização de uma dimensão em detrimento da outra.

A autora chama atenção também para o fato das Casas de Abrigo terem como referencial um modelo urbano, o que pode gerar a exclusão ou negligência das mulheres provenientes de meios rurais. Lempert (*ibid.*) vai além e propõe uma abordagem mais radical, que rompe com o *status quo* do sistema vigente, defendendo um modelo alternativo – o “Male Remand Sites (MRS)”:

“Let’s consider for a moment, the radically different use of shelters (...) What if shelters, specifically Male Remand Sites (MRS), were established for abusive men? Male Remand Sites would not utilise the current model of protection, but would instead be premised on community models of prevention. Since control and help co-exist in shelters, the shelter model can be adapted to a rehabilitation model for men that attends to the political and economic conditions that structure their choices to use violence. (...) Additionally, the structural and cultural constraints currently imposed on women would be visited upon men with attention focused intensively on the perpetrators’ choice to use violence. The disadvantages accrue to the perpetrator, not to his victim: isolation from family and friends, removal from family residency, temporary loss of family assets, stigma, public recognition and sanctioning of violent behavior, personal acceptance of responsibility for choice to behave violently. (...) MRS would not eliminate violence against women; these sites, like the current shelter provision, would be fragment strategies in holistic attempts to eradicate gender-based violence. MRS could, however, demonstrate successful rehabilitation approaches, provide an alternative to already overcrowded jail conditions, prevent violence against some women, save government money, and make a powerful social statement that woman abuse can be stopped.” (*Idem*, 2003)

A proposta de Lempert é realmente aliciante, pertinente e desafiadora do poder instituído. Não é ideológica, mas concreta, na medida em que já existe em Israel um protótipo do MRS, chamado Beit Noam⁷ - cujos resultados apontam para elevadas taxas de sucesso do programa, como demonstra Halle (citada por Lempert, 2003): “An independent study by Israel’s National Insurance Institute found the recidivism rate for the 160 Beit Noam ‘graduates’ was close to zero”.

O site do “Beit Noam - Residential treatment Center for domestically violent men”, resume o principal aspecto deste revolucionário centro de tratamento:

“While the battering men undergo an intensive four-month residential treatment program at Beit Noam, their wives or partners and children remain in their home, and are not forced to seek shelter outside their communities.”

Certamente, como feministas, o nosso alvo a longo-prazo serão os *Beit Noam*. A inversão deste paradigma de vitimização e a total responsabilização e incidência das consequências dos

⁷ Disponível em http://www.beitnoam.org.il/article_page.asp?id=41&scid=13

actos violentos sobre os perpetradores da violência é um caminho extenso, mas desejável. Entretanto, neste momento, as Casas de Abrigo são ainda a melhor resposta social e política disponível.

III. 1. A (há) vida após a Casa de Abrigo: percursos de reinserção social

Por “reinserção social” entende-se o processo através do qual as sobreviventes reconstróem o seu projeto de vida sem violência, de forma autónoma e empoderada, como previsto no Artigo 63º da *Lei n.º 112/2009 de 16 de Setembro de 2009*, que descreve os objetivos das Casas de Abrigo como:

“a) acolher temporariamente vítimas, acompanhadas ou não de filhos menores; b) nos casos em que tal se justifique, promover, durante a permanência na casa de abrigo, aptidões pessoais, profissionais e sociais das vítimas, susceptíveis de evitarem situações de exclusão social e tendo em vista a sua efectiva reinserção social”.

O *Decreto Regulamentar n.º 1/2006 de 25 de Janeiro* - que regula aspectos da organização e funcionamento das Casas de Abrigo – refere, no Artigo 4.º, que os objectivos das Casas de Abrigo são:

“acolher temporariamente as utilizadoras e as crianças, tendo em vista a protecção da sua integridade física e psicológica; proporcionar às utilizadoras e às crianças as condições necessárias à sua educação, saúde e bem-estar integral, num ambiente de tranquilidade e segurança; promover a aquisição de competências pessoais, profissionais e sociais das utilizadoras e proporcionar, através dos mecanismos adequados, a reorganização das suas vidas, visando a respectiva reinserção familiar, social e profissional”.

O Artigo 7.º do mesmo Decreto prevê que:

“o acompanhamento pessoal [das vítimas em Casa de Abrigo] assenta numa intervenção sistemática e integrada, nomeadamente nas áreas do apoio social, psicológico, educacional, profissional e jurídico, e obedece à elaboração de um plano individual de intervenção; o plano individual de intervenção deve conter um diagnóstico de necessidades e uma programação, por metas, das acções que visem o restabelecimento do equilíbrio emocional e psicológico das mulheres vítimas de violência e dos seus filhos, bem como a sua *inserção social*; a utilizadora deve participar na elaboração do seu plano individual de intervenção, para cuja implementação deve manifestar, por forma expressa, o seu consentimento.”

O IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica 2011-2013 – estruturado com base nas políticas nacionais, em articulação com orientações europeias e internacionais e submetido à consulta pública – enuncia, na Área Estratégica de Intervenção 2, que um de seus objectivos é “promover a integração social das vítimas de violência doméstica através de itinerários de inserção”.

O conceito de “reinserção social” é frequentemente criticado por ter implícita a ideia de que a vítima, em algum momento, esteve ou está desinserida da sociedade. Entretanto, tudo indica que a suposição está correta: uma mulher que foi vítima de isolamento social, restrições económicas, educativas e profissionais, constrangimentos de sua liberdade, dignidade e integridade (física, psicológica e moral) e perda de autonomia pode ser considerada como uma pessoa integrada na sociedade, quando está completamente à margem dela?

A vitimização é mais que uma situação de desempoderamento, é também uma vertente de embotamento social, que retira às mulheres a plena participação – e consequente inserção – na sociedade. Neste sentido, o percurso de reinserção social das sobreviventes refere-se ao momento pós-Casa de Abrigo e está estritamente ligada ao processo de restituição das faculdades, direitos, cidadania e benefícios que lhes foram retirados pelo agressor e pela história de violência.

Este é um processo complexo que implica a articulação entre diferentes setores da sociedade civil com dispositivos políticos, económicos e legais. A cooperação entre as Casas e os Centros de Saúde, Centros de Emprego e Formação Profissional, Segurança Social, Ministério Público e Forças de Defesa Nacional é imprescindível para o sucesso da trajetória de reinserção social. Como afirma Kelly (2009:23):

“There is no simple ‘recovery’ here; violence changes one’s sense of self and relationship to others. It is also a reinforcement of the gender order: an explicit message about the relative worth and status of women and men. But enhancing social support and the capacity of formal and informal responses to react appropriately could make a difference to a huge number of women, enabling them to ‘live’ rather than just survive.”

Sobre o processo de saída da Casa de Abrigo, Appelt *et al.* (2004:41) afirmam:

“Leaving the refuge is a major step for every woman. It is the start of a new life and has to be well planned. The refuge workers should assist a woman so that, when she leaves the refuge, she and her children (ideally) have: a steady income: salary and/or social benefits; safe housing (temporary accommodation or a house/apartment of her own); arrangements for the children: kindergarten, school, medical assistance and other necessary services; safety plan: elaboration of a safety plan taking into account the new living situation of the woman and children; arrangements for further support and counselling (for the woman and her children) by the refuge or other services.”

Para nos fornecer algumas pistas acerca dos percursos de reinserção social das mulheres quando deixam a Casa de Abrigo, os Programas de Acompanhamento (pós-Casa de Abrigo) – *Follow up Program* – constituem um valioso indicador capaz de oferecer um ponto de situação acerca de diferentes setores da vida das sobreviventes. A este respeito e relativamente à realidade portuguesa, Baptista (2002) refere:

“Para além da inexistência quase generalizada de um trabalho de avaliação do impacto sobre as mulheres da sua passagem por esta nova etapa [o acolhimento], verificou-se igualmente que, após a saída das mulheres do centro de acolhimento não se efectua um trabalho de follow up do seu percurso posterior. [...] Passando do universo interior do funcionamento das instituições ao funcionamento interinstitucional outro dos resultados relevantes da investigação realizada, diz respeito à existência de uma falta de articulação entre os centros de acolhimento e outro tipo de respostas essenciais como sejam o emprego, a habitação, a saúde e que, em diferentes etapas do percurso da vida das mulheres após a situação de ruptura, podem constituir factores facilitadores ou bloqueadores de novas oportunidades de “reinserção”.

Alguns estudos pontuais já foram realizados no âmbito dos serviços pós-Casa de Abrigo. O que estes trabalhos oferecem são algumas impressões acerca deste processo e parecem indicar claramente a pertinência e importância da elaboração e implementação de um Programa de Acompanhamento pós-Casa de Abrigo, evidenciando também a relação estreita entre a reinserção social, as necessidades das mulheres sobreviventes e a retomada ou não da relação com o agressor.

Em “Post-Shelter Services: The Efficacy of Follow Up Programs for Abused Women”, Tutty (1996) chama a atenção para o papel desempenhado pelos Programas de Acompanhamento:

“Post-shelter follow-up programs are a new form of intervention designed to provide support and advocacy to women who wish to establish new lives independently from their abusive partner. (...) In summary, women who choose not to return to their spouse must face a number of difficult issues, including housing, employment, child care, coping with children's emotional reactions to separation, a lack of social support, and the difficult tasks of single parenthood. (...) Follow-up support will be critical in empowering women to maintain their decision to live a life free from their partner. (...) Follow-up programs ... are a relatively new development in the continuum of shelter services; These programs are intended to provide ongoing support to former shelter residents who have decided to live independently from their assaultive partner.”

Portanto, o suporte pós-Casa de Abrigo tem um papel fundamental na trajetória de reinserção social das sobreviventes:

“After leaving the refuge the woman and her children should have continuing access to all the services they need. (...) When a woman does not have the chance to make use of these services, it is important to inform her about the local services and to collaborate with them.” Appelt *et al.* (2004:42)

Desta forma, é preciso ter-se em vista que o momento pós-Casa de Abrigo é tão crucial no estabelecimento de uma vida livre, autónoma e sem violências quanto o momento pré. Muitas vezes negligenciada, a trajetória de reinserção social das sobreviventes é uma extensão do trabalho desenvolvido nas e pelas Casas de Abrigo e representa um potencial de ruptura definitiva com o agressor e de desenvolvimento e empoderamento das sobreviventes. É um processo continuado e não uma etapa concluída. É, antes de mais, uma transição.

III. 2. “E a vida continua...”. As necessidades das mulheres sobreviventes e o desafio de viver depois de sobreviver

*“The most common way people give up their power is by thinking they don't have any.”
Alice Walker*

Para que as vítimas de violência doméstica possam iniciar o seu percurso de reinserção social é necessário que o Estado seja capaz de gerar e assegurar condições favoráveis a este processo de mudança e emancipação; para que esta trajetória se mantenha é preciso que as mulheres estejam capazes de mobilizar recursos internos neste sentido.

Estas vias se comunicam de forma horizontal e se reforçam e fortalecem mutuamente, posto que, para que as vítimas possam avançar na direção de uma vida sem violência, tornando-se sobreviventes, é preciso que tenham à sua volta as circunstâncias adequadas para fazê-lo e que estejam conscientes, sensibilizadas e investidas para e neste processo.

Neste trabalho, entendemos e sugerimos que a primeira dimensão integrante da reinserção social refere-se aos fatores estruturais, extrínsecos às mulheres e cuja responsabilidade de garantia assenta, primariamente, no Estado, mas também nos/as demais agentes e mecanismos comunitários; a segunda dimensão refere-se aos fatores estruturantes, intrínsecos às mulheres e cuja responsabilidade de mobilização e investimento compete a elas próprias.

As vítimas não são culpabilizáveis relativamente à situação de vitimização da qual foram alvo, mas desempenham um papel fundamental no rompimento com ela – numa lógica de autonomização e empoderamento, estas mulheres devem reconhecer e exercitar a sua capacidade e direito à livre escolha, assim como perceberem as implicações inerentes aos processo de tomada de decisão.

Através de um modelo de intervenção integrado, as Casas de Abrigo podem – por meio de protocolos e parcerias – potencializar os acessos das mulheres a serviços indispensáveis para a sua autonomização. A Convenção sobre a Prevenção e Combate à Violência Contra as Mulheres e Violência Doméstica afirma, no Artigo 20:

“Parties shall take the necessary legislative or other measures to ensure that victims have access to services facilitating their recovery from violence. These measures should include, when necessary, services such as legal and psychological counselling, financial assistance, housing, education, training and assistance in finding employment.”

Para que se possa ir de encontro às necessidades das vítimas/sobreviventes na trajetória de reinserção social, é preciso tê-las em conta. É relevante também considerar-se que há necessidades estruturais que são básicas e, portanto, comuns a todas as mulheres nesta situação. O desejo de mudança das sobreviventes não é suficiente para dar conta da complexidade do processo de reinserção em suas diferentes vertentes (familiar, financeira, educacional, profissional, etc.). A aspiração é um ponto de partida, mas não de chegada.

Entretanto, devido às idiossincrasias de cada uma, à *herstory* que trazem e aos recursos internos que podem mobilizar num dado momento para responder às demandas endógenas que apresentam – necessidades estruturantes, não é possível generalizar elementos e uma cronologia “universal” aplicáveis a todos os casos. Nesta dimensão é preciso respeitar, compreender, apoiar e individualizar a trajetória interna de cada sobrevivente, garantindo a não-violência neste decurso e a *personalização* desta vivência. Como sugere Abrahams (2007), “one size will never fit all”.

Um aspecto que está relacionado com a trajetória de reinserção social, que se refere às necessidades estruturantes, e que deve ser tido em conta é aquele muitas vezes referido na literatura como *healing*, *recovery* ou *incorporation*. Estes conceitos dizem respeito à relação que a vítima estabelece com a experiência traumática da violência.

Anderson (2010: 48) define *recovery* como o processo através do qual as vítimas reconstróem a visão de si próprias, ressignificam o trauma e revisitam os seus projetos de vida. Ela aponta também para a importância de se criar, neste contexto, “a self-narrative of strength, purpose, and possibility” (*Idem*: 99). A autora identifica três importantes estratégias presentes no processo de *recovery*:

“1) developing a sense of personal efficacy derived from their tenacity to survive and persevere; 2) accessing and eliciting positive responses from informal and formal support networks; 3) transforming their suffering into giving back to others” (*ibid.*:49).

Evans (2007) rejeita o conceito de *recovery* e sugere que se empregue, em alternativa ao primeiro e por o considerar mais apropriado, o conceito de *incorporation*:

“The concept of recovery, therefore, contains a fundamental goal – that of being ‘recovered’, of being restored to a prior state of wellbeing. (...) Recovery, in the sense of moving on without effect, is quite unlikely. (...) the term ‘incorporation’ was adopted to better describe the process by which the survivor subsumes, or integrates, her experiences within her sense of self. (...) Whereas concepts of recovery suggest a recuperative process with an inherent goal, that of being ‘recovered’, incorporation complements the ‘journey’ narrative used by many survivors and

legitimises the adding of an extra dimension to the survivor's sense of self. (...)As such, incorporation describes a process by which a survivor is able to integrate her survivor identity alongside her myriad of other identities and continue her life-journey with it consciously onboard. (...) Finally, the emphasis on incorporation removes the connotation of illness that demands a mythical framework of cure and restoration, and allows the survivor to take pride in her survival."

Com base no trabalho de Gennepe (1960) e Turner (1969), Allen & Wozniak (2011: 38) conceptualizaram o *healing from trauma* como um período de transição que envolve a passagem por três estágios – "separation, liminality, and incorporation":

"... transitional stages initially involve separation and letting go of one's old life ways. They are then marked by liminality, which is a time of ambiguity, uncertainty, and rolelessness, in which those undergoing change are neither the people they were, nor have they yet become personally or socially something different. (...) Once those making change have shed their old identity and life-ways and learned the components of their new identity, they gradually re-emerge in their new role or identity and are reintegrated into society, a stage called integration (Goodenough, 1963)." (Allen & Wozniak, 2011.: 42)

As autoras perspectivam que:

"Beyond a certain point in recovery, women who continue to retell and relive their traumatic experiences may ultimately run the risk of foreclosing their identity as primarily survivors or victims rather than integrating the experience into a more holistic sense of self [incorporation] . In this state, women, because of their continued fear and distrust of others, may continue in their isolation and have difficulty with interpersonal relationships. Further, the pattern of domestic violence means that for many women, batterers continue to intrude in their lives retraumatizing them and exercising control in ways that perpetuate crises and impede further growth."

As fronteiras que separam a recuperação, da cura e da incorporação são de tal forma tênues que é inútil tentar delimitá-las conceitualmente. Não é possível, portanto, diferenciar com clareza estes momentos e conceitos, pois estão interligados e fazem parte da reestruturação interna da vítima, sendo catalizadores e mecanismos funcionais de emergência da mulher sobrevivente.

Neste sentido, podemos afirmar que a trajetória de reinserção social traz em si uma dinâmica bi-dimensional que aponta para fatores de desenvolvimento internos e externos às sobreviventes. Cabe ao Estado/Comunidade assegurar o segundo, mas o primeiro tem também um papel fundamental na capacidade de resiliência das mulheres. Estas duas dimensões matêm uma correlação constante e não uma causalidade. Teays (2004), no âmbito de uma pesquisa sobre violência e saúde pública, nomeia estas dimensões como:

"Existential obstacles are the personal, psychological, spiritual and ontological barriers that a victim of violence will face. For some they are inner demons; for others, they pose much less imposing hurdles. Institutional obstacles are the external, socially-constructed barriers that a victim of violence confronts when dealing with hospitals, clinics, and other establishments—as well as the attending personnel and general public. For some, they are oppressive, prejudicial, or discriminatory forces; for others they act as unwarranted assumptions to be identified and cast

aside. (...) The obstacles fall into two broad categories — those that are self-generated (existential obstacles) and those others place in the path of recovery (institutional obstacles).”⁸

Em “Battered Women’s Multitude of Needs”, Allen *et al.* (2004) alertam para o conjunto diverso de necessidades das sobreviventes e a exigência de uma resposta integrada resultante desta multiplicidade de *gaps* a serem colmatados:

“There is evidence that survivors of domestic violence are likely to have a constellation of needs such as housing, employment, education, and child care (...) Thus, advocacy may involve a wide variety of social institutions that affect survivors’ lives including, for example, the criminal justice system, health care and social services, and/or religious institutions. Domestic violence shelter programs continue to be the cornerstone of services offered in many communities.”

A partir deste estudo, as autoras concluíram também que há cinco diferentes subgrupos de sobreviventes (o que reforça a necessidade de uma intervenção personalizada, já referida anteriormente):

“one [group] focused primarily on activities to acquire housing, a second worked more on education and employment, a third focused heavily on legal issues, and two groups were characterized by survivors’ level of activity across a variety of needs (high and low). Despite the varied constellations of needs survivors presented, broad-based advocacy enhanced survivors’ effectiveness in mobilizing needed community resources. These findings suggest that comprehensive and individualized approaches to advocacy for battered women are essential.” (ibid. 2004)

Outro aspecto que costuma ser negligenciado – e aparece na literatura, muitas vezes, associado ao conceito de *healing* – é a espiritualidade. Sullivan *et al.* (2006), a partir de um estudo com 151 sobreviventes, concluíram que: 1) o envolvimento religioso parece ser promotor do maior bem-estar psicológico das sobreviventes (incluindo maior qualidade de vida e diminuição nas taxas de depressão); e 2) o envolvimento religioso e espiritual são aspectos significantes na/da identidade de muitas sobreviventes.

Giesbrecht & Sevcik (citadas por Sullivan *et al.*, 2006) verificaram que o suporte social proveniente de instituições religiosas (igrejas, sinagogas, mesquitas) constitui um fator-chave na habilidade de reconstrução da vida e relacionamentos familiares de muitas mulheres vítimas/sobreviventes. Como afirmam Sullivan *et al.* (2006):

“The end result, however, is that the shelter provides a haven for physical safety but fails to provide an environment for spiritual healing. This is especially ironic considering that the first shelters were holmes operated by women helping women, and they often worked in coalition with religious groups and other community agencies (Boehm et al. 1999). The inclusion of a voluntary

⁸ Para a autora, os obstáculos existenciais incluem – “fear, distrust, self-blame, diminished self-worth, a sense of atemporality and unreality” – e os obstáculos institucionais incluem – “disbelief, denial, blame, misconceptions and insensitivity, poor communication” (Teays, 2004).

spirituality component in victim service programs may serve to greatly benefit some battered women.”

Respeitar as crenças religiosas e a fé das sobreviventes é também uma forma de empoderá-las. Tanto a tirania do ateísmo quanto o radicalismo religioso podem ser maléficos para as mulheres ao impor padrões de valores e comportamentos, ferindo o seu livre arbítrio e as suas escolhas. A articulação dos movimentos feministas com as instituições religiosas é uma medida estratégica, orientada para o bem-estar das mulheres e para a promoção da igualdade.

Como se pode depreender, a trajetória de reinserção social das sobreviventes e a resposta às suas necessidades constituem um processo complexo, que requer o envolvimento e mobilização de diferentes recursos – internos e externos – e variados atores e atrizes. É necessário que haja uma capacidade de resposta integrada, que dê conta destes diferentes aspectos, centrada na sobrevivente e no seu bem-estar.

IV. Enquadramento Metodológico

“De acordo com a epistemologia feminista, a investigação que produzimos nunca é neutra relativamente a valores, nunca é um mero reportar objectivo de uma pesquisa...” Matthee, 2011

O conhecimento produzido pela investigação feminista é situado em função de um determinado olhar - que é, necessariamente, parcial - e contextualizado temporal e espacialmente. Encerra em si um carácter de agência feminista, visando perspectivizar as realidades que nos cercam a partir da ótica de que o “pessoal é político”, com vistas a ação orientada para o empoderamento das mulheres e promoção da justiça social.

“Porque as metodologias feministas são metodologias comprometidas com valores e ideologias, logo profundamente intervencionistas, não podem deixar de estar ao serviço da mudança social. Podemos assim assinalar que as metodologias feministas são reflexivas na medida em que implicam o reconhecimento da influência dos factores sociais, históricos, culturais e políticos na construção do conhecimento (negando assim a possibilidade da neutralidade e da objectividade) e o reconhecimento do envolvimento dos/as investigadores/as na produção da ciência e dos seus discursos.” (Neves e Nogueira, 2005:411)

Não obstante, porque as mulheres existem no contexto de uma ampla diversidade de posições sociais baseadas em categorias como classe, raça, sexualidade e etc., o/a sujeito/a do conhecimento feminista é múltiplo/a e, às vezes, conflituoso/a (Sprague & Kobrynowicz, 1999).

A necessidade de uma epistemologia e metodologias de investigação feministas assentam na urgência de um modelo de investigação – e ciência - capaz de dar conta (e voz) às

experiências das mulheres, rompendo com o sexismo e a misoginia latentes (e muitas vezes mascarado) na comunidade científica. Como exemplifica Sprague (2005): “It has been much more common (for social researchers) to ask, for example, why women have so little self-confidence than why men have so little modesty”.

Morgan (citado por Cook & Fonow, 1986) sugere que o discurso acadêmico é, na realidade, um discurso masculino que se esconde atrás da etiqueta de ciência, racionalidade e conhecimento. Cook & Fonow (*idem*) afirmam que “since men dominate academic settings, where much research is carried out, they create a male scientific culture characterized by male sociability and grounded in an academic ‘machismo’”.

Na contramão da tradição positivista e do *malestream* da ciência, como ela é concebida e legitimada no seio do cânone vigente claramente androcêntrico, a investigação feminista contraria a “ordem dominante das ciências sociais” (*idem*, 2005) ao propor e buscar uma investigação *para* mulheres – política e metodologicamente feminista - e não *sobre* mulheres (Ramazanoglu, 1989).

Apesar das disparidades ontológicas e epistemológicas das diferentes teorias feministas e feminismos, é possível identificar alguns princípios e características em comum na investigação feminista: 1) foco no gênero e nas desigualdades de gênero; 2) rejeição do padrão acadêmico de distinção entre investigadora e objeto de investigação (para muitas feministas, isto reflete-se na tentativa de minimizar possíveis desequilíbrios de poder entre investigadora e participante); 3) possibilitar que as vozes das mulheres e outros grupos marginalizados sejam ouvidas e suas experiências valorizadas (numa lógica de democratização do processo de investigação); 4) permitir que estes grupos encontrem alguma forma de plataforma, de onde possam comunicar; 5) afirmação da importância de uma investigação politicamente ativa e, inclusive, emancipatória (colmatando o fosso entre teoria e prática); 6) a reflexividade; 7) bem-estar físico e emocional da investigadora e da participante; e 8) uma abordagem metodológica naturalista, interpretativa e qualitativa (Skinner *et al.*, 2005).

Esta é uma investigação feita por mulheres (posto que muitas mulheres, de uma forma ou outra, participaram deste estudo e deram o seu contributo) para mulheres e com preocupações políticas e sociais (já referidas nos capítulos anteriores).

IV. 1. Pesquisa bibliográfica

Foi realizado um vasto levantamento bibliográfico com o objectivo de se explorar obras e/ou autoras/es nas temáticas da violência, reinserção social e necessidades das mulheres sobreviventes, além dos documentos de referência. Como fontes de pesquisa, o levantamento incidu sobre estudos internacionais, nacionais e que revelassem “boas práticas”. A legislação nacional e o Direito Internacional também foram alvo de consulta.

Relativamente ao estado da questão no âmbito dos percursos de reinserção social de mulheres sobreviventes de violência doméstica, identificamos a existência de um défice, a nível nacional e internacional, de estudos que explorem esta temática.

Por este trabalho centrar-se numa temática ainda muito pouco explorada mundialmente, em alguns momentos, privilegiamos a citação das fontes originais à tradução ou síntese das principais ideias. Assumimos esta opção por considerarmos que a originalidade deste estudo justifica tal procedimento. O nosso objetivo foi, por um lado, dar voz às (poucas) autoras que têm se debruçado sobre este tema; por outro, oferecer à/ao leitor/a deste estudo informação o mais específica e pormenorizada quanto possível, uma vez que o tema abordado não é amplamente conhecido nem, muito menos, estudado.

A experiência e o material produzido pelas organizações feministas foram uma mais valia na pesquisa bibliográfica, devido ao seu conteúdo feminista, seja pela valorização e transcrição das vozes das sobreviventes. Esta foi, definitivamente, uma fonte de profunda reflexão e uma referência do ponto de vista ético, empírico e teórico.

IV. 2. Participantes, Entrevistas e Trabalho de Campo

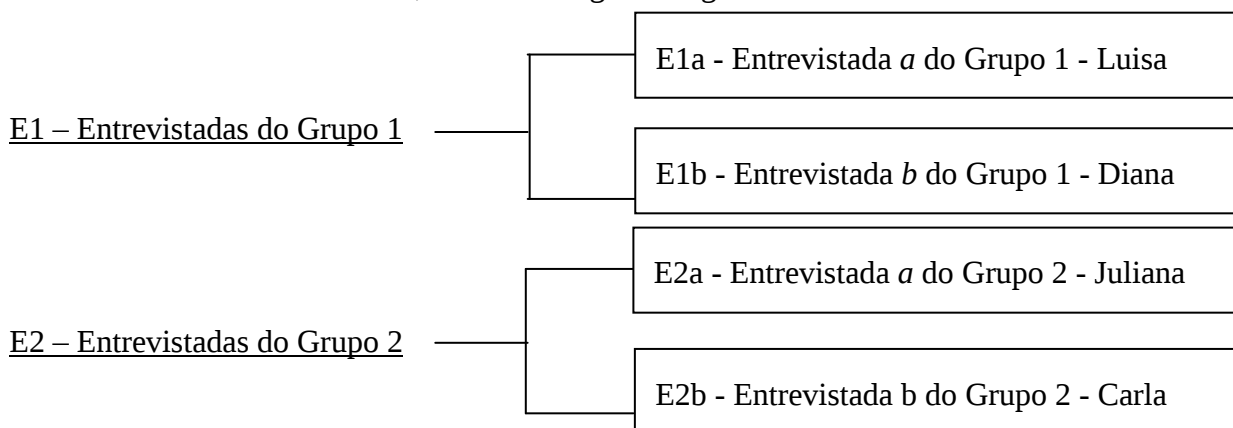
Foram realizadas entrevistas centradas semi-estruturadas a seis mulheres de uma mesma Casa de Abrigo, na Região do Alentejo. É importante ressaltar que a escolha da Casa de Abrigo não seguiu quaisquer outros critérios a não ser: 1) a disponibilidade da Instituição e das utentes para participar neste estudo; 2) a existência, na Casa de Abrigo, de mulheres que atendessem aos critérios que definimos para a amostra: mulheres em processo de reinserção social – que já saíram da Casa de Abrigo ou que estão, no máximo, a dois meses de saírem.

Como havia mulheres que ainda estavam na Casa de Abrigo e que já haviam saído, foram elaborados os Guiões de Entrevista I e II (Anexos 10 e 11). Para a elaboração destes instrumentos, foi consultado o guião de entrevista do Projecto de Investigação “Amor, Medo e Poder: percursos de vida para a não-violência”, realizado ao abrigo do Protocolo entre a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) - sob a responsabilidade da Professora Doutora Maria José Magalhães, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

Foram aproveitadas apenas quatro das seis entrevistas realizadas uma vez que uma das entrevistadas tinha saído da Casa de Abrigo havia apenas dois dias (uma situação demasiado limítrofe, portanto) e a outra estava com pouco tempo disponível para a entrevista, o que dificultou o processo. Estas duas entrevistas não foram contabilizadas.

De acordo com o momento de vida e com os objectivos deste estudo, as quatro sobreviventes foram sinalizadas em dois grupos: o Grupo 1 abarcou as mulheres que já saíram da Casa de Abrigo e o Grupo 2 contemplou as que estão a preparar-se para a saída.

Para identificar as entrevistadas, criamos a seguinte legenda:



Na intenção de tratarmos as mulheres de forma mais humanizada e individualizada, optamos por extrapolar as legendas da amostra, nomeando cada uma das entrevistadas (com nomes fictícios).

Através da aplicação de um Formulário de caracterização da entrevistada (Anexo 12) foi possível mapear a situação sócio-cultural e familiar das entrevistadas (Anexo 13). Este formulário foi construído tendo em conta indicadores que julgamos pertinentes não só para a caracterização da amostra, mas também para a análise posterior das entrevistas.

As entrevistas foram realizadas nas instalações da Casa de Abrigo, consoante a disponibilidade da Equipa Técnica e também da Luisa, da Diana, da Juliana e da Carla (e das outras duas mulheres cujos depoimentos não puderam ser contabilizados por motivos já referidos). Ficou a cargo da Equipa Técnica da Casa de Abrigo a articulação entre entrevistadora e entrevistadas, assim como o agendamento das entrevistas.

Estas foram conduzidas em particular, numa sala de reuniões da Casa de Abrigo. Depois de feitas as apresentações, seguimos entrevistadora e entrevistada para a sala de reuniões. Uma vez lá dentro, foi perguntado às entrevistadas se havia algum inconveniente em fecharmos a porta. Nenhuma delas sinalizou qualquer recusa. Antes de começar a gravar ou sequer colocar à mostra o gravador, a entrevistadora apresentou-se melhor, explicou os objetivos da entrevista e informou da duração prevista. Foi também partilhada com a entrevistada a cronologia prevista para o procedimento, por forma a compreender se se encontravam ou não confortáveis com este. Todas confirmaram estar confortáveis.

Em seguida, foi esclarecida a necessidade de utilização do gravador e solicitado o consentimento para utilizá-lo. Todas as entrevistadas autorizaram. Foi-lhes pedido então que preenchessem o Formulário de caracterização da entrevistada após explicação das razões para a utilização deste instrumento e de lhes ser assegurada privacidade, anonimato e confidencialidade.

Antes de se iniciar a entrevista em si e a gravação, naturalmente foram fluindo conversas sobre a situação que as levou até à Casa de Abrigo, a relação que tinham com o agressor e etc. Não lhes foi tirada a liberdade de falar sobre questões que não estivessem previstas, mas que eram importantes e significativas para elas com a intenção de deixar as participantes mais a vontade, podendo expressar-se livremente e também ir “quebrando o gelo”, permitindo o estabelecimento de um ambiente adequado à entrevista e onde pudessem estar o mais à vontade possível.

Todos estes passos tiveram em conta as indicações do documento “Putting Women First: Ethical and Safety Recommendations for Research on Domestic Violence Against Women” (Anexo 14), da World Health Organization.

Após um tempo de conversa, a entrevistadora começou a direccionar o rumo desta para os temas que precisavam de ser abordados. Esta transição ocorreu naturalmente e sem nenhuma

ruptura brusca. Compartilhamos o referencial de Reis (2010), citando Ghiglione e Matalon, de que “a entrevista é uma conversa tendo em vista um objectivo”.

Adoptando uma perspectiva feminista, horizontal e empoderadora, foi dito a cada uma das entrevistadas que estivesse totalmente à vontade relativamente ao processo, estando inclusive livres para solicitarem a interrupção da gravação ou da entrevista, se assim o entendessem. Em seguida, foi-lhes perguntado se podíamos dar início à gravação. Dada a devida autorização por parte da Luisa, da Diana, da Juliana e da Carla, iniciamos.

Antes de se concluir a entrevista e encerrar a gravação, houve sempre a preocupação em perguntar às entrevistadas se havia algo mais que gostariam de esclarecer, acrescentar ou partilhar. O empoderamento das entrevistadas foi uma questão presente durante todo o processo de entrevista. Daí o estímulo para desempenharem um papel activo, decidindo o que queriam ou não partilhar e trazendo contributos que considerassem importantes, ainda que não estivessem previstos no âmbito da entrevista.

Quanto ao processo de transcrição das entrevistas, por questões de garantia de anonimato, confidencialidade e preservação da identidade das entrevistadas, todas as referências a nomes de pessoas, instituições e locais foram substituídas por (...). As transcrições das entrevistas de Luisa, Diana, Juliana e Carla, estão disponíveis na íntegra nos Anexos 15, 16, 17 e 18, respectivamente.

IV. 3. Tratamento e análise dos dados – A Análise Crítica do Discurso

“Rejeitamos a ideia de que os estudos sobre as mulheres devem ser reféns de um tipo particular de metodologia (Travers, 2001). À semelhança do que ocorre em qualquer objecto de estudo da Sociologia, o que determina a estratégia de investigação é a natureza do problema a analisar e as condições da execução da pesquisa em termos científicos ” Lisboa et al., 2006

Em alternativa às concepções positivistas da “descoberta” da realidade e do conhecimento objetivo, nesta investigação adotamos enquanto referencial metodológico e de “produção” de conhecimento o paradigma da Análise Crítica do Discurso. Neste sentido, linguagem e interação social são indissociáveis, posto que um determinado ponto de vista discursivo é parte integrante de uma construção social – uma representação – que extrapola os limites do linguístico e extralinguístico. Ou seja, o discurso é um espaço de articulação entre linguagem e sociedade (Rocha e Deusdará, 2005):

“Para a Análise do Discurso, a linguagem não é o reflexo de algo que lhe é exterior. Toda produção de linguagem, portanto, não possui uma motivação outra, constituindo-se, de fato, como produto do encontro entre um eu e um outro [ou outra], segundo formas de interação situadas historicamente. Não há, em Análise do Discurso, um espaço para formas de determinismo que possam constituir um limite entre um interior (a linguagem) e o seu exterior (o social ou o psicológico). Há sim uma articulação entre esses planos.”(idem, 2005)

Não podemos, portanto, falar de um discurso objetivo, mas sim de uma discursividade contextualizada no tempo e espaço, em função também de quem produz e/ou reproduz este discurso. De forma análoga, os resultados da investigação não são tratados como um desvelar de “verdades” ocultas. Ao contrário, são uma expressão do modo de formulação do problema da pesquisa, “não podendo descolar-se das situações de enunciação em que se produzem” (idem, 2005). Os resultados são, assim, uma versão ou interpretação parcial da verdade, uma das possíveis leituras, que reconhece as limitações inerentes a qualquer investigação científica, propondo uma abordagem mais realista e consciente:

“Este posicionamento não representa apenas a existência de menor ambição; pelo contrário, são considerações epistemológicas básicas, que estão aqui em causa. A primeira dessas considerações é que a complexidade, assim como a natureza dinâmica do mundo social, implica que os pesquisadores [e pesquisadoras] não podem fazer predições. Existem tantos factores implicados nas situações, que as relações estabelecidas no passado não são necessariamente aquelas que poderão acontecer no futuro (...) A segunda premissa respeita a ideia que nenhuma verdade única e neutra pode ser possível nas ciências sociais, porque este domínio envolve o estudo de outras pessoas que têm as suas próprias visões. (...) A terceira premissa corresponde à ideia (complexa) de que não é possível atingir a verdade porque a realidade não é simples nem regular: existem múltiplas realidades e por isso múltiplas verdades” (Nogueira, 2001)

Algumas das convergências e divergências entre a Análise de Conteúdo e a Análise do Discurso são:

	ANÁLISE DE CONTEÚDO	ANÁLISE DO DISCURSO
Objetivos de pesquisa	captar um saber que está por trás da superfície textual	analisar em que perspectivas a relação social de poder no plano discursivo se constrói
Eu pesquisador	espião da ordem que se propõe a desvendar a subversão escondida; leitor privilegiado por dispor de “técnicas” seguras de trabalho	agente participante de uma determinada ordem, contribuindo para a construção de uma articulação entre linguagem e sociedade
Concepção de texto	véu que esconde o significado, a intenção do autor	materialidade do discurso
Concepção de linguagem	reprodução e disseminação de uma realidade <i>a priori</i>	ação no mundo
Concepção de ciência	instrumento neutro de verificação de uma determinada realidade	espaço de construção de olhares diversos sobre o real

Rocha e Deusdará, 2005

Na Análise Crítica do Discurso, o/a investigador/a tem por objetivo encontrar padrões de linguagem dentro de macro-contextos, relacionados com questões sociais e culturais. A combinação de diferentes discursos produz um novo e complexo discurso (Nogueira, 2001b).

Partindo desta perspectiva, o presente estudo abarcou duas grandes áreas temáticas dentro do conjunto de necessidades das mulheres sobreviventes, tendo em conta o caráter bi-dimensional da trajetória de reinserção social, explicitado e fundamentado ao longo do Capítulo III – a dimensão estrutural e estruturante. Atribuímos, portanto, a seguinte distinção das dimensões: a estrutural – *societal* – e a estruturante – *individual*. A primeira remete-nos a condições externas às vítimas/sobreviventes, cujos indicadores são o acesso à habitação, ao emprego remunerado, à educação/especialização, a uma rede de contactos (amigas/os, colegas de trabalho, associações, instituições e família) e relação estabelecida com a Casa de Abrigo após a saída. A segunda aponta para condições internas das vítimas/sobreviventes, cujos indicadores são as estratégias de *coping*, os fatores motivacionais, expectativas de vida e recursos mobilizados no processo de reconstrução de um projeto de vida autónomo.

A fim de procedermos a esta análise, adotamos a seguinte grelha de análise:

Dimensão Estrutural - Societal	Dimensão Estruturante - Individual
Barreiras institucionais	Barreiras existenciais
Âmbito de macro-atuação do Estado/Comunidade	Âmbito de micro-atuação individual, de cada mulher
Indicadores – acesso à habitação, emprego remunerado, educação/especialização, rede de contactos (amigas/os, colegas de trabalho, associações, instituições e família) e relação estabelecida com a Casa de Abrigo após a saída	Indicadores – estratégias de <i>coping</i> , os fatores motivacionais, expectativas de vida e recursos mobilizados no processo de reconstrução de um projeto de vida autónomo

Este foi o nosso ponto de partida e referencial analítico-teórico. Entretanto, no processo de Análise Crítica do Discurso, procuramos não nos prendermos a uma grelha estruturada, mas a nos deixarmos guiar pelo fluxo e ritmo próprios das narrativas das participantes, acompanhando-o e respeitando-o.

Do ponto de vista analítico-teórico, e também empírico, a grelha proposta aparece como um contributo desta investigação: um modelo das necessidades das mulheres sobreviventes, que

apresenta a sistematização destas necessidades, localiza-as em duas diferentes dimensões e âmbitos de ação/atuação (macro x micro).

Como é também característico da Análise Crítica do Discurso, não nos prendemos a uma amostra “numericamente” representativa por considerarmos que a heterogeneidade da amostra é capaz, por si só, de garantir a emergência de diferentes posições discursivas. As entrevistas foram conduzidas pela investigadora e transcritas também pela própria, numa lógica de revisitar diferentes tempos e contextos os mesmos discursos.

Os resultados apresentados a seguir têm por referência as vivências, depoimentos e partilhas das sobreviventes Luisa, Diana, Juliana e Carla. Por serem testemunhas diretas da sobrevivência a relações violentas, ninguém melhor que elas para indicar o ponto de situação relativamente aos aspectos que serão abordados neste capítulo. Neste sentido, o saber teórico avança para o campo e, numa perspectiva, *open-ended*, recebe e troca com ele. Prossigamos para a reflexão crítica acerca daquilo que fomos capazes de escutar e apreender a partir das vozes e discursos destas mulheres.

V. Apresentação e discussão dos resultados

V. 1. Por uma abordagem feminista dos percursos de reinserção social

A análise dos contributos de Luisa, Diana, Juliana e Carla permitiram-nos perceber que as necessidades com que as sobreviventes se deparam ao longo da trajetória de reinserção social são múltiplas e também variáveis em função das prioridades de cada uma. Garantir o atendimento às demandas que se colocam é condição *sine qua non* para o empoderamento das sobreviventes. Como afirma Magalhães (2003):

“não se pode falar de agência das mulheres e de agência feminista⁹ sem equacionar a sua dominação, opressão e/ou desigualdade e sem estabelecer quais as suas margens de poder. Portanto, sem equacionar o seu *empowerment* ou *disempowerment*”.

A preocupação com a autonomização, capacitação, empoderamento e livre escolha das sobreviventes é fulcral para uma perspectiva feminista do processo de reinserção social das sobreviventes. O seu bem-estar e a consequente ruptura com relações violentas e agentes violentos são fruto de uma consciência crítica feminista, que condena e repudia o exercício chauvinista da violência.

Não fosse suficiente a vitimização em si, as sobreviventes deparam-se – ao longo da reinserção social – com um conjunto de valores, práticas e mecanismos representantes da resistência patriarcal, que operam no sentido da manutenção do *status quo* de subordinação, inferiorização e obediência servil das mulheres. As redes de suporte sociais e institucionais são, muitas vezes, guardiãs de estereótipos e papéis de género que legitimam o discurso de opressão e culpabilização das mulheres.

Neste sentido, o período de estada na Casa de Abrigo é, do ponto de vista da agência feminista, um momento-chave para a desconstrução e questionamento de valores tradicionais hegemónicos de família, masculinidade, feminilidade, maternidade, etc. Este tempo deve ser bem gerido para que se possa tirar dele o maior benefício possível em prol das sobreviventes e assegurar um ambiente acolhedor e favorável à mudança.

Não há uma trajetória única de reinserção social – há trajetórias. Apesar de propormos um modelo de compreensão desta realidade, assumimos e perspectivamos a diferenciação e

⁹ “a nossa capacidade para tomar decisões e agir no mundo em ordem a mudá-lo” Francis (citada por Magalhães, 2003)

individualização deste processo, através do reconhecimento da existência de um universo de ocorrências, escolhas e vivências das sobreviventes que conferem um caráter personalizado e intransferível para esta experiência. Cada mulher transita neste universo de acordo com os seus desejos, suas metas, seu tempo e seus recursos (extrínsecos e intrínsecos). Não podemos falar num padrão ou *script* de reinserção social, mas podemos predizer o objetivo maior deste processo, seu meio e fim: o empoderamento e capacitação das mulheres sobreviventes.

V. 2. A partilha das participantes na investigação

“É horrível. São traumas, são sensações que são inexplicáveis, não se conseguem explicar, não tem explicação, são sentimentos que são nossos, sentimos, e podemos traduzi-los em lágrimas. Caso contrário, não há explicação possível.” Luisa

Uma questão relevante que emergiu da análise das entrevistas foi a impossibilidade de estabelecer um critério capaz de indicar uma possível relação de causalidade ou antecedência entre as necessidades estruturais e as estruturantes, assim como perceber a prioridade de uma em detrimento de outra. Por isso, ao longo da apresentação dos resultados não optamos por separá-las, mas sim por focarmos na sua interação.

Isto porque as duas dimensões operam por contraposição dialética (e não justaposição) – variam e se afetam proporcionalmente, ou seja, crescem ou decrescem em conjunto e interação. Pudemos observar que há respostas estruturantes (favoráveis ou não) em função da presença ou ausência de estímulos estruturais e vice-versa.

Neste processo está implicada: 1) a participação do Estado na garantia das condições estruturais; 2) o investimento estruturante das sobreviventes; e 3) a pressão social de atrizes, atores, comunidades, instituições e organizações, enquanto agentes promotores da mudança – por um lado, legitimadores/as de novas feminilidades e masculinidades e de relações não-violentas; por outro, críticos e intolerantes à relações violentas e aos comportamentos dos agressores. Enfim, agentes promotores/as, mantenedores/as e reforçadores/as de uma “nova ordem social”.

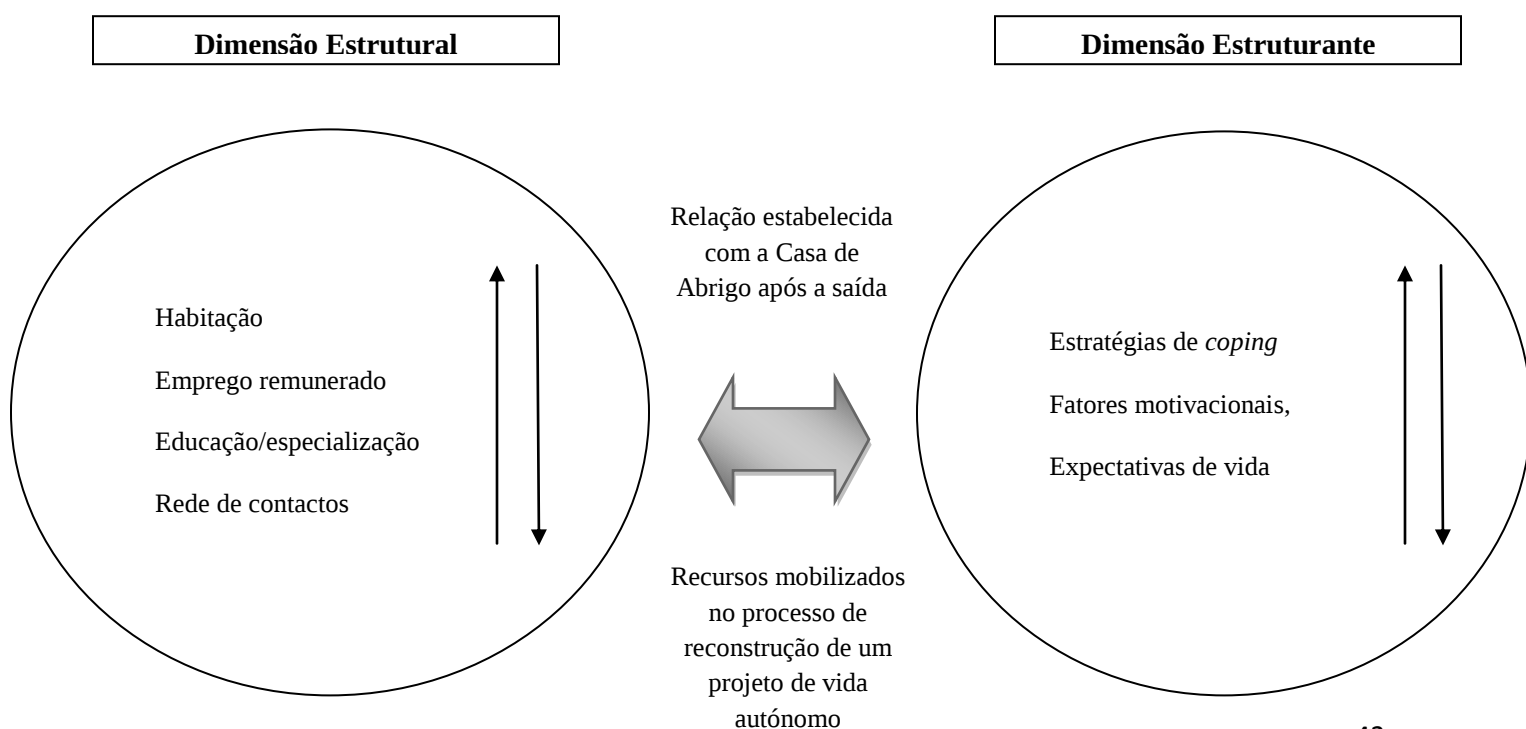
Entretanto, é relevante notarmos a impossibilidade de sustentação de uma resposta estruturante favorável na ausência completa de estímulos estruturais, uma vez que estes últimos estão diretamente relacionados à *sobrevivência*. Portanto, podemos pensar a dimensão estrutural

como fator de base para o despoletar do processo de reestruturação do projeto de vida, mas não como anterior a este. Notamos que há uma relação dialética de retroalimentação entre as duas dimensões de tal forma que não se verifica a presença de uma na ausência de outra.

Como cada dimensão é composta por diferentes elementos/indicadores (alguns até mesmo limítrofes), percebemos também que há uma tendência a variação da atenção/energia concentrada em um ou outro elemento em função das contingências. Podemos considerar que cada uma das dimensões opera como um sistema autónomo, numa lógica económica de gestão da energia (combustão) disponível – ou seja, quando um elemento está saciado, há uma concentração de esforços num outro que esteja deficitário.

Por exemplo: se a sobrevivente tem trabalho, mas não tem habitação, desloca a atenção (energia) do primeiro elemento para o segundo. Supondo que, em seguida, consiga a habitação, mas perca o direito a um subsídio – passa a concentrar a energia na tentativa de reequilíbrio do sistema: 1) incremento da renda através de um part-time ou 2) adaptação das rotinas de vida à nova realidade financeira.

Embora as duas dimensões operem enquanto sistemas autónomos, relacionam-se numa perspectiva aberta: trocam entre si e afetam-se mutuamente. Impactos – positivos ou negativos – numa ecoam para o outro. Portanto, a representação que passamos a ter é a seguinte:



Para Luisa, tirar o nono ano é uma questão central pois seu sonho “*era ser bióloga*” e os estudos têm um grande peso na sua vida. Juliana, preocupa-se muito com a situação da filha – que já começa a apresentar alterações de comportamento – e com o fato de não poder voltar para o país de origem com a filha (por conta de uma ordem judicial que a proíbe de fazê-lo). Carla está num momento de organização interna, tentando perceber “*quem é que errava*” e confirmar “*que era o marido*” e não ela. Está também muito centrada no filho, nos impactos que a sua decisão de ir para a Casa de Abrigo poderá ter tido sobre ele e numa maneira de retomar a convivência. Diana está focada na educação dos filhos – uma rapariga e um rapaz – e os cria com a preocupação de que venham a se tornar “*um bom homem e uma boa mulher*”. Ela afirma que faz falta uma autoridade e referência masculina em casa, principalmente para o filho, pois impõe mais respeito.

A maternidade é uma questão importante na vida de Diana, Juliana e Carla, mas já não parece ter tanto peso para Luisa. Isto deve-se ao fato do filho e da filha de Luisa já serem crescidos e independentes – “*os filhos tinham seguido o rumo deles, formaram-se, foram à vida deles*” – ao contrário dos/as filhos/as de Diana, Juliana e Carla, que estão na infância e adolescência, e ainda dependem delas – como ressaltam muitas vezes em seus discursos. Percebemos que há uma ligação clara entre esta preocupação com os/as filhos/as e os estereótipos e papéis de género. Elas – as mulheres – sentem-se como se fossem as únicas responsáveis pelo bem-estar (ou não) deles/as. Os agressores não aparecem, em nenhum momento, como sendo aqueles que não foram capazes de oferecer aos/às filhos/as uma boa família e um bom ambiente; elas tomam para si esta responsabilidade.

“Acho que assim em termos de mãe não sou muito perfeita, mas, ou mal ou bem, a coisa vai escapando bem. (...) um dos meus projectos de vida é ensinar os meus filhos a ser um bom homem e uma boa mulher. (...) Mas eu gostava de poder dar mais estabilidade aos meus filhos, tenho pena de não ter conseguido dar aquela família que eles gostariam de ter, aí então sinto mesmo que falhei.” Diana

“Embora eu estivesse a sofrer e isso assim. Não quis tirá-lo dos amigos dele, não quis o tirar do pé do pai, não o quis tirar do pé de tudo, embora depois possam pensar que sou uma má mãe. Mas não foi por causa disso. Eu não sou má mãe. Foi mais por pensar nele do que em mim, eu estou a sofrer mais...” Carla

As mulheres aparecem como as salvadoras, aquelas que têm de abdicar de tudo e sofrer o que for preciso por causa dos/as filhos/as, pois eles/elas têm de vir antes delas – e isto é ser uma boa mãe. Diana chega a ponderar sobre a decisão tomada por uma das vítimas que conheceu na Casa de Abrigo de voltar para o agressor, por causa do filho:

“E ela, coitada, sabia para o que ia, mas pelo filho, voltou. Essa mulher marcou-me um bocado, porque foi uma pessoa que pelo filho, foi aguentar. Agora resta saber se valeu a pena ou não.”

Neste sentido, a maternidade e a família ocupam um lugar central na identidade destas sobreviventes, os/as filhos/as são a prioridade de seus projetos de vida – que centram-se neles/as e não nelas – e a motivação para um novo projeto de vida passa, invariavelmente, pelos/as filhos/as: é por eles/as que elas têm de conseguir avançar, e não por si próprias.

“As únicas coisas que eu tenho a pensar e mostrar à minha família é que eu sou boa...” Carla

“Eu fujo de pensar muito em mim. (risos) Fujo um bocado disso...” Diana

Subjacente à ideia de que têm de superar o que aconteceu e prosseguir, as sobreviventes expressam a necessidade dum projeto de vida por causa dos/as filhos/as, mas têm dificuldade de falar e pensar sobre um projeto próprio, centrado nelas mesmas e que as tenha como agente primeira, promotora e receptora da mudança. Esta é uma dinâmica ambígua e controversa pois, se por um lado, as sobreviventes acabam por anular-se em seu projeto de vida, por outro, é a família e os/as filhos/as a fonte de motivação para continuarem a trajetória de reinserção social e enfrentarem as dificuldades:

“Vou conseguir tudo de novo, minha filha vai ser feliz e vai dar tudo certo. (...) Que é por ela que tenho que conseguir tudo novamente, porque senão era diferente.” Juliana

“...por isso mesmo quero pensar é na minha mãe e no meu filho [para vencer o medo].” Carla

Condicionantes diversas – e alheias à livre escolha das mulheres uma vez que fazem parte de sua história de vida – sobrepõem-se à experiência de vitimização, contribuindo para o maior ou menor grau de complexidade da situação, como por exemplo: ter filhas/os ou não, estarem divorciadas ou não e serem imigrantes ou não.

“Se não tivesse ela [a filha], já poderia ir embora [para o país de origem]. Pronto, já tinha pirado [ido embora] há muito tempo. Mas sem ela também não vou. Como tem ela, não posso ir, então ficamos por aqui.” Juliana

“...uma mulher quando se divorcia e que se sabe que é divorciada, parece que está escrito aqui na testa “divorciada e com dois filhos para criar”. No meu caso, por exemplo, eu senti isso muitas vezes. (...) E depois as pessoas pareciam que estavam a me pôr a prova (...) sempre a mandarem-me aquela conversa do género “ah, tu agora és divorciada, normalmente as divorciadas arranjam, vão-se aos maridos das outras para se manterem financeiramente e não sei que...”
Diana

Quando perguntamos sobre o planeamento dum novo projeto de vida, percebemos a ausência de um desígnio concreto. Luisa, Diana, Juliana e Carla preferem não pensar sobre isso. Ou porque dependem de algo que foge a sua área de influência e intervenção – como um processo judicial, por exemplo – ou porque julgam que não vale a pena programar nem preparar

nada, pois tudo pode mudar. Esta sensação de falta de controlo sobre a própria vida e vulnerabilidade está ligada à experiência violenta, enquanto um fator de desorganização externo, alheio às vontades das sobreviventes e sobre o qual sentem que têm pouco ou nenhum controlo/influência. As sobreviventes têm desejos abstratos, como querer um emprego ou uma casa nova, mas não possuem nem pensam em termos concretos na operacionalização desta vontade. Vivem sob o lema “não penso, logo existo”.

“Eu espero encontrar o melhor do que aquilo que eu tenho passado até aqui. (...) Tenho medo de não poder fazer aquilo que eu ... nem eu sei o que eu quero ... queria tudo de uma vez. Destes anos... Destes dezoito anos que eu perdi para trás. Mas, um dia de cada vez.” Carla

“Tento viver mais o presente do que propriamente o futuro. Pensando no futuro, mas mais o presente.” Diana

“Olha eu tenho um lema, eu não penso. Eu vivo um dia de cada vez. Eu nem penso, nem faço planos.” Luisa

“Viver um dia de cada vez que é melhor, se não é complicado.” Juliana

Neste sentido, não se organizar externamente parece uma estratégia contraditória de organização interna para evitar a ansiedade e a angústia de se deparar com o momento de reestruturação – percebido por elas como desestruturação – pelo qual estão passando:

“Nem sei o que eu sinto [em relação a vida]... é um pouco complicado. Prefiro nem pensar como ela está não, porque está um pouco de pernas para o ar. Um pouco complicado do jeito que está agora. Totalmente desestruturada. Totalmente. (...) Ah, se pensar muito, fica triste, né? Então é melhor nem pensar. (...)Tipo, prefiro nem pensar, pensar mesmo só no último mês, ali mais ou menos, pode haver mudanças.” Juliana

Além da tristeza, o medo foi constantemente e unanimemente referido por todas as sobreviventes, aparecendo associado a diferentes contextos:

“... [medo] De tudo. De não conseguir dar conta do recado de criar os miúdos e isso, de encontrar o pai deles bêbado e assim desorientado, medo de viver sozinha, de precisar de qualquer coisa...” Diana

“Tive muito medo de enfrentar o mundo sozinha. (pausa) Tive muito medo... principalmente, se eu chegasse lá fora e não conseguia... Tinha um pavor enorme. (suspiro) E enfrentar tudo sozinha, eu senti-me...” Luisa

“Isso tenho medo [relativamente à saída da Casa de Abrigo]. Porque isto tudo me deixa muito medrosa, e agora ainda mais tenho medo de tudo mais que possa acontecer... medo. Tenho medo de não poder fazer aquilo que eu ... nem eu sei o que eu quero ... queria tudo de uma vez. Destes anos... Destes dezoito anos que eu perdi para trás. (...) tenho medo de não/de não conseguir no futuro... às vezes de não conseguir alcançar aquilo que eu tenho, as perspectivas, como um emprego, de não conseguir pagar rendas e de não conseguir isso tudo daquilo que eu tenha a fazer.” Carla

A raiva e a revolta também foram mencionadas:

“Escrevo muita poesia, escrevo o que sinto, escrevo sobre as Casas, escrevo sobre tudo, tudo o que eu vejo. Portanto os meus poemas é mais a base de revolta.” Luisa

“Às vezes dá é raiva, dá vontade de pegar ele e dar umas boas porradas também. Dá é raiva em pensar em tudo que ele fez. (...) Dá é raiva, dá vontade de pegar no pescoço de um homem desses.” Juliana

É pertinente ressaltar que as sobreviventes concentram esforços e recursos em ultrapassar estes estados internos. Tentam não paralisar nem fugir, mas arrumar maneira de enfrentá-lo. Diana, em tom de reflexão, dá o seguinte conselho para novas vítimas que cheguem na Casa de Abrigo:

“Não tenham medo. Porque morrer diariamente nas mãos do homem ou morrer de repente porque ele apareceu e pronto acabou, eu acho que vai dar no mesmo. Não sei o que custa mais: se é morrer de repente ou se é ir morrendo em vida.”

Como é evidente, estes estados internos são reações naturais a exposição a uma situação traumática. Entretanto, vale a pena ressaltar os diferentes recursos que as sobreviventes encontram para extravasarem seus estados internos. A religiosidade/espiritualidade e a arte são poderosas ferramentas na busca pelo equilíbrio e como estratégias de *coping*. Para Luisa, a poesia; para Diana, a música; para Carla, a fé.

“...mas quando estou consciente e eu escrevo e só aí é que eu consigo desabafar, sentir-me aliviada... é quando escrevo, quando ponho para o papel.” Luisa

“Mando-me para cima da cama e estou ali um bocadinho a ouvir música, que a música alivia muito.” Diana

“Mas há-de ser o que Deus quiser, eu tenho fé em Deus. (...) peço sempre que Deus me dê vida para aproveitar assim o tempo que Deus me der para estar com o meu filho, para ter aquilo que eu não pude dar porque dezoito anos foi muito pouco tempo, eu tinha muito pouco tempo para estar com ele. Mas agora Deus vai me ajudar e vou/vou fazer ... Vou ter o que/aquilo que não tive, se Deus quiser. (...) Dizem que o que Deus faz é tudo bem feito, por isso se eu esperei até aqui é porque Deus a partir de agora vai dar uma vida boa e vai me ajudar na vida. Acho que não tenho assim...” Carla

Apesar disto tudo, ainda é possível encontrar nas sobreviventes entusiasmo para viver e recomeçar, uma força contrário ao desânimo e ao pessimismo, aquilo que a Luisa chamou de “positivismo”.

“... mas não vou pensar nesse receio. Vou pensar sim no positivismo que tenho e nas referências, nas pessoas que tenho aqui na Casa de Abrigo, que mais uma vez eu acho que vão poder olhar pouquinho por mim, como me olharam sempre (...) Vou conseguir. É um positivismo mesmo, tenho muita força. (...) Bem, nós temos de ter a tal força, a tal motivação. Certo? Portanto, elas [Equipa da Casa de Abrigo] expõem-nos aquele caminho e depende de nós querer caminhar ou não. Depende muito. A tal força de vontade, a tal força de viver. E se nós somos bem orientadas nessa/nessa forma... nesse caminho, nesse âmbito de conseguir caminhar, claro que nós vamos conseguindo. As tais etapas que nós vamos ultrapassando, os tais obstáculos, as tais metas - há metas que nós vamos conseguindo. As vitórias... tenho certeza que todas nós temos vitórias. Se formos bem orientadas, que é o caso (...) E o depois vamos enfrentando bocado a bocado, dia-a-dia e então são as tais vitórias que nós temos alcançado com muito êxito, isso asseguro-lhe.” Luisa

“...olha, bola para frente e vamos à luta, né? Em relação a isso não pode desanimar não.” Juliana

“...quando eu saí da Casa de Abrigo foi assim... pensei: “Pronto... agora seja o que Deus quiser, temos que ir para frente”.” Diana

“Eu espero encontrar o melhor do que aquilo que eu tenho passado até aqui. (...) Tenho tido altos, tenho tido fracos, mas vou ser forte e vou conseguir vencer na vida.” Cristina

Este é um aspecto que merece ser valorizado e incentivado nas sobreviventes, pois é um diferencial no processo de reinserção social. É imprescindível que as sobreviventes estejam motivadas para poderem enfrentar as dificuldades, inerentes ao processo, da melhor forma possível. O conceito de reinserção social parece descrever adequadamente a vivência das sobreviventes, uma vez que são as próprias mulheres que assinalam e referem uma cisão espacial entre a Casa de Abrigo e a vida “lá fora”.

“...tenho uma mais-valia para eu enfrentar a vida lá fora [fora da Casa de Abrigo]...” Luisa

“...tinha muito medo de vir cá para fora [fora da Casa de Abrigo]. Senti medo, quando saí.” Diana

As expectativas para o futuro incluem tanto fatores estruturais quanto estruturantes. Algumas das expectativas têm uma componente afetiva e de idealização mais presente, portanto, com um cariz de sonho que vai para além da realização de um objetivo. Entretanto, as sobreviventes referem-se aos sonhos com um tom mais distante, quase inalcançável.

“Quero arranjar um trabalho... mas quero um dia arranjar um trabalho, quero ser independente e (...) Se eu arranjar a minha casinha, um quartozinho quando sair daqui e... ele [o filho] vir para o pé de mim, quando puder. (...)Mas eu um dia... pensando bem... eu um dia penso em ter um homem que me ame e que goste de mim e que eu goste dele e ter assim tudo de bom, beijinhos e carinhos, ter assim essas coisinha boas. Eu nunca tive... nunca tive o meu marido assim.” Carla

“Quero o impossível. (...) encontrar uma boa pessoa, não digo que quisesse morar comigo, mas que me apoiasse tipo como amigo, que falasse comigo assim como amigo, que estivesse presente sem estar muito grudado na minha vida. Gostava de encontrar assim um ombro amigo, que me ajudasse a por assim...” Diana

“Tenho expectativas de poder encontrar [trabalho]” Luisa

“Olha, nesse momento nem tenho sonho. Apenas de conseguir tudo novamente. Reconstruir a vida novamente e ter paz.” Juliana

O trabalho é uma preocupação constante na vida das sobreviventes. É através dele que é possível assegurar o ganho financeiro e, conseqüentemente, o acesso a outros recursos indispensáveis para a subsistência. A auto-suficiência económica está diretamente associada à autonomia e independência. As sobreviventes têm a noção de que, sem auferir uma renda própria capaz de corresponder aos gastos de subsistência mensais que têm, o rompimento com o agressor e a autonomização não tem grandes chances de sucesso.

“Quero arranjar um trabalho. (...) As dificuldades, essa que eu tenho mais medo é se eu não arranjar nenhum emprego até sair daqui. (...) Eu acho que se eu for trabalhar, consigo bem me

sustentar a mim sozinha. E, se eu tiver vontade de trabalhar, consigo também depois sustentar o meu menino, se ele vier, quando ele vier para mim e isso.” Carla

“... elas [Equipa da Casa de Abrigo] tentavam procurar sempre algo que fosse equivalente a minha fragilidade para que eu conseguisse superar, ao menos para... Foi difícil. Só mesmo o curso... Agora sim, sinto-me com mais forças para enfrentar tudo novo. (Mas é como eu digo, começar outra vez a/a pedir, porque além de não conhecer muito, já me (imperceptível) metido anúncios, mas está muito difícil. Eu não sei como é que vai ser agora (...))No meio disto tudo, estou a entrar novamente em paranóia, porque o curso está no fim e só tenho meu remuneração até o fim do mês. O que é que eu vou fazer? O que é que eu vou comer?.” Luisa

“E propus-me mesmo, enquanto estive na Casa de Abrigo, se conseguisse ter uma ocupação para ganhar algum dinheirinho (...) eu entretanto fui fazer umas horinhas para ganhar algum dinheirito, já a pensar depois que quando saísse precisava. (...) Pensava que ia passar fome, pensava que não conseguia manter as minhas contas em dia...” Diana

Por isso, as sobreviventes preocupam-se também com a gestão financeira daquilo que recebem. De certa forma, estão constantemente a prevenir-se para alguma eventualidade.

“...depois qualquer preço para mim era uma confusão e metia-me medo, qualquer despesa que pensasse fazer metia-me medo. E então... acho que ainda hoje ainda vivo ainda assim, um bocadinho assim. Cada vez que penso em dinheiro para gastar assim mais extra, fico logo assim um pouquinho desorientada com a coisa, mas tento me acalmar.” Diana

“Cuidado eu estou tomando, né? Tipo, poupando o máximo. Poucas despesas mesmo. Porque, pronto, depois eu vou estar fora daqui, eu que tenho que bancar tudo, né? Então, tem que ter cuidado em relação a isso também.” Juliana

Luisa aponta situações de exploração laboral a que as mulheres vítimas muitas vezes ficam expostas, com base num estigma de submissão e dependência das mulheres vitimizadas a toda e qualquer situação:

“... as pessoas valem-se da crise para explorar (...) quer sejam imigrantes, quer sejam pessoas na minha condição. É... principalmente na minha condição. Exploram-nos porque nós somos as coitadinhas e põem-nos em trabalhos inferiores até as nossas competências e pensam que nós somos obrigadas a fazer o que eles querem. E nós porque precisamos, até fazemos. O que é uma injustiça. (...) não é porque estou numa Casa de Abrigo que [a patroa] me vai explorar. Porque sei muito bem as condições e os meus direitos, como os meus deveres. Meus deveres, acabei de os cumprir. Portanto, se acabei de cumprir os meus deveres, a senhora está no seu dever de me pagar, e pelo menos o justo. Que eu acho, entenda, que não é justo, mas pelo menos o justo foi quanto eu dei de mim.” Luisa

É verbalizada também a demanda por habitação, apoio jurídico e psicológico.

“Acho que um pouco de apoio também ainda porque a situação é um pouco complicada. (...) E Segurança. (...) Principalmente jurista. Acho que é um dos maiores apoios que vou precisar.” Juliana

“Mas eu sou sincera, pelo menos psicologicamente, eu acho que gostava de ter um bocadinho mais de apoio.” Diana

A violência governamental e institucional do Estado – e seus representantes – sobre as sobreviventes (ver Capítulo II) também é sentida (e vivida) com revolta. A impunidade e as incoerências do sistema são uma forma de re-vitimização dramática:

“... vimos para aqui [Casa de Abrigo] e eles [Equipa da Casa] lutam tanto por nós, para na justiça/depois quando é na justiça muitas das vezes, como foi o meu caso, salvaguardarem-nos e depois a justiça nos dar de sobremesa ao agressor. Porque muitas das vezes eles nem sequer ocultam as nossas direcções, nem sequer se preocupam em termos uma/uma/uma videoconferência numa sala qualquer o mais longe possível e, principalmente, ocultarem as direcções, as moradas. Isso é para que? É para nos oferecerem de novo ao agressor? Para o agressor saber qual é a direcção para onde estamos?... E... podemos estar numa cidade e eles terem acesso a essa morada? Por favor, o agressor continua a matar mulheres... e eles [justiça] têm de ter consciência disso porque todos os dias isso acontece.” Luisa

“Falei com os policiais, conversei, falei que ele [ex-companheiro e agressor] estava armado e estava me ameaçando. Os policiais falaram para mim que não podiam fazer nada, porque ele também era policial, estava em local público e consumindo e que sabiam muito bem dos direitos dele.” Juliana

Entretanto, as sobreviventes também adquirem conhecimento acerca dos seus direitos e da sua auto-determinação – os deveres elas já conhecem pois são constantemente lembradas acerca deles. Conhecimento é poder.

“Porque não é porque estou numa Casa de Abrigo que me vai explorar. Porque sei muito bem as condições e os meus direitos, como os meus deveres. Meus deveres, acabei de os cumprir. Portanto, se acabei de cumprir os meus deveres, a senhora está no seu dever de me pagar, e pelo menos o justo. (...) eu fiz valer os meus direitos.” Luisa

“Porque eu era assim, eu deixava-me ir na onda. E agora eu só vou na onda se quiser, se não quiser, não vou. Tenho uma opinião e se as pessoas gostam da opinião, estou-me a baldar para isso. Estou um bocadinho mais segura de mim, apesar de ser um bocadinho insegura, mas pronto.” Diana

As sobreviventes adquirem também uma auto-imagem construtiva, aprendem a se valorizarem e respeitarem. Estão mais conscientes de si mesmas e do seu potencial.

“Eu aprendi (...) a gostar mais de mim, embora eu ainda tenha coiso... mas a gostar mais de mim, a pensar que a gente... não posso só pensar nos outros, que devemos também pensar em nós. Embora a gente pense mais nos outros, como eu pensava mais no meu marido do que em mim... e nas outras pessoas. Aprendi que a gente tem a independência que quer, que podemos ser livres. Aprendi a não/que eles não devem tratar a nós como eles querem, que nós devemos ter a nossa mente, e sermos nós/sermos independentes embora a gente não possa fazer o que nos apetece, mas também não devemos fazer mal aos outros, repriorizá-los ou como é que isso se diz. Aprendi... (pausa) acho que a olhar a vida assim com mais/com mais dom do que aquilo que olhava antes para trás. Assim com mais alegria, assim com mais dom.” Carla

“... eu vou ser egoísta... acho que não preciso de melhorar muito mais, não preciso. Não é egoísta, acho que estou a... com optimismo, com motivação... que estou apta a enfrentar o que quer que seja depois disto. (...) estou preparada para tudo.” Luisa

“[aprendi] A ter garra. Ela [a colega de quarto] era assim, toda de garra, de fibra... e eu era sempre deixa estar, pronto, olha, deixa, não se consegue ir para ali, vai-se para outro lado. E ela era daquele tipo: não, eu quero ali, tenho que conseguir ali, só quando vir que não consigo é que desisto. Acho que aprendi um bocadinho isso com ela. Ajudou-me a ver as coisas de uma maneira mais realista.” Diana

A Casa de Abrigo representa para as sobreviventes um ponto de referência após a saída. É lá que recorrem quando necessitam de algo ou mesmo quando precisam conversar. Não há uma

ruptura com a Casa no momento pós, mas sim uma reedição da relação, com novos contornos e limites, mas ainda assim uma relação de proximidade.

“Acho que está começando a desviar/acho que está começando a desviar [a Casa de Abrigo de sua vida]. Embora nós às vezes façamos assim umas reuniões ou coisa assim, muito pouca, muito mínima... mas acho que fazia bem de vez em quando, nem que fosse só para perguntarem: “Como é que está? Como é que vai tudo?”. (...) Mas se eu precisar de alguma coisa venho aqui, bato à porta e falo ou com a Irmã (...) ou alguma das Doutoradas e elas, coitadas, só se não puderem é que não dão a volta à situação.” Diana

“Filha, se não houvesse a Casa de Abrigo, as mulheres morrem. É isso que temos de fazer ver as pessoas deste país. (...) [a Casa de Abrigo deve estar] Aberta! E a ter um papel importante e fundamental na nossa vida. Porque caso nos aconteça alguma coisa, vamos recorrer aonde? É a Casa de Abrigo que vimos. É ter com as Doutoradas, com as psicólogas, com as Irmãs, com quem dirige a Casa. Porque foi o apoio que nós tivemos, foi o acolhimento que nos deram. Se não temos mais condições nem a quem recorreremos, vamos a quem? Se elas fecharem vamos para onde? Porque se não, se não existem as Casas, aí sim vão acontecer e cada vez mortes e atrocidades mais desesperantes do que aquelas que nós temos travado durante os tempos que... têm vindo, que nos têm sido expostos no dia-a-dia. Tenham em conta isso. Meu ponto de referência é a Casa de Abrigo.” Luisa

A mudança geográfica decorrente da estada numa Casa de Abrigo também gera desconforto para as mulheres. Apesar de ser uma medida de segurança indispensável, o deslocamento geográfico é mais um fator de adaptação para as sobreviventes e, em muitos casos, uma fonte de stress – pois remete-as à solidão, ao desamparo e ao estranhamento.

“E eu costumo dizer que estou no mesmo país, mas que sou uma imigrante, como acabei de dizer. Portanto até a linguagem, em certos aspectos, é diferente.” Luisa

“Eu, em princípio, antes queria ir para a minha terra, é claro, porque estava ao pé da minha mãe e isso assim, mas isso está fora de questão porque eu tenho medo ainda do meu marido e as Doutoradas ainda não aconselham. Ainda é muito perigoso.” Carla

Afinal, como já foi referido neste trabalho, devemos caminhar na direção de um sistema que penalize o agressor e não a vítima. Ser abruptamente removida de seu lar, da sua referência, do local onde tem uma rede de suporte, família, vínculos e identificação é, em última análise, uma forma de re-vitimização.

Os maiores conselhos que as sobreviventes deixaram para mulheres que estejam chegando na Casa de Abrigo foi terem coragem e darem um passo de cada vez. Para elas, estes são elementos fundamentais para que haja retrocessos e desistências no decurso do processo.

“Para terem coragem para enfrentar a vida e Deus ajuda-nos e um dia de cada vez, que a gente não deve pensar, embora eu penso ainda muito já no amanhã, que a gente deve subir um degrau de cada vez e pensar que nós vamos conseguir aquilo que nós queremos tendo fé em Deus. (...) Que aproveitem o melhor que a vida dá. E que sonhem que é a melhor coisa que a gente tem... a gente poder andar livres na vida. Não pode a gente pensar só nos outros, só nos outros, só nos outros e não pensar em nós. Não estou a ver. Só sei que aproveitem. Para as pessoas aproveitarem aquilo que Deus nos dá.” Carla

“É preciso muita perseverança, principalmente quando nos sentimos sozinhas... não o fazer [desistir]. Nem que seja vir aqui a instituição ter com as Doutoradas e ter uma palavra. (...) Mas que tenham coragem e, se precisarem do tal suporte, podem sempre recorrer a Casa porque elas estão a espera e de certeza absoluta que vão conseguir com muito mérito. Têm é de ter também muita força de vontade que vão conseguir e, por favor, não voltem... não voltar ao agressor porque os primeiros oito dias pode ser muito bonito, mas vai começar a continuar aquilo que anteriormente passaram. É só fachada. Portanto, pensar numa vida nova e tenham a certeza absoluta que vão conseguir com orientação e ajuda delas [Equipa Técnica da Casa de Abrigo].” Luisa

“Não percam a coragem. Não percam a coragem, não se inferiorizem porque é um mal. Eu tive muito um bocado dessa percentagem de inferioridade... e custa/custa nós vivermos assim sozinhas, mas vale a pena. Vale a pena. Não sei. Eu acho que vale a pena porque é assim, pelo menos uma vez que elas saiam de casa dos maridos, né, que saem da casa delas e sofrem aquele momento de dar esse passo, não voltem atrás. Eu acho que era muito importante elas não voltarem atrás porque assim há sempre estas situações. Não tenham medo.” Diana

De uma maneira geral, observamos que há estados afetivos ligados a condições/situações conjunturais. A plena realização e reconstrução de um projeto de vida passa pela identificação e supressão das necessidades das sobreviventes. Para que a mudança ocorra é preciso que se criem condições para tal. As mulheres não podem ser culpabilizadas pela vitimização ou pela dificuldade em romper com vivências violentas. Elas são as vítimas e não autoras do crime. Elas devem sim ser apoiadas e incentivadas para que possam fazer escolhas, trilhar caminhos e re-escrever suas histórias.

Não se trata aqui de fazer apologia a uma vida perfeita, mas sim de reconhecer e reparar uma situação de desvantagem e assimetria e, mais que isso, oferecer alternativas de escape. De fato, em última análise, a escolha de romper ou não com a vitimização é individual e voluntária. Mas, é preciso ter-se em conta que a violência doméstica é um fenómeno complexo, que não pode ser combatido com soluções simplistas, redutoras e “one fits all”. Cada caso é um caso e a única coisa que as sobreviventes têm em comum é uma história de vitimização. Há muito mais para além desse aspecto na miríade identitária de cada uma delas.

O estigma da vitimização acaba por gerar a re-vitimização. É preciso rompermos com o estereótipo da “coitadinha” (como bem referiu a Luisa) e explorarmos as potencialidades e capacidades das mulheres sobreviventes. Promover a reinserção social das sobreviventes equivale a devolver à sociedade talentos e capacidades que não foram bem aproveitados. É reconhecer a força das mulheres e a resistência feminista. As mulheres, vítimas ou não, sobreviventes ou não, reclamam os seus direitos e marcam sua posição de não aceitação da violência. Os corpos das mulheres, a sua dignidade e liberdade não são território neutro à espera de ocupação.

Conclusão

*“Liberdade é pouco. O que eu desejo
ainda não tem nome.” Clarice Lispector*

A Casa de Abrigo tem um papel fundamental na trajetória de reinserção social das sobreviventes e é importante que sejam definidas políticas e práticas de atuação capazes de indicar as responsabilidades da Casa de Abrigo para com as sobreviventes após a saída delas ou a criação de um ponto/centro formal de atendimento à mulheres sobreviventes em trajetória de reinserção social. Não há uma definição legal clara que dê conta das responsabilidades que a Casa de Abrigo – ou outra instituição – tem para com as sobreviventes após a sua saída.

O momento de saída do sistema de atendimento à vítima é tão crítico quanto o de entrada. É nesta fase que a transição de uma vida de vitimização para uma vida sem violências, autônoma, capacitante e empoderada pode se tornar sustentável. Para que isto aconteça, é necessária a articulação de diferentes setores, atores e atrizes, numa lógica de responsabilização e conscientização coletiva – ou seja, somos todos/as responsáveis e/ou cúmplices dos crimes não denunciados de violência doméstica e somos todas vítimas em potencial. Prevenir a vitimização de uma é tratar de evitar a de muitas outras.

Este espírito de troca e solidariedade entre as mulheres – o *sisterhood* feminista – deve ser incentivado e cultivado. É através dele que as mulheres se fortalecem enquanto coletivo social e político e têm maior possibilidade de intervir em prol dos seus interesses.

Neste sentido, os grupos de ajuda mútua também são de grande relevância para as mulheres sobreviventes, por promoverem o empoderamento das que foram capazes de atravessar as dificuldades do processo de reinserção social e rompimento com a violência, reforçando seu estatuto de *sobreviventes*, e por permitir que, a partir de um processo de identificação, as vítimas possam projetar-se nas sobreviventes e perceber que se umas conseguem, as outras também podem conseguir.

O percurso de reinserção social das sobreviventes é único e multifacetado. Requer a participação e o investimento social, político e económico do Estado, um modelo de atuação ação comunitário integrado e também a implicação da própria mulher, de forma autônoma, na concepção e gestão da sua trajetória rumo a uma existência sem violências.

A violência doméstica não é um desentendimento conjugal ordinário e corriqueiro; é um crime público que constitui uma violação dos Direitos Humanos das Mulheres, que lhes retira dignidade e integridade física, psicológica, social e moral e que pode culminar em homicídio.

Bibliografia

- ABRAHAM, H. (2007). *Supporting Women after Domestic Violence: Loss, Trauma and Recovery*. London: Jessica Kingsley Publishers.
- ABRAHAM, H. (2010). *Rebuilding lives after domestic violence: Understanding long-term outcomes*. London: Jessica Kingsley Publishers.
- ALLEN, N. E.; BYBEE, D. I. & SULLIVAN, C. M. (2004). Battered Women's Multitude of Needs: Evidence Supporting the Need for Comprehensive Advocacy, *Violence Against Women* 2004, 10, 9, 1015–1035.
- ALLEN, K. N. & WOSNIAK, D. F. (2010). The Language of Healing: Women's Voices in Healing and Recovering From Domestic Violence, *Social Work in Mental Health*, 9, 37–55.
- AMNESTY INTERNATIONAL (2004). Making Violence against Women Count: Facts and Figures - a Summary.
- ANDERSON, K. (2009). *Enhancing Resilience in Survivors of Family Violence*. New York: Springer Publishing Company.
- APPELT, B.; KASELITZ, V. & LOGAR, R. (2004). *Away from Violence*. Wave: Vienna.
- BAPTISTA, I. (2002). *Casas-abrigo em Portugal: Uma realidade desconhecida*. Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção. Atelier: Género.
- BARBOSA, M. (2008). *Que força é essa*. Lisboa: Sextante editora.
- BARRENO, M. I.; HORTA, M. T. & DA COSTA, M. V. (1972). *Novas Cartas Portuguesas – edição anotada*, org. Ana Luísa Amaral. Alfragide: D. Quixote.
- BARROSO, Z. (ed. 2007). *Violência nas relações amorosas*. Lisboa: Colibri/SociNova.
- BEAUVOIR, S. de (1975). *O Segundo Sexo 1. Os Factos e os Mitos* (4.ª ed.). Lisboa: Bertrand Editora.
- BELEZA, T. P. (2011). Lei, Igualdade e Violência. Disponível em <http://www.fd.unl.pt/Anexos/3910.pdf>
- BERNS, N. (2001). Degendering the Problem and Gendering the Blame: Political Discourse on Women and Violence, *Gender&Society*, 15, 262–281.
- COOMARASWAMY, R. (2000). *Combating Domestic Violence: Obligations of the State*, in *Innocenti Digest 6 - Domestic violence against women and girls*, UNICEF.
- CRUZ, A. M. B. da (2002). *Violência contra as mulheres – Uma questão de Direitos Humanos*, in *Jornal “a Página”*, 11, 113, 16.

DE GOUGES, O. (1791). *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne*.

DÉPÊCHE, MF. (2006). As reações hiperbólicas da violência da linguagem patriarcal e o corpo feminino. Seminário FAZENDO GÊNERO 7, Brasil: Florianópolis.

DUTTON, M. A.; KILPATRICK, D. G.; FRIEDMAN, M. & PATEL, V. (2003). *Violence Against Women*, in GREEN, B., *Trauma Interventions in War and Peace: Prevention, Practice, and Policy*. New York: Kluwer Academic and Plenum Publishers.

EVANS, I. (2007). *Battle scars: Long-term effects of prior domestic violence*. Clayton, Vic.: Centre for Women's Studies and Gender Research, Monash University.

FLURY, M.; NYBERG, E. & RIECHER-ROSSLER, A. (2010). Domestic violence against women: definitions, epidemiology, risk factors and consequences, *Swiss Med Wkly*. 2010, 140, 13099

GROSZ, E. (1994). *Sexual Difference and the Problem of Essentialism*, in *The Essential Difference*. Indiana: Indiana University Press, 82 – 97.

HAGEMANN-WHITE, C. (2009). *Legal frameworks for the protection of women against violence: diversity and the need for coordination*, in *Law&Gender*, Polish Women's Rights Centre.

HAGUE, G. & SARDINHA, L. (2010). Violence against Women: Devastating Legacy and Transforming Services, *Psychiatry, Psychology and Law*, 17, 4, 503-523.

HEISE, L. (1994). *Violence Against Women: The Hidden Health Burden*. World Bank Discussion Paper. Washington. D.C. The World Bank.

KELLY, L. & REGAN, L. (2006). *Violence against women: a briefing document on international issues and responses*, British Council.

KELLY, L. (2009). *What a waste: the case for an integrated violence against women strategy. Political and moral will to end violence against women: from declarations to binding laws*, in *Law&Gender*, Polish Women's Rights Centre.

KLEIN, R. (2004). Sickening relationships: Gender-based violence, women's health, and the role of informal third parties, *Journal of Social and Personal Relationships*, 21(1): 149-165

LOGAR, R. (2009). *National and international measures to prevent domestic violence against women and children*, in *Law&Gender*, Polish Women's Rights Centre.

JASPARD, M. (2007). *Os Maus-Tratos Conjugais na Europa*, in OCKRENT, Christine (org.), *O Livro Negro da Condição das Mulheres*, 217 – 239, Lisboa: Temas e Debates.

LEMPERT, L. B. (2003). Shelters: For abused women, or abusive men? As aids to survival, or as rehabilitation sites?, *Agenda* 89, 93-95.

LISBOA, M. (Coord.) et al. (2006). *Prevenir ou Remediar - Os Custos Sociais e Económicos da Violência Contra as Mulheres*. Lisboa: Colibri.

LISBOA, M. (Org.). *Inquérito violência de género. Memorando síntese resultados do inquérito Violência de Género*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, SociNova/CesNova, 2008.

LISBOA, M.; BARROS, P. P. & CEREJO, S. D. (2008) Custos sociais e económicos da violência exercida contra as mulheres em Portugal: dinâmicas e processos socioculturais. In CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA – MUNDOS SOCIAIS: SABERES E PRÁTICAS, 2008, Lisboa. Anais... Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2008, 1-9.

LOGAR, R. (2006). *Bridging Gaps - Models of Coordination. between women's NGOs and state authorities*. Wave: Vienna.

LOGAR, R. (2008). The European Women's Shelter Movement and its contribution to change: New challenges and future perspectives. World Conference on Women's Shelters - 08 – 11 September 2008, Edmonton/Canada.

LOSEKE, D. R. (1992). *The Battered Woman and Shelters: The Social Construction of Wife Abuse*. New York: State University of New York.

MCCUE, M. L. (2008). *Domestic Violence: A Reference Handbook*. Santa Barbara: ABC-Clio.

MACKINNON, C. (1999). *Are Women Human? Reflections on the Universal Declaration of Human Rights*. Barend van der Heijden & Bahia Tahzib-Lie, eds., Martinus Nijhoff Publishers, The Hague.

MAGALHÃES, M. J. (2003). Em torno da definição do conceito de agência feminista. *Ex aequo*, 7, 189-198.

MAGALHÃES, M. J.; CANOTILHO, A. P.; BRASIL, E. (2007). *Gostar de mim, Gostar de ti. Aprender a prevenir a violência de género*. Porto: UMAR.

MARTIN, D. (1976). *Battered wives*. New York: Pocket Books.

MATTHEE, D. (2011). Uma Outra História: reflexividade e narrativa em investigação feminista sobre a violência de género. Seminário Internacional Love, Fear and Power – Pathways to a Non-Violent Life, Porto: 2011.

MONTEIRO, F. J. (2000). *Mulheres Agredidas pelos Maridos: De Vítimas a Sobreviventes*. Lisboa: ONGS da CC da CIDM.

NEVES, S. & NOGUEIRA, C. (2005). Metodologias feministas: a reflexividade ao serviço da investigação nas ciências sociais. *Psicol. Reflex. Crit.*, Dez 2005, 18, 3, 408-412.

NEVES, S. (2004). A Intervenção das polícias na intimidade Violenta: Uma proposta de análise da Psicologia da Justiça, *Revista de Psicologia Militar*, 15, 135-153.

NOGUEIRA, C. (2001). *A Análise do Discurso*, in *Métodos e técnicas de avaliação: Novos contributos para a prática e investigação*, 15 - 48. Braga: CEEP.

NOWAKOWSKA, U. (2009a). *Political and moral will to end violence against women: from declarations to binding laws*, in *Law&Gender*, Polish Women's Rights Centre.

NOWAKOWSKA, U. (2009b). *Gender based violence: what it means and what harm it does? Introductory remarks*, in *Law&Gender*, Polish Women's Rights Centre.

OAKLEY, A. (1998). Gender, Methodology and People's Ways of Knowing: Some Problems with Feminism and the Paradigm Debate in Social Science. *Sociology*, 32, 707-731.

PAYNE, L. & NEVILLE, S. (2006) Aid Instruments, Social Exclusion and Gender, Background Paper for DFID's internal guidance on Aid Instruments.

Projecto de Investigação (em curso) Amor, Medo e Poder: percursos de vida para a não-violência. [Love, Fear and Power: pathways to a non-violent life.], realizado ao abrigo do Protocolo entre a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, IP (FCT) e a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG). Responsável: Maria José de Sousa Magalhães; Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCE/UP), disponível em http://195.23.38.178/cig/portalcig/bo/portal.pl?pag=cig_projectos

RAMAZANOGLU, C. (1989). Improving on Sociology: The Problems of Taking a Feminist Standpoint. *Sociology*, 23, 427-442.

Relatório Anual de Segurança Interna 2010. Sistema de Segurança Interna. Direcção Geral de Administração Interna - Ministério da Administração Interna

REIS, F. L. dos (2010). *Como Elaborar uma Dissertação de Mestrado - Segundo Bolonha*. Lisboa: Pactor.

ROCHA, D. & DEUSDARÁ, B. (2005). Análise de conteúdo e análise do discurso: aproximações e afastamentos na (re) construção de uma trajetória. *Alea*, 7, 2. Rio de Janeiro, Jul./dez.

SIMMONS, C. A, LEHMANN, P & COLLIER-TENISON, S. (2008). Linking male use of the sex industry to controlling behaviors in violent relationships. *Violence against Women*, 14, 406-417.

SPRAGUE, J. (2005). *Feminist Methodologies for Critical Researchers*. Walnut Creek, CA: Alta Mira.

SPRAGUE, J. & KOBRYNOWICZ, D. (2004). A feminist epistemology, in HESSE-BIBER, S. N. & YAISER, M. L. (Eds.). *Feminist perspectives on social research* (pp. 78-98). New York: Oxford University Press.

SKINNER, T.; HESTER, M. & DEVON, E. M. (2005). *Researching Gender Violence: Feminist Methodology in Action*. United Kingdom: Willan Publishing.

SULLIVAN, C.M.; CAMPBELL, R.; ANGELIQUE, H.; EBY, K. K & DAVIDSON, W.S. (1994). An advocacy intervention program for women with abusive partners: Six month followup. *American Journal of Community Psychology*, 22, 1, 101-122.

TEAYS, W. (2004). *From Fear to Eternity*, in BOYLAN, M., *Public Health Ethics*, 135-65.

TNS Opinion & Social, "Domestic Violence Against Women." Special Eurobarometer 344, Wave 73.2. Brussels: European Commission, Sep 2010.

TUTTY, L. M. (1996). Post-shelter services: the efficacy of follow-up programs for Abused Women. *Research on Social Work Practice*, 6, 425-441.

UNICEF (2000). *Innocenti Digest 6, Domestic violence against women and girls*.

UNIFEM (2010). *Developing Legislation on Violence against Women and Girls*.

UNFPA (2003). *Addressing Violence against Women: Piloting and Programming*.

United Nations (1993). *Declaration on the Elimination of Violence against Women*.

United Nations Development Fund for Women (2009). *Domestic Violence Legislation and its Implementation: An analysis for ASEAN countries based on international standards and good practices*.

United Nations Division for the Advancement of Women (2008). *How Widespread is Violence against Women Fact Sheet*.

United Nations Division for the Advancement of Women and United Nations Economic Commission for Africa (2009). *Good Practices in Legislation on "Harmful Practices" Against Women - Report of the Expert Group Meeting*.

United Nations Secretary-General's Campaign UNiTE to End Violence against Women (2009). *Violence Against Women: The situation*.

WALBY, S. (2009). *The Cost of Domestic Violence: Up-Dates 2009*. Project of the UNESCO Chair in Gender Research, Lancaster University.

WEISS, E. (2004). *Surviving Domestic Violence: Voices of Women who Broke Free*. California: Volcano Press.

WHO (2001). *Putting women first: Ethical and safety recommendations for research on domestic violence against women*. Department of Gender and Women's Health, World Health Organization, Geneva.

WHO (2005). *Addressing violence against women and achieving the Millennium Development Goals*. Geneva, Switzerland.

Legislação

Artigo 152.º do Código Penal (Maus tratos e infracção de regras de segurança) - disponível em <http://app.parlamento.pt/violenciadomestica/conteudo/pdfs/legislacao/codpenal.pdf>

Decreto-Lei n.º 143/2010 de 31 de Dezembro (Actualiza o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2011 (485€)) - disponível em <http://dre.pt/pdf1sdip/2010/12/25300/0612106121.pdf>

Lei n.º 112/2009 de 16 de Setembro (Estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à protecção e à assistência das suas vítimas e revoga a Lei n.º 107/99, de 3 de Agosto, e o Decreto-Lei n.º 323/2000, de 19 de Dezembro) - disponível em http://www.dgpj.mj.pt/sections/informacao-e-eventos/2009/lei-n-112-2009-de-16-de/downloadFile/file/L_112_2009.pdf?nocache=1253092614.9

Decreto Regulamentar n.º 1/2006 de 25 de Janeiro (regula as condições de organização, funcionamento e fiscalização das casas de abrigo previstas na Lei n.º 107/99, de 3 de Agosto, e no Decreto-Lei n.º 323/2000, de 19 de Dezembro, e que integram a rede pública de casas de apoio a mulheres vítimas de violência) - disponível em http://www.apav.pt/portal/pdf/DR_1_2006.pdf

Sítios da Internet

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima – APAV (<http://www.apav.pt/portal/>)

Centro de Documentação e de Publicações – Fundação Cuidar o Futuro (<http://www.arquivopintasilgo.pt/arquivopintasilgo/Site/default.aspx>)

Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género – CIG (<http://www.cig.gov.pt/>)

Direcção Geral de Administração Interna (<http://www.dgai.mai.gov.pt/>)

Direcção Geral da Política de Justiça (<http://www.dgpj.mj.pt/sections/home>)

European Court of Human Rights (http://www.echr.coe.int/ECHR/Homepage_EN)

Global Network of Women’s Shelters (<http://www.gnws.org/>)

Health and Human Rights Info (http://www.hhri.org/thematic/gender_based_violence.html)

Observatório Nacional de Violência e Género – ONVG (<http://onvg.fcsh.unl.pt/>)

Portal para a Igualdade (<http://www.igualdade.gov.pt/>)

Stop Violence Against Women. A project of The Advocates for Human Rights
(<http://stopvaw.org/>)

União de Mulheres Alternativa e Resposta – UMAR (<http://www.umarfeminismos.org/>)

United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women
(<http://www.unwomen.org>)

United Nations Population Fund (<http://unfpa.org/gender>)

Women Against Violence Europe – WAVE (<http://www.wave-network.org/>)

Women's Aid (www.womensaid.org.uk)

World Health Organization/ Gender, Women and Health (<http://www.who.int/gender>)

Anexos

Anexo 1

Os “direitos” da mulher ao longo da história¹⁰

- Leis de Manu (Livro Sagrado da Índia): "Mesmo que a conduta do marido seja censurável, mesmo que este se dê a outros amores, a mulher virtuosa deve reverenciá-lo como a um deus. Durante a infância, uma mulher deve depender de seu pai, ao se casar de seu marido; se este morrer, de seus filhos e se não os tiver, de seu soberano. Uma mulher nunca deve governar a si própria.";

- Constituição Nacional Suméria (civilização mesopotâmica, século XX A.C.): "A mulher que se negar ao dever conjugal deverá ser atirada ao rio.";

- Código de Hamurabi (Constituição Nacional da Babilônia, decretada pelo rei Hamurabi, que a concebeu sob inspiração divina, século 17 A.C.): "Quando uma mulher tiver conduta desordenada e deixar de cumprir suas obrigações do lar, o marido pode submetê-la à escravidão. Esta servidão pode, inclusive, ser exercida na casa de um credor de seu marido e, durante o período em que durar, é lícito a ele (ao marido) contrair novo matrimônio." ;

- Zaratustra (filósofo persa, século 7 A.C.): "A mulher deve adorar o homem como a um deus. Toda manhã, por nove vezes consecutivas, deve ajoelhar-se aos pés do marido e, de braços cruzados, perguntar-lhe: 'Senhor, que desejais que eu faça?'" ;

- Péricles (político democrata ateniense, século V A.C): "As mulheres, os escravos e os estrangeiros não são cidadãos.";

- Confúcio (filósofo chinês, século V a.C.): "A mulher é o que há de mais corrupto e corruptível no mundo.";

- Demóstenes (político ateniense, século IV a.C.): "A mulher deve pedir ao seu marido, antes dele morrer, que lhe designe um tutor, ou até, se for da conveniência dele, um segundo marido.";

¹⁰ Disponível em

http://www.ic.unicamp.br/~sidneygs/sidmort/lazer/textos/arquivos/os_direitos_da_mulher_ao_longo_da_historia.html

- Aristóteles (filósofo grego, século IV A.C.): "A natureza só faz mulheres quando não pode fazer homens. A mulher é portanto, um homem inferior.";

- Tertuliano (teólogo cartaginês, século III): "Mulher, tu és a porta do inferno, foste tu a primeiro violar a lei divina, a corromper aquele que o diabo não ousava atacar de frente; tu foste, na verdade, a causa da morte de Jesus Cristo.";

- Yaroslao, o Sábio (grão-duque de Kiev, autor da primeira constituição russa, século X): "A vida de uma mulher vale a metade da de um homem, no caso de, ao morrer, caber ao Estado e seus parentes reclamarem indenização.";

- São Tomás de Aquino (italiano, um dos maiores teólogos da humanidade, século XIII): "Para a boa ordem da família humana, uns terão que ser governados por outros mais sábios que aqueles; daí a mulher, mais fraca quanto ao vigor da alma e força corporal, estar sujeita por natureza ao homem, em quem a razão predomina. O pai tem que ser mais amado do que a mãe e merece maior respeito porque a sua participação na concepção é ativa, e a da mãe, simplesmente passiva e material.";

- Le Ménagier de Paris (Tratado de conduta moral e costumes da França, século XIV): "Quando um homem for repreendido em público por uma mulher, cabe-lhe o direito de derrubá-la com um soco, desferir-lhe um pontapé e quebrar-lhe o nariz para que assim, desfigurada, não se deixe ver, envergonhada de sua face. E é bem merecido, por dirigir-se ao homem com maldade de linguajar ousado.";

- Henrique VII (rei da Inglaterra, chefe da Igreja Anglicana, século XVI): "As crianças, os idiotas, os lunáticos e as mulheres não podem e não têm capacidade para efetuar negócios.";

- Jean-Jacques Rousseau (escritor francês, precursor do Romantismo, um dos mentores da Revolução Francesa, século XVIII): "Enquanto houver homens sensatos sobre a terra, as mulheres morrerão solteiras.";

- Constituição Nacional inglesa (século XVIII): "Todas as mulheres que seduzirem e levarem ao casamento os súditos de Sua Majestade mediante o uso de perfumes, pinturas, dentes postiços, perucas e recheio nos quadris, incorrem em delito de bruxaria e o casamento fica automaticamente anulado.;

- Napoleão Bonaparte (imperador francês, século XIX): "As mulheres nada mais são do que máquinas de fazer filhos.";

- Friederich Hegel (filósofo e historiador alemão do século XIX): "A mulher pode ser educada mas sua mente não é adequada às ciências mais elevadas, à filosofia e algumas das artes."

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2010

A violência doméstica configura uma grave violação dos direitos humanos, tal como é definida na Declaração e Plataforma de Acção de Pequim, da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1995, onde se considera que a violência contra as mulheres é um obstáculo à concretização dos objectivos de igualdade, desenvolvimento e paz, e viola, dificulta ou anula o gozo dos direitos humanos e liberdades fundamentais.

O combate à violência doméstica tem vindo a assumir-se como um dos objectivos nucleares para que se alcance uma sociedade mais justa e igualitária. Com efeito, essa preocupação determinou a implementação de uma política concertada e estruturada, com o objectivo de proteger as vítimas, condenar os agressores, conhecer e prevenir o fenómeno, qualificar profissionais e dotar o País de estruturas de apoio e atendimento, definidas no quadro do III Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2007-2010) que agora finda.

O Programa do XVIII Governo Constitucional, na área das políticas sociais, preconiza o combate à violência doméstica em três domínios, a saber, na vertente jurídico-penal, na protecção integrada das vítimas e na prevenção da violência doméstica e de género.

É neste quadro que surge o IV Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2011-2013), estruturado com base nas políticas nacionais e em articulação com orientações internacionais às quais Portugal se encontra vinculado.

O Plano prevê que sejam implementadas 50 medidas em torno das cinco áreas estratégicas de intervenção:

- i) Informar, sensibilizar e educar;
- ii) Proteger as vítimas e promover a integração social;
- iii) Prevenir a reincidência — intervenção com agressores;
- iv) Qualificar profissionais; e
- v) Investigar e monitorizar.

De entre as 50 medidas constantes do Plano destacam-se as seguintes: promoção do envolvimento dos municípios na prevenção e combate à violência doméstica, desenvolvimento de acções para a promoção de novas masculinidades e novas feminilidades, a distinção e divulgação de boas práticas empresariais no combate à violência doméstica, implementação de rastreio nacional de violência doméstica junto de mulheres grávidas, implementação de programas de intervenção estruturada para agressores, alargamento a todo o território nacional da utilização da vigilância electrónica, e criação do mapa de risco georreferenciado do percurso das vítimas.

O Plano, enquanto instrumento de políticas públicas de combate à violência doméstica, visa a consolidação da estratégia e das acções anteriormente seguidas, numa lógica de proximidade, envolvendo, cada vez mais, os municípios, os parceiros sociais e as organizações da sociedade civil.

O Plano foi submetido a consulta pública.

Assim:

Nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Aprovar o IV Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2011-2013), doravante designado por Plano, que consta do anexo à presente resolução e que dela faz parte integrante.

2 — Estabelecer que as acções do Plano, durante a sua aplicação, deverão ser coordenadas com as demais políticas sectoriais pertinentes.

3 — Designar a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) como entidade coordenadora do Plano, a quem compete, designadamente:

- a) Definir um planeamento anual das actividades a desenvolver no âmbito do Plano;
- b) Acompanhar as medidas constantes do Plano e solicitar às entidades responsáveis informações sobre o grau de execução das mesmas;
- c) Garantir a estreita colaboração com os demais serviços e organismos directamente envolvidos na sua execução;
- d) Pronunciar-se, quando solicitada, sobre medidas legislativas relativas à violência doméstica;
- e) Pronunciar-se, quando solicitada, sobre matérias relativas à violência doméstica;
- f) Elaborar relatórios intercalares anuais sobre o grau de execução das medidas, deles dando conhecimento ao membro do Governo de que depende;
- g) Elaborar um relatório final de execução do Plano, dele dando conhecimento ao membro do Governo de que depende.

4 — Determinar a criação de um grupo de apoio à entidade coordenadora, constituído por um elemento de cada um dos seguintes ministérios:

- a) Presidência do Conselho de Ministros;
- b) Ministério da Administração Interna;
- c) Ministério da Justiça;
- d) Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social;
- e) Ministério da Saúde;
- f) Ministério da Educação.

5 — Determinar que a designação dos representantes referidos no número anterior, para o período de vigência do Plano, é feita por despacho do membro do Governo responsável pela área da igualdade, sob proposta dos diferentes ministérios.

6 — Estabelecer que os elementos que integram o grupo de apoio à entidade coordenadora, previsto no n.º 4, não auferem qualquer remuneração pelo desempenho daquelas funções, incluindo abonos de ajudas de custo, de senhas de presença ou outros de natureza análoga.

7 — Determinar que os encargos orçamentais decorrentes da aplicação da presente resolução são suportados por dotações provenientes do orçamento da CIG, sem prejuízo de as medidas a cargo das outras entidades identificadas no Plano serem suportadas pelos respectivos orçamentos.

Presidência do Conselho de Ministros, 25 de Novembro de 2010. — O Primeiro-Ministro, José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.

ANEXO

IV PLANO NACIONAL CONTRA A VIOLENCIA DOMÉSTICA

Sumário executivo

O IV Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2011-2013), doravante designado por Plano, é o instrumento de políticas públicas de combate à violência doméstica e de género.

O Plano visa a consolidação da estratégia e das acções anteriormente desenvolvidas, reforçando a sua articulação de forma estruturada e consistente. Este Plano procura consolidar o sistema de protecção das vítimas e o combate à violência doméstica, assim como promover a adopção de medidas estratégicas em relação à prevenção, às situações de risco, à qualificação de profissionais e à intervenção em rede, numa lógica de proximidade que procura envolver, cada vez mais, os municípios, os parceiros sociais e as organizações da sociedade civil.

O Plano está estruturado em cinco áreas estratégicas de intervenção, concretizadas em 50 medidas, e tem como objectivo apresentar uma resposta integrada no combate à violência doméstica em Portugal, em consonância com as orientações europeias e internacionais.

Este Plano constituir-se-á como um instrumento de política fundamental assente nas principais orientações estratégicas:

Reforçar a adopção de uma perspectiva integrada e holística na compreensão do fenómeno, que essencialmente decorre da assimetria estrutural de poderes entre homens e mulheres;

Prevenir o crime de violência doméstica junto do público em geral e de públicos estratégicos, disseminando uma cultura de não violência e de cidadania, através da assunção de novas masculinidades e novas feminilidades promotoras da igualdade de género nos processos de socialização;

Reforçar a aplicação das medidas de protecção e de coacção urgentes;

Intervir junto da pessoa agressora de forma a prevenir a revitimização;

Elaborar a cartografia de diagnóstico de risco;

Divulgar e disseminar as boas práticas realizadas a nível local e regional, privilegiando lógicas de intervenção de proximidade;

Aprofundar o conhecimento e monitorizar o fenómeno com vista a apoiar a intervenção e a decisão política.

O presente documento estrutura-se em três capítulos. O capítulo I contextualiza o fenómeno da violência doméstica no plano internacional e nacional. O capítulo II apresenta a metodologia de operacionalização e de monitorização do Plano. O capítulo III explicita as cinco áreas estratégicas de intervenção que compõem o Plano, incluindo as grelhas que sistematizam as medidas propostas, os respectivos indicadores de avaliação, bem como as entidades envolvidas na sua coordenação e operacionalização:

Área estratégica de intervenção 1 — informar, sensibilizar e educar — composta por sete medidas relacionadas essencialmente com a prevenção primária e com a sensibilização para o fenómeno, quer da comunidade em geral quer de públicos estratégicos;

Área estratégica de intervenção 2 — proteger as vítimas e promover a integração social — constituída por 22 medidas, com as quais se pretende consolidar as actuais estratégias de protecção às vítimas de violência doméstica;

Área estratégica de intervenção 3 — prevenir a reincidência: intervenção com agressores — integra seis medidas especialmente orientadas para a pessoa agressora com o objectivo de reduzir ou eliminar o risco de reincidência;

Área estratégica de intervenção 4 — qualificar profissionais — composta por oito medidas centradas na quali-

ficação especializada, inicial e contínua, de profissionais que intervêm nesta área;

Área estratégica de intervenção 5 — investigar e monitorizar — integra sete medidas orientadas para o aprofundamento da investigação científica na área da violência doméstica, incluindo a produção de indicadores estatísticos que permitam a recolha de dados estandardizados.

CAPÍTULO I

A violência doméstica configura uma grave violação dos direitos humanos, tal como foi definido na Declaração e Plataforma de Acção de Pequim, da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1995. Nestes documentos assume-se que a violência contra as mulheres é um obstáculo à concretização dos objectivos de igualdade, desenvolvimento e paz e que viola, dificulta ou anula o gozo dos direitos humanos e liberdades fundamentais.

A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), e respectivo Protocolo Adicional, ratificada por Portugal em 1980, estabelece um conjunto de condutas que constituem actos discriminatórios contra as mulheres, bem como a agenda que deve orientar as acções nacionais de combate a tais discriminações.

Em 2003, a Organização Mundial da Saúde considerou que a violência doméstica é um grave problema de saúde pública e que as consequências que lhe estão associadas «[...] são devastadoras para a saúde e para o bem-estar de quem a sofre [...] comprometendo o desenvolvimento da criança, da família, da comunidade e da sociedade em geral». Já em 2001 esta Organização tinha sublinhado a necessidade de serem criados serviços na comunidade e aos níveis dos cuidados de saúde primários e secundários para apoiar as mulheres que sofrem violência doméstica, sexual ou outras formas de violência.

Também as resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas de 2006 sublinham a necessidade de intensificar esforços para eliminar todas as formas de violência contra as mulheres.

Por sua vez, o parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre violência doméstica contra mulheres, de 2006, recomenda a adopção de uma estratégia europeia no combate à violência doméstica assente nas seguintes orientações: i) estabelecimento de bases jurídicas na prevenção e na repressão dos actos de violência doméstica contra as mulheres; ii) desenvolvimento e recolha de dados estatísticos sobre o fenómeno; iii) prevenção; iv) desenvolvimento de projectos de intervenção em parceria; v) especial atenção à mulher imigrante; vi) maior participação de profissionais que se ocupam do apoio jurídico, policial, educacional, psicológico, médico e social; vii) verificação das medidas de afastamento do agressor, e viii) especial atenção às mulheres idosas vítimas de violência doméstica.

A resolução do Parlamento Europeu, de 2009, apela à União Europeia para que apresente uma directiva e um plano de acção europeu sobre a violência contra as mulheres para prevenir a violência, assegurar a protecção das vítimas e a punição judicial dos autores desse tipo de crimes. No mesmo sentido, exorta os Estados membros a reconhecerem a violência sexual e a violação como crimes, a assegurarem que sejam automaticamente objecto de acção penal e a que sejam tomadas medidas adequadas para pôr termo à mutilação genital feminina. Apela ainda ao Conselho e à Comissão Europeia a criarem uma base

jurídica estruturada para combater todas as formas de violência contra as mulheres e insta a Comissão a que elabore um plano de acção mais coerente de combate a todas as formas de violência contra as mulheres.

O Conselho Europeu de Dezembro de 2009, que aprovou o Programa de Estocolmo, define as prioridades dos próximos cinco anos no domínio da liberdade, segurança e justiça e estabelece um quadro para a resolução de muitos dos problemas associados à violência exercida contra as mulheres.

A Estratégia Europeia de Combate à Violência contra as Mulheres, 2011-2015, visa a erradicação de todas as formas de violência sobre as mulheres no espaço da União Europeia. Pretende-se que sejam reforçados até 2015, em todos os Estados membros, os sistemas de prevenção, de protecção das vítimas e de penalização efectiva dos perpetradores. A estratégia será operacionalizada com base num plano europeu de acção, que deverá assentar nos seguintes princípios:

Perspectiva — a estratégia será fundada nos valores da igualdade e da defesa dos direitos humanos em consonância com o texto da futura convenção do Conselho da Europa sobre violência contra as mulheres e violência doméstica, que implementará um quadro legal reforçado e vinculativo para todos os Estados membros em diversas áreas de intervenção;

Política — a estratégia preconiza a adopção de *standards* legislativos mínimos comuns a todos os Estados membros;

Prevenção — dirigida a diferentes grupos e em contextos diversos;

Protecção — elaboração de medidas e disseminação de procedimentos que garantam a protecção, a segurança e a assistência às vítimas;

Acusação — produção legislativa e aplicação eficaz no sentido de não deixar nenhum tipo de agressão impune;

Suporte — os Estados membros devem garantir às vítimas um efectivo e célere acesso aos recursos — estatais e da sociedade civil — de apoio à vítima.

A Estratégia para a Igualdade entre Homens e Mulheres, 2010-2015, apresenta os compromissos da Comissão Europeia nesta matéria e centra-se nas cinco prioridades definidas na Carta das Mulheres, entre as quais se reforça, a dignidade, integridade e o fim da violência de género através de um quadro de acção específico.

As recomendações do Conselho de Ministros dos Estados Membros do Conselho da Europa [Rec. (2002)5] incluem o qualificativo de doméstica na definição da violência contra as mulheres em geral, abrangendo aquela que «[...] ocorre na família ou na unidade doméstica». À luz da investigação entretanto produzida, particularmente dos estudos sobre a violência exercida contra homens e mulheres, fica claro que a violência doméstica tem sobretudo uma componente de género, que afecta maioritariamente as mulheres, enquanto intérpretes dos papéis sociais de género estereotipadamente femininos.

Posteriormente, a recomendação adoptada pelo Comité de Ministros do Conselho da Europa, de 30 de Abril de 2008, recomenda aos Governos dos Estados membros que:

I) Revejam a sua legislação e as suas políticas com vista a:

1) Garantir às mulheres o reconhecimento, o gozo, o exercício e a protecção dos seus direitos de pessoa humana e liberdades fundamentais;

2) Adoptar as medidas necessárias para permitir às mulheres o exercício livre e efectivo dos seus direitos económicos e sociais;

3) Garantir que todas as medidas sejam coordenadas a nível nacional e centradas nas necessidades das vítimas; associar os organismos públicos e as organizações não governamentais (ONG) competentes em matéria de elaboração de medidas necessárias, nomeadamente as mencionadas na presente recomendação;

4) Encorajar, a todos os níveis, a acção das ONG que lutam contra as violências exercidas sobre as mulheres e instaurar uma cooperação activa com essas ONG que incluam assistência financeira e logística apropriada;

II) Reconheçam que os Estados têm obrigação de actuar com a devida diligência para prevenir, investigar e punir os actos de violência, quer os mesmos tenham sido perpetrados pelo Estado ou por particulares, e fornecer protecção às vítimas;

III) Reconheçam que a violência masculina para com as mulheres constitui um problema social estrutural, fundado nas relações de poder desiguais entre mulheres e homens e, em consequência, encorajem a participação activa dos homens nas acções que visam combater a violência contra as mulheres;

IV) Encorajem todas as instituições relevantes relacionadas com a violência contra as mulheres (polícias, profissões médicas e sociais) a elaborar planos de acção coordenados a médio e a longos prazos para prevenir a violência e assegurar a protecção das vítimas;

V) Promovam a investigação, a recolha de dados e a criação de redes aos níveis nacional e internacional;

VI) Promovam a implementação de programas de educação superior e de centros de investigação, inclusive universitários, que analisem a questão da igualdade entre as mulheres e os homens e, nomeadamente, a violência contra as mulheres;

VII) Melhorem as interacções entre a comunidade científica, as ONG que trabalham neste campo, os decisores políticos e os organismos competentes em matéria de saúde, de educação, de política social e de polícia, com vista à planificação de acções coordenadas contra a violência;

VIII) Adoptem e apliquem as medidas descritas do modo que julgarem mais apropriado, de acordo com os contextos e as orientações nacionais e que, para atingir esse objectivo, elaborem um plano de acção nacional de combate à violência contra as mulheres;

IX) Informem o Conselho da Europa do seguimento dado a nível nacional às disposições da presente recomendação.

A mesma instituição europeia define a violência contra as mulheres como sendo o «[...] resultado de um desequilíbrio de poder entre homens e mulheres e leva a uma grave discriminação contra estas, tanto na sociedade como na família. A violência na família ou no lar ocorre em todos os Estados membros do Conselho da Europa, apesar dos avanços na legislação, políticas e práticas. A violência contra as mulheres é uma violação dos direitos humanos, retirando-lhes a possibilidade de desfrutar de liberdades fundamentais. Deixa as mulheres vulneráveis a novos abusos e é um enorme obstáculo para ultrapassar a desigualdade entre homens e mulheres na sociedade. A violência contra a mulher prejudica a paz, a segurança e a democracia na Europa. [...]»

A abordagem ao fenómeno da violência doméstica tem acompanhado, a nível nacional, a evolução das directrizes europeias e internacionais nesta matéria.

Portugal tem vindo a prosseguir o combate à violência doméstica e à violência de género através da implementação de uma política concertada e estruturada, com o objectivo de proteger as vítimas, condenar os agressores, conhecer e prevenir o fenómeno, qualificar profissionais e dotar o País de estruturas de apoio e de atendimento.

Foi realizado o «Inquérito nacional sobre violência de género», promovido pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), em 2007, através do qual se verificou que existe uma diminuição da prevalência da violência exercida contra as mulheres, de 48%, em 1995 (primeiro inquérito), para 38%, em 2007. O crescimento das participações às forças de segurança não deve, assim, ser entendido como um aumento dos actos de violência mas sim como uma consequência da crescente visibilidade do fenómeno.

Os impactos da violência doméstica, designadamente os seus custos sociais e individuais, constituem também uma preocupação central. O estudo sobre os custos sociais e económicos da violência doméstica exercida contra as mulheres, promovido pela Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, em 2003, tornou conhecida a situação de grande vulnerabilidade a que ficam expostas as mulheres vítimas de violência. Estas mulheres apresentam uma probabilidade três a oito vezes superior de terem filhos doentes, de não conseguirem emprego e, se empregadas, de não obterem promoção profissional, de recorrerem aos serviços dos hospitais, a consultas de psiquiatria por perturbações emocionais, bem como um risco acrescido de cometerem suicídio. «Estes custos surgem a vários níveis: custos que afectam individualmente a vítima, mas custos, também, em relação aos que lhe estão mais próximos [...] custos que incidem directamente sobre as pessoas envolvidas, mas também custos que são pagos por toda a sociedade [...] (casas de abrigo, pessoal técnico de apoio, etc.); custos que têm uma expressão económica, mas custos, também, difíceis de quantificar. Em suma, custos psicológicos, sociais e culturais, visíveis a curto prazo, nomeadamente associados aos actos de violência, mas também que se prolongam ao longo da vida, como o stress pós-traumático ou mesmo que afectam as gerações futuras, através dos filhos.»

Neste contexto, o estabelecimento de uma estratégia rigorosa e eficiente de combate à violência doméstica deverá assentar, primeiramente, numa clara definição do que se entende por violência doméstica no âmbito deste IV PNCVD.

Tal definição tem por referência o estipulado no artigo 152.º do Código Penal (Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro), bem como na Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro. Contudo, na elaboração deste Plano, para além de uma perspectiva criminal na definição e abordagem da violência doméstica, tem-se igualmente em conta as dinâmicas sócio-culturais e valores civilizacionais que têm sustentado os desequilíbrios e desigualdades de género e que estão na origem da sua emergência e reprodução. Este é um aspecto fulcral para uma melhor compreensão e combate a este fenómeno.

O conceito de violência doméstica surgiu na literatura científica e nas políticas públicas aquando dos primeiros estudos nacionais e internacionais sobre o tema, que mostraram que a violência exercida contra as mulheres ocorria

sobretudo no espaço privado da casa, especialmente ao nível das relações conjugais. Face à necessidade de dar maior visibilidade aos actos de violência, na maioria dos casos ocultados na esfera privada do espaço doméstico, a adopção de medidas específicas emerge como uma das prioridades dos governos europeus.

Assim, e no âmbito do IV PNCVD, o conceito de violência doméstica abrange todos os actos de violência física, psicológica e sexual perpetrados contra pessoas, independentemente do sexo e da idade, cuja vitimação ocorra em consonância com o conteúdo do artigo 152.º do Código Penal. Importa salientar que este conceito foi alargado a ex-cônjuges e a pessoas de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem co-habitação.

Grande parte da vitimação assenta em concepções estereotipadas, social e culturalmente enraizadas.

A violência de género resulta de um desequilíbrio de poder entre homens e mulheres, que se traduz em actos de violência física, psicológica e sexual, cujas vítimas são na sua grande maioria mulheres, e que no seu extremo podem conduzir ao homicídio conjugal. Assim, as medidas contempladas no IV PNCVD centram-se necessariamente no combate à violência exercida sobre as mulheres.

No que se refere à população juvenil, e dado que, segundo os dados disponíveis, uma proporção considerável de jovens em Portugal já foi vítima de violência nas suas relações de namoro, dar-se-á particular atenção à prevenção da vitimação de jovens e à violência simbólica relacionada com as desigualdades de género, intimamente associada aos processos de socialização.

Dar-se-á ainda especial atenção ao combate de situação de violência doméstica cujas vítimas se encontrem em situação de particular vulnerabilidade: pessoas idosas, imigrantes, com deficiência e LGBT.

No que respeita aos mais recentes avanços jurídicos, a Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro, estabeleceu o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à protecção e à assistência das suas vítimas, revogando a Lei n.º 107/99, de 3 de Agosto, que havia criado a rede pública de casas de apoio a mulheres vítimas de violência, bem como o Decreto-Lei n.º 323/2000, de 19 de Dezembro, que a regulamentava. Esta lei representa um marco importante pois introduz a consagração do estatuto da vítima, a natureza urgente dos processos de violência doméstica, a utilização de meios técnicos para controlo à distância dos agressores, a possibilidade de detenção do agressor fora de flagrante delito, o direito de as vítimas serem indemnizadas e medidas de apoio judicial, médico, social e laboral.

Durante a implementação dos I, II e III Planos Nacionais contra a Violência Doméstica privilegiou-se a definição de um enquadramento jurídico que parte do contexto sócio-cultural em que o fenómeno se (re)produz.

Privilegiou-se igualmente o aprofundamento do conhecimento sobre o fenómeno, nomeadamente a sua dimensão real e a sua dimensão legal, bem como os custos sociais e económicos associados a esta grave violação dos direitos humanos. Definiu-se uma estratégia de prevenção e de protecção das vítimas organizada em torno da criação de estruturas de apoio com cobertura nacional, ao nível do atendimento e do acolhimento de vítimas. Este percurso tornou o fenómeno cada vez mais visível, encorajando as vítimas à denúncia e capacitando as forças de segurança, os profissionais de saúde, entre outros, com os meios de qualificação profissional e atendimento especializado para

responderem às necessidades emergentes a nível nacional. Nesta área a sociedade civil organizada também tem desenvolvido soluções articuladas em rede com as estruturas públicas, numa lógica de proximidade na prevenção e no combate à violência doméstica.

Como resultado desta estratégia assiste-se a um crescente empoderamento das mulheres vítimas que se traduz em denúncias e em reacções cada vez menos violentas à violência que as vitima.

O POPH — Programa Operacional Potencial Humano — do QREN — Quadro de Referência Estratégico Nacional tornou possível a execução de diversas medidas preconizadas no III PNCVD. Tendo-se diagnosticado situações de risco que requeriam intervenções urgentes, deu-se início à implementação de programas piloto estruturantes e inovadores em matéria de protecção às vítimas e prevenção de reincidência, como o Programa de Teleassistência a Vítimas de Violência Doméstica, o Programa de Prevenção de Reincidência de Agressores ou as intervenções integradas em para detecção, encaminhamento e intervenção em casos de violência doméstica implementadas no âmbito das administrações regionais de saúde.

Destacam-se ainda os avanços na consolidação do conhecimento sobre o fenómeno da violência doméstica, através da criação do Sistema Integrado de Informação e Conhecimento, cujas atribuições passam pela monitorização constante do fenómeno e pela elaboração de indicadores de apoio à intervenção e decisão política.

Deu-se ainda continuidade à formação para públicos estratégicos em domínios específicos de igualdade e violência de género, bem como a campanhas de informação e sensibilização e à produção e disseminação de materiais informativos nestas temáticas.

Para além das acções e medidas desenvolvidas por organismos da administração central e local, importa ainda destacar a consolidação e o reforço do papel das organizações da sociedade civil na promoção da igualdade de género e no combate à violência doméstica. Através de uma tipologia especificamente destinada a acções desenvolvidas por ONG, foram apoiados inúmeros projectos que incluíram acções de sensibilização, apoio a vítimas e intervenção com agressores.

O apoio do POPH, no âmbito do QREN, continuará a ser fundamental para a execução de diversas medidas previstas no IV PNCVD. Este Plano visa a consolidação da estratégia e das acções anteriormente desenvolvidas, reforçando a sua articulação de forma estruturada e consistente. Procura ainda consolidar o sistema de protecção das vítimas e o combate à violência doméstica, assim como promover a adopção de medidas estratégicas em relação à prevenção, às situações de risco, à qualificação de profissionais e à intervenção em rede, numa lógica de proximidade que procura envolver, cada vez mais, os municípios, os parceiros sociais e as organizações da sociedade civil.

A complexidade do fenómeno da violência doméstica continua a exigir o aprofundamento do seu conhecimento e da sua monitorização, ao nível da compreensão das suas dimensões estruturais, nomeadamente as que se prendem com a resistência à mudança.

Pretende-se, assim, promover uma cultura de cidadania e de não violência, geradora de novas masculinidades e feminilidades, no sentido de eliminar representações estereotipadas acerca dos papéis associados a cada um dos sexos. De acordo com o Conselho da Europa, a desigualdade de género não está relacionada com as diferenças associadas

ao sexo biológico mas com as diferenças decorrentes da forma como a sociedade vê e trata cada um dos sexos.

Educar para a igualdade implica pensar o ser humano à luz da diversidade humana, estruturando o processo educativo em torno do desenvolvimento integral da pessoa. É importante promover uma reflexão pedagógica e crítica sobre as concepções que conduzem a expectativas diferentes para crianças e jovens em função do sexo. É importante que se tenha consciência dos condicionalismos que geram as representações associadas ao masculino e ao feminino, uma vez que condicionam o pleno desenvolvimento de crianças e jovens, nas suas inúmeras, diversas e múltiplas potencialidades. A igualdade de género implica valorizar a diversidade no processo educativo, conferir o mesmo valor às experiências de rapazes e raparigas e ter um novo olhar sobre as concepções do masculino e do feminino.

A violência contra as mulheres no contexto doméstico continua a constituir a abordagem privilegiada deste Plano. Contudo, as situações de particular vulnerabilidade, como aquelas em que se encontram as pessoas jovens, imigrantes, idosas, com deficiência e LGBT vítimas de violência doméstica, requerem uma intervenção específica e inovadora.

As novas medidas de protecção do actual quadro jurídico implicam o reforço do diálogo entre o sistema judicial e os diversos *stakeholders*, para prevenir o crime de violência doméstica e situações de revitimação, com uma intervenção especial junto de pessoas agressoras.

O IV PNCVD prossegue políticas articuladas e sistematizadas de prevenção e combate ao fenómeno da violência doméstica, consolida práticas bem sucedidas e introduz abordagens inovadoras neste domínio.

CAPÍTULO II

Este Plano integra as diversas orientações políticas, científicas e técnicas disponíveis nos planos nacional e internacional, devidamente ajustadas à realidade aos recursos disponíveis e ao período de tempo definido para a sua execução. Para além disso, exprime uma visão global e integrada no combate à violência doméstica, estabelecendo uma indispensável ligação com o IV Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e Não Discriminação (IV PNI) e com o II Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos (II PNCTSH).

O IV PNCVD apresenta uma estrutura que permite desagregar as áreas estratégicas de intervenção segundo as diversas medidas que as constituem, as diferentes entidades responsáveis pela sua execução e os respectivos indicadores. As áreas estratégicas e as respectivas medidas constituem um conjunto integrado que permite a monitorização permanente da intervenção. Pretende-se que a monitorização permanente favoreça a optimização de recursos e permita a obtenção de resultados significativos.

A coordenação deste Plano é da responsabilidade da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, mas a execução das acções depende da participação dos diversos parceiros envolvidos. Com efeito, embora seja atribuída à CIG a coordenação geral da sua execução, trata-se de uma intervenção partilhada entre vários parceiros e orientada para objectivos comuns.

Os organismos da Administração Pública envolvidos têm de enviar à CIG, nos primeiros três meses de cada ano de vigência do Plano, as planificações sectoriais anuais

devidamente caracterizadas, bem como identificar responsáveis pela sua execução.

A execução do presente Plano pressupõe uma cooperação estratégica entre todos os parceiros na implementação das diferentes medidas e acções, a que se sucederão os processos de monitorização e avaliação. É produzido obrigatoriamente um relatório anual de execução. Será também produzido um relatório final de avaliação por entidade externa, cientificamente legitimada nesta área.

CAPÍTULO III

Área estratégica de intervenção 1

Informar, sensibilizar e educar

A informação, a sensibilização e a educação são instrumentos fundamentais para prevenir e combater a violência doméstica e a violência de género. Por prevenção entende-se todo um conjunto de estratégias desenvolvidas para promover uma cultura de não-violência e de cidadania e promover novas relações sociais que permitam a igualdade entre homens e mulheres, assente em novas concepções da masculinidade e da feminilidade.

Esta área estratégica de intervenção integra sete medidas e tem por objectivo a eliminação dos estereótipos de género ao nível da população em geral e junto de públicos

estratégicos, com vista a promover a cidadania e a igualdade de género, não só alterando percepções, práticas e comportamentos face às situações de violência doméstica em função do género, mas também abolindo a legitimação e a tolerância social face à mesma.

No domínio da intervenção junto de públicos estratégicos salienta-se o reforço das medidas em articulação com o sistema de ensino, com organizações da sociedade civil, com municípios e com empresas. As medidas desta área estratégica combinam uma actuação simultânea a nível nacional e a nível local.

Objectivos estratégicos:

1) Diminuir a legitimação e a tolerância social face à violência doméstica e à violência de género;

2) Promover valores de igualdade, de cidadania e uma cultura de não-violência;

3) Promover a eliminação de estereótipos e alterar representações sociais de género que legitimam a existência de relações desiguais, conduzindo à alteração de percepções, práticas e comportamentos discriminatórios, de modo a promover a assumpção de novas masculinidades e o empoderamento das raparigas;

4) Envolver vários sectores da sociedade — escolas, municípios, organizações da sociedade civil e empresas — na prevenção.

Medidas	Entidades envolvidas na execução	Indicadores
1 — Realização de campanhas nacionais contra a violência doméstica dirigidas a públicos estratégicos: a) Realização de campanhas anuais b) Adopção da Campanha da Comissão Europeia no âmbito da Estratégia para a Igualdade entre as Mulheres e os Homens 2010-2015 como campanha nacional sobre violência de género centrada na desconstrução de estereótipos e relações de poder associadas.	PCM/GSEI/CIG; PCM/ACIDI; PCM/GMAP/GMCS; Municípios ONG; outras entidades	Públicos abrangidos. Tipo e número de eventos e produtos realizados. Relatório de avaliação do impacto das campanhas.
2 — Promoção do envolvimento dos municípios na prevenção e combate à violência doméstica, dinamizando o papel das redes locais e regionais: a) Promoção de planos municipais que integrem o combate à violência doméstica e prevejam a avaliação de impacto.	PCM/GSEI/CIG; MAI/governos civis; Municípios; ONG	Número de planos municipais/locais que integrem o combate à violência doméstica. Número de planos municipais/locais que contemplem a avaliação de impacto.
3 — Elaboração e divulgação de materiais informativos e pedagógicos e dinamização de acções de sensibilização dirigidas à comunidade educativa: alunos(as), famílias, pessoal docente e não docente.	PCM/GSEI/CIG; ME/DGIDC; CONFAP; municípios; ONG	Tipo de materiais pedagógicos produzidos. Escolas envolvidas. Número de acções dinamizadas e público-alvo.
4 — Promoção de iniciativas que visem a criação de materiais de sensibilização produzidos por alunos(as).	PCM/GSEI/CIG; ME/DGIDC; municípios; ONG	Materiais produzidos. Número de iniciativas. Estabelecimentos de ensino e número de alunas(os) envolvidas(os).
5 — Dinamização de bolsas locais de animadores(as) juvenis para prevenir a violência no namoro: a) Desenvolvimento de acções para eliminar estereótipos e permitir a assumpção de novas masculinidades; b) Desenvolvimento de acções para promoção do empoderamento de jovens raparigas; c) Elaboração de guíes e produtos educativos para acções de sensibilização.	PCM/GSEI/CIG/IPJ; ME; Municípios; associações juvenis; ONG	Número de acções de sensibilização. Guíes e produtos educativos elaborados. Número de jovens envolvidas(os). Publicação das bolsas no sítio da Internet da CIG e do IPJ.
6 — Distinção e divulgação de boas práticas empresariais no combate à violência doméstica.	PCM/GSEI/CIG; MTSS; IEF; MEID; associações empresariais	Número de empresas que adoptam boas práticas. Publicação de um manual de boas práticas empresariais no combate à violência doméstica. Produtos resultantes das boas práticas empresariais.

Medidas	Entidades envolvidas na execução	Indicadores
7 — Atribuição de um prémio nacional aos melhores trabalhos em áreas como: literatura, teatro, cinema e jornalismo.	PCM/GSEI/CIG; MC; GMAP/GMCS; municípios; ONG	Lançamento do prémio. Candidaturas recebidas. Disseminação do prémio.

Área estratégica de intervenção 2

Proteger as vítimas e promover a integração social

Esta área estratégica é composta por 22 medidas que visam a consolidação das actuais medidas de protecção às vítimas. As medidas apresentadas visam o alargamento e a melhoria do sistema de protecção às vítimas, a promoção da sua segurança e da sua inserção social.

Destaca-se a criação de uma base de dados de denúncias, para registo e tratamento das mesmas, na qual seja possível verificar o percurso processual da denúncia: número por ano, trajectória e desfecho da mesma.

Também se pretende consolidar o sistema de acesso das vítimas aos cuidados de saúde através da integração de mecanismos de triagem e de diagnóstico nas urgências hospitalares e na rede de cuidados primários. No domínio dos cuidados de saúde pretende-se implementar o rastreio nacional de violência doméstica junto de mulheres grávidas.

Outra vertente importante é a expansão e disseminação dos vários projectos-piloto desenvolvidos no âmbito do Programa Operacional Potencial Humano, nomeadamente

nas administrações regionais de saúde, a teleassistência para as vítimas e os grupos de ajuda mútua (GAM). Pretende-se, desta forma, alcançar o maior número possível de pessoas através do alargamento geográfico destes projectos-piloto a todo o território nacional.

Especial destaque merecem também as vítimas de violência doméstica particularmente vulneráveis, como as pessoas imigrantes, as pessoas jovens, as pessoas idosas, as pessoas com deficiência e as pessoas LGBT.

Objectivos estratégicos:

- 1) Consolidar o sistema de segurança e de protecção das vítimas de violência doméstica;
- 2) Promover a integração social das vítimas de violência doméstica através de itinerários de inserção;
- 3) Prevenir a vitimação secundária;
- 4) Monitorizar a aplicação das medidas de protecção às vítimas;
- 5) Promover intervenções específicas nas situações de violência vicariante;
- 6) Promover intervenções específicas com vítimas particularmente vulneráveis.

Medidas	Entidades envolvidas na execução	Indicadores
8 — Desenvolvimento de acções de cooperação entre tribunais criminais e tribunais cíveis nos casos de violência doméstica: a) Prevenção da vitimação secundária através da articulação entre as decisões nos casos de divórcio e ou regulação das responsabilidades parentais e as decisões dos processos-crime de violência doméstica.	PCM/GSEI/CIG; MJ; PGR; CSM; ONG	Acções desenvolvidas. Número de casos.
9 — Promoção de práticas que contribuam para uma melhor articulação entre o sistema da justiça e as instituições de protecção à vítima.	PCM/GSEI/CIG; MJ; PGR; CSM; ONG	Acções de disseminação de boas práticas.
10 — Aperfeiçoamento da aplicação dos autos de notícia padrão relativos a queixas ou denúncias de violência doméstica: a) Aperfeiçoamento do sistema de queixa electrónica	PCM/GSEI/CIG; MAI/ DGAI; MJ	Número de queixas ou denúncias efectuadas com recurso aos sistemas criados. Elaboração de relatórios de avaliação.
11 — Consolidação da metodologia de avaliação do risco, para situações de violência doméstica, utilizada pelas forças de segurança.	PCM/GSEI/CIG; MAI; PGR; CSM; universidades	Disseminação da ficha de avaliação do risco.
12 — Uniformização de procedimentos através da criação de uma ficha única de registo de informação, no âmbito do atendimento pela rede nacional de estruturas de apoio a vítimas de violência doméstica.	PCM/GSEI/CIG; MTSS/ISS; MAI, MJ, ONG	Elaboração da ficha. Estruturas aderentes.
13 — Facilitar o acesso ao direito por parte das vítimas de violência doméstica.	PCM/GSEI/CIG; MTSS/ISS; MJ/OA	Protocolos estabelecidos. Casos acompanhados.
14 — Disseminação do projecto de teleassistência a vítimas de violência doméstica a todo o território nacional.	PCM/GSEI/CIG; MAI, MJ; CVP	Vítimas abrangidas. Impacto da medida.
15 — Implementação de protocolos de atendimento estandardizados para vítimas de violência doméstica — diagnóstico, encaminhamento e intervenção — nas grandes urgências hospitalares e na rede de cuidados de saúde primários: a) Consolidação das experiências-piloto nas administrações regionais de saúde e disseminação a nível nacional das boas práticas.	PCM/GSEI/CIG; MS/ARS/ CNSM	Protocolos estabelecidos com o SNS. Instrumentos criados. Áreas geográficas abrangidas. Relatório final de avaliação das experiências-piloto implementadas.

Medidas	Entidades envolvidas na execução	Indicadores
16 — Implementação de rastreio nacional de violência doméstica junto de mulheres grávidas.	PCM/GSEI/CIG; MS	Protocolos de actuação. Mulheres rastreadas.
17 — Reforçar a articulação das respostas existentes para crianças e jovens em risco, no âmbito da violência vicariante.	MTSS/ISS	Vítimas acolhidas.
18 — Certificação, acompanhamento, supervisão e optimização da rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica.	PCM/GSEI/CIG; MTSS/ISS	Entidades certificadas. Relatórios de avaliação.
19 — Acolhimento de vítimas de violência doméstica em situação de emergência, em respostas integradas já existentes.	PCM/GSEI/CIG; MTSS/ISS	Vítimas acolhidas. Estabelecimento de respostas a vítimas de violência doméstica em situação de emergência.
20 — Promover medidas que facilitem o acesso à habitação a vítimas de violência doméstica no âmbito da atribuição de fogos de habitação social.	PCM/GSEI/CIG; MFAP; MAOT/ ANMP; municípios	Acto normativo. Respostas criadas.
21 — Tornar prioritário o ingresso de crianças filhos(as) de vítimas de violência doméstica em equipamentos sociais de apoio à infância.	PCM/GSEI/CIG; MTSS; municípios	Parcerias estabelecidas. Crianças que ingressaram nestes equipamentos.
22 — Aperfeiçoamento do serviço de informação a vítimas de violência doméstica.	PCM/GSEI/CIG; MTSS/ISS	Atendimentos realizados. Avaliação dos atendimentos. Formação de técnicas(os).
23 — Desenvolvimento de estratégias de intervenção junto de vítimas de violência doméstica particularmente vulneráveis: pessoas idosas, imigrantes, jovens, com deficiência e LGBT.	PCM/GSEI/CIG; MTSS/ISS; MS; ONG	Tipo de estratégias desenvolvidas. Vítimas abrangidas por estas acções.
24 — Promoção do acesso à qualificação profissional e à integração laboral, através de itinerários de inserção; a) Criação de pontos focais nos centros de emprego	PCM/GSEI/CIG; MTSS/IEFP; ONG	Pontos focais criados. Vítimas que ingressam em programas.
25 — Promover a isenção do pagamento de taxas de justiça para vítimas de violência doméstica, sempre que aferida a insuficiência económica ou sempre que não tenham acesso aos rendimentos.	PCM/GSEI/CIG; MJ; PGR; CSM; ONG	Vítimas abrangidas.
26 — Melhorar a informação da comunidade imigrante sobre violência doméstica; a) Criação de pontos focais nos centros locais de apoio à integração dos imigrantes; b) Produção e disseminação de material informativo.	PCM/GSEI/CIG/ACIDI	Pontos focais criados. Material produzido e disseminado.
27 — Racionalização e reforço da articulação da rede de casas de apoio a vítimas de violência doméstica.	PCM/GSEI/CIG; MTSS/ISS; municípios; ONG	Relatórios de funcionamento. Casos atendidos.
28 — Reforço do atendimento a vítimas de violência doméstica por parte das forças de segurança.	MAI	Casos atendidos e salas de atendimento. Avaliação do atendimento.
29 — Consolidar a implementação da metodologia dos GAM . . .	PCM/GSEI/CIG; ONG	Número de GAM. Participantes nos GAM.

Área estratégica de intervenção 3

Prevenir a reincidência: Intervenção com agressores

Esta área estratégica de intervenção é inovadora e integra seis medidas que pretendem reduzir ou eliminar o risco de revitimação/reincidência no crime de violência doméstica.

A intervenção junto de agressores, com o objectivo de proteger as vítimas actuais e ou prevenir a vitimação em futuras relações, é hoje definida como uma prioridade a nível europeu.

A crescente tendência para a implementação de programas de prevenção da reincidência em agressores resulta de um conjunto de constatações: é insuficiente

trabalhar apenas com as vítimas; a intervenção junto de agressores contribui para a alteração dos estereótipos e das crenças socialmente enraizadas que ajudam a perpetuar as condições geradoras e a aceitação da violência doméstica; e é necessário trabalhar mais directamente a questão da atribuição da responsabilidade ao agressor.

Objectivos estratégicos:

- 1) Prevenir a reincidência;
- 2) Disseminar as novas metodologias de controlo penal;
- 3) Reduzir e alterar comportamentos abusivos dos agressores;
- 4) Garantir a segurança das vítimas, a par da assumpção da responsabilidade por parte do agressor;
- 5) Promover a eficácia dos mecanismos jurídico-penais.

Medidas	Entidades envolvidas na execução	Indicadores
30 — Implementação de programas de intervenção estruturada para os autores de crimes de violência doméstica no sentido de reduzir a reincidência.	PCM/GSEI/CIG; MJ/DGSP/DGRS	Programas implementados. Pessoas abrangidas.
31 — Alargamento a todo o território nacional do Programa para Agressores de Violência Doméstica — PAVD.	PCM/GSEI/CIG; MJ/DGRS	Agressores abrangidos. Parcerias formalizadas.
32 — Promoção de parcerias de intervenção com os serviços de saúde para encaminhamento de agressores que apresentem doença mental ou orgânica, consumo de álcool e ou de outras substâncias.	PCM/GSEI/CIG; MS/IDT; MTSS/ISS; ONG	Parcerias formalizadas.
33 — Concepção, edição e divulgação de materiais para técnicos(as) que intervenham junto de agressores.	PCM/GSEI/CIG; MJ; MAI; MTSS/ISS; MS/ARS; universidades; ONG	Materiais editados e distribuídos. Acções de divulgação.
34 — Desenvolvimento de programas de intervenção para jovens agressores(as) que valorizem a aquisição de novas masculinidades e feminilidades.	PCM/GSEI/CIG; ME/DGIDC; ONG	Programas implementados. Número de jovens envolvidos(as). Escolas envolvidas.
35 — Alargamento a todo o território nacional da utilização da vigilância electrónica.	PCM/GSEI/CIG; MJ/DGRS	Agressores(as) abrangidos(as).

Área estratégica de intervenção 4

Qualificar profissionais

Esta área estratégica de intervenção inclui oito medidas e centra-se na qualificação técnica e pessoal de profissionais que trabalham com as vítimas de violência doméstica e com os agressores.

A qualificação de profissionais é essencial para a prevenção da vitimação secundária e revitimação, de forma a melhorar a eficácia das suas intervenções.

Objectivos estratégicos:

- 1) Capacitar e qualificar profissionais que intervêm nesta área;
- 2) Promover a integração do tema da violência doméstica e da violência de género nos *currícula* de cursos e de formações relacionadas com a intervenção nesta área;
- 3) Criar ou actualizar módulos disciplinares sobre violência doméstica e violência de género nos *currícula*, nomeadamente nas áreas das ciências humanas, sociais, criminais e da saúde.

Medidas	Entidades envolvidas na execução	Indicadores
36 — Qualificação de profissionais que intervêm na área da violência doméstica, nomeadamente: magistrados(as), órgãos de polícia criminal, profissionais de saúde, profissionais de educação, jornalistas.	PCM/GSEI/CIG; MJ/CEJ; MTSS/ISS; MAI; MS; PCM/ACIDI; GMCS/CENJOR; Universidades; ONG	Acções desenvolvidas. Profissionais abrangidos(as).
37 — Promoção de fóruns de discussão de boas práticas na intervenção junto de vítimas e de agressores.	PCM/GSEI/CIG; ONG; MJ/DGRS; Universidades; municípios	Iniciativas desenvolvidas. Número de técnicos(as) abrangidos(as).
38 — Formação de profissionais em modelos de intervenção em grupo e disseminação dos materiais produzidos: modelo Duluth, GAM e PAVD.	PCM/GSEI/CIG; MTSS/ISS; ONG; universidades	Acções de formação. Número de técnicos(as) abrangidos(as). Disseminação dos materiais.
39 — Criação de um <i>site</i> destinado às forças de segurança com informações e instrumentos técnico-políciais para a prevenção e a intervenção nos casos de violência doméstica.	PCM/GSEI/CIG; MAI	Número de visitas ao <i>site</i> . Documentos disponibilizados no <i>site</i> .
40 — Promoção de acções de formação que habilitem para a função de técnico(a) de apoio à vítima.	PCM/GSEI/CIG; MJ; MAI; CNPCJR; MTSS/ISS; Universidades; ONG	Acções de formação realizadas. Número de profissionais habilitados(as).
41 — Actualização do Guia de Recursos de âmbito nacional na área da violência doméstica.	PCM/GSEI/CIG; MTSS/ISS; ONG; Municípios	Actualização e disseminação do Guia.
42 — Promoção de formação específica sobre intervenção junto de vítimas particularmente vulneráveis.	PCM/GSEI/CIG; MTSS/ISS; MS; ONG	Acções de formação realizadas. Número de profissionais habilitados(as).
43 — Criação de parcerias com estabelecimentos de ensino superior para formação em violência doméstica e de género.	PCM/GSEI/CIG; MCTES; universidades; centros de formação; ONG	Parcerias estabelecidas. Cursos protocolados.

Área estratégica de intervenção 5**Investigar e monitorizar**

Esta área estratégica de intervenção é constituída por sete medidas e pretende alargar o âmbito da investigação científica na área da violência doméstica e da violência de género. Pretende-se, assim, obter um conhecimento mais aprofundado sobre as dimensões estruturais do fenómeno, incluindo grupos específicos de vítimas, para informar a intervenção técnica e a decisão política.

Igualmente importante é monitorizar o fenómeno e avaliar o impacto do sistema de prevenção, protecção e integração junto das vítimas.

Objectivos estratégicos:

1) Recolher e tratar dados estatísticos e sistematizar o conhecimento científico com relevância para a compreensão do fenómeno da violência doméstica e de género, através do Sistema Integrado de Informação e Conhecimento (SIIC);

2) Contribuir para a definição de políticas públicas de prevenção e de combate à violência doméstica e de género;

3) Analisar, acompanhar e emitir recomendações sobre procedimentos e respostas na área da violência doméstica e de género.

Medidas	Entidades envolvidas na execução	Indicadores
44 — Aperfeiçoamento do sistema de informação e de monitorização sobre violência doméstica e de género: a) Criação de uma base de dados sobre projectos e trabalhos de investigação científica nacional; b) Aperfeiçoamento do sistema de recolha e tratamento estatístico de dados sobre violência doméstica nas áreas da justiça, da saúde e da segurança interna.	PCM/GSEI/CIG/SIIC, INE, MJ/DGPJ, MAI, MTSS/ISS, MS	Criação de base de dados e sua disseminação. Harmonização e sistematização de indicadores. Relatórios produzidos.
45 — Promoção de estudos específicos sobre o fenómeno da violência doméstica e de género, em estreita articulação com universidades e centros de investigação: a) Promoção de estudos que avaliem o impacto do sistema de prevenção, protecção e integração.	PCM/GSEI/CIG; universidades e centros de investigação; MTSS, MJ, PGR, MAI, PCM/ACIDI, MCTES, ONG	Estudos realizados e sua disseminação.
46 — Implementação de base de dados com as decisões de atribuição do estatuto de vítima.	PCM/GSEI/CIG; MJ, MAI	Criação da base de dados e sua disponibilização.
47 — Criação do mapa de risco geo-referenciado das vítimas...	PCM/GSEI/CIG; MJ/DGRS, MAI, ONG	Criação do mapa.
48 — Monitorização do programa experimental de aplicação de meios electrónicos de vigilância à distância aplicados ao agressor e do programa de teleassistência a vítimas.	PCM/GSEI/CIG; MJ/DGRS	Número de agressores e vítimas. Relatório de avaliação dos programas.
49 — Monitorização das medidas de controlo penal: medidas de afastamento, pena de prisão e suspensão provisória do processo.	PCM/GSEI/CIG; MJ/DGPJ	Número de agressores(as).
50 — Avaliação do impacto dos programas de prevenção da reincidência dos agressores.	PCM/GSEI/CIG; MJ/DGRS	Número de agressores. Relatório de avaliação do programa.

Siglas utilizadas

ACIDI — Alto Comissariado para a Integração e Diálogo Intercultural, I. P.

ANMP — Associação Nacional de Municípios Portugueses.

ARS — Administração Regional de Saúde.

CEJ — Centro de Estudos Judiciários.

CENJOR — Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas.

CIG — Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

CNPCJR — Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco.

CNSM — Coordenação Nacional para a Saúde Mental.

CONFAP — Confederação Nacional das Associações de Pais.

CSM — Conselho Superior de Magistratura.

CVP — Cruz Vermelha Portuguesa.

DGAI — Direcção-Geral da Administração Interna.

DGIDC — Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular.

DGRS — Direcção-Geral de Reinserção Social.

DGSP — Direcção-Geral dos Serviços Prisionais.

DGPJ — Direcção-Geral de Políticas de Justiça.

GAM — Grupos de Ajuda Mútua.

GMAP — Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares.

GMCS — Gabinete para os Meios de Comunicação Social.

GSEI — Gabinete da Secretária de Estado da Igualdade.

IDT — Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.

IEFP — Instituto do Emprego e Formação Profissional.

INE — Instituto Nacional de Estatística, I. P.

IPJ — Instituto Português da Juventude.

ISS — Instituto de Segurança Social, I. P.

LGBT — Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgénero.

MAI — Ministério da Administração Interna.

MAOT — Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.

MCTES — Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

ME — Ministério da Educação.

MEID — Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento.

MFAP — Ministério das Finanças e da Administração Pública.

MJ — Ministério da Justiça.

MS — Ministério da Saúde.

MTSS — Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

OA — Ordem dos Advogados.

ONG — Organizações não Governamentais.

PAVD — Programa para Agressores de Violência Doméstica.

PCM — Presidência do Conselho de Ministros.

PGR — Procuradoria-Geral da República.

PNCTSH — Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos.

PNI — Plano Nacional para a Igualdade.

SIIC — Sistema Integrado de Informação e Conhecimento.

SNS — Serviço Nacional de Saúde.

Centro Jurídico

Declaração de Rectificação n.º 37/2010

Ao abrigo da alínea *h*) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 162/2007, de 3 de Maio, declara-se que o Decreto-Lei n.º 112/2010, de 20 de Outubro, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 204, de 20 de Outubro de 2010, saiu com as seguintes inexactidões que, mediante declaração da entidade emitente, assim se rectificam:

1 — No 3.º parágrafo do preâmbulo, onde se lê:

«A harmonização legislativa que agora se opera tem em vista propiciar uma utilização segura dos produtos biocidas para a agricultura e indústria química nacional, para o consumidor e ecossistemas agrícolas, garantindo-se em consequência, a saúde dos trabalhadores agrícolas, a segurança alimentar e a defesa do ambiente.»

deve ler-se:

«A harmonização legislativa que agora se opera tem em vista propiciar uma utilização segura dos produtos biocidas para a saúde humana e animal e para o ambiente.»

2 — Na republicação do Decreto-Lei n.º 121/2002, de 3 de Maio, a seguir ao «Anexo I — Lista de substâncias e seus requisitos decididos a nível comunitário para inclusão em produtos biocidas», por lapso, ficaram omissos na publicação os anexos I-A, I-B, II-A, II-B, III-A, III-B, IV-A, IV-B, V e VI, erro material que se corrige através da sua publicação integral, em anexo à presente declaração de rectificação, que dela faz parte integrante.

Centro Jurídico, 15 de Dezembro de 2010. — A Directora, Susana de Meneses Brasil de Brito.

ANEXO

(a que se refere o n.º 2)

«ANEXO I-A

Lista de substâncias activas e seus requisitos decididos a nível comunitário para inclusão em produtos biocidas de baixo risco

As substâncias a incluir nesta lista serão indicadas por decisão a nível comunitário, em conformidade com

os procedimentos previstos no artigo 28.º da Directiva n.º 98/8/CE, de 16 de Fevereiro.

ANEXO I-B

Lista de substâncias de base e seus requisitos decididos a nível comunitário

As substâncias a incluir nesta lista serão indicadas por decisão a nível comunitário, em conformidade com os procedimentos previstos no artigo 28.º da Directiva n.º 98/8/CE, de 16 de Fevereiro.

ANEXO II-A

Conjunto de dados genéricos comuns para as substâncias activas

Substâncias químicas

1 — Os processos respeitantes às substâncias activas devem incidir, no mínimo, sobre todos os pontos enumerados nos requisitos dos processos. As respostas devem ser acompanhadas de dados comprovativos. Os requisitos dos processos devem acompanhar o progresso técnico.

2 — Os dados desnecessários em virtude da natureza de produto biocida ou das suas utilizações propostas não têm de ser apresentados. O mesmo se aplica caso não seja cientificamente necessário ou tecnicamente exequível apresentar tais dados. Nesse caso deve ser apresentada uma justificação que as autoridades competentes considerem aceitável. Essa justificação pode ser a existência de uma formulação quadro a que o requerente tenha direito de acesso. Requisitos dos processos:

I — Requerente;

II — Identificação da substância activa;

III — Propriedades físico-químicas da substância activa;

IV — Métodos de detecção e identificação;

V — Eficácia contra os organismos a que se destina e utilizações previstas;

VI — Perfil toxicológico para o ser humano e os animais, incluindo o metabolismo;

VII — Perfil ecotoxicológico, incluindo o destino e comportamento no ambiente;

VIII — Medidas necessárias à protecção do ser humano, dos animais e do ambiente;

IX — Classificação e rotulagem;

X — Resumo e avaliação de II a IX.

Para corroborar as informações acima enumeradas, o processo deve incluir os seguintes dados:

I — Requerente;

1.1 — Nome e endereço, etc.;

1.2 — Fabricante da substância activa (nome, endereço, localização da fábrica).

II — Identificação:

2.1 — Denominação comum proposta ou aceite pela ISO, bem como sinónimos;

2.2 — Denominação química (nomenclatura IUPAC);

2.3 — Número(s) de código de processamento do fabricante;

2.4 — Números CAS e CEE (se disponíveis);

2.5 — Fórmula molecular e fórmula de estrutura (incluindo informações pormenorizadas sobre a composição isomérica) e massa molecular;

2.6 — Processo de fabrico (via de síntese em termos sucintos) da substância activa;

Artigo 147.º

Agravação pelo resultado

1 — Se das ofensas previstas nos artigos 143.º a 146.º resultar a morte da vítima, o agente é punido com a pena aplicável ao crime respectivo agravada de um terço nos seus limites mínimo e máximo.

2 — Se das ofensas previstas no artigo 143.º, na alínea a) do n.º 1 do artigo 145.º e na alínea a) do artigo 146.º resultarem as ofensas previstas no artigo 144.º, o agente é punido com a pena aplicável ao crime respectivo agravada de um quarto nos seus limites mínimo e máximo.

Artigo 148.º

Ofensa à integridade física por negligência

1 — Quem, por negligência, ofender o corpo ou a saúde de outra pessoa, é punido com pena de prisão até um ano ou com pena de multa até 120 dias.

2 — No caso previsto no número anterior, o tribunal pode dispensar de pena quando:

a) O agente for médico no exercício da sua profissão e do acto médico não resultar doença ou incapacidade para o trabalho por mais de oito dias; ou

b) Da ofensa não resultar doença ou incapacidade para o trabalho por mais de três dias.

3 — Se do facto resultar ofensa à integridade física grave, o agente é punido com pena de prisão até dois anos ou com pena de multa até 240 dias.

4 — O procedimento criminal depende de queixa.

Artigo 149.º

Consentimento

1 — Para efeito de consentimento a integridade física considera-se livremente disponível.

2 — Para decidir se a ofensa ao corpo ou à saúde contraria os bons costumes tomam-se em conta, nomeadamente, os motivos e os fins do agente ou do ofendido, bem como os meios empregados e a amplitude previsível da ofensa.

Artigo 150.º

Intervenções e tratamentos médico-cirúrgicos

1 — As intervenções e os tratamentos que, segundo o estado dos conhecimentos e da experiência da medicina, se mostrarem indicados e forem levados a cabo, de acordo com as *leges artis*, por um médico ou por outra pessoa legalmente autorizada, com intenção de prevenir, diagnosticar, debelar ou minorar doença, sofrimento, lesão ou fadiga corporal, ou perturbação mental, não se consideram ofensa à integridade física.

2 — As pessoas indicadas no número anterior que, em vista das finalidades nele apontadas, realizarem intervenções ou tratamentos violando as *leges artis* e criarem, desse modo, um perigo para a vida ou perigo de grave ofensa para o corpo ou para a saúde são punidas com pena de prisão até dois anos ou com pena de multa até 240 dias, se pena mais grave lhes não couber por força de outra disposição legal.

Artigo 151.º

Participação em rixa

1 — Quem intervier ou tomar parte em rixa de duas ou mais pessoas, donde resulte morte ou ofensa à integridade

física grave, é punido com pena de prisão até dois anos ou com pena de multa até 240 dias.

2 — A participação em rixa não é punível quando for determinada por motivo não censurável, nomeadamente quando visar reagir contra um ataque, defender outrem ou separar os contendores.

Artigo 152.º

Violência doméstica

1 — Quem, de modo reiterado ou não, infligir maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais:

a) Ao cônjuge ou ex-cônjuge;

b) A pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação;

c) A progenitor de descendente comum em 1.º grau; ou

d) A pessoa particularmente indefesa, em razão de idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite;

é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

2 — No caso previsto no número anterior, se o agente praticar o facto contra menor, na presença de menor, no domicílio comum ou no domicílio da vítima é punido com pena de prisão de dois a cinco anos.

3 — Se dos factos previstos no n.º 1 resultar:

a) Ofensa à integridade física grave, o agente é punido com pena de prisão de dois a oito anos;

b) A morte, o agente é punido com pena de prisão de três a dez anos.

4 — Nos casos previstos nos números anteriores, podem ser aplicadas ao arguido as penas acessórias de proibição de contacto com a vítima e de proibição de uso e porte de armas, pelo período de seis meses a cinco anos, e de obrigação de frequência de programas específicos de prevenção da violência doméstica.

5 — A pena acessória de proibição de contacto com a vítima pode incluir o afastamento da residência ou do local de trabalho desta e o seu cumprimento pode ser fiscalizado por meios técnicos de controlo à distância.

6 — Quem for condenado por crime previsto neste artigo pode, atenta a concreta gravidade do facto e a sua conexão com a função exercida pelo agente, ser inibido do exercício do poder paternal, da tutela ou da curatela por um período de um a dez anos.

Artigo 152.º-A

Maus tratos

1 — Quem, tendo ao seu cuidado, à sua guarda, sob a responsabilidade da sua direcção ou educação ou a trabalhar ao seu serviço, pessoa menor ou particularmente indefesa, em razão de idade, deficiência, doença ou gravidez, e:

a) Lhe infligir, de modo reiterado ou não, maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais, ou a tratar cruelmente;

b) A empregar em actividades perigosas, desumanas ou proibidas; ou

c) A sobrecarregar com trabalhos excessivos;

é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

2 — Se dos factos previstos nos números anteriores resultar:

a) Ofensa à integridade física grave, o agente é punido com pena de prisão de dois a oito anos;

b) A morte, o agente é punido com pena de prisão de três a dez anos.

Artigo 152.º-B

Violação de regras de segurança

1 — Quem, não observando disposições legais ou regulamentares, sujeitar trabalhador a perigo para a vida ou a perigo de grave ofensa para o corpo ou a saúde, é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

2 — Se o perigo previsto no número anterior for criado por negligência o agente é punido com pena de prisão até três anos.

3 — Se dos factos previstos nos números anteriores resultar ofensa à integridade física grave o agente é punido:

a) Com pena de prisão de dois a oito anos no caso do n.º 1;

b) Com pena de prisão de um a cinco anos no caso do n.º 2.

4 — Se dos factos previstos nos n.ºs 1 e 2 resultar a morte o agente é punido:

a) Com pena de prisão de três a dez anos no caso do n.º 1;

b) Com pena de prisão de dois a oito anos no caso do n.º 2.

CAPÍTULO IV

Dos crimes contra a liberdade pessoal

Artigo 153.º

Ameaça

1 — Quem ameaçar outra pessoa com a prática de crime contra a vida, a integridade física, a liberdade pessoal, a liberdade e autodeterminação sexual ou bens patrimoniais de considerável valor, de forma adequada a provocar-lhe medo ou inquietação ou a prejudicar a sua liberdade de determinação, é punido com pena de prisão até um ano ou com pena de multa até 120 dias.

2 — O procedimento criminal depende de queixa.

Artigo 154.º

Coacção

1 — Quem, por meio de violência ou de ameaça com mal importante, constranger outra pessoa a uma acção ou omissão, ou a suportar uma actividade, é punido com pena de prisão até três anos ou com pena de multa.

2 — A tentativa é punível.

3 — O facto não é punível:

a) Se a utilização do meio para atingir o fim visado não for censurável; ou

b) Se visar evitar suicídio ou a prática de facto ilícito típico.

4 — Se o facto tiver lugar entre cônjuges, ascendentes e descendentes, adoptantes e adoptados, ou entre pessoas, de outro ou do mesmo sexo, que vivam em situação análoga à dos cônjuges, o procedimento criminal depende de queixa.

Artigo 155.º

Agravação

1 — Quando os factos previstos nos artigos 153.º e 154.º forem realizados:

a) Por meio de ameaça com a prática de crime punível com pena de prisão superior a três anos; ou

b) Contra pessoa particularmente indefesa, em razão de idade, deficiência, doença ou gravidez;

c) Contra uma das pessoas referidas na alínea f) do n.º 2 do artigo 132.º, no exercício das suas funções ou por causa delas;

d) Por funcionário com grave abuso de autoridade;

o agente é punido com pena de prisão até dois anos ou com pena de multa até 240 dias; no caso do artigo 153.º, e com pena de prisão de um a cinco anos, no caso do n.º 1 do artigo 154.º

2 — As mesmas penas são aplicadas se, por força da ameaça ou da coacção, a vítima ou a pessoa sobre a qual o mal deve recair se suicidar ou tentar suicidar-se.

Artigo 156.º

Intervenções e tratamentos médico-cirúrgicos arbitrários

1 — As pessoas indicadas no artigo 150.º que, em vista das finalidades nele apontadas, realizarem intervenções ou tratamentos sem consentimento do paciente são punidas com pena de prisão até três anos ou com pena de multa.

2 — O facto não é punível quando o consentimento:

a) Só puder ser obtido com adiamento que implique perigo para a vida ou perigo grave para o corpo ou para a saúde; ou

b) Tiver sido dado para certa intervenção ou tratamento, tendo vindo a realizar-se outro diferente por se ter revelado imposto pelo estado dos conhecimentos e da experiência da medicina como meio para evitar um perigo para a vida, o corpo ou a saúde;

e não se verificarem circunstâncias que permitam concluir com segurança que o consentimento seria recusado.

3 — Se, por negligência grosseira, o agente representar falsamente os pressupostos do consentimento, é punido com pena de prisão até seis meses ou com pena de multa até 60 dias.

4 — O procedimento criminal depende de queixa.

Artigo 157.º

Dever de esclarecimento

Para efeito do disposto no artigo anterior, o consentimento só é eficaz quando o paciente tiver sido devidamente esclarecido sobre o diagnóstico e a índole, alcance, envergadura e possíveis consequências da intervenção ou do tratamento, salvo se isso implicar a comunicação de circunstâncias que, a serem conhecidas pelo paciente, poriam em perigo a sua vida ou seriam susceptíveis de lhe causar grave dano à saúde, física ou psíquica.

Table 3 - Factors That Perpetuate Domestic Violence	
Cultural	• Gender-specific socialization • Cultural definitions of appropriate sex roles • Expectations of roles within relationships • Belief in the inherent superiority of males • Values that give men proprietary rights over women and girls • Notion of the family as the private sphere and under male control • Customs of marriage (bride price/dowry) • Acceptability of violence as a means to resolve conflict
Economic	• Women's economic dependence on men • Limited access to cash and credit • Discriminatory laws regarding inheritance, property rights, use of communal lands, and maintenance after divorce or widowhood • Limited access to employment in formal and informal sectors • Limited access to education and training for women
Legal	• Lesser legal status of women either by written law and/or by practice • Laws regarding divorce, child custody, maintenance and inheritance • Legal definitions of rape and domestic abuse • Low levels of legal literacy among women • Insensitive treatment of women and girls by police and judiciary
Political	• Under-representation of women in power, politics, the media and in the legal and medical professions • Domestic violence not taken seriously • Notions of family being private and beyond control of the state • Risk of challenge to status quo/religious laws • Limited organization of women as a political force • Limited participation of women in organized political system

(Source: Haise, 1994)

UNIFEM, 2000

Financial costs of violence against women

Country or region	Total cost estimate	Year	Type of violence	Type of costs included
New South Wales, Australia	US\$1 billion (A\$1.5 billion)	1991	Domestic violence against women	Individual, government, employer and third party: health care, legal, criminal justice, social welfare, employment, child care and housing
Canada	US\$2.75 billion (C\$4.225 billion)	1995	Physical violence, sexual assault, rape, incest and child sexual abuse	Individual, government and third party: social services, education, criminal justice, labour and work, health and medical
Finland	US\$53.4 million (FIM296 million)	1998	Female victims of violence who sought help	Direct costs incurred by health sector, social sector and criminal justice system
Netherlands	US\$80 million (NLG165.9 million)	1997	Physical and sexual domestic violence against women	Police and justice, medical, psychosocial care, labour and social security
New Zealand	US\$625 million to \$2.5 billion (NZ\$1.2-\$5.3 billion)	1994	Family violence	Individual, government, third party and employer: medical care, social welfare and assistance, legal and criminal justice and employment
Switzerland	US\$290 million (Sfr.409 million)	1998	Physical and sexual abuse of women and children	Police, civil justice, housing, refuge, social services and healthcare
USA	US\$5.8 billion	2003	Intimate partner violence	Medical and mental health care, lost productivity and lost lifetime earnings

Source: Unifem, 2003

Kelly & Reagan, 2006

**Table 4 - Health Consequences
of Violence Against Women**

NON-FATAL OUTCOMES

Physical health outcomes:

- Injury (from lacerations to fractures and internal organs injury)
- Unwanted pregnancy
- Gynaecological problems
- STDs including HIV/AIDS
- Miscarriage
- Pelvic inflammatory disease
- Chronic pelvic pain
- Headaches
- Permanent disabilities
- Asthma
- Irritable bowel syndrome
- Self-injurious behaviours (smoking, unprotected sex)

Mental health outcomes:

- Depression
- Fear
- Anxiety
- Low self-esteem
- Sexual dysfunction
- Eating problems
- Obsessive-compulsive disorder
- Post traumatic stress disorder

FATAL OUTCOMES

- Suicide
- Homicide
- Maternal mortality
- HIV/AIDS

*(Source: "Violence against Women", WHO
Consultation, 1996)*

UNIFEM, 2000

Violence against Women Prevalence Data: Surveys by Country

Compiled by UN Women (as of March 2011)

No.	Country	Survey	Coverage	Year	Intimate Partner Violence (%)						Intimate Partner and/or Non-Partner Violence (%)						Forced first sex (%)	Abuse during pregnancy (%)
					Physical		Sexual		Physical and/or sexual		Physical		Sexual		Physical and/or sexual			
					Last 12 months	Life-time	Last 12 months	Life-time	Last 12 months	Life-time	Last 12 months	Life-time	Last 12 months	Life-time	Last 12 months	Life-time		
1	Albania	CDC-RHS	National	2002	4.5	8.2	1.5	2.9										
2	Antigua	Other	National	1990		30												
3	Armenia	Other	National	2008-2009		8.9		3.3		9.5						3.3		
4	Australia	IVAWS	National	2002-2003	4	25	1	8	4	27	8	48	4	34		57		
5	Azerbaijan	DHS	National	2006	9.7	12.8	2	2.9	10.2	13.5	7.7	13.3		3.7	15	4.2		
6	Bangladesh	WHO	City	2000-2003	19	39.7	20.2	37.4	30.2	53.4					58.5	24.1	10.2	
			Province		15.8	41.7	24.2	49.7	31.9	61.7					59.9	29.9	12.4	
		DHS	National	2007	18.4	48.7	11	17.8	23.9	53.3								
7	Barbados	Other	National	1990						30								
8	Bolivia	DHS	National	2008	23.1		6.4		24.2					47.3				
9	Brazil	WHO	City	2001	8.3	27.2	2.8	10.1		28.9					38.7	2.8	8	
			Province	2001	12.9	33.8	5.6	14.3	14.8	36.9					38.8	4.3	11.1	
10	Cambodia	DHS	National	2005	7.9	12.8	1.7	2.7	8.7	13.7		22.3		10.3	22.3	2.8	3.1	
11	Cameroon	DHS	National	2004		38.6		13.9	28	42.4	45.1	52.5		16			10.9	
12	Canada	Other	National	2004					2	7								

No.	Country	Survey	Coverage	Year	Intimate Partner Violence (%)						Intimate Partner and/or Non-Partner Violence (%)						Forced first sex (%)	Abuse during pregnancy (%)
					Physical		Sexual		Physical and/or sexual		Physical		Sexual		Physical and/or sexual			
					Last 12 months	Life-time	Last 12 months	Life-time	Last 12 months	Life-time	Last 12 months	Life-time	Last 12 months	Life-time	Last 12 months	Life-time	Last 12 months	Life-time
13	Cape Verde	DHS	National	2005		15.7		3.6	7.8	16.1	20.3	21.5					4.6	
14	Chile	Other	National	2004		15		15.6		35.7								
15	China	Other	National	1999-2000		15.4												
16	Colombia	DHS	National	2004-2005		33.4		11.5		39			6.1					
17	Costa Rica	IVAWS	National	2003	7	33	3	15	8	36	11	47	7	41	60			
18	Cote d'Ivoire	DHS	National	2005									2.8	0.3	12.3		17.3	
19	Czech Republic	IVAWS	National	2003	8	35	2	11	9	37	12	51	5	35	58			
20	Democratic Republic of the Congo	DHS	National	2007		56.9		35.3		64.1	49	63.7	4.2	16		9.9	12	
21	Denmark	IVAWS	National	2003	1	20	0	6	1	22	4	38	2	28	50			
22	Dominican Republic	DHS	National	2007	10.9	16.1	3.6	5.5	11.7	17.2	9.7	19.7		10.1		3.8	6.6	
23	Ecuador	CDC-RHS	National	2004	10	31	4	12	17.6	46.3				9.6				
24	Egypt	DHS	National	2005	18.2	33.2	3.9	6.6	21.7	33.7	22.6	47.4					6.2	
25	El Salvador	CDC-RHS	National	2008	6.8	24.2	3.3	11.5	7.7	26.3				13.4				

No.	Country	Survey	Coverage	Year	Intimate Partner Violence (%)						Intimate Partner and/or Non-Partner Violence (%)						Forced first sex (%)	Abuse during pregnancy (%)
					Physical		Sexual		Physical and/or sexual		Physical		Sexual		Physical and/or sexual			
					Last 12 months	Life-time	Last 12 months	Life-time	Last 12 months	Life-time	Last 12 months	Life-time	Last 12 months	Life-time	Last 12 months	Life-time		
26	Ethiopia	WHO	Province	2002	29	48.7	44.4	58.6	53.7	70.9					55.9	16.6	7.5	
27	Finland	Other	National	2005	6.3	17.6	2	4.3	7.9						43.5			
28	France	IWAWS	National	2002	2.5		0.9		10									
29	Georgia	CDC-RHS	National	2005	1.6	4.8	0.3	1.5	2	5								
30	Germany	IWAWS	National	2003		23		7		25	37	13	40					
31	Ghana	DHS	National	2008	18	20.6	5.2	8.2	20	22.9	17.2	36.6	18.8	44.5	14.9	5.2		
32	Guatemala	CDC-RHS	National	2002	8.6		3.5											
33	Haiti	DHS	National	2005-2006	11.5	14.3	9.8	10.8	16.8	20	15.6	26.5					5.6	
34	Honduras	DHS	National	2005-2006	6.3		4.4		8.6		14.7	8.7						
35	Hong Kong	IWAWS	National	2005	1	6	1	5	2	9	2	12	3	14	21			
36	India	DHS	National	2005-2006	21.4	35.1	7.2	10	23.9	37.2	18.9	33.5	8.5	35.4				
37	Indonesia	Other	National	2006										3.07				
38	Ireland	Other	National	2003	1.4	13	0.7	8	3.2	14.5								
39	Italy	IWAWS	National	2006	1.7	12.2	1	6.1	2.4	14.3	2.7	18.8	3.5	23.7	5.4	31.9		

No.	Country	Survey	Coverage	Year	Intimate Partner Violence (%)						Intimate Partner and/or Non-Partner Violence (%)						Forced first sex (%)	Abuse during pregnancy (%)
					Physical		Sexual		Physical and/or Sexual		Physical		Sexual		Physical and/or sexual			
					Last 12 months	Life-time	Last 12 months	Life-time	Last 12 months	Life-time	Last 12 months	Life-time	Last 12 months	Life-time	Last 12 months	Life-time		
40	Japan	WHO	City	2000-2003	3.1	12.9	1.3	6.2	3.8	15.4					18.5	0.4	1.2	
41	Jordan	DHS	National	2007	12.2	20.6	5.6	7.6	14.6	23	13.3	32.3					5.4	
42	Kenya	DHS	National	2003	31.3	37	13.6	17.2	34	41.2	24	38.5		20.6	45.1	12.3		
43	Kiribati	WHO	National	2008	32.4	60	33.7	46.4	36.1	67.6		11		10	73	20	23	
44	Liberia	DHS	National	2007	33	35	9.6	10.8	36.3	38.6	28.9	44		17.6		9.9		
45	Lithuania	Other	National	2000		32.7		7.5		37.6								
46	Malawi	DHS	National	2004	12.4	22.1	10.8	13.4	18.5	28.4	14.5	28.1					5.3	
47	Maldives	WHO	National	2006	5.7	17.9	2	6.7	6.4	19.5					28.4	3.2	6.3	
48	Mexico	Other	National	2006					40.2	46.7								
49	Morocco	Other	National	2009-2010		6.4		6.6			15.2	35.3	8.7	23	62.8			
50	Mozambique	IVAWS	National	2004	15	36	6	12	18	40	17	48	9	24	55			
51	Namibia	WHO	City-Windhoek	2002	15.9	30.6	9.1	16.5	19.5	35.9					42.5	6	6.4	
52	Netherlands	Other	National	1986		21												
53	New Zealand	WHO	City	2002	5.3	30.2	2.1	14.1	5.7	33.1								

No.	Country	Survey	Coverage	Year	Intimate Partner Violence (%)						Intimate Partner and/or Non-Partner Violence (%)						Forced first sex (%)	Abuse during pregnancy (%)
					Physical		Sexual		Physical and/or sexual		Physical		Sexual		Physical and/or sexual			
					Last 12 months	Life-time	Last 12 months	Life-time	Last 12 months	Life-time	Last 12 months	Life-time	Last 12 months	Life-time	Last 12 months	Life-time		
54	Nicaragua	CDC-RHS	National	2006	8	27	4.4	13.1	9.3	29.3		19.2		11.4				
55	Nigeria	DHS	National	2008	14.2	17.5	3.2	3.9	15.2	18.3	15	27.7	7		29.5		5.1	
56	Norway	Other	National	2008		13.9	1	9.4	5.5	26.8								
57	Paraguay	CDC-RHS	National	2004	6.6	19.3	2.6	7.6						6.5				
58	Peru	DHS	National	2009	11.2	31.2	2.8	8	14.2	38.8								
59	Philippines	DHS	National	2008	7.5	14.4	4.9	8	10.3	17.9	7.3	20.1		8.7		23.6	4.1	
60	Poland	IVAWS	National	2004	3	15	0	5	3	16	5	30	2	17		35		
61	Republic of Korea	Other	National	2007	7.7	14	9.5	12.6										
62	Republic of Moldova	DHS	National	2005	14.1	24.1	2.5	4	14.6	24.6	12.6	26.6						
63	Romania	Other	National	2004		15.1		3.1		28.5								
64	Russian Federation	CDC-RHS	Three Provinces	1999	7	21												
65	Rwanda	DHS	National	2005		30.7		12.9	25.6	33.8	19.4	30.7					10.2	
66	Samoa	WHO	National	2000	17.9	40.5	11.5	19.5	22.4	46.1					75.8	8.1	9.9	
67	Sao Tome and Principe	DHS	National	2008-2009	26.5		8.3		27.9		21.2	33.4		13.1			6.9	

No.	Country	Survey	Coverage	Year	Intimate Partner Violence (%)						Intimate Partner and/or Non-Partner Violence (%)						Forced first sex (%)	Abuse during pregnancy (%)
					Physical		Sexual		Physical and/or sexual		Physical		Sexual		Physical and/or sexual			
					Last 12 months	Life-time	Last 12 months	Life-time	Last 12 months	Life-time	Last 12 months	Life-time	Last 12 months	Life-time	Last 12 months	Life-time		
68	Serbia	WHO	Belgrade	2003	3.2	22.8	1.1	6.3	3.7	23.7						26.2	0.7	3.4
69	Slovakia	Other	National	2008		15		9	12.2	27.9			67.8					
70	Solomon Islands	WHO	National	2009		45.5		54.7	41.8	63.5								10.7
71	South Africa	DHS	National	1998	6.3	12.5		4.4			10							3.7
72	Spain	Other	National	2005										3.6	9.6			
73	Sweden	IVAWS	National	2000	4	18					5	25	7	34	12	46		
74	Switzerland	IVAWS	National	2003	1	9		3	1	10	1	27	1	25		39		
75	Tajikistan	Other	Khatlon Region	2005	11.8	36.1		42.5		58.3								
76	Thailand	WHO	Province	2002	13.4	33.8	15.6	28.9	22.9	47.4						43.8	5.3	3.8
			city	2005	7.9	22.9	17.1	29.9	21.3	41.1						35	3.6	4.2
77	Timor-Leste	DHS	National	2010	30.7	33.5	2	2.9	31.5	34.6	29.2	38.1		3.4		39.2	1.1	3.7
78	Turkey	WHO	National	2009	9.9	39.3	7	15.3	13.7	41.9		17.8		3.3				9.7
70	Uganda	DHS	National	2006	34.9	48	24.8	35.5	45	59.1	34.4	59.9		39		70.4	24	15.7
80	Ukraine	DHS	National	2007	10.4	12.7	2.2	3.3	10.6	13.2	8.8	16.9		5.4		18.3	1.8	3.7
81	United Kingdom	Other	National	2005	2.7	18.9	0.2	3.8	5.9	28.4								

No.	Country	Survey	Coverage	Year	Intimate Partner Violence (%)						Intimate Partner and/or Non-Partner Violence (%)						Forced first sex (%)	Abuse during pregnancy (%)
					Physical		Sexual		Physical and/or sexual		Physical		Sexual		Physical and/or sexual			
					Last 12 months	Life-time	Last 12 months	Life-time	Last 12 months	Life-time	Last 12 months	Life-time	Last 12 months	Life-time	Last 12 months	Life-time		
82	United Republic of Tanzania	WHO	city	2002	14.8	32.9	12.8	23	21.5	41.3					49.9	14.3	6.9	
			province	2002	18.7	46.7	18.3	30.7	29.1	55.9					60.2	16.6	12.3	
83	United States	CDC-RHS	National	2000	1.3	22.1	0.2	7.7	1.5	24.8	1.9	51.9	0.3	17.6				
84	Viet Nam	WHO	National	2009	6	32	4.2	9.9	9	34.4		35.2		10.8	38.5		4.7	
85	Zambia	DHS	National	2007	39.6	46.5	16	16.7	43	49.5	32.5	46.8		20.2	51.9		9.6	
86	Zimbabwe	DHS	National	2005-2006	25.3	29.5	12.7	18.9	30.5	38.2		36.2	25		46.7	21	8.3	

Abbreviations:

CDC-RHS: Centers for Disease Control and Prevention, International Reproductive Health Surveys: Reports, Publications, and Datasets (available at: <http://www.cdc.gov/reproductivehealth/surveys/SurveyCountries.htm>)

DHS: The Demographic and Health Surveys, Domestic Violence Module country reports (available at: http://www.measuredhs.com/topics/gender/dv_surveys.cfm) and Kishor, S. and K. Johnson. 2004. *Profiling domestic violence: A multi-country study*. ORC Macro, Calverton.

IVAWS: Johnson, H. Ollus, N. and Nevala, S. 2008. *Violence Against Women: An International Perspective*. Springer Science+Business Media, LLC, New York.

Other: Other population-based surveys publicly available through March 2011.

WHO: García-Moreno, C., Jansen, H., Ellsberg, M., Heise, L. and C. Watts. 2005. *WHO Multi-Country Study on Women's Health and Domestic Violence against Women: Initial Results on Prevalence, Health Outcomes and Women's Responses*. World Health Organization, Geneva.

Sources of Data

No.	Country	Survey	Coverage	Year	Source
1	Albania	CDC-RHS	National	2002	Herold, J.; Seither, R.; Ylli, A., et al. 2003. <i>Albania Reproductive Health Survey 2002: Preliminary Report</i>. Tirana, Albania: Institute of Public Health, Albania Ministry of Health, Institute of Statistics, CDC-Atlanta.
2	Antigua	Other	National	1990	Handwerker, W.P. 1997. <i>Antiguan women's adolescent responses to childhood exploitative experiences</i>. Proceedings of the inaugural meeting of National Leaders in Women's Health. Gainesville, cited in Heise LL, Ellsberg, M, Gottemoeller, M. 1999. Ending violence against women. Population Reports, Series L, No. 11. Baltimore, Johns Hopkins University Center for Communications Programs.
3	Armenia	Other	National	2008-2009	UNFPA CGBV and the National Statistical Service (NSS) of Armenia. 2008. <i>Armenia Nationwide Survey on Violence against Women</i>.
4	Australia	IVAWS	National	2002-2003	Mourzos, J. and Makkai, T. 2004. <i>Women's Experiences of Male Violence: Findings from the Australian Component of the International Violence Against Women Survey (IVAWS)</i>. Australian Institute of Criminology.
5	Azerbaijan	DHS	National	2006	State Statistical Committee of the Republic of Azerbaijan Baku. Republic of Azerbaijan. 2008. <i>Azerbaijan Demographic and Health Survey 2006</i>. Calverton, MD: Macro International Inc.
6	Bangladesh	WHO	City	2000-2003	Garia-Moreno, C., Jansen, H., Ellsberg, M., Heise, L. and Watts, C. 2005. <i>WHO Multi-country Study on Women's Health and Domestic Violence against Women</i>. Geneva: World Health Organization.
			Province		
		DHS	National	2007	National Institute of Population Research and Training, Mitra and Associates, and Macro International. 2009. <i>Bangladesh Demographic and Health Survey 2007</i>. Dhaka, Bangladesh and Calverton, USA: National Institute of Population Research and Training, Mitra and Associates, and Macro International.

No.	Country	Survey	Coverage	Year	Source
7	Barbados	Other	National	1990	Handwerker WP. 1996. "Power and gender: Violence and affection experienced by children in Barbados." <u>West Indies Medical Anthropology</u> , 17(2): 101-128.
8	Bolivia	DHS	National	2008	Ministerio de Salud y Deportes and Macro International. 2009. <u>Encuesta Nacional Demografía y Salud Endsa 2008</u> . MSD and Macro International. La Paz (Bolivia) and Calverton, MD (USA).
9	Brazil	WHO	City	2001	Garia-Moreno, C., Jansen, H., Ellsberg, M., Heise, L. and Watts, C. 2005. <u>WHO Multi-country Study on Women's Health and Domestic Violence against Women</u> . World Health Organization. Geneva.
			Province	2001	National Institute of Public Health and National Institute of Statistics. 2006. <u>Cambodia Demographic and Health Survey 2005</u> . ORC Macro, Calverton, MD.
10	Cambodia	DHS	National	2005	Institut National de la Statistique (INS) et ORC Macro. 2004. <u>Enquête Démographique et de Santé du Cameroun 2004</u> . INS and ORC Macro, Calverton, MD.
11	Cameroon	DHS	National	2004	Statistics Canada. <u>Measuring Violence Against Women Statistical Trends 2006</u> . Statistics Canada. Ottawa.
12	Canada	Other	National	2004	Instituto Nacional de Estadística and Ministério da Saúde, 2006. <u>Segundo Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva</u> . Instituto Nacional de Estadística. Ministério da Saúde and Macro International: Praia, Cabo Verde and Calverton, MD.
13	Cape Verde	DHS	National	2005	Ministerio del Interior and DESUC. 2008. <u>Encuesta Nacional de Victimización por Violencia Intrafamiliar y Delitos Sexuales</u> . Ministerio del Interior and DESUC. Santiago.
14	Chile	Other	National	2004	Parish W, Wang T, Laumann E, Pan S, Luo Y. 2004. "Intimate partner violence in China: National prevalence, risk factors and associated health problems". <u>International Family Planning Perspectives</u> , 30(4): 178-181.
15	China	Other	National	1999-2000	

No.	Country	Survey	Coverage	Year	Source
16	Colombia	DHS	National	2004-2005	Asociación Probienestar de la Familia. 2005. <i>Salud Sexual y Reproductiva Resultados Encuesta Nacional de Demografía y Salud</i>. Macro International, Calverton, MD.
17	Costa Rica	IVAWS	National	2003	Johnson, H. Ollus, N. and Nevala, S. 2008. <i>Violence Against Women: An International Perspective</i>. Springer Science + Business Media, LLC, New York.
18	Cote d'Ivoire	DHS	National	2005	Ministère de la Lutte contre le Sida Institut National de la Statistique, and ORC Macro. <i>Enquête sur les Indicateurs Abidjan</i>. Côte d'Ivoire. ORC Macro and INS, Calverton, MD.
19	Czech Republic	IVAWS	National	2003	Johnson, H. Ollus, N. and Nevala, S. 2008. <i>Violence Against Women: An International Perspective</i>. Springer Science + Business Media, LLC, New York.
20	Democratic Republic of the Congo	DHS	National	2007	Ministère du Plan and Macro International. 2007. <i>Enquête Démographique et de Santé République Démocratique du Congo</i>. Ministère du Plan and Macro International, Calverton, MD.
21	Denmark	IVAWS	National	2003	Johnson, H. Ollus, N. and Nevala, S. 2008. <i>Violence Against Women: An International Perspective</i>. Springer Science + Business Media, LLC, New York.
22	Dominican Republic	DHS	National	2007	Centro de Estudios Sociales y Demográficos (CESDEM) y Macro International. 2008. <i>Encuesta Demográfica y de Salud 2007</i>. CESDEM y Macro International. Santo Domingo.
23	Ecuador	CDC	National	2004	Centro de Estudios de Población y Desarrollo Social (CEPAR). 2004. <i>Informe Final de la Encuesta Demográfica y de Salud Materna e Infantil (ENDEMAIN 2004)</i>. CEPAR, Quito.
24	Egypt	DHS	National	2005	El-Zanaty, Fatma and Ann Wav. 2006. <i>Egypt Demographic and Health Survey 2005</i>. Ministry of Health, El-Zanaty and Associates and Macro International. Cairo.
25	El Salvador	CDC	National	2008	Asociación Demográfica Salvadoreña. 2008. <i>Encuesta Nacional de Salud Familiar</i>. ADS, San Salvador.

No.	Country	Survey	Coverage	Year	Source
26	Ethiopia	WHO	Province	2002	Garia-Moreno, C., Jansen, H., Ellsberg, M., Heise, L. and Watts, C. 2005. <u>WHO Multi-country Study on Women's Health and Domestic Violence against Women</u> . World Health Organization, Geneva.
27	Finland	Other	National	2005	Minna Piispa, Markku Heiskanen, Juha Kääriäinen & Reino Sirén. 2006. <u>Violence Against Women in Finland</u> . Publication No. 225, National Research Institute of Legal Policy, Helsinki.
28	France	IVAWS	National	2002	Jaspard M, Brown E, Condon S, et al. 2001. <u>Les Violences envers les Femmes en France: Une Enquête Nationale</u> . Idup, Ined, CNRS, Université de Paris, Dauphine, Paris.
29	Georgia	CDC	National	2005	Sarbanescu E., Imnadze P., Bokhua Z., Nutsudize N., Jackson D.B., Morris L. 2005. <u>Reproductive Health Survey/Georgia 2005: Preliminary Report</u> . CDC, Atlanta, GA.
30	Germany	IVAWS	National	2003	Federal Ministry for Family Affairs, Senior Citizens, Women and Youth (BMFSFJ). 2004. <u>Health, Well-being and Personal Safety of Women in Germany: A Representative Study of Women in Germany</u> . BMFSFJ, Bonn.
31	Ghana	DHS	National	2008	Ghana Statistical Service and Ghana Health Service and IFC Macro. 2009. <u>Ghana Demographic and Health Survey 2008</u> . GSS, GHS and IFC Macro, Accra.
32	Guatemala	CDC	National	2002	Ministerio de Salud Pública y Asistencia Social, Centers for Disease Control and Prevention. 2003. <u>Guatemala. Encuesta Nacional de Salud Materno Infantil 2002</u> . MSPAS, CDC, Guatemala City.
33	Haiti	DHS	National	2005-2006	Cavemittes, M., M. Florence Placide, S. Mariko, B. Barrère, B. Sévère, C. Alexandre. 2007. <u>Enquête Mortalité, Morbidité et Utilisation des Services, Haïti, 2005-2006</u> . Ministère de la Santé Publique et de la Population, Institut Haïtien de l'Enfance et Macro International Inc., Calverton, MD.
34	Honduras	DHS	National	2005-2006	Secretaría del Salud [Honduras], Instituto Nacional de Estadística and Macro International. 2006. <u>Encuesta Nacional de Demografía y Salud 2005-2006</u> . SS, INE and Macro International. Tegucigalpa.

No.	Country	Survey	Coverage	Year	Source
35	Hong Kong	IVAWS	National	2005	Johnson, H. Ollus, N. and Nevala, S. 2008. Violence Against Women: An International Perspective. Springer Science + Business Media, LLC, New York.
36	India	DHS	National	2005-2006	International Institute for Population Sciences (IIPS) and Macro International. 2006. India Demographic and Health Survey 2005-2006. IIPS and Macro International, Calverton, MD.
37	Indonesia	Other	National	2006	Uzair Suhaimi, Dwi Retno Wilujeng Wahyu Utami. The 2006 Survey of Violence against Women and Children in Indonesia. Statistics Indonesia, Jakarta.
38	Ireland	Other	National	2003	National Crime Council. 2005. Domestic Abuse of Women and Men in Ireland: Report on the National Study of Domestic Abuse. National Crime Council in association with the Economic and Social Research Institute, Dublin.
39	Italy	IVAWS	National	2006	Ms Maria Giuseppina Muratore (ISTAT). 2007. "Measuring violence: indicators from the Italian violence against women surveys". Expert Group Meeting on indicators to measure violence against women. Geneva.
40	Japan	WHO	City	2000-2003	Garia-Moreno, C., Jansen, H., Ellsberg, M., Heise, L. and Watts, C. 2005. WHO Multi-country Study on Women's Health and Domestic Violence against Women. World Health Organization, Geneva.
41	Jordan	DHS	National	2007	Department of Statistics [Jordan] and Macro International Inc. 2008. Jordan Population and Family Health Survey 2007. DoS and Macro International Inc. Calverton, MD.
42	Kenya	DHS	National	2003	National Bureau of Statistics and Macro International. 2010. Kenya Demographics and Health Survey 2008 – 2009. NBS and Macro International, Nairobi.
43	Kiribati	WHO	National	2008	Secretariat of the Pacific Community for Ministry of Internal and Social Affairs. 2010. Kiribati Family Health and Support Study: A study on violence against women and children. Ministry of Internal and Social Affairs, South Tarawa.

No.	Country	Survey	Coverage	Year	Source
44	Liberia	DHS	National	2007	Liberia Institute for Statistics and Geo-information Services (LISGIS) and Macro International. 2008. <i>Liberia Demographics and Health Survey 2007</i>. LISGIS and Macro International, Monrovia.
45	Lithuania	Other	National	2000	Co-ordination Action on Human Rights Violations. 2006. <i>Comparative reanalysis of prevalence of violence against women and health impact data in Europe-obstacles and possible solutions: Testina a comparative approach on selected studies</i>. CAHRV, Osnabrueck.
46	Malawi	DHS	National	2004	National Statistical Office Zomba, Malawi. 2005. <i>Malawi Demographics and Health Survey 2004</i>. NSOZ and Macro International, Calverton, MD.
47	Maldives	WHO	National	2006	Ministry of Gender and Family, <i>The Maldives Study on Women's Health and Life Experiences: Initial results on prevalence, health outcomes and women's responses to violence</i>. Ministry of Gender and Family, Malé.
48	Mexico	Other	National	2006	El Instituto Nacional de Estadística. Geografía e Informática (INEGI). 2006. <i>El Panorama de violencia contra las mujeres en los Estados Unidos Mexicanos</i>. INEGI, Mexico.
49	Morocco	Other	National	2009-2010	Moroccan High Commission of Planning. 2011. <i>Enquête Nationale sur la Prévalence de la violence à l'égard des femmes</i>. Moroccan High Commission of Planning, Rabat.
50	Mozambique	IVAWS	National	2004	Johnson, H. Ollus, N. and Nevala, S. 2008. <i>Violence Against Women: An International Perspective</i>. Springer Science + Business Media, LLC, New York.
51	Namibia	WHO	City-Windhoek	2002	Garia-Moreno, C., Jansen, H., Ellsberg, M., Heise, L. and Watts, C. 2005. <i>WHO Multi-country Study on Women's Health and Domestic Violence against Women</i>. World Health Organization, Geneva.
52	Netherlands	Other	National	1986	Römkens R. 1997. "Prevalence of wife abuse in the Netherlands: Combining quantitative and qualitative methods in survey research" <i>Journal of Interpersonal Violence</i>; 12:99-125.

No.	Country	Survey	Coverage	Year	Source
53	New Zealand	WHO	City	2002	Anslow J. Robinson EM. 2004. "Violence against women in New Zealand: Prevalence and health consequences" <i>The New Zealand Medical Journal</i>; 117(1206): 1173-1184.
54	Nicaragua	CDC	National	2006	Instituto Nacional de Información de Desarrollo (INIDE) y Ministerio de Salud (MINSAL). 2008. Nicaragua: Encuesta Nicaragüense de Demografía y Salud (ENDESA), 2006/07. INIDE y MINSAL, Nicaragua.
55	Nigeria	DHS	National	2008	National Population Commission [Nigeria]. 2009. <i>Nigeria Demographics and Health Survey 2008</i>. NPC and Macro International. Abuja.
56	Norway	Other	National	2008	Neroien A. Schei B. 2008. <i>Partner violence and health: results from the first national study on violence against women in Norway</i>. Scandinavian Journal of Public Health 36(2): 161-8.
57	Paraguay	CDC	National	2004	CEPEP. 2004. <i>Encuesta Nacional de Demografía y Salud Sexual y Reproductiva 2004 (ENDSSR 2004)</i>. Informe Resumido. Centro Paraguayo de Estudios de Población. Centers for Disease Control and Prevention, USAID, Asunción, Paraguay.
58	Perú	DHS	National	2009	El Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI) and ORC Macro. 2010. <i>Encuesta Demográfica y de Salud Familiar - ENDES Continua 2009</i>. INEI and ORC Macro, Lima.
59	Philippines	DHS	National	2008	National Statistics Office Manila and Macro International. 2009. <i>Philippines Demographic and Health Survey 2008</i>. NSOM and Macro International, Manila.
60	Poland	IVAWS	National	2004	Johnson, H. Ollus, N. and Nevala, S. 2008. <i>Violence Against Women: An International Perspective</i>. Springer Science + Business Media, LLC. New York.
61	Republic of Korea	Other	National	2007	Wha Soon, Byun (Korean Women's Development Institute). 2008. "Korea's Experience in the Implementation of a Survey on VAW" Expert Group Meeting on Gender Statistics and the use of Violence Against Women indicators in support of the CEDAW and the Beijing Platform for Action, Bangkok.

No.	Country	Survey	Coverage	Year	Source
62	Republic of Moldova	DHS	National	2005	National Scientific and Applied Center for Preventive Medicine and ORC Macro. 2006. Moldova Demographic and Health Survey 2005 . NCPM of the Ministry of Health and Social Protection and ORC Macro International, Calverton, MA.
63	Romania	Other	National	2004	Ministry of Health. 2005. Reproductive Health Survey Romania 2004: Summary Report . Ministry of Health, World Bank, UNFPA, USAID, UNICEF, Buzau.
64	Russian Federation	CDC	Three Provinces	1999	Russian Center for Public Opinion and Market Research and CDC. 2000. Russian Women's Reproductive Health Survey: A Follow-up of Three Sites. Final Report . Centers for Disease Control and Prevention, Atlanta.
65	Rwanda	DHS	National	2005	Institut National de la Statistique du Rwanda and ORC Macro. 2006. Rwanda Demographic and Health Survey 2005 . INSR and ORC Macro, Calverton, MD.
66	Samoa	WHO	National	2000	Garia-Moreno, C., Jansen, H., Ellsberg, M., Heise, L. and Watts, C. 2005. WHO Multi-country Study on Women's Health and Domestic Violence against Women . World Health Organization, Geneva.
67	Sao Tome and Principe	DHS	National	2008-2009	Instituto Nacional de Estatística (INE) [São Tomé e Príncipe]. Ministério da Saúde, e ICF Macro. 2010. Inquérito Demográfico e Sanitário, São Tomé e Príncipe, IDS STP, 2008-2009 . INE and ICF Macro, Calverton, MD.
68	Serbia	WHO	Belgrade	2003	Garia-Moreno, C., Jansen, H., Ellsberg, M., Heise, L. and Watts, C. 2005. WHO Multi-country Study on Women's Health and Domestic Violence against Women . World Health Organization, Geneva.
69	Slovakia	Other	National	2008	Bodnarova, B., Filadelfiova, J. and B. Holubova. 2008. Representative Research on Prevalence and experience of Women with Violence against Women in Slovakia . Institute for Labor and Family Research, Bratislava.

No.	Country	Survey	Coverage	Year	Source
70	Solomon Islands	WHO	National	2009	Secretariat of the Pacific Community for the Ministry of Women, Youth & Children's Affairs. 2009. Solomon Islands Family Health and Safety Study: A study on violence against women and children . Secretariat of the Pacific Community, Noumea.
71	South Africa	DHS	National	1998	Macro International, South Africa Department of Health. 1998. South Africa Demographic and Health Survey 1998: Preliminary Report . Macro International, Calverton, MD.
72	Spain	Other	National	2005	Sioma Dos, S.A. para el Instituto de la Mujer. 2006. III Macro-encuesta sobre la violencia contra las mujeres: Informe de resultados . Instituto de la Mujer, Madrid.
73	Sweden	IVAWS	National	2000	Lundgren, E., Heimer, G., Westerstrand, J., Kalliokoski A.-M. 2001. Captured Queen: Men's Violence Against Women in "Equal" Sweden: A Prevalence Study . Fritzes Offentliga Publikationer, Umea.
74	Switzerland	IVAWS	National	2003	Johnson, H. Ollus, N. and Nevala, S. 2008. Violence Against Women: An International Perspective . Springer Science + Business Media, LLC, New York.
75	Tajikistan	Other	Khatlon Region	2005	Haar, R.N. 2005. Violence Against Women in Marriage: A General Population Study in Khatlon Oblast, Tajikistan , Swiss Cooperation Office Tajikistan, Dushanbe.
76	Thailand	WHO	Province city	2002 2005	Garia-Moreno, C., Jansen, H., Ellsberg, M., Heise, L. and Watts, C. 2005. WHO Multi-country Study on Women's Health and Domestic Violence against Women . World Health Organization, Geneva.
77	Timor-Leste	DHS	National	2009-2010	National Statistics Directorate and Ministry of Finance. Timor-Leste, and ICF Macro. 2010. Timor-Leste Demographic and Health Survey 2009-10 . NSD and ICF Macro, Dili.
78	Turkey	WHO	National	2009	ICON-Institut Public Sector, Hacettepe Institute of Population Studies and BNB 2009. National Research on Domestic Violence against Women in Turkey . ICON-Institut Public Sector, Hacettepe Institute of Population Studies and BNB, Ankara.

No.	Country	Survey	Coverage	Year	Source
79	Uganda	DHS	National	2006	Uganda Bureau of Statistics and Macro International. 2007. Uganda Demographics and Health Survey 2006. UBOS and Macro International, Calverton, MD.
80	Ukraine	DHS	National	2007	Ukrainian Center for Social Reforms and State Statistical Committee and Ministry of Health. 2008. Ukraine Demographics and Health Survey 2007. Macro International, Calverton, MD.
81	United Kingdom	Other	National	2005	Finney, A. 2006. Domestic Violence, sexual assault and stalking: findings from the 2004/2005 British Crime Survey. Home office, London.
82	United Republic of Tanzania	WHO	city	2002	Garia-Moreno, C., Jansen, H., Ellsberg, M., Heise, L. and Watts, C. 2005. WHO Multi-country Study on Women's Health and Domestic Violence against Women. World Health Organization, Geneva.
			province	2002	
83	United States	CDC	National	2000	Tiaden, P. and Thoennes, N. 2000. Full Report of the Prevalence, Incidence, and Consequences of Violence Against Women. Centers for Disease Control and Prevention, Atlanta.
84	Viet Nam	WHO	National	2009	General Statistics Office with technical assistance from the World Health Organization. 2010. 'Keeping silent is dying' Results from the National Study on Domestic Violence against Women in Viet Nam. General Statistics Office, Hanoi.
85	Zambia	DHS	National	2007	Central Statistical Office (CSO). Ministry of Health (MOH). Tropical Diseases Research Centre (TDRRC), University of Zambia, and Macro International Inc. 2009. Zambia Demographics and Health Survey 2007. CSO and Macro International, Calverton, MD.
86	Zimbabwe	DHS	National	2005-2006	Central Statistical Office [Zimbabwe] and Macro International Inc. 2007. Zimbabwe Demographic and Health Survey 2005-2006. CSO and Macro International, Calverton, MD.



McCue, 2008

March 2011
This Factsheet does not bind the Court and is not exhaustive

Violence against Women

Domestic Violence

Kontrová v. Slovakia (no. 7510/04)

31.5.2007

On 2 November 2002 the applicant filed a criminal complaint against her husband for assaulting her and beating her with an electric cable. The police later assisted her in withdrawing her complaint when she returned to the police station accompanied by her husband. On 31 December 2002 her husband shot dead their daughter and son, born in 1997 and 2001. The applicant received no compensation.

The European Court of Human Rights found a violation of Article 2 (right to life) of the European Convention on Human Rights, concerning the authorities' failure to protect the children's lives, and a violation of Article 13 (right to an effective remedy) of the Convention, concerning the impossibility for their mother to obtain compensation. Execution of this judgment is [ongoing](#).

Bevacqua and S. v. Bulgaria (no. 71127/01)

12.6.2008

The applicant, who claimed she was regularly battered by her husband, left him and filed for divorce, taking their three-year-old son (also an applicant) with her. However, she maintained that her husband continued to beat her. She spent four days in a shelter for abused women with her son but was allegedly warned that she could face prosecution for abducting the boy, leading to a court order for shared custody, which, she stated, her husband did not respect. Pressing charges against her husband for assault allegedly provoked further violence. Her requests for interim custody measures were not treated as priority and she finally obtained custody only when her divorce was pronounced more than a year later. The following year she was again battered by her ex-husband and her requests for a criminal prosecution were rejected on the ground that it was a "private matter" requiring a private prosecution.

The Court found a violation of Article 8 (right to respect for family life) given the Bulgarian authorities' failure to adopt the measures necessary to punish and control the applicant's husband. The Court also stressed that considering the dispute to be a "private matter" was incompatible with the authorities' obligation to protect the applicants' family life. Execution of this judgment is [ongoing](#).

Branko Tomasić and Others v. Croatia (no. 46598/06)

15.1.2009

The applicants are the relatives of a baby and mother whose husband/father killed both them and himself one month after being released from prison, where he had been held for making those same death threats. He was originally ordered to undergo compulsory psychiatric treatment while in prison and after his release, as necessary, but the appeal court ordered that his treatment be stopped on his release.

The Court found a violation of Article 2 (right to life) concerning the deaths of the mother and child: the Croatian authorities had not followed the order for continued psychiatric treatment; the Government had failed to show that the husband had even received psychiatric treatment in prison; and, he did not undergo a psychiatric assessment prior to his release. Execution of this judgment is [ongoing](#).

Opuz v. Turkey (no. 33401/02)

9.6.2009

The applicant and her mother were assaulted and threatened over many years by the applicant's husband H.O., at various points leaving both women with life-threatening injuries. With only one exception, no prosecution was brought against him on the grounds that both women had withdrawn their complaints, despite their explanations that H.O. had harassed them into doing so, threatening to kill them. He subsequently stabbed his wife seven times and was given a fine equivalent to about 385 euros, payable in instalments. The two women filed numerous complaints, claiming their lives were in danger. H.O. was questioned and released. Finally, when the two women were trying to move away, H.O. shot dead his mother-in-law, arguing that his honour had been at stake. He was convicted for murder and sentenced to life imprisonment but released pending his appeal, whereupon his wife claimed he continued to threaten her.

The Court found a violation of Article 2 (right to life) concerning the murder of H.O.'s mother-in-law and a violation of Article 3 (prohibition of inhuman or degrading treatment) concerning the State's failure to protect his wife. Turkey had failed to set up and implement a system for punishing domestic violence and protecting victims. The authorities had not even used the protective measures available and had discontinued proceedings as a "family matter" ignoring why the complaints had been withdrawn. There should have been a legal framework allowing criminal proceedings to be brought irrespective of whether the complaints had been withdrawn.

The Court also found – for the first time in a domestic violence case – violations of Article 14 (prohibition of discrimination), in conjunction with Articles 2 and 3, as the violence suffered by the two women was gender-based; domestic violence mainly affected women and it was encouraged by discriminatory judicial passivity. Despite reforms in the field (Law no. 4320), the unresponsiveness of the judicial system and impunity enjoyed by aggressors indicated that Turkey was not committed to tackling the problem: police officers tried to persuade women to drop their complaints, delays were frequent and courts mitigated sentences on the grounds of honour or tradition. Execution of this judgment is ongoing.

E.S. and Others v. Slovakia (no. 8227/04)

15.9.2009

In 2001 the applicant left her husband and lodged a criminal complaint against him for ill-treating her and her children and sexually abusing one of their daughters. He was convicted of violence and sexual abuse two years later. Her request for her husband to be ordered to leave their home was dismissed, however, the court finding that it did not have the power to restrict her husband's access to the property (she could only end the tenancy when divorced). The applicant and her children were therefore forced to move away from their friends and family.

The Court found that Slovakia had failed to provide the applicant and her children with the immediate protection required against her husband's violence, in violation of Articles 3 (prohibition of inhuman or degrading treatment) and 8 (right to respect for private and family life). Execution of this judgment is ongoing.

A. v. Croatia (no. 55164/08)

14.10.2010

The applicant's now ex-husband (suffering from post-traumatic stress disorder, paranoia, anxiety and epilepsy) allegedly subjected her to repeated physical violence causing bodily injury and death threats over many years and also regularly abused her in front of their young daughter. After going into hiding, the applicant requested a court order preventing her ex-husband from stalking or harassing her. It was refused on the ground that she had not shown an immediate risk to her life.

Factsheet -Violence against Women

The Court found a violation of Article 8 (right to respect for private and family life) in that the Croatian authorities had failed to implement many of the measures ordered by the courts to protect the applicant or deal with her ex-husband's psychiatric problems, which appeared to be at the root of his violent behaviour. It was also unclear whether he had undergone any psychiatric treatment.

Haiduová v. Slovakia (no. 2660/03)

13.11.2010

The applicant's (now former) husband was detained in hospital for psychiatric treatment after he attacked her in public and threatened to kill her. Injured and fearing for her life and safety, the applicant moved to a refuge with her children. Her ex-husband was released, without having undergone the required treatment, and renewed his threats. Her complaint about the failure to treat him in hospital was rejected.

The Court reiterated that Slovakia had a duty to protect the physical and psychological integrity of individuals, particularly vulnerable victims of domestic violence. It found a violation of Article 8 (right to respect for private and family life), in that, although the applicant's ex-husband had not actually assaulted her following his release from hospital, her fear that his threats might be carried out were well-founded and the authorities had failed in their duty to ensure his detention for psychiatric treatment.

Genital Mutilation

Pending Case

Izevbekhai v. Ireland (no. 43408/08)

The applicant and her two daughters claim the girls risk female genital mutilation (FGM) if the family is returned to Nigeria, in violation of Article 3 (prohibition of inhuman or degrading treatment). The mother's eldest daughter died aged one from profuse bleeding after FGM was performed by an "elder". The family left Nigeria for Ireland in the face of pressure from the father's family to perform FGM on the two younger girls. Their request for asylum has so far been unsuccessful.

Pending Case

Omeredo v. Austria (no. 8969/10)

The applicant, born in 1973, fled Nigeria in 2003 to avoid FGM. Her sister had already died of the consequences and she alleged there was a risk villagers would kill her if she refused and that her mother had told her she must co-operate. Her request for asylum has so far been unsuccessful.

Rape

X and Y v. the Netherlands (no. 8978/80)

26.3.1985

A girl with a mental handicap was raped, in the home for children with mental disabilities where she lived, the day after her sixteenth birthday (which was the age of consent for sexual intercourse in the Netherlands) by a relative of the person in charge. She was traumatised by the experience but deemed unfit to sign an official complaint given her low mental age. Her father signed in her place, but proceedings were not brought against the perpetrator because the girl had to make the complaint herself. The courts recognised that there was a gap in the law.

The Court found a violation of Article 8 (right to respect for private life), emphasizing that it was "indispensable" for the Netherlands criminal legal system to provide an effective deterrent in such cases. Measures taken.

Aydin v. Turkey (no. 23178/94)

25.9.1997

The applicant, a young Turkish woman of Kurdish origin (aged 17 at the relevant time) was arrested without explanation and taken, along with two other members of her family, into detention. She was blindfolded, beaten, stripped naked, placed in a tyre and hosed with pressurised water before being raped by a member of the security forces and then again beaten for about an hour by several people. A subsequent medical examination by a doctor, who had never before dealt with a rape case, found her hymen torn and widespread bruising on her thighs. She further claimed that the family was intimidated and harassed by the authorities to coerce them into withdrawing their complaint before the European Court of Human Rights.

The Court stressed that the rape of a detainee by a State official had to be considered an especially grave and abhorrent form of ill-treatment which left deep psychological scars on the victim. The applicant must have felt debased and violated both physically and emotionally as a result of the sexual assault. The Court found that both the accumulation of acts of physical and mental violence inflicted on the applicant and the especially cruel act of rape to which she was subjected amounted to torture, in violation of Article 3 (prohibition of torture). In addition, an allegation of rape by an official in custody required that the victim be examined with all appropriate sensitivity by independent doctors with the relevant expertise. That did not occur, rendering the investigation deficient and denying the applicant access to compensation, in violation of Article 13 (right to an effective remedy). Execution is ongoing (last Interim Resolution).

M.C. v. Bulgaria (no. 39272/98)

4.12.2003

The applicant, aged 14 (which was the age of consent for sexual intercourse in Bulgaria), was raped by two men; she cried during and after being raped and was later taken to hospital by her mother, where it was found that her hymen had been torn. Because it could not be established that she had resisted or called for help, the perpetrators were not prosecuted.

The Court found violations of Articles 3 (prohibition of degrading treatment) and 8 (right to respect for private life), noting the universal trend towards recognising lack of consent as the essential element in determining rape and sexual abuse. Victims of sexual abuse, especially young girls, often failed to resist for psychological reasons (either submitting passively or dissociating themselves from the rape) or for fear of further violence. Stressing that States had an obligation to prosecute any non-consensual sexual act, even where the victim had not resisted physically, the Court found both the investigation in the case and Bulgaria law to be defective. Execution of this judgment is ongoing.

Maslova and Nalbandov v. Russia (no. 839/02)

24.1.2008

The applicant, who had been called in for questioning at her local police station, was coerced by police officers into confessing to involvement in a murder. One police officer put thumb cuffs on her, beat her, raped her and then forced her to perform oral sex. Subsequently he and another officer repeatedly hit her in the stomach, put a gas mask over her face, blocking the air to suffocate her, and ran electricity through wires attached to her earrings. When allowed to go to the lavatory, she tried to cut the veins of her wrists. Three prosecution officers, after interrogating her at the police station, drank alcohol and continued to rape her using condoms and disposal wipes. The applicant filed a complaint alleging that she had been raped and tortured. A used

condom found in the station was proven to have a 99.99% probability of having traces of her vaginal cells. Disposable wipes were found with traces of sperm and various items of clothing with traces of sperm and vaginal tissue of the same antigen group as the applicant. However, a court ruled that the evidence collected was inadmissible, as a special procedure for bringing proceedings against prosecution officers had not been followed. The case was finally discontinued for lack of evidence of a crime.

The Court noted that there had been an impressive and unambiguous body of evidence in support of the applicant's version of events. It further reiterated that the rape of a detainee by an official of the State had to be considered to be an especially grave and abhorrent form of ill-treatment given the ease with which the offender could exploit the vulnerability and weakened resistance of his victim. The physical violence, especially the cruel acts of repeated rape, to which the applicant had been subjected, were in violation of Article 3 (prohibition of torture). There was a further violation of Article 3 concerning the ineffective investigation. Execution of this judgment is [ongoing](#).

Violence and social exclusion

N. v. Sweden (no. 23505/09)

20.07.2010

The applicant, an Afghan national having an extra-marital affair with a man in Sweden, maintained that she risked social exclusion, long imprisonment or even death if returned to Afghanistan. Her applications for asylum were unsuccessful.

The Court noted that women were at a particularly heightened risk of ill-treatment in Afghanistan if they were perceived as not conforming to the gender roles ascribed to them by society, tradition or the legal system. The mere fact that N. had lived in Sweden might well be perceived as her having crossed the line of acceptable behaviour. The fact that she wanted to divorce her husband, and did not want to live with him any longer, might result in serious life-threatening repercussions. The Shiite Personal Status Act of April 2009 required women to obey their husbands' sexual demands and not to leave home without permission. Reports had further shown that around 80 % of Afghani women were affected by domestic violence, acts which the authorities saw as legitimate and therefore did not prosecute. Unaccompanied women, or women without a male "tutor", faced continuous severe limitations on having a personal or professional life, and were doomed to social exclusion. It was clear that they also often lacked the means for survival if not protected by a male relative. The Court therefore found that, if N. were deported to Afghanistan, Sweden would be in violation of Article 3 (prohibition of inhuman or degrading treatment or punishment). Execution of this judgment is [ongoing](#).

Inhuman treatment in detention

Yazgül Yılmaz v. Turkey (36369/06)

01.02.2011

The applicant, aged 16, complained that she was sexually harassed while in police detention. She was given a gynaecological examination - unaccompanied and without her or her guardian's consent - to verify whether her hymen had been broken. After being acquitted and released, she suffered from post-traumatic stress and depression. Her allegations of assault in custody were largely corroborated by subsequent medical examinations. No disciplinary proceedings were brought against the prison doctors concerned.

The Court noted that that the law at that time did not provide the necessary safeguards concerning examinations of female detainees and that additional guarantees were required for gynaecological examinations, particularly for minors. The general practice of automatic gynaecological examinations for female detainees - supposed to prevent false sexual assault accusations against police officers - was not in the interests of detained women and had no medical justification. The applicant had complained of sexual

harassment, not rape, which could not be disproved by an examination of her hymen. The Court noted that the new Code of Criminal Procedure regulated gynaecological examinations, but made no specific provision for minors. The Court found two violations of Article 3 (prohibition of inhuman treatment) concerning the gynaecological examinations of the applicant while in police custody and the inadequate investigation concerning those responsible.

Violence in public places

Ebcin v. Turkey (19506/05)

01.02.2011

The applicant, a teacher, had acid thrown in her face while walking to work, leaving her with a tumour and restricted use of her eye, ear and mouth.

The Court noted that there had been lengthy delays in the ensuing criminal proceedings and that 13 years later the case was still pending before the administrative court without the applicant having received compensation. The proceedings had therefore failed to provide adequate protection against a serious act of violence, in violation of Article 3 (prohibition of inhuman treatment) and Article 8 (right to respect for private and family life).

**Media Contact: Emma Hellyer
+ 33 (0)3 90 21 42 08**

Subscribe to the Court's press releases (RSS feeds):
<http://echr.coe.int/echr/rss.aspx>

Guião da Entrevista I – mulheres que já saíram da Casa de Abrigo

Introdução:

- Apresentação da entrevistadora, dos objectivos da entrevista e da duração prevista (50 minutos)
- solicitar o consentimento para usar o gravador;
- solicitar o preenchimento do Formulário de caracterização da entrevistada;
- assegurar a privacidade, anonimato e confidencialidade.

Pretende-se obter informação acerca de:

- 1) as expectativas que estas mulheres tinham relativamente à saída*
 - o que esperava encontrar “lá fora”?
 - o que pensava que iria/poderia lhe acontecer?
 - como se sentia em relação à saída? Que sentimentos/emoções lhe despertava?
 - como se preparou para a saída? Que cuidados/precauções tomou?
 - esperava contar com algum tipo de ajuda? Quais?
- 2) o processo de reinserção social após a saída da casa de abrigo*
 - tem algum contacto com a família?
 - qual é a rede de contactos/relacionamentos que tem?
 - está empregada? como se deu o processo de procura e aquisição de emprego?
 - em que tipo de habitação está? Como a conseguiu?
 - tem filhos? Como tem feito para conciliar o tempo?
 - enfrentou algum/a desafio/ dificuldade/constrangimento que queira partilhar?
 - que factores a motivaram e a mantiveram positiva durante o processo de reinserção?
- 3) a percepção que têm acerca da sua estada na casa de abrigo*
 - o que aprendeu na casa de abrigo que considera importante e “levou consigo”?
 - de que forma(s) estar na casa de abrigo a ajudou a reestruturar o seu projecto de vida?
 - o que pensa sobre o período em que esteve na casa de abrigo?
- 4) a relação que estabeleceram com a casa de abrigo após a saída*
 - qual o papel que atribui à casa de abrigo neste momento da sua vida?
 - quando precisa de apoio, onde o procura?
 - sente que a casa de abrigo é algo que “ficou para trás” ou ainda é bem presente?
 -
- 5) o processo de reconstrução do seu projecto de vida*
 - como se sente em relação à sua vida como está agora?
 - em que áreas da sua vida considera estar saindo-se bem/muito bem? Quais

pretende melhorar?

- que anseios tem para o futuro?
- que mensagem deixaria para as mulheres que estão em processo de saída da casa de abrigo?

Conclusão:

- perguntar se há algo que queira esclarecer ou acrescentar;
- agradecer a participação e disponibilidade.

Guião da Entrevista II – mulheres em processo de saída da Casa de Abrigo

Introdução:

- Apresentação da entrevistadora, dos objectivos da entrevista e da duração prevista (aproximadamente 30 minutos)
- solicitar o consentimento para usar o gravador;
- solicitar o preenchimento do Formulário de caracterização da entrevistada;
- assegurar a privacidade, anonimato e confidencialidade.

Pretende-se obter informação acerca de:

6) *as expectativas que estas mulheres têm relativamente à saída*

- o que espera encontrar “lá fora”?
- como se sente em relação à saída? Que sentimentos/emoções lhe desperta?
- espera contar com algum tipo de ajuda? Quais?
- tem algum receio? Qual?
- qual/quais é/são os desafios que julga que irá enfrentar? De que forma pretende contorná-los?

7) *o processo de preparação para a saída da casa de abrigo*

- tem tido contacto com a família?
- qual é a rede de contactos/relacionamentos que tem?
- está empregada?
- já sabe onde irá morar?
- como está se preparando para a saída? Que cuidados/precauções está a tomar?

8) *a percepção que têm acerca da sua estada na casa de abrigo*

- o que aprendeu na casa de abrigo que considera importante e pretende “levar consigo”?
- de que forma(s) estar na casa de abrigo ajudou a reestruturar o seu projecto de vida?
- o que pensa sobre o período em que esteve na casa de abrigo?

9) *a relação pretendem estabelecer com a casa de abrigo após a saída*

- qual o papel que atribui à casa de abrigo neste momento da sua vida?
- quais são os pontos fortes de deixar a casa de abrigo? E os fracos?
- que papel pensa que terá a casa de abrigo na sua vida após a sua saída?

10) *o processo de reconstrução do seu projecto de vida*

- como se sente em relação à sua vida como está agora?
- em que áreas da sua vida considera estar saindo-se bem/muito bem? Quais pretende melhorar?
- que anseios tem para o futuro?
- que mensagem deixaria para as mulheres que estão chegando na casa de abrigo?

Conclusão:

- perguntar se há algo que queira esclarecer ou acrescentar;
- agradecer a participação e disponibilidade.

Formulário de caracterização da entrevistada

Idade: _____

Nível de escolaridade: _____

Profissão: _____

Nacionalidade: _____

Filhas/os: _____ Quantas/os: _____

Estado Civil: _____

Orientação Sexual: _____

Orientação Religiosa: _____

Situação Profissional: _____

Situação Económica

Aufere remuneração: _____

Inferior, igual ou superior a um salário mínimo: _____

Tempo de permanência na Casa de Abrigo: _____

Número de vezes em Casa de Abrigo: _____

Caracterização sócio-cultural e familiar das entrevistadas

	E1a - Luisa	E1b - Diana	E2a - Juliana	E2b - Carla
Idade	52 anos	41 anos	26 anos	39 anos
Escolaridade	9 ° ano	2 ° ciclo	12 ° ano	7 ° ano
Profissão	-	Ajudante de cozinha	Lojista	Talhante
Nacionalidade	Portuguesa	Portuguesa	Brasileira	Portuguesa
Filhos/as	2	2	1	1
Estado Civil	Divorciada	Divorciada	Solteira	Casada
Orientação Sexual	Heterossexual	Heterossexual	Heterossexual	Heterossexual
Orientação Religiosa	Católica	Católica	Católica	Católica
Situação Profissional	Empregada até final de Março	Empregada	Empregada	Desempregada
Situação Económica (remuneração igual, superior ou inferior a um salário mínimo - €485,00 ¹¹)	Inferior	Igual	Igual	-
Tempo de permanência em casa de abrigo	9 meses	7 meses	4 meses	4 meses
Número de vezes em casa de abrigo	1	1	1	1

¹¹ Conforme Decreto-Lei n.º 143/2010 de 31 de Dezembro.

**BOX 1: ETHICAL AND SAFETY RECOMMENDATIONS
FOR DOMESTIC VIOLENCE RESEARCH**

- a. The safety of respondents and the research team is paramount, and should guide all project decisions.
- b. Prevalence studies need to be methodologically sound and to build upon current research experience about how to minimize the under-reporting of violence.
- c. Protecting confidentiality is essential to ensure both women's safety and data quality.
- d. All research team members should be carefully selected and receive specialized training and on-going support.
- e. The study design must include actions aimed at reducing any possible distress caused to the participants by the research.
- f. Fieldworkers should be trained to refer women requesting assistance to available local services and sources of support. Where few resources exist, it may be necessary for the study to create short-term support mechanisms.
- g. Researchers and donors have an ethical obligation to help ensure that their findings are properly interpreted and used to advance policy and intervention development.
- h. Violence questions should only be incorporated into surveys designed for other purposes when ethical and methodological requirements can be met.

WHO, 2001

Entrevista 1A – Luisa

Por questões de garantia de anonimato, confidencialidade e preservação da identidade das entrevistadas, todas as referências a nomes de pessoas, instituições e locais foram substituídas por (...)

Vamos começar por falar um bocado sobre as expectativas que tinha em relação a sua saída. O que esperava encontrar lá fora, quando saísse da casa abrigo?

(hmmm...) Portanto eu esperava quando vim para cá (hmmm...) eu tava a concluir (hmmm...) o nono ano. No mês de validação fui validada por todos os professores por excelente aluna, mas no mês tive de fugir. E, entretanto, como os professores tiveram... levaram meu caso... que diziam que eu era uma heroína e essas coisas assim (hmmm...) levaram o caso até o Ministério (hmmm...) da Educação (hmmm...) para me validarem porque... porque eu tinha notas excelentes e... fui validada por todos. Mas acontece que um mês de faltas nestes cursos não é válido. Automaticamente fiquei sem o nono, entrei em paranóia. Pronto. Meus objectivos eram (hmmm...) já que tava (hmmm...) os filhos tinham seguido o rumo deles, formaram-se, foram à vida deles e, entretanto meu sonho era os estudos, era ser bióloga. (hmmm...) Como não conseguia (hmmm...) enquanto estava com eles, acabei por quando eles se foram e eu recomeçar os estudos. Mas acontece que se deu o que se deu e eu tive de fugir. A palavra exacta foi fugir... para salvaguardar (hmmm...) o que era minha vida, que se calhar não valia muito, mas a dos meus valia muito mais. Foi por aquilo que eu lutei. (hmmm...) E então vim embora. Vim embora e meu sonho era continuar os estudos. Só que quando entrei aqui [na Casa de Abrigo]... e eu vinha muito debilitada, porque eu tinha feito uma cirurgia, um baypass gástrico e tinha sofrido 55 quilos de perda de peso. Portanto, entre este meio de vir e de baypass, passados dois meses, sofro/sofro nova cirurgia. (hmmm...) Portanto, vinha debilitadíssima, muito frágil, e acontece que as Irmãs e as Doutoradas presenciaram isso e disseram... e eu disse... nem forças tinha pra nada, muito menos enfrentar um emprego, um trabalho. (hmmm...) Aqui também não é fácil porque... aqui há muita exploração. Em (...), é horrível. Além de ser a cidade mais cara do país, a nível de exploração, porque tem muito turismo, e eu até acredito que se ganha, mas (hmmm...) as pessoas valem-se da crise para explorar (hmmm...) quem vem para cá, quer sejam imigrantes, quer sejam pessoas na minha condição. É... principalmente na minha condição. Exploram-nos porque nós somos as coitadinhas e põem-nos em trabalhos inferiores até as nossas competências (hmmm...) e pensam que nós somos obrigadas a fazer o que eles querem. E nós (hmmm...) porque precisamos, até fazemos. O que é uma injustiça. E eu revolto-me contra esta injustiça, porque é mesmo. Mas acontece que... aqui é horrível nesta questão, na exploração. E pagam imensamente mal (hmmm...) mal dá pra comida durante o dia. Têm casas a pagar, hotéis, a dois euros e meio a hora. Isso é um escândalo! (hmmm...) Portanto, como elas viram, eu ainda fui oito horas, ao fim de hora e meia vi-me perdida, porque já não conseguia. Mas consegui enfrentar o dia, até o fim, ao passo que chegou ao fim do dia, ela queria me dar três euros a hora. E eu disse: “A senhora não me vai pagar três euros porque até está... se quiser... não está no seu direito, mas pode se valer dele, porque o trabalho já está feito, e já o concluí, e se quiser até pode dizer que já me pagou sem me dar sequer um chavo. (respira fundo) Só que vai pesar na sua consciência, se que é que a tem. Mas geralmente as pessoas na condição da senhora, se calhar, nem a consciência têm.” (hmmm...) “E se quiser pagar, vai me pagar, a cinco euros, o mínimo, a hora. É quanto eu

vou levar. Porque não é porque estou numa casa-abrigo que me vai explorar. Porque sei muito bem as condições e os meus direitos, como os meus deveres. Meus deveres, acabei de os cumprir. Portanto, se acabei de cumprir os meus deveres, a senhora está no seu dever de me pagar, e pelo menos o justo. Que eu acho, entenda, que não é justo, mas pelo menos o justo foi quanto eu dei de mim.” E então, a senhora muito revoltada, que nem sequer a recepcionista pagava, mas para eu não dizer nada, se pagava ou não, a mim não me interessava. Valia a minha dignidade, que era isto que ela estava a por em causa. E eu automaticamente... ela disse para depois eu passar lá que me daria o dinheiro, e deu. Deu porque eu fiz valer os meus direitos. E então a partir daí, nunca mais concluí (hmmm...) mais trabalho nenhum, porque não conseguia. (hmmm...) E eu via mesmo que não tava em condições. Depois (hmmm...) foi... (imperceptível) ...quando apareceu novamente o curso, que era o meu sonho, era estudar, estudar, estudar. (hmmm...) Quando veio, fiquei felicíssima tal qual como as Doutoradas e as Irmãs, e entrei então para novamente fazer o nono ano. Mas a mim, já não me interessava de repetir. Foi um desafio no/novo, embora já soubesse algo, era diferente porque o curso era diferente também. (hmmm...) Mas nada, nenhum obstáculo que eu tive, nenhum (hmmm...) Foi espetacular! Agora sinto-me triste porque chegou ao fim. Hoje iniciei meu estágio, são três semanas. Nem tanto, são duas semanas e pouco. Senti-me tristíssima ontem, (hmmm...) desa/desatei num choro terrível ao fim do dia porque... o sonho terminou (choro controlado). Porque eu após... enquanto eu tava no/no curso, eu conseguia sobreviver... tenho que passar fome, tenho passado muitas dificuldades. Era uma pessoa com algum conforto, o qual abdiquei de tudo para ter um tecto. (hmmm...) Pago duzentos e cinquenta euros por uma mini-casa, (hmmm...) mas é o meu canto. É onde eu consigo extravasar a minha dor, muitas das vezes com as paredes, porque só elas é que me ouvem. (hmmm...) E eu própria (suspiro) muitas das vezes isolo-me e eu própria não consigo (hmmm...) resolver certos problemas porque não saio de casa e não conheço (...). Não sou uma pessoa de sair de casa porque sou bastante (hmmm...) mesmo para não gastar, para poder chegar ao fim e (suspiro) e fazer face às contribuições que tenho durante o mês e que não é fácil. No meio disto tudo, estou a entrar novamente em paranóia, porque o curso está no fim e só tenho meu remuneração até o fim do mês. O que é que eu vou fazer? O que é que eu vou comer? (hmmm...) Não posso pôr sempre em cima da família, principalmente dos meus filhos, que eu não... eu na/não fiz filhos para me pôr em cima deles, para eles me poderem sustentar qualquer coisa que aconteça, para eles me/me socorrem. Não! Não foi esse o meu objectivo, e a minha meta, não foi esse o sacrifício que eu fiz durante trinta e dois anos, para lhes dar tudo que eles têm hoje, e eu agora... simplesmente porque na/não consigo... Não! Eu isso eu não faço. (hmmm...) E quando eles me ligam: “Mãe, precisas de alguma coisa? Estás bem?” Estou sempre bem, sempre com um sorriso. Estou sempre ótima, mal eles sabem a fome que eu passo, mal eles sabem o transtorno que eu vivo, mal eles sabem o desdobramento que eu faço durante o mês para conseguir fazer face àquilo que/que tenho (hmmm...)... Durante o mês tenho tido ajudas, depois sair daqui das Irmãs, não é muito, mas é alguma coisa. (hmmm...) Já pedi assistência... uma vez, a um colega meu... porque eu chorava muito... não tinha o que comer... e ele levou-me aqui a uma instituição que é a (...). Eu senti-me muito mal. Quando lá cheguei... (longo suspiro contendo o choro) eu sentia-me imensamente mal, nunca na vida eu pensei em ir pedir comida a uma instituição... mas fui e elas puseram-me à vontade. Eu senti imensa vergonha... porque tinham lá engenheiros, tinham professores... mas é... eu na/não, nunca na vida me vi numa situação destas (silêncio) É... consegui dar a volta e agora estou com receio de voltar ao mesmo, porque não tenho mesmo condições, não tenho. Não sei o quê que hei de fazer. Era vendedora, era uma boa vendedora... (suspiro e silêncio) e agora não sei para onde ir. (hmmm...) Não sei a

quem é que hei de ir ter, já tive a pensar em ir para o (...) porque tenho (respira) a menina que me acolheu/o casal antes de vir para cá (pausa) diz sempre: “Luisa, tu vens para aqui. (hmmm...) Nós vamos fazer tudo por ti de novo. Nós arranjam... Eu aí na/não quero que estejas aí, eu não quero...” (respira fundo) Mas, sinceramente, eu acho que tenho de lutar agora por mim... sozinha, porque não vou levar os problemas a mais ninguém. (suspiro) Se me ligam, estou sempre bem. E eu acho que é um/uma fase agora, uma incógnita pra mim, porque eu não sei o que vou fazer, eu não sei como é que vo/vou viver, eu não sei como é que vou reagir. Eu não sei até que ponto, porque inclusive tem uma senhoria que ao dia vinte e cinco já me pede a renda da casa, quando está farta de saber que só no fim do mês é que eu recebo. Porque os cursos só pagam... aliás, ultimamente até têm atrasado (pausa) e essas pessoas nem sequer têm compaixão, nem têm humanidade, não têm... não sei... é só poder de ganância, revolta-me. Revolta-me isto, as pessoas não têm um pinga de consciência. Porque certamente não estão a espera deste dinheiro para comer, têm muitas casas a alugar. Eu não sei, até estarão... Eu não sei. O que é certo é que eu estou com muito medo de quando chegar o dia vinte e cinco e eu não ter dinheiro... não sei o quê que hei de fazer.

Portanto, recuando um pouquinho no tempo. Quando a senhora estava prestes a sair da Casa de abrigo, qual era a ideia que a senhora tinha? O que é que pensava que ia encontrar, que iria acontecer quando saísse da Casa?

Tive muito medo de enfrentar o mundo sozinha. (pausa) Tive muito medo... principalmente, se eu chegasse lá fora e não conseguia... Tinha um pavor enorme. (suspiro) E enfrentar tudo sozinha, eu senti-me... porque elas [Equipa da Casa de Abrigo] eram o meu suporte. Eu não conseguia imaginar-me sozinha lá fora. Até tanto é que eu também sou um pouco orgulhosa. (hmmm...) Depois, entretanto, houve... (hmmm...) a Irmã disse... não foi a Irmã, foi a Doutora, disse: “Luisa, a partir de agora você vai entrar cá dentro, mas convidada...”. Eu levei aquilo a peito. Foi. Levei a peito e... e não voltei (hmmm...) cá. Entretanto, elas preocupadíssimas comigo, como estão sempre, por eu me isolar... porque não conheço nada e eu não conheço para além disto - da praça. Estou aqui vai fazer dois anos, portanto já está a ver. Eu do curso consigo ir de autocarro. É evidente que se for a pé, já sei. Mas eu não conseguia. Eu na/não... eu perco-me. Eu perdia-me. E tem um cais que eu não me aventuro... sozinha. E pensava que era outra coisa quando saíssemos lá para fora. Mas foi como eu acabei de relatar.

E o que é que pensava que seria?

(hmmm...) Olha eu tenho um lema, eu não penso. Eu vivo um dia de cada vez. Eu nem penso, nem faço planos. Sim, quando chega à noite, deito-me (hmmm...) se me apetece, tenho as minhas orações... porque tem vezes em que descreditamos. Eu digo: “(imperceptível)”. Se não, eu simplesmente deito-me e muitas vezes peço ao Senhor: “faz com que não acorde, deixa-me dormir”.

E nesse processo de saída, estava-me a dizer que sentia um quadro de receio, de medo. O que é que lhe fazia sentir esse medo? O que é que pensava que poderia acontecer? O que é que lhe dava medo?

Para já, a vista e a partida, eu pensava... o medo era eu sentir-me sem elas [Equipa da Casa de Abrigo]. Eu não conseguia estar sem elas. Eu não conseguia... eu não conseguia ver um camião branco. (choro) Eu não conseguia... eu chegava a ver homens de bigode e ele nunca teve bigode. E com cabelo... e ele era/é calvo. Eu via a cara dele, portanto eu assustava-me completamente.

Portanto eu não consegui ver-me sozinha. (hmmm...) E sem elas então é que eu não conseguia. E foi bom, a partida, porque eu enfrentei sozinha aquilo que tinha que enfrentar. Teve de ser. Porque eu ia viver, eu tinha de dar um rumo a minha vida, fosse de que forma fosse, e tinha de tomar uma atitude perante o que estava lá fora a minha espera. E já que tinha aquilo que eu gostava, foi nisso que eu me agarrei, que era o curso, era os estudos, era o meu sonho. Foi isso que me deu força, porque se fosse de outra forma, eu era capaz de não conseguir. Mas tive sempre o apoio delas elas [Equipa da Casa de Abrigo]. Aliás, eu tenho o apoio delas elas [Equipa da Casa de Abrigo] ainda. Se não fosse elas elas [Equipa da Casa de Abrigo] eu na/não existia, eu não tava aqui a falar consigo de certeza absoluta.

E que emoções esse processo lhe despertou quando pensava: “vou sair da Casa de Abrigo”? Para além do medo e do receio, tem alguma outra emoção que se lembre? Ou sentimento ou pensamento...?

É... foi como eu disse, o sentimento de perda. Porque eu ganhei aqui [Casa de Abrigo] uma coisa e ia perder. Iria apoiar-me em quem? Estava sozinha. E eu costumo dizer que estou no mesmo país, mas que sou uma imigrante, como acabei de dizer. Portanto até a linguagem, em certos aspectos, é diferente. Por isso é que eu digo: tive muito medo. Mas aos pouquinhos fui me adaptando. É... não gosto de viver sozinha. Não gosto. É horrível. Não gosto.

Em relação a essas preocupações que tinha, este receio: Quais foram as precauções que tomou? Como/De que maneira tentou se preparar - e se preparou - para essa saída?

Portanto, eu nunca me preparei. Não, não vou dizer que me preparei porque não me preparei, filha. A gente nunca se prepara para... nunca está preparada para sair daqui. Nunca. Porque nós temos aqui um suporte, quando chegamos lá fora, não há, não existe este suporte. (Respira fundo) Nós vimo-nos sozinhas completamente... Até no pequeno almoço, quando nos levantamos vemos a alegria das pessoas. Ali não. Tem outra forma de ver as coisas. (hmmm...) Aqui [Casa de Abrigo] conseguia arranjar-me, fui assim uma pessoa que me arranjei... Em casa, nem por isso. Portanto a gente tende depois a desmazelar um pouco, porque ninguém vê... Ninguém vê. (hmmm...) Tamos sozinhas. Não há ninguém a olhar para nós. Somos nós mesmas. Para que? Não há essa necessidade de a gente arranjar-nos.

E contava com alguma ajuda? Pensava em algum lugar ou alguma pessoa com quem pudesse contar depois que saísse?

(Suspiro) Sim. Com elas [Equipa da Casa de Abrigo]. Sempre com elas. Aliás, e ainda hoje, é só com elas que eu posso contar. Porque sei que elas... que posso confiar nelas. Como elas também confiam em mim. Por isso, só com elas... aqui [Casa de Abrigo].

E tinha alguma outra pessoa com quem pensava em contar?

Ninguém. Nada. Tive desilusões aqui [Casa de Abrigo]. Não com elas [Equipa da Casa de Abrigo], mas com utentes. Porque nós somos todos iguais. E uma coisa é certa, eu cresci muito aqui dentro. Aprendi muito e acabei por crescer e... (hmmm...) e humana já me considerava, muito humana, mas com situações que enfrentei cá dentro nos nove meses, porque eu dava-me por completo às pessoas. (hmmm...) Nós somos todos iguais, e nós pensamos que sim. Nós somos. (hmmm...) Mas teve situações... (pausa) que são pessoas, que são (imperceptível), e nós julgamos acima delas... Mentira! (pausa) Mentira! Aprendi muito, cresci. Hoje dou valor a muita coisa, que já dava, mas dou mais porque senti na pele.

E nesse processo de saída, quando estava prestes a sair da Casa de Abrigo, consegue pensar em algum/se lembrar de algum pensamento ou sensação, ou emoção, ou momento de optimismo, de algum sentimento positivo?

Sim... Não! Não tinha optimismo, filha. Não tinha. Não vou dizer que tinha. Não tinha. Tanto é que acabei por me isolar de toda a gente. Não tinha. Nós depois sentimo-nos sozinhas totalmente, depende do que que a gente faça... A gente sabe que pode contar aqui [Casa de Abrigo], mas elas [Equipa da Casa de Abrigo] têm tantas pessoas (longo suspiro contendo o choro)... porque que nós nos vamos (pausa, respira fundo) meter cá dentro de novo a chateá-las e elas com tantos problemas... Não! É mesmo sozinha.

E depois que saiu, quando efectivamente já estava fora da Casa de Abrigo, qual foi a sua rede de suporte? Tinha amigos, tinha familiares, tinha alguém?

Tinha familiares, estavam longe, como era óbvio. Eles estão muito longe. Ainda tive alguns que me vieram visitar esporadicamente porque é/ era... é longe, é muito longe. E tive amigos que vim passar férias com eles, que foram/que fomos passar férias e tudo. Mas depois disso (hmmm...) só/só pra terminar isto (hmmm...) eu acho que nós vamos... as pessoas vão-se esquecendo de nós. (Respira profundamente, voz embargada) Apesar de nós estarmos constantemente com eles no pensamento (suspiro) talvez por estarmos sozinhas... (pausa/suspiro) E é muito duro, porque sabemos que se estivéssemos lá, tínhamos apoio, tínhamos o carinho, tínhamos um suporte totalmente diferente, tínhamos tudo diferente. E assim, eu acho que tem tendência... as pessoas têm a tendência a esquecer-nos (pausa/respira fundo) e nós mais uma vez temos de nos virar sozinhas.

Em relação ao emprego. Como é que se deu o se processo de procura de emprego, teve a ajuda de alguém, fez tudo sozinha?

Sim. Não, não, não. Não! Tive a ajuda sempre delas [Equipa da Casa de Abrigo] que são umas queridas. (respira fundo) Sempre, sempre. Elas é que procuravam, elas é que... aliás, como eu acabei de dizer, tava muito fragilizada e debilitada e... elas tentavam procurar sempre algo que fosse equivalente a minha fragilidade para que eu conseguisse (respira fundo) superar, ao menos para... (suspiro) (hmmm...) Foi difícil. (hmmm...) Só mesmo o curso... (hmmm...) Agora sim, sinto-me com mais forças (hmmm...) para en/enfrentar tudo novo. (hmmm...) Mas é como eu digo, começar outra vez a/a pedir, porque além de não conhecer muito, já me (imperceptível) metido anúncios, mas está muito difícil. Eu não sei como é que vai ser agora. (suspiro) Por isso digo, um dia de cada vez. O amanhã não vou dizer, porque não sei. Mas ainda continuo a pedir a Deus para me deixar adormecer.

E disse-me que tem dois filhos, tem contacto com eles?

Sim. Tenho uma menina que é formada em línguas, doutorada em línguas, está a viver na Alemanha, que já lá fui passar um mês. Tenho um menino que está também formado em informática. (hmmm...) Portanto, têm uma vida estável, tanto um como o outro. Tenho um neto, que é o neto mais lindo do mundo (hmmm...) que adoro, que é isso que me mata também. (hmmm...) Portanto, tenho tudo isso, mas como acabei de dizer (hmmm...) eu estou sempre bem. Se bem que me ajudam. Eles ajudam-me porque, como eu disse, aqui é tudo caríssimo e não consigo com quatrocentos e dezenove euros, pagar cento e cinquenta, setenta e cinco euros de

luz, (hmmm...) mais oito de água, mais uma botija de gás e alimentação, mais passe... (Respira fundo) Eu não consigo.

E dos contactos que tem, sejam os filhos... (interrupção da Luisa)

Fora... Desculpe...

Uhum... claro...

Fora a medicação que eu tomo, que é preciso oitenta euros por mês. E deixei de tomar porque não tinha. Só que agora fui fazer análises para recomendar as cirurgias de estética (respira fundo) e... magnésio... não tem. Está em baixo. E ele [médico] disse: “Há quanto tempo não toma?” Eu disse: “Só há uns dias”... Mentira. (pausa) “Portanto, é muito difícil”, disse ele [médico]. E eu disse: “Tenho uma casa para pagar, Doutor”. “Pois, mas se não tiver saúde, não paga a casa” [disse-lhe o médico]. (pausa) É isto.

E em relação ao local onde está a morar agora, é uma casinha, não é?

Sim! Sim.

E como é que conseguiu essa casinha?

Foi com as Doutoradas e a Irmã. Sim. Só elas.

E é próximo também do local onde trabalha?

Sim, sim. Aqui há dois minutos. Tinha de ser que senão eu não conseguia. Aliás, eu cheguei a entrar (hmmm...) um bocadinho em aflição quando me disseram que eu tinha de sair. Ir para onde? Porque eu tinha que pagar uma renda compatível com aquilo que ganhava na altura. (hmmm...) Então... (hmmm...) era muito retirado daqui, e além de ser retirado, não tinha autocarro de/e... eu entrei em pânico. Porque teria de as deixar [Equipa da Casa de Abrigo]. E então me arranjam para mais perto. Era mais cara, mas mesmo assim eu não me importava de pagar mais dinheiro, mas estar ao pé delas [Equipa da Casa de Abrigo]. Perto. Como eu disse, são o meu suporte.

Sim. E qual foi o primeiro trabalho que teve, então, quando saiu daqui?

Foi fazer limpeza a um hotel. Sim. Que a senhora disse: “Não, você para isto não dá. Dava mais para recepcionista” (hmmm...) Começou a dizer mais para recepcionista. “Fala inglês?” E eu disse: “Falo pouco, mas expresse-me mais ou menos bem”. Então para recepcionista... mas para isso tinha de ir o primeiro mês a experiência sem ganhar ou auferir qualquer ordenado. Portanto isto no... supostamente no mês que a recepcionista entraria de férias. Eu disse: “Sim. Mas eu não estou disposta a isso. Vai me desculpar, mas eu ainda tenho dignidade suficiente para ver aquilo, quando sou explorada e quando sou chulada, e eu para explorada não! E os meus pais toda a vida me ensinaram, me deram educação. Nós devemos de ajudar sim, mas não devemos de estar a ajudar e a passar necessidades porque isso é contra a lógica. Por isso, não conte comigo.”

E o que enfrentou nesse processo depois que saiu. Enfrentou em especial algum desafio, alguma dificuldade que queira partilhar, que acha que seja importante?

Tantos, filha! Tantos.

E quais? Quais que poderia partilhar conosco?

A ida ao (...). (choro intenso) Ver o mar (choro intenso) Ver as pessoas... que não me conhecem porque entretanto eu emagreci 55 kg... estou ao pé delas e elas não me conhecem. (suspiro/choro) Ver a minha casa, que não é mais minha casa. Quando eu vi a minha mãe de novo, que acabou por ficar com problemas mesmo mentais por se ter dado esta situação. Ela nunca mais vai recuperar. E o mar que era com ele que eu partilhava, que eu escrevo muito e deitava sempre tudo ao mar porque só ele é que me entendia e eu tinha assim aquela forma de ser. E... aqui não há mar, aqui não há nada. Aqui é um clima totalmente extremo, tanto está muito calor como está muito frio. Não tem a maresia. Mas quando eu vi o mar eu parecia uma louca, corri para o mar vestida e tudo e entrei pelo mar adentro e garanto-lhe era inverno. É verdade. (fungar) É uma sensação única. Portanto, pequeninas coisas que nós não damos por elas quando estamos longe, mas lembramo-nos, mas não sentimos. E quando cheguei a (...) eu parecia uma louca. O cheiro, não tem nada a ver. Foi das sensações mais importantes. E ver de novo os meus, quando/ Depois de eu estar aqui, porque antes de vir para cá, tenho horríveis... tenho horríveis. Ter de abdicar de uma vida onde era acarinhada, onde era mimada, onde a minha campainha não deixava de tocar, não parava (fungar) por um conselho, por uma palavra amiga, por uma ajuda. E eu em cinco minutos ter de abdicar de tudo e dizer um sim ou não ao agente... (soluçar) para salvaguardar o meu neto que foi ameaçado, os meus filhos, os meus amigos, a minha família (fungar) que continuaram a ser ameaçados... para salvaguardar isto tudo, ter de abdicar de tudo e vir embora. É horrível. (suspiro) São traumas, são sensações que são inexplicáveis, não se conseguem explicar, não tem explicação, são sentimentos que são nossos, sentimos, e podemos traduzi-los em lágrimas. Caso contrário, não há explicação possível.

E disse-me que escreve.

Muito.

E sobre o que é que escreve?

Escrevo muita poesia, escrevo o que sinto, escrevo sobre as Casas, escrevo sobre tudo, tudo o que eu vejo. Só me falta fazer uma coisa: tenho uma promessa a mim própria e a Catedral, que é de escrever um poema sobre ela que é lindíssima.

Tem algum poema que se lembre que tenha escrito e queira partilhar, que nos queira dizer?

Tenho, mas eu assim de cabeça, filha... Eu não presto de cabeça. Por isso é que eu escrevo tudo. Mas sou capaz de escrever horas a fio e sair, como tem dias que não sai nada.

E como é que se sente ao escrever?

Portanto os meus poemas é mais a base de revolta. Tenho lindos. Mas é mais a base... Mas sinto-me que quando eu termino de escrever... aliás, eu levanto-me de noite escrevo e não sei que estou [escrevendo]. Portanto, só de manhã é que eu vejo o papel ali e o lápis. É... não sei, não

me lembro, e de manhã que eu vejo em cima da mesinha... que eu tenho uma mesinha no quarto. E aqui já era igual. Portanto, mas quando estou consciente e eu escrevo e só aí é que eu consigo desabafar, sentir-me aliviada... é quando escrevo, quando ponho para o papel.

E depois que saiu da Casa de Abrigo tinha alguma pessoa, alguma situação, alguma coisa, fosse o que fosse, que a fizesse se sentir fortalecida ou que a motivasse a continuar?

Nada. Nada. Nada. Nada. Para já e eu vou dizer uma coisa. Eu fui acolhida numa instituição primeiro, antes de ser... Porque tive logo de ser recolhida. E então estive lá a volta de... quase quinze dias, duas semanas. E acontece que quando me disseram que eu vinha... Portanto, “Tem preferência por (...) ou (...)?” E eu disse: “Não”. “Tem conhecimentos?” [e Luisa responde] “Não. Não tenho preferência por lado nenhum”. Desde que me tiraram do meu lugar é-me indiferente, qualquer lugar do mundo para mim serve porque vai ser indiferente. E então, quando me disseram um dia: “Você vai para (...)”. Portanto, (...) não estava nem sequer nos planos. Eu não tinha planos quanto a isso. Mas de qualquer das formas, depois disseram: “Vai para um Convento de Freiras”. Portanto, a partida eu entrei em colapso. Disse: “Freiras!? Meu Deus, Freiras!”. Porque geralmente não se ouvia falar muito bem de freiras, pronto. Totalmente o contrário, discordo completamente. Aliás, são umas queridíssimas. Elas dão tudo por tudo para poderem salvar as pessoas. Mas eu não sabia. Depois, eu visto-me assim um bocadinho... portanto... quase a gótica e eu lembrei-me “Eu vou para lá vou ser discriminada”. Entrei em paranóia totalmente. Eu quis acabar com tudo numa noite antes de vir porque já não me interessava mais nada. Para mais (...), eu não sabia nem conhecia. Cheguei aqui e mudei totalmente de opinião. Fui acolhida com um quarto lindíssimo, com um carinho imenso, com um a vontade espectacular. Elas ofereceram-me tudo e mais alguma coisa para me sentir bem. É evidente que nós não vimos preparados para nada, nós nem queremos... temos vezes que nem queremos até ouvir nada, porque só sentimos a falta daquilo que tínhamos, de quem deixamos. Mas aos poucos e poucos, elas vão fazendo com que isso se transforme. E vão nos dando vida, para nós continuarmos. Mesmo no caso de psicólogas, de assistentes sociais, das Irmãs... são queridíssimas. Sempre com uma palavra amiga, sempre com um carinho, e portanto fazem com que nós nos sintamos em casa. E eu achei espectacular esta [Casa de Abrigo]. É evidente que não estamos naquilo que é nosso. Mas para começar, elas ensinam-nos/ elas ensinam-nos... também têm experiência... a ver o mundo de outra forma e a encontrarmos perspectivas lá fora com que a gente depois nos possamos identificar. E foi isso que aconteceu comigo. Embora tenha muito a aprender ainda, me sinto muito só.

E já que está a falar sobre isso, sobre a questão da sua estada aqui na Casa de Abrigo.

Em relação a esse período: o que é que você aprendeu que acha que é importante... ou quais foram as coisas, não é, que levou consigo?

Olha, foi a humanidade. Como eu disse, foi ver o mundo com outros olhos, foi. Eu já... portanto, eu tinha uma certa tendência, que sou assim um bocado para o sentimental, e em ajudar as pessoas. Mas ajudar o máximo possível. Não ter discriminação com ninguém que é o essencial. É

não discriminar ninguém. Porque é como eu costumo dizer, que se nós fizemos um corte [na pele], o sangue é tudo igual seja rico, seja pobre, seja preto, seja branco. Não há... não há nem sequer a mínima hipótese de o sangue ser de outra cor. Porque de nós nos discriminarmos uns aos outros, se quando nós nos encontramos em situações, elas são idênticas e o sofrer é igual? Por isso, isso foi o que eu aprendi. Embora eu soubesse, mas valorizei muito mais.

E de que formas estar na Casa de Abrigo ajudou a reestruturar o seu projecto de vida?

Foi o que eu disse. Foi encontrar forças e elas [Equipa da Casa de Abrigo] ajudarem-me, e o alento que elas nos dão: “Vai conseguir”. É uma meta de cada vez que se consegue. Nós conseguimos alcançar um obstáculo de cada vez e olhamos para trás e é mais uma vitória que conseguimos. E é isso que nos dá alento a continuar para a próxima meta, é isso que me tem motivado. É o desempenho que nós vamos tendo ao longo do tempo com a ajuda delas [Equipa Técnica da Casa de Abrigo] e é essa meta que vamos ultrapassando, meta a meta. É um dia de cada vez.

E o que pensa sobre o período que esteve na Casa de Abrigo? Qual é a primeira coisa que lhe vem à cabeça quando pensa sobre isso?

Portanto é... foi o que eu acabei de dizer. É o carinho e é nós sabermos que nós estamos lá fora mas que se tivermos de vir cá, temos sempre uma palavra amiga e se nós não virmos, há um telefonema: “Luisa, porque é que não aparece? Ainda as vem buscar? [coisas da Luisa]”. Porque temos isso... não é um favor, é como... nem uma obrigação. Sabemos que podemos cá vir porque sabemos que encontramos um carinho, e vimos... e vamos... podemos vir um bocadinho em baixo, mas à ida para baixo já vamos completamente diferentes.

E em relação ainda à Casa de Abrigo após a saída: qual é o papel que atribui à Casa de Abrigo nesse momento da sua vida?

Filha, se não houvesse a Casa de Abrigo, as mulheres morrem. É isso que temos de fazer ver as pessoas deste país. Porque deles estarem a fechar Casas se sabem que isto [violência doméstica] cada vez existe mais? E se existem pessoas como eu a dar a cara é para eles... eu não digo para eles se enternecerem perante ao nosso caso. Porque nós fazemos falta para verem/para terem um pouco de humanidade perante nós... porque somo gente, somos pessoas, somos humanos. Não é porque eles têm cargo superior... porque é como eu acabei de dizer: se fizerem um corte o sangue é todo da mesma cor. Para terem humanidade, para terem compaixão das pessoas. E ainda digo mais: vimos para aqui [Casa de Abrigo] e eles lutam tanto por nós, para na justiça/depois quando é na justiça muitas das vezes, como foi o meu caso, salvaguardarem-nos e depois a justiça nos dar de sobremesa ao agressor. Porque muitas das vezes eles nem sequer ocultam as nossas direcções, nem sequer se preocupam em termos uma/uma/uma videoconferência numa sala qualquer o mais longe possível e, principalmente, ocultarem as direcções, as moradas. Isso é para que? É para nos oferecerem de novo ao agressor? Para o agressor saber qual é a direcção para onde estamos?... E... podemos estar numa cidade e eles terem acesso a essa morada? Por favor,

o agressor continua a matar mulheres... e eles [justiça] têm de ter consciência disso porque todos os dias isso acontece. Ocultar a vítima e salvaguardá-la de todas as maneiras possíveis e, muito mais, não fecharem as Casas, porque ao fecharem as Casas estão de novo a oferecer a vítima ao agressor, porque a vítima não tem para onde recorrer, não tem quem a socorra, não tem uma Casa que a possa acolher. Vai para onde? Automaticamente recorre a Casa. Porque vai para onde? Está na mão do agressor... E depois ouve-se dizer: “Mais uma morte, foi mais uma esfaqueada, foi mais uma que levou um tiro”. Por favor, será que não basta? Será que eles não podem parar com essas atrocidades que acontecem? Porque fecharem as Casas? Porque de não valorizarem mais estas situações? Porque somos humanos. (imperceptível)

Portanto pensa que mesmo depois de sair da Casa de Abrigo, a Casa de Abrigo continua a ter um papel fundamental?

Aberta! E a ter um papel importante e fundamental na nossa vida. Porque caso nos aconteça alguma coisa, vamos recorrer aonde? É a Casa de Abrigo que vimos. É ter com as Doutoradas, com as psicólogas, com as Irmãs, com quem dirige a Casa. Porque foi o apoio que nós tivemos, foi o acolhimento que nos deram. Se não temos mais condições nem a quem recorrermos, vamos a quem? Se elas fecharem vamos para onde?

Portanto continua a ser um ponto de referência?

Sempre. É a Casa de Abrigo. Se não for esta, este ponto de referência, a mulher volta para onde? Está de novo exposta a novas situações, que é o agressor.

Portanto não sente que a Casa de Abrigo é algo que ficou para atrás, sente que continua presente?

Continua. Sempre. Sempre presente. Sempre presente. Nós sabemos que podemos contar com ela. Tenham isso em conta, por favor. Não as fechem. Porque se não, se não existem as Casas, aí sim vão acontecer e cada vez mortes e atrocidades mais desesperantes do que aquelas que nós temos travado durante os tempos que... têm vindo, que nos têm sido expostos no dia-a-dia. Tenham em conta isso.

E quando tem alguma necessidade ou precisa de orientação ou de apoio, seja o que for, chega a procurar em algum outro sítio, em alguma outra instituição?

Sempre aqui [Casa de Abrigo]. Sempre recorrer aqui. Aliás... não... não... aqui. Aliás, eu costumo dizer: “Eu adoptei-as [Equipa da Casa de Abrigo]. Podem não me ter adoptado, mas eu daqui não saio”. Têm de aguentar comigo sempre, porque a minha família são vocês [Equipa da Casa de Abrigo]. Vou ter aonde? Principalmente agora que perdi os colegas... não perdi, mas cada um vai para a sua casa e eu encontro-me de novo sozinha. Vou ter aonde? É aqui que eu venho. Meu ponto de referência é a Casa de Abrigo.

E chegou a tentar, cogitou procurar ajuda numa outra instituição, em algum outro sítio ou...

Nunca. Nunca. Nunca. Só aqui [Casa de Abrigo].

Em relação a este seu processo de reconstrução de um projecto de vida, ou seja, a sua reconstrução de vida: como é que se sente em relação a sua vida no momento presente?

Se não fosse esta Casa, eu não continuava a estudar. Se não fosse as pessoas que deram tudo por tudo para encontrarem um trabalho compatível à fragilidade com que eu me encontrava e aquilo que eu mais gostava, que era continuar os estudos, eu nunca teria isso. Se não fosse aqui, a Casa de Abrigo, as Doutoradas que lutaram sempre e me mantiveram aqui até encontrarem/até eu encontrar condições e me restabelecer a fim de poder organizar a vida... mas uma coisa compatível àquilo com que eu poderia sobreviver e aquilo que eu gostava. E foi com elas que eu encontrei. Se não fosse por elas, eu não estava assim. Bem-haja para elas mesmo. Eternamente grata.

E como é que se sente em relação à sua vida agora?

É como eu digo, consegui mais um objectivo. Foi nono ano, repeti mas com muito êxito, graças a elas [Equipa da Casa de Abrigo]. Estou contentíssima, tenho uma mais-valia para eu enfrentar a vida lá fora porque geralmente, já embora tenha cinquenta dois anos, mas se não tivesse o curso as probabilidades de emprego seriam mínimas, ou por outra, nenhuma. E assim é uma mais-valia e graças a elas que eu consegui. E tenho... isto é que possa agarrar mais um pouco que é o nono ano, pelo menos... sim, é uma candidatura, é o mínimo, é uma escolaridade... mas para mim é um êxito. Consegui e graças... e tudo graças a elas [Equipa da Casa de Abrigo], que se não fosse elas, eu não sei, nem quero pensar.

E sente-se satisfeita?

Satisfeitíssima, e tenho a certeza que agora quando... mesmo antes de terminar, vou poder contar com elas. Vão estar sempre aptas a ajudar, mesmo na procura.

E em que áreas da sua vida acha que nesse momento se está a sair muito bem e quais as áreas que acha que tem de melhorar um bocadinho?

Portanto, nas que estou a me sair bem são essas. Portanto, sair e encontrar porque consegui. E que tenho de melhorar um bocadinho... eu vou ser egoísta... acho que não preciso de melhorar muito mais, não preciso. Não é egoísta, acho que estou a... com optimismo, com motivação... que estou apta a enfrentar o que quer que seja depois disto. Por isso é que eu digo, preciso de um trabalho com urgência mal saia daqui [Casa de Abrigo], mas estou preparada para tudo.

Sim, senhora.

Não preciso nada mais.

E em relação ao futuro, como é que se sente? Tem anseios, tem expectativas?

Tenho. Tenho expectativas de poder encontrar [trabalho], aliás, e eu acho que vou encontrar... que eu sou muito positiva... (hmmm...) acho que vou encontrar sim. (hmmm...) Tenho receio no caso de não encontrar, lógico que tenho, mas não vou pensar nesse receio. Vou pensar sim no positivismo que tenho e nas referências, nas pessoas que tenho aqui na Casa de Abrigo, que mais uma vez eu acho que vão poder olhar pouquinho por mim, como me olharam sempre, e por todas elas [Equipa da Casa de Abrigo]. E não é apoiar-me, mas sei que se caso eu precise de ajuda, mesmo no âmbito de procurar, elas [Equipa da Casa de Abrigo]: “Luisa, olha existe aqui qualquer coisa”. E então eu sei que consigo contar com elas. Por isso não tenho, não é egoísmo... acho que é mais... (hmmm...) contra mim, uma crítica mas construtiva. Vou conseguir. É um positivismo mesmo, tenho muita força.

E nesse processo todo, que eu já percebi que as Doutoradas têm sido muito participativas, muito activas e sempre muito prestáveis e etc. Tirando a participação delas neste seu processo, de que maneira pensa que você participa nesse processo, o que é que você dá para esse processo?

Bem, nós temos de ter a tal força, a tal motivação. Certo? Portanto, elas [Equipa da Casa de Abrigo] expõem-nos aquele caminho e depende de nós querer caminhar ou não. Depende muito. (suspiro) A tal força de vontade, a tal força de viver. E se nós somos bem orientadas nessa/nessa forma... nesse caminho, nesse âmbito de conseguir caminhar, claro que nós vamos conseguindo. As tais etapas que nós vamos ultrapassando, os tais obstáculos, as tais metas - há metas que nós vamos conseguindo. As vitórias... tenho certeza que todas nós temos vitórias. Se formos bem orientadas, que é o caso... (hmmm...) eu acho que sim, que se consegue. Aliás, ouve-se muito... eu oiço muito falar muito bem de todas as Casas e eu falo por esta. E acho que nós, a orientação que temos no antes e no depois, faz com que nós consigamos ultrapassar esses tais obstáculos, os tais receios e os tais medos de enfrentar o depois. E o depois vamos enfrentando bocado a bocado, dia-a-dia e então são as tais vitórias que nós temos alcançado com muito êxito, isso asseguro-lhe.

E uma última pergunta... de minha parte, pelo menos. Qual a mensagem que deixaria para as mulheres que estão neste exacto momento em processo de saída da Casa de Abrigo?

Não é fácil. Não. Porque vão deixar de sentir o tal suporte. Embora sabem que têm o apoio e continuam a ter esse suporte. Mas ao saírem... a pessoa sente-se perdida: “Meu Deus! Eu já não as tenho! Que vou fazer? Que vou fazer sem elas?”. Mas elas vão mantendo contacto constantemente e nós vamos sentindo esse suporte, essa ajuda, esse apoio, o tal apoio que nós necessitamos para enfrentarmos a vida sozinhas. E sim: coragem... muita. É preciso muita perseverança, principalmente quando nos sentimos sozinhas... não o fazer. Nem que seja vir aqui a instituição ter com as Doutoradas e ter uma palavra. Não é que eu faça muito porque como digo... (hmmm...) e eu escrevo, eu gosto muito de escrever, e passo muito essa mensagem para a

escrita. (interrupção externa) Mas que tenham coragem e, se precisarem do tal suporte, podem sempre recorrer a Casa porque elas estão a espera e de certeza absoluta que vão conseguir com muito mérito. Têm é de ter também muita força de vontade que vão conseguir e, por favor, não voltem... não voltar ao agressor porque os primeiros oito dias pode ser muito bonito, mas vai começar a continuar aquilo que anteriormente passaram. É só fachada. Portanto, pensar numa vida nova e tenham a certeza absoluta que vão conseguir com orientação e ajuda delas [Equipa Técnica da Casa de Abrigo].

Tem alguma pergunta que queira esclarecer, algo que queira acrescentar, alguma coisa assim?

Não para agora.

Para já?

Sim. Se precisarem de mim, estou às ordens.

Então, muitíssimo obrigada.

Obrigada eu. E tenha uma boa tarde.

Entrevista 1B – Diana

Por questões de garantia de anonimato, confidencialidade e preservação da identidade das entrevistadas, todas as referências a nomes de pessoas, instituições e locais foram substituídas por (...)

Portanto, primeiro vamos começar falando um pouquinho das expectativas que você tinha em relação a sua saída da Casa de Abrigo, ou seja, quando estava prestes a sair da Casa de Abrigo, o que é que você pensava, o que é que achava que ia encontrar lá fora?

Tinha medo de não conseguir... de não conseguir aguentar... viver sozinha com dois filhos, não conseguir mantê-los na escola. Também tive medo do pai deles. Tive medo porque foi/foi uma coisa assim: ele fez-me ameaças quando eu disse que eu queria sair, entretanto, eu meti aquilo na cabeça e muita gente dizia-me: “Ah, ele só faz isso para ver se tu não abalas e não sei que...”. E propus-me mesmo, enquanto estive na Casa de Abrigo, se conseguisse ter uma ocupação para ganhar algum dinheirinho, na altura até estava de férias quando isso aconteceu, quando essas coisas se passaram todas na minha cabeça e então... eu entretanto fui fazer umas horinhas para ganhar algum dinheirito, já a pensar depois que quando saísse precisava. E eu saía e olhava sempre por cima do ombro, fingia que estava tipo a limpar um cabelo, a ver as montras mais atrás, andava sempre a escutar a ver se ouvia alguma voz que me conhecia... às vezes até parecia que ouvia alguma voz que conhecia e fugia, mas... acabou por ser assim um bocadinho. (imperceptível) Mas depois o pai deles até acabou por acalmar e pronto. E a aceitar que a situação estava coiso, complicada e não/não estava a espera que eu fizesse o que fiz. E então depois cada vez que pensava que eu tinha que sair... primeiro, eu pensei em sair da minha casa, foi horrível. Vivi por aí uns quatro anos a adaptar-me a ideia, a aceitar que era o melhor para mim e para os meus filhos porque, no último ano então do meu casamento, ele chegava a pontos que chegava a casa e acordava para ir berrar comigo e aquilo tudo e eu digo assim: “Eh pá se ele começa assim, parte coisas em casa, isto já não... não é assim muito bom”. E então, depois meu filho já cada vez que ouvia a carrinha do pai, coitadinho, os olhinhos dele quase que saltavam da cara com medo de dizer... finges que estas a dormir [dizia a Diana ao filho], e se o pai vier dar-lhe um beijinho, finges que estas assim a ressonar, das um beijinho ao pai e ficas na mesma. E o pai pronto, e aquilo passava. Depois viemos para aqui, disse a eles que vínhamos de férias, depois é que lhes disse que tínhamos deixado a casa. No dia que abalei, que vim para Casa de Abrigo, encontro-me/cruzei-me com o pai deles e nunca lhe disse nada. Achei melhor não dizer porque ele já não me deixava sair, ele seguia-me e então para eu poder fazer o que eu queria... E depois (expiração forte) foi começar, começar do zero.

E em relação a esse momento em que estava a se preparar para sair da Casa de Abrigo... Portanto, chegou, teve o seu período de estada cá, quando estava no final dessa estada, que estava prestes a sair, o que é que estava a espera de encontrar lá fora? O que é que pensava sobre isso?

Muitas dificuldades, muitas. Pensava que ia passar fome, pensava que não conseguia manter as minhas contas em dia... depois qualquer preço para mim era uma confusão e metia-me medo, qualquer despesa que pensasse fazer metia-me medo. E então... acho que ainda hoje ainda vivo ainda assim, um bocadinho assim. Cada vez que penso em dinheiro para gastar assim mais extra,

fico logo assim um pouquinho desorientada com a coisa, mas tento me acalmar. Mas estava com medo. Sentia-me perdida, sozinha.

O que é que pensava que podia lhe acontecer quando saísse daqui da Casa de Abrigo?

(risos) Eu tinha muitas vezes a sensação de me sentir vigiada a porta de casa, porque o pai dos meus filhos é daqui da cidade e eu tinha medo que ele entrasse a qualquer momento por ali adentro [porta da Casa de Abrigo adentro], que aquela calma dele fosse aparente. E eu em vez de falar nisso, ouvia música. Tentava não mostrar aos miúdos. Acho que ainda hoje tenho medo de falar com o pai deles mesmo assim, abertamente, sobre as dificuldades. Tento ser superior a isso.

E como é que se sentia em relação a sua saída da Casa de Abrigo?

Eu sinceramente estava de uma maneira que sou muito grata a ajuda que tive. Mas ao mesmo tempo tinha necessidade de ter o meu espaço. E então, ao mesmo tempo que queria ter o meu espaço, tinha medo de sair daqui [Casa de Abrigo], de me sentir desamparada. Tinha esse receio. Embora não fosse o caso, porque eu senti-me bastante apoiada pelas senhoras [Equipa da Casa de Abrigo], mas... meu medo mesmo era de viver sozinha mesmo, tinha muito medo de vir cá para fora. Senti medo, quando saí. (risos)

Além do medo, lembra-se de outros sentimentos, emoções ou pensamentos que tenha tido em relação a tua saída?

Assim... (expira forte) foi uma coisa assim muito esquisita porque eu sou uma pessoa que tento me desapegar do que eu sinto e só depois de ter passado, se eu começo a reviver as coisas é que eu... mas por acaso eu ainda não me pus assim a pensar bem nisso. Eu fujo de pensar muito em mim. (risos) Fujo um bocado disso, mas eu há um bocado disse ali a Doutora, tem alturas em que tenho necessidade de falar, mas quando é com ela [a Doutora], logo ali naquele momento. Depois pronto, vou aguentando, fecho-me muito... fecho-me muito e quando eu saí da Casa de Abrigo foi assim... pensei: “Pronto... agora seja o que Deus quiser, temos que ir para frente”.

E chegou a se preparar de alguma maneira para essa saída, tomou algum cuidado ou alguma precaução? Chegou a tentar a se preparar de alguma forma?

Não. Tentei deixar-me levar pela corrente dos acontecimentos. Eu sou uma pessoa que tento não pensar muito, porque se eu me ponho a pensar no que eu tenho para fazer ou decidir, sou uma pessoa que penso e repenso, penso e repenso e não ato e nem desato e acabo por não fazer nada (risos) e estou sempre a tomar decisões... não... lembro-me que ainda ia lá muitas vezes a Casa [de Abrigo] para falar com a Irmã, era uma espécie de saber que tinha alguém ali para me ouvir, mesmo que não dissesse nada. Ia ter com a Irmã, ia visitá-la de vez em quando, fazer assim uma conversazinha. (risos)

E esperava contar com algum tipo de ajuda nesse processo de saída ou não? Estava mesmo a contar só consigo? Como é que foi esse processo?

Eu entrei ali muito só a pensar mesmo em contar só comigo. Mesmo a minha reação quando lá entrei eu... fiquei assim, nem chorei, nem... não sei... fiquei assim parada.

Quando entrou na Casa de Abrigo?

Quando entrei na Casa de Abrigo.

E quando saiu?

No mesmo estado, mais ou menos. Porque estou tão habituada a controlar as minhas emoções que não sei... sinceramente, não sei... ainda assim falei muitas vezes com a Irmã sobre o dinheiro, pronto, a maneira de me orientar e fazer compras, essas coisas... ainda falei muito... porque eu já há muito tempo que vivia praticamente sozinha, a contar os tostões e a minha sorte, na altura, eram os pais dele - que já não tenho pais - eram os pais dele que eram muito meus amigos e ainda hoje, pronto, é o que digo, eu tenho ali uns pais emprestados. (suspiro) E eu sou muito do tipo, para não pensar muito e não me ir abaixo, prefiro não pensar muito nas coisas.

Se tivesse que me dizer duas ou três emoções ou sentimentos que tinha mais fortes quando estava prestes a sair da Casa de Abrigo, quais seriam?

Ah, sem dúvida era o medo. Tive medo. Tive medo, sentia-me sozinha. Medo e sozinha mesmo.

E o medo era de quê? Quais eram os medos?

De tudo. De não conseguir dar conta do recado de criar os miúdos e isso, de encontrar o pai deles bêbado e assim desorientado, medo de viver sozinha, de precisar de qualquer coisa, e pronto, medo de pensar que só... e torna-se um pouco mais complicado porque eu tenho cá os meus irmãos, eles são mesmo aqui da cidade, e eles sempre me apoiaram muito. Só que eu, principalmente desde que minha mãe morreu, eu sinto-me sempre muito sozinha, sempre. Apesar de estar acompanhada e ter ajuda e apoio, mas tive medo. Medo então tive mesmo, senti-me mesmo sozinha.

E qual era a estratégia? O que é que te fazia lutar contra o medo?

Os meus filhos. Eu olhava para eles e dizia-me: “Não posso me descontrolar se não... se eu me descontrolo, não consigo ir para frente com eles”. (suspiro) Eu ainda hoje sou assim. (risos)

E depois que saiu da Casa de Abrigo? Como é que foi? Teve algum contato com a sua família, com amigos? Quais foram os contatos que teve depois que saiu?

Tive. Com os meus irmãos. Eles andavam sempre próximos de mim, iam ter muitas vezes comigo, “vê lá... se precisas, eu compro-te calçados ou roupa aos miúdos”. E eu com vergonha dizia: “ah, não, não é preciso”. E eles depois às vezes lá percebiam, os miúdos lá diziam que gostavam de ter isto ou aquilo e eles lá compravam e não sei que... porque eu não... gosto muito de ajudar as pessoas, mas depois me envergonho de pedir ajuda. Eu sou muito assim, então... os meus irmãos têm me apoiado muito.

E amigos, amigas, colegas de trabalho? Tem alguém com quem tenha mais contato?

A minha colega. Como é que eu hei de dizer... eu se eu pedir ajuda, elas ajudam. Só que eu também tenho me desiludido tanto com isso. Sei lá/não, mas também tenho colegas que ajudam (risos) Tenho. A minha colega.... eu sou ajudante de cozinha e ela é cozinheira do colégio... não, aquela colega ali eu sei que sim.

Mas qual o tipo de desilusão que tem tido em relação a isso?

Confio nas pessoas e depois vou ver as pessoas não são o que eu penso que são... (humm...) A minha frente são uma coisa e depois por trás são outra, e ando eu ali feito a parva, a fazer tudo por tudo para ajudar as pessoas. E sou sincera: eu fecho-me muito. Fujo muito de me mostrar assim as pessoas e isso. Sou assim comunicativa e é essa coisa toda, né? Só que há sempre aquele espacinho ali que nem toda a gente lá vai. (risos)

E nesse momento está empregada?

Sim, estou.

Como...?

Como ajudante de cozinha.

E como é que se deu esse processo de procura de emprego? Como é que conseguiu esse emprego?

(humm...) Isto foi uma vez eu/eu andava muito... tenho emprego hoje, acaba amanhã, tenho hoje, acaba amanhã... estava muito nesse sistema e quando vim para aqui, vim por acaso Já trabalhava neste colégio e então... eu sou muito do tipo quando quero uma coisa, eu sou mesmo chata. E então eu ia lá para ao Centro de Emprego sempre: “Ah veja lá”. E [dizia-lhe a senhora do Centro de Emprego]: “Ah, então a semana passada já cá esteve”. [Diana respondia-lhe] “Sim, sim... ah, é para não se esquecerem de me arranjar qualquer coisinha... que eu já tenho trinta anos”... Ou trinta e um... não, eu já tinha minha filha... “Eu já tenho trinta e dois anos, já na idade... veja lá, arranje-me aí qualquer coisinha, para durar a mesma, que eu já estou farta do trabalho hoje e descansar amanhã”. Bem, aquilo foi indo, e a senhora disse: “sim, você tem cá vindo tantas vezes, e parece-me ser uma pessoa orientada, veja lá se quer experimentar ou num lar ou num colégio. Qual o espaço que gosta mais?”. E eu digo: “eu sou sincera, eu adoro crianças. (risos) E então eu prefiro colégio. Mas se for para manter o emprego, não me importa ir para o lar”. Eu assim para a senhora. Depois ela lá disse para eu experimentar ali, e se eu queria mesmo o emprego para eu ir para a cozinha lá do colégio, que ali eu ficava garantida. E fiquei. Estou lá há nove anos.

Olha que bom! E em termos de habitação, onde é que está a morar agora?

Agora estou a morar aqui na cidade, mas a (...), que é uma instituição (imperceptível) social, arranjou-me agora uma casa que eu vou para o bairro (...).

E como é que a conseguiu?

Fui lá inscrever-me [numa associação], fiz marcações, fui lá falar da minha situação, que a renda era um bocado puxada, e fiz lá inscrições, tive que entregar documentos e isso.

Aonde?

Na (...). Ali... deixe-me lá ver....sabe ali como quem vai para a (...)? Cá na parte da praça (...)? Pois entra ali numa rua, que tem lá um (...) que é uma (...), e depois tem um (...) do outro lado. E depois vira aí, no fim dessa rua vira logo a esquerda e está logo lá na (...).

Ok. E em relação aos seus filhos, que idades é que têm?

Ela tem nove e ele tem treze.

E como é que faz para conciliar o tempo entre trabalho e os filhos?

Uff... (risos) É muito complicado. (suspiro) Cansativo mesmo. Às vezes eu digo assim: “Olha faz favor” e pego o mp3 dos meus filhos e meto nos ouvidos, um bocadinho para mim. “Agora façam lá aí as coisas da escola”. Mando-me para cima da cama e estou ali um bocadinho a ouvir música, que a música alivia muito.

E conta com a ajuda de alguém em relação às crianças?

A instituição dá-me alimentos e isso e quanto aos miúdos, o meu (...) já me ajuda muito. E se é preciso algum dia, como agora, por exemplo, vir aqui, tenho uma sobrinha que já é maior de idade e está lá com eles em casa.

Uhun, uhun... E em relação ainda a esse processo depois que estava fora da Casa de Abrigo. Tem algum desafio, alguma dificuldade, algum constrangimento que tenha passado em especial, que se lembre, que a tenha marcado, que queira partilhar conosco, que possa partilhar?

Tem.

Que situações poderia me dizer neste sentido?

Tem, porque eu sou sincera, uma mulher quando se divorcia e que se sabe que é divorciada, parece que está escrito aqui na testa “divorciada e com dois filhos para criar”. No meu caso, por exemplo, eu senti isso muitas vezes. Senti porque lá está a tal situação das amigas, aquelas amizades que me diziam que me ajudavam se eu caso desse o passo que dei, que me ajudavam e que podia contar com elas, e não havia problemas e depois quando eu comecei a precisar delas e comecei a ter ajuda... eu sou sincera, eu perdi essa amizade me custou bastante. Porque eu tenho um carro e o marido dessa rapariga arranjou-me o carro, só que eu não percebi a conversa dele, ele dizia-me para ir pagar, que poderia pagar em prestações mas para pagar a ele e não dizer nada a mulher. E depois ela zangava-se com ele e que era muito ciumenta. E eu, para evitar

problemas, combinava com ele em conversar as escondidas, que eu também não percebia para que, só para pagar a prestação do carro... e depois vim a saber: ela telefonou-me e disse tudo o que ela quis e lhe apetecia e eu nem consegui responder. (Suspiro) E pedia-me mensagens giras que era para fazer as pazes com a mulher e aquelas coisas todas e eu, como era amiga do casal, mandava-lhe as mensagens. Mas não lhas mandava com o nome escondido, mandava com o meu nome. E eu não sei como é que passou o desenvolvimento daquela situação, que eu já andava com a aparência de querer ter alguma coisa com o marido dela e isso pareceu-me muito mal. Custou-me porque eu não estava a espera disso da parte da pessoa. Compreendo-a, mas não estava a espera. E depois era do género, qualquer coisa, qualquer situação que se passasse, parecia que me sentia incapacitada para resolver aquilo. E depois as pessoas pareciam que estavam a me pôr a prova e até mesmo as minhas colegas de trabalho, sempre a mandarem-me aquela conversa do género “ah, tu agora és divorciada, normalmente as divorciadas arranjam, vão-se aos maridos das outras para se manterem financeiramente e não sei que...”.

Isto depois de ter saído Casa de Abrigo?

Já depois de ter saído e aquilo começou-me custar muito, custou-me muito. E depois o meu senhorio, para onde eu fui a primeira vez, o homem pensava que eu era sozinha e que eu não tinha ninguém para olhar por mim. E então começou a fazer chantagem. E disse-lhe para fazer obras lá em casa, mesmo depois de eu lá estar. Chovia água em cima dos fios e ele dizia que iria fazer obra, que a renda era barata, mas que ia fazer obra para arranjar aquela situação, para evitar de chover lá em cima, não era... e chovia-me dentro de casa e nunca quis saber disso/nunca quis saber disso, só queria era a renda. E depois quis me aumentar a renda e como eu não fui na conversa, começou a imbirrar comigo e a dizer que qualquer dia que me punha as coisas na rua. E depois, eu sou do tipo que quando estou irritada, eu viro mesmo e eu disse-lhe a ele: “então você faça isso que eu chamo a polícia e depois a gente resolve a situação”. Paguei sempre a renda e ele começou a me chamar nomes e eu disse a ele que não lhe admitia isso. E no mês a seguir, pedi ao meu irmão, e ele já vinha outra vez para a mesma situação, já vinha outra vez rebaixar-me o quanto podia e quando ele viu meu irmão, ele depois sossegou mais. Foram as duas situações...

E pensa que essas duas situações que passaram estavam relacionadas a quê? Ao fato de ser divorciada ou...?

Eu tenho a impressão que/que era assim: o homem pensava se calhar, neste caso, que eu como era divorciada, que não tinha como me defender e que gozava comigo o que lhe apetecia. Eu fiquei a sentir isso. E para mais, ele dizia que conhecia a minha avó, que tinha/que era prima da dela, não sei o que... E como sabia que nós, que vínhamos de uma família de pessoas pacíficas, pensava que se calhar, que fazia o que ele queria. E isto da minha colega foi mesmo/foi mesmo/foi mesmo... eu senti mesmo, tipo assim, sou divorciada, agora tenho que me andar a atirar aos maridos das colegas. Senti-me muito mal. E ainda hoje elas dizem que eu sou muito rabugenta e

que sou das mais imbirrantes lá dentro... mas eu não quero saber, acho que elas têm que aprender a respeitar-me. (suspiro)

E quais foram os factores, as situações e as pessoas que a motivaram e a mantiveram positiva depois que saiu da Casa de Abrigo?

Depois que eu saí... davam assim apoio... a Dr.^a (...), a Irmã (...) (risos). A Irmã (...) com aquele jeitinho carinhoso de falar assim com a gente e a Dr.^a (...), pronto. Na altura, ainda falávamos assim, ainda vinha a algumas consultas, mas depois acabou porque não podia. E ela é uma mulher que quando a gente está para baixo, ela dá ali à volta a coisa de uma maneira que aquilo parece uma brincadeira. E a gente até acaba por pensar: “se calhar não é assim tanto como eu estou a fazer, né?” Mas... (suspiro)... assim, quando eu saí da Casa, cá fora, foram duas pessoas que me marcaram, aqui dentro, por acaso foi.

E consegue se lembrar de alguma outra situação ou mesmo alguma coisa sua que tenha ajudado a continuar e a perseverar e a estar motivada?

Os meus filhos. Eu vivo muito em função deles. Mesmo quando eu me vou abaixo, eu fecho os olhos e penso: “tenho que dar a volta a situação porque eles precisam de mim”. Eles são a minha força. (risos)

Em relação ao período em que esteve dentro da Casa de Abrigo, o que é que você aprendeu que acha que é importante e que tenha levado consigo?

Aprender... como é que hei de dizer... ver se sei dizer... Então, eu sou uma pessoa que estou muito habituada, pronto, meto-me na minha casa, estou na minha vida, né? E ali aprendi a dividir o meu espaço. Assim, como é que hei de dizer.... aprendi... eu não... eu levei dali uma aprendizagem porque é assim, eu não sou uma pessoa que... como não me meto assim muito na vida dos outros, não tenho paciência, acabo por não ter paciência para ouvir os outros e eu aprendi isso ali. Porque depois eu tive uma colega de quarto que era um espectáculo (risos), ela até um simples escolher a roupa para se vestir para ela era um problema e depois acabava por brincar com os problemas dela, coitadinha, e... foi/foi uma rapariga que era puxada, era (risos). Depois, ela qualquer coisa chorava e ela tinha um problema de saúde, coitadinha, que era diabética. Mas eu mandava vir com ela, que ela aparecia com aqueles... uns sacos cheios de batatas fritas, outros eram amendoins, outros eram cajus, chocolates e eu digo: “Oh mulher, tu te queres matar ou queres matar a mim de susto?” (risos) Essa rapariga marcou-me. E também uma outra, uma preta, que eu só apanhei lá duas semanas. Era muito novinha, foi praticamente eu entrar e ela a sair. Estava ela de saída, estava eu de entrada. Também foi/foi muito engraçada.

E o que foi que aprendeu com essa?

Com essa preta? A ter garra. Ela era assim, toda de garra, de fibra... e eu era sempre deixa estar, pronto, olha, deixa, não se consegue ir para ali, vai-se para outro lado. E ela era daquele tipo:

não, eu quero ali, tenho que conseguir ali, só quando vir que não consigo é que desisto. Acho que aprendi um bocadinho isso com ela.

E de que maneiras é que pensa que a sua estada na Casa de Abrigo a ajudou a reestruturar o seu projecto de vida?

Ajudou-me a ver as coisas de uma maneira mais realista. Ajudou-me a conseguir arranjar a casa porque eu não sabia para que lado me virar, onde procurar, como fazer. Ajudaram-me também que eu, em termos de como mãe sou um bocadinho, assim, flexível demais. Mas às vezes temos de ser um bocadinho para o outro extremo. Acho que elas que me ajudaram, assim, a ser um bocadinho mais mulher. Não era que eu fosse assim muito infantil e tinha responsabilidade dos meus actos, mas ensinaram-me a ser mais realista, eu era/eu sou um bocado mais para o sonhadora. E então elas ensinaram-me, pronto, que sem se lutar não se vai lá.

E estava a dizer que lhe ensinaram a ser mais mulher: o que é que quer dizer com isso? O que é que quer dizer com ser mais mulher?

Porque eu era assim, eu deixava-me ir na onda. E agora eu só vou na onda se quiser, se não quiser, não vou. Tenho uma opinião e se as pessoas gostam da opinião, estou-me a baldar para isso. Estou um bocadinho mais segura de mim, apesar de ser um bocadinho insegura, mas pronto. (risos) Ajudaram-me a ter , assim, interiormente a ter outra maneira de pensar.

Portanto, o que é que pensa do período em que esteve na Casa de Abrigo?

Para mim, foi positivo. Foi positivo porque vi ali muito tipo de pessoas, cada uma com suas personalidades, pessoas com situações bem piores que a minha. O pai dos meus filhos, graças a Deus, não me chegou a mandar para o hospital com nenhuma sova... talvez porque eu tenha tido a noção de perceber que para lá estava caminhando, não sei, mas eu vi ali situações que eu não sei.

E o que é que sentia quando via essas situações?

Essas mulheres... algumas davam-me mesmo pena, mas outras irritavam-me. Irritavam-me porque era assim, eram maltratadas pelos maridos e ainda voltavam para eles. E eu por muito menos larguei o pai dos meus filhos e penso em não voltar. E depois irritava-me elas pensarem que simplesmente não conseguiam e então, como não conseguiam, não tentavam conseguir. Isso irritava-me, essa situação irritava-me muito, porque... (suspiro) dava-me a sensação de para elas ser mais fácil o “coitadinha de mim, vou continuar naquilo porque é o meu destino” do que pensar “não, eu tenho que dar a volta a situação e mudar o disco”. Eu não sei. Mas havia lá muitas que me davam pena. Uma senhora, por exemplo, teve lá duas semanas ou três. Aquela senhora o filho já tinha quinze anos e quando ela abalou, já não podia levá-lo com ela. E tinha uma filha, o miúdo tinha quinze anos e a miúda acho que tinha catorze ou dezesseis, era uma coisa assim. Não lembro qual dos dois era o mais velho. A miúda era toda a favor do pai e o miúdo era todo a favor da mãe. E tinha pena da mãe. E ela, coitada, sabia para o que ia, mas pelo

filho, voltou. Essa mulher marcou-me um bocado, porque foi uma pessoa que pelo filho, foi aguentar. Agora resta saber se valeu a pena ou não. (longo suspiro)

Em relação, de novo, a sua saída da Casa de Abrigo, depois que já estava fora, qual foi a relação que estabeleceu com a casa? Ou seja, qual o papel que você atribui a Casa de Abrigo nesse exacto momento da sua vida, agora que já não mora cá, já não está aqui?

Para mim são umas pessoas que dentro do que elas podem, estão-me/continuam a me ajudar/a ajudar... Mas eu sou sincera, pelo menos psicologicamente, eu acho que gostava de ter um bocadinho mais de apoio. Compreendo a situação, né? Mas gostava.

De ter um pouco mais de apoio aonde? Aqui? Na Casa de Abrigo?

Sim, sim. Gostava.

E que tipo de apoio acha que pudesse ter que poderia lhe ajudar?

Em mim, eu penso que talvez mais a nível psicológico, mais para simplesmente vir e só falar e jogar assim uma conversa fora e depois... não sei, talvez tipo falar com a Dr.^a (...) que é a psicóloga da Casa. Falar com ela e depois parece que ao mesmo tempo que está falando com a gente apanha ali aquelas coisinhas que andam escondidas. (risos) É que ela às vezes eu estou/estava a falar com ela de certas coisas e eu pensava que não tinham nada a ver e ela de repente ia buscar aquilo de uma maneira que eu ficava, eu digo: “ooops, então mas a gente já está a falar do quê?” E pronto, não sei.

E quando precisa de apoio hoje em dia onde é que procura?

Normalmente... (silêncio) acabo por ficar em casa a pensar na vida, sei lá. Depende... ou falo com alguém ou não falo.

E quando pensa em falar com alguém, qual é a pessoa que procura?

Mesmo que não seja para não dizer assim nada que não tenha a ver com o assunto, uma cunhada minha que está mais ou menos na mesma situação que eu. Mas que não está cá. Ex-cunhada, nós éramos as duas casadas com os dois irmãos. E então (suspiro) gosto de falar com aquela pessoa nestas alturas. Por acaso... (silêncio) porque se eu tenho/se eu calho a abrir a boca com os meus irmãos, eles só não fazem o que não podem por mim. Eu depois também não gosto de abusar das pessoas. (suspiro)

E sente que a Casa de Abrigo é algo que ficou para trás na sua vida ou ainda é presente?

Acho que está começando a desviar/acho que está começando a desviar. Embora nós às vezes façamos assim umas reuniões ou coisa assim, muito pouca, muito mínima... mas acho que fazia bem de vez em quando, nem que fosse só para perguntarem: “Como é que está? Como é que vai tudo?”. A Irmã (...) já não está cá na Casa de Abrigo, mas no outro dia telefonou-me, mas foi uma coisa assim, já há quase um ano que não se falava e ela, coitada, também tem sempre muito

trabalho. (suspiro) Mas se eu precisar de alguma coisa venho aqui, bato à porta e falo ou com a Irmã (...) ou alguma das Doutoradas e elas, coitadas, só se não puderem é que não dão à volta à situação. Mas estão um bocado limitadas.

E em relação ao processo de reconstrução do seu projecto de vida, não é... quer dizer, já têm quatro anos que saiu da Casa de Abrigo, não é?

Sim, quatro anos...

Portanto, já está em um outro momento, não é?

Já.

Como é que se sente em relação à sua vida como está nesse momento?

Neste momento... (suspiro) ai, estou um bocado confusa porque fui para uma casa ter uma renda um bocadinho mais barata, mas a zona deixa um bocado a desejar. (suspiro) Eu acho que estou naquela fase que fiquei em standby, estou em standby, estou à espera que me aconteça... sei lá, mais alguma coisa e ao mesmo tempo não estou à espera de nada. Estou assim um bocadinho... Vou passando um dia de cada vez. Estou assim nesse momento, estou assim nesse/nesse limite.

E em que áreas da sua vida sente ou considera que está se saindo bem ou muito bem e quais é que acha que pode melhorar um bocadinho?

Acho que estou a sair assim muito bem. Acho que assim em termos de mãe não sou muito perfeita, mas, ou mal ou bem, a coisa vai escapando bem. (risos) Acho que estou... um dos meus projectos de vida é ensinar os meus filhos a ser um bom homem e uma boa mulher. Acho que por enquanto/penso que estou a conseguir isso. E eu me sinto um bocadinho fraca, mesmo fraca, isso aí é pior... (risos) Isso aí é pior porque eu como evito falar nisto, não consigo, não sei dizer assim, mais ou menos. Mas eu gostava de poder dar mais estabilidade aos meus filhos, tenho pena de não ter conseguido dar aquela família que eles gostariam de ter, aí então sinto mesmo que falhei.

E a si própria... o que quer dar?

A mim... (hummm...) Sei lá. Quero o impossível. (risos)

E qual é?

Era encontrar uma boa pessoa, não digo que quisesse morar comigo, mas que me apoiasse tipo como amigo, que falasse comigo assim como amigo, que estivesse presente sem estar muito grudado na minha vida. Gostava de encontrar assim um ombro amigo, que me ajudasse a por assim... porque o meu filho vai estar naquela idade, treze anos, em que começam a pensar: “ah, deixa ver... a minha mãe tem que perceber que eu sou o homem da casa e não sei que...”. Ele vai estar assim um bocado, apesar de ser meiguinho, vai sempre experimentando. E eu começo a sentir falta de um pulso de homem para acompanhar o meu filho. É um bocado difícil. Eles

passam sempre o tempo a dizerem que sou má, que nunca os deixo fazer nada, nunca os deixo isto, nunca os deixo aquilo... (suspiro) Há alturas em que não sei.

E sente que é preciso um homem para conseguir dar este limite, é isso? Como mulher não sente que consegue?

Talvez consiga, mas um bocadinho à bruta. Não é bater-lhes, mas assim um bocadinho à bruta. Com aquele género que não quero.

E porque acha que um homem consegue fazer isso melhor do que uma mulher?

Não sei... acho que impõe outro respeito, aquela presença da pessoa, não sei. Acho que só mesmo a presença da pessoa, porque o meu filho/noto que o meu filho, por exemplo, quando está com os tios observa muito a minha irmã com o marido, observa muito o meu irmão com a mulher e o meu outro irmão. E eu acho que ele às vezes fica pensativo porque ele pensa... vê os tios a darem-se tão bem com as mulheres, embora tenham os problemas deles e isso tudo, né? Mas vê que os tios conseguem falar com as mulheres. Às vezes quando discutem é assim uma discussão normal ou uma coisa assim de casal, mas depois aquilo passa. E eu noto que ele se sente um bocadinho sozinho e eu aí sinto-me um bocadinho frustrada com isso. Noto que ele quer mais a presença do pai. E eu tenho medo que ele tenha, porque o pai, sinceramente, não é uma presença muito positiva para ele.

E estava-me a dizer há pouco que tenta passar para os seus filhos uma educação para que sejam um bom homem e uma boa mulher. Quais são as lições que tenta passar para que sejam, pronto, dessa maneira?

O meu (...) às vezes vem de lá danado com os amigos e [ele diz] “Estou sempre assim, e estou sempre assado”. E, às vezes, ele me pede qualquer coisa emprestado e eu digo “Eh pá, tem calma. Não sejas assim”. Depois é... às vezes... eu costumo dizer muitas vezes: “Pronto, hoje tens o mundo todo contra ti, amanhã já passa, amanhã já está melhor e não sei quê...”. E depois ele é assim aquela coisa, às vezes, como é que hei de dizer... tem qualquer coisa que podia emprestar e depois acaba por não querer emprestar porque também não lhe emprestam e eu digo: “Eh pá, mas tu tens que ser superior a isso. Por não te emprestarem não quer dizer que não emprestes. Só que é assim, se te magoarem muitas vezes, aí tu acabas por dizer mesmo que não. Mas não faz logo assim, à primeira vez dizer-lhes que não e não sei quê... Tenta ser superior”. E eu assim para ele. E a minha (...) é muito do tipo “As coisas são minhas e se tu emprestas, eu também tenho que emprestar. Mas eu só empresto a quem quero”. Ela dá uma volta às pessoas que as pessoas fazem tudo que ela quer e ela depois balda-se para as pessoas. E eu tento dizer-lhe a ela que não pode ser assim. Ando a tentar equilibrar um bocadinho esse lado assim mais deles. (risos) Pronto.

Acha que para ser um bom homem ou uma boa mulher quais são os valores que são precisos? São os mesmos?

Eu penso que sim. Porque, no meu ponto de vista, os homens e as mulheres são muito iguais: há os bons, há os maus, há os equilibrados e os desequilibrados. (risos) E eu, como trabalhei muitos anos num café, consigo/eu sou uma pessoa que gosto de observar sem estar a coscuvilhar na vida das pessoas. E eu tenho reparado, toda a gente diz, que um montão de mulheres num café, num grupo de mulheres, sai uma e ficam a cortar naquela. Mas, se repararmos bem, vem um grupo de homens, num outro cafezinho, e que estão ali todos: “ah e tal... e eu faço e eu aconteço, eu sou melhor que tu nisto, e (imperceptível) melhor naquilo, e não sei quê e tal, eu tenho assim, eu tenho assado...”. E depois sai um do grupo e fica: “Olha para ele”. É que é tal e qual. Eu acho que tento ensinar o meio termo aos meus filhos, porque eu sou muito assim desse género.

E quais são os anseios e as expectativas que tem relação ao futuro?

(suspiro) Uff... ai estou um bocado às cegas. Eu estou um bocado às cegas porque se tenho a pouca sorte de ver o telejornal, entro em pânico com a vida e então fujo. Vou para os desenhos animados. (risos) Com os filhotes é desenhos animados para todos. E depois, se não penso muito na vida, depois acabo por perder e sou apanhada de surpresa com... como está realmente a vida e com certas situações, como agora com isto dos camionistas e isso. Eu não quis ligar mas, de repente, comecei a ouvir as pessoas dizerem: “Bora a correr a abastecer gasolinas, a fazer compras ao supermercado”. E... que credo! Mas é preciso isto tudo? Depois fico assim um bocadinho... parece que a pousar naquilo que já está assim tipo um caos. E.... (suspiro) não sei.

Portanto tenta se distanciar um bocado, é isso?

É/é. Tento viver mais o presente do que propriamente o futuro. Pensando no futuro, mas mais o presente.

Para terminar, de minha parte pelo menos, qual a mensagem que você deixaria para as mulheres que estão neste exato momento em processo de saída da Casa de Abrigo?

Não percam a coragem. Não percam a coragem, não se inferiorizem porque é um mal. Eu tive muito um bocado dessa percentagem de inferioridade... e custa/custa nós vivermos assim sozinhas, mas vale a pena. Vale a pena. (risos)

Tem alguma pergunta que queira colocar, alguma coisa que queira esclarecer ou que queira acrescentar?

(suspiro) Não sei. Eu acho que vale a pena porque é assim, pelo menos uma vez que elas saiam de casa dos maridos, né, que saem da casa delas e sofrem aquele momento de dar esse passo, não voltem atrás. Eu acho que era muito importante elas não voltarem atrás porque assim há sempre estas situações. Não tenham medo. Porque morrer diariamente nas mãos do homem ou morrer de repente porque ele apareceu e pronto acabou, eu acho que vai dar no mesmo. Não sei o que custa

mais: se é morrer de repente ou se é ir morrendo em vida. Não sei. Acho muito complicado.
(risos)

Ok. Muito obrigado então pela sua participação e pela sua disponibilidade.

Ora essa.

Entrevista 2A – Juliana

Por questões de garantia de anonimato, confidencialidade e preservação da identidade das entrevistadas, todas as referências a nomes de pessoas, instituições e locais foram substituídas por (...)

Vamos começar falando um pouquinho das expectativas que você tem em relação à sua saída da Casa de Abrigo. Portanto, o que você espera encontrar lá fora quando sair?

(risos) Acho que um pouco de apoio também ainda porque a situação é um pouco complicada.

O que você mais espera então é que encontre apoio?

Sim.

Acha que é o mais importante?

E Segurança. (risos)

E como é que se sente em relação a esse processo de saída? Que emoções que tem com relação a isso?

(pausa grande ... interrupção externa)

Estávamos a falar sobre a sua saída da Casa de Abrigo. Como se sente em relação a essa saída? Que sentimentos é que te desperta?

Um pouquinho de medo e insegurança também, porque depois vai voltar ao normal, o outro [ex-companheiro] vai saber que eu estou fora da Casa de Abrigo, não sei se vai passar a procurar ou não. Então eu sinto um pouquinho de insegurança também.

E com que tipo de ajuda você espera contar? Quem é que acha que vai poder te dar apoio quando você sair daqui?

Principalmente jurista. (risos) Acho que é um dos maiores apoios que vou precisar.

É com isso que está a contar?

Hmm?

Está a contar com este apoio? O apoio de uma jurista?

Sim.

E outros apoios? Consegue pensar em alguma coisa...?

Psicológico. (risos)

Psicológico?

É.

Acha que são os mais importantes?

Eu acho que sim.

De que forma acha que vão poder te ajudar?

Me ajudando a desenvolver o processo, essas coisas. Me dando todo apoio possível, psicológico, emocional e todo também.

E você estava falando para mim da questão de todo esse medo e insegurança que você sente. E é em relação a que? Em relação a quem? O que você pensa que pode acontecer? Pode me falar um pouquinho mais sobre esses sentimentos que você tem?

Em relação assim... é ao pai da minha filha. Como já tentou me matar e sacou uma arma na esplanada, quem vai garantir o que ele vai fazer no futuro, né? Então... sei lá, se talvez ele possa vir tentar fazer a mesma coisa novamente. Ou conseguir, sei lá. Nunca se sabe, né?

Então esse é o maior medo que você tem?

Sim.

E você ainda tem algum contacto com ele? Sabe alguma coisa dele?

O contacto que tenho é por causa da miúda, né? Como o juiz deu ordem para poder fazer ligação toda semana dela para ele. Então são os maiores contactos que tem. Mas eu e ele quase não tem nenhum. Ele também não sabe onde estou, nem nada disso, acho eu. (risos)

E como ele faz para contactar ela?

Eu que tenho que ligar. Eu é que ligo.

Isso acontece uma vez por semana?

Tem que ser três vezes por semana. (risos)

E em termos dos desafios, das dificuldades que você pode enfrentar: o que que você pensa que vai ser um desafio para você, que vai ser um obstáculo para você ultrapassar?

Ah, obstáculo eu creio que não... olha, bola para frente e vamos à luta, né? Em relação a isso não pode desanimar não.

De que forma você pretende contornar essas coisas que possam aparecer? Ou nem está a pensar nisso?

Nem penso. (risos) Viver um dia de cada vez que é melhor, se não é complicado.

E em relação ao seu processo de preparação daqui da Casa? Quer dizer você tem mais uns meses e daqui a pouco já vai sair, não é isso?

Sim.

Tem tido algum contacto com sua família ou com amigos ou com alguém, tem alguma rede de contactos?

Sim, sempre entro em contacto com meus pais, os meus irmãos, sempre. E tenho um amigo que também converso, me apoia muito, me dão conselhos sempre, pronto (risos). São os maiores contactos que tenho.

E o que eles te dizem? Eles te apoiam? Qual relação que você tem com eles?

Minha família fala logo para eu ir embora, ir logo para o (...). Só que também não tem como.

A tua família é do (...)?

É.

É de onde?

São do (...), só que, entretanto, meus pais agora estão em (...).

Então você é do (...) também?

É. Sou do (...) também. (risos)

Também é (...). Ah que bom, olha, uma (...).

(risos)

E os teus pais dizem é que para você voltar?

É. Todo mundo fala que é melhor eu voltar.

E o que você pensa?

Também penso que sim. Porque, pronto, no fundo, no fundo não resta nada aqui. Para começar tudo de novo, que comece lá ao lado deles, né?

E agora você está empregada? Está trabalhando?

Agora estou trabalhando, sim.

Está trabalhando onde?

No chinês.

E como é que conseguiu? Foi você que conseguiu? Você foi até lá?

Vi um anúncio, liguei pra lá e depois pronto. Acho que achei o lugar.

Olha que bom! E quanto tempo você está lá?

Já estou lá há três meses. Três/quatro meses.

E como está sendo o trabalho lá?

Está tudo tranquilo.

Está bom? Está gostando?

Sim.

E você já sabe onde morar quando sair daqui? Pensa nisso? Ou também ainda não pensou sobre isso?

Ainda não sei. Ainda não sei.

E tem alguma ideia?

Não. Tem que ver primeiro como é que vai ficar a situação do juiz, como é que vai ser, se as visitas da minha filha vão continuar a decorrer em (...), quanto tempo... Para poder ver, para poder ver onde ficar, se fico aqui, se vou para (...), não se vou para o (...), sei lá. Então nem dá para pensar muito não.

Então você nem tem ainda uma ideia mais concreta sobre ir para o (...), não ir, ficar aqui?

Não sei. Ainda não sei.

E qual é a vontade que você tinha?

De ir embora para o (...). Melhor, né? Ficar mais segura.

E em relação a sua saída, ainda também. Como é que você está se preparando para essa saída? Você está preocupada? Você está tomando algum cuidado, alguma precaução?

Cuidado eu estou tomando, né? Tipo, poupando o máximo. Poucas despesas mesmo. Porque, pronto, depois eu vou estar fora daqui, eu que tenho que bancar tudo, né? Então, tem que ter cuidado em relação a isso também.

Então é nesse sentido que você está se prevenindo?

Sim.

E em outros aspectos? Tem alguma outra coisa que você esteja a levar em conta, a prestar atenção, a se prevenir...

Como?

Em algum outro sentido, da sua segurança, do seu planejamento de vida, ou de trabalho, de lugar para morar, tem alguma outra coisa que você está pensando ou não?

Nem penso muito, porque ainda não sei como é vai ser, né? Tipo, estou espera do juiz dizer qualquer coisa. Entretanto, vamos ver como é que vai ser.

E em relação aqui a sua estada na Casa de Abrigo, esse tempo que você está aqui nesta Casa: o que você aprendeu que considera importante e que vai levar com você quando sair daqui?

(longo silêncio) Coisa que aprendi que eu considero importante? (longo silêncio). (hummm...) Talvez a enfrentar a vida de maneira diferente.

De que maneira?

Pronto. Assim, antes eu assim não ligava a nada, não tinha medo de nada, mas depois eu vi que, pronto, às vezes tem que ter um pouquinho de receio, essas coisas todas.

E de que maneira você vai aplicar isso na sua vida?

Aplicando, né? No dia-a-dia. (risos)

De que maneira estar na Casa de Abrigo te ajudou a reestruturar o teu projeto de vida?

Está ajudando, né? Porque, pronto, fiquei sem nada. Não sei se sabe alguma coisa da minha história ou não?

Não, mas se quiser falar, um pouco...

Pronto, o pai da minha filha destruiu minha casa toda, rasgou as minhas roupas uma por uma... Então fiquei sem nada mesmo, sem nada, sem ter onde morar, sem nada e com uma criança.

Como isso aconteceu? Explica um bocado melhor para gente poder perceber.

Tipo assim: ele abandonou a casa, a menina tinha 4 meses e, entretanto, também eu era muito apaixonada por ele, queria voltar, mas ele nunca quis saber de mim, né? E quando ele saiu de casa, deixou a renda devendo, mas pronto... e eu estava fazendo só um part-time e ganhava só 300 euros e com uma criança de 3 meses no braço. Aí, ele não queria saber de mim, não queria saber da menina. Ai pronto. Fui levando a vida, os anos se passaram e aí agora, como ele viu que eu já estava bem, já tinha minhas coisas todas, já estava em outra casa, a menina está crescida, ele queria voltar. Como ele ficou entalado... Como a casa estava no nome dele, o senhorio botou ele no Tribunal. Aí quando saiu, o senhorio conseguiu para tirar directamente do ordenado dele. Ai então eu também meti um advogado por causa da regularização das responsabilidades parentais e também consegui que ele pagasse pensão. Apesar de que não paga, né? (risos)

Pronto, mais ou menos isso. Então ele queria voltar, porque estava meio entalado, tinha que pagar ... tirava do ordenado dele eu acho que quase 500 euros, que é da outra casa que ele ficou devendo. Tinha que pagar 200 euros de pensão da menina e ainda tinha renda da casa dele. Então ia sobrar mixaria, né? Então ele queria voltar para mim para poder ficar bem. Mas como viu que eu não queria, então ficou revoltado. Aí queria me matar de tudo quanto é jeito.

Foi aí que ele começou a ir atrás de você?

Não, ele já tinha começado antes. Uma vez correu atrás de mim com uma faca, só que não conseguiu pegar porque consegui entrar no autocarro, né? Ai depois entrei, fiquei perto do motorista, ele entrou também, mas depois desceu na paragem. Ameaçou por telefone, que queria conversar comigo de tudo quanto é jeito e que tinha mesmo que falar comigo. Pronto, e eu falava que não tinha mais nada para falar com ele. E ele me dizia: “Ah, se você não vir falar comigo eu vou até o seu trabalho e vou te dar dois tiros na cabeça.” E eu falava que não tinha nada para falar com ele. Até que uma amiga minha me aconselhou de eu ir conversar com ele. Conversei

com ele, e afinal, era para falar que me ama, que sou a mulher da vida dele e não sei o que... e que queria estar comigo e com a menina, que queria ser um bom pai. E eu disse: “Se você quer ser um bom pai, então começa a pagar pensão. Começa por aí e depois a gente logo vê.” Mas pronto, mas não deu em nada. Um dia foi no meu trabalho, querendo falar comigo... ah, pois... roubou meu telefone também, aí depois começou a enviar mensagem para todo mundo, dizendo “a partir de hoje, nossa amizade fica por aqui”. Entretanto, eu também tinha ligado para (...) e bloqueei o cartão. Aí depois ele ficou bolado por causa disso e foi até meu trabalho e queria conversar comigo. Chamei a polícia para ele e ele falou que queria falar sobre a sua menina. Aí os policiais falaram: “Vai ali, conversa com ele, enquanto estamos aqui, talvez seja melhor”. Aí fui e ele: “Ah, temos muito que conversar”. Eu falei: “Eu não tenho nada pra conversar contigo, se você tem para falar comigo, fala agora”. “Ah, aqui não. É melhor você sair, ir comigo, conversarmos tranquilo, longe de todo mundo e de todos” E eu falei: “Não, eu não vou.” E ele: “Ah, você não vai? Vai se arrepender”. E eu: “Eu não vou”. Ele: “Está também”. Aí depois eu saí no carro da polícia, uma história meio complicada. (risos). Fui no carro da polícia até a esquadra, depois duas amigas minhas do trabalho foram me buscar lá e eu dormi na casa delas. Entretanto, no outro dia, ele ligava, porque como ele roubou meu telefone ficou com o contacto das minhas amigas. Aí começou a ligar ameaçando elas. Não parava de ligar lá para o meu trabalho. Queria falar comigo e dava outro nome. Mas, como eu sabia que era ele, meu patrão dizia: “(...) vai lá atender, que isso não pode ser e não sei o que...”

Você trabalhava onde na altura?

Num restaurante. Empregada de mesa. Entretanto, nesse dia ele foi lá também e ficou lá observando e como eu fiquei um pouco assustada chamei a polícia novamente. Aí ele pegou e o que é que fez: ficou lá um bom tempo e quando chegaram os policiais ele entrou para dentro do restaurante e pediu uma cerveja. Aí meu colega serviu. Falei com os policiais, conversei, falei que ele estava armado e estava me ameaçando. Os policiais falaram para mim que não podiam fazer nada, porque ele também era policial, estava em local público e consumindo e que sabiam muito bem dos direitos dele. Respondi: “Sim, só que entretanto ele está ameaçando uma funcionária!”... “Só que não estamos vendo nada aqui de grave”... “Mas ele está armado!”... “Mas não podemos retirar a arma dele, porque a arma é dele, como ele é policial tem direito de andar com uma arma”... “Está bem então, vai ter que matar alguém primeiro para vocês agirem?”... “Não podemos fazer nada, peço imensa desculpa”. E o que aconteceu? Os policiais foram embora. Ele continuou lá, mas não sei o que deu na cabeça dele, ele saiu. Nesse intervalo que ele saiu, meu patrão me mandou ir embora. Fui lá pegar minha bolsa, mas nisso ele também voltou, consoante que ele voltou, meu patrão mandou eu ir pra cozinha. Aí pronto, fui para a cozinha, ele sacou a arma lá na esplanada, esplanada lotada, parecia até um filme de terror. (risos) Todo mundo saiu correndo, prato voando para um lado, mesa, copo, um empurra, empurra... daí ele pegou e agrediu um dos clientes, deu uma coronhada na cabeça dele e depois foi embora. Daí chegou aquele monte de policiais, mas, pronto se tivesse que ter matado, tinha matado e eles não tinham feito nada, né? Por ser um amigo deles. Aí nesse dia fui dormir na casa de uma amiga

minha, que foi buscar minha filha. Dormi na casa da minha amiga e fui para casa no outro dia. Quando chego lá, não consigo abrir a porta. (risos) Ligo para os bombeiros, daí os bombeiros vieram e não conseguiram abrir. Pegaram a escada, pra entrar pela janela, como era quarto andar... Ai perguntei aos vizinhos se não tinham visto nada de estranho ou alguém. Aí o vizinho disse: “Ah, ouvi a maior zoeira, achei até que estava fazendo obra no prédio, tanto barulho, tanto barulho, mas depois eu vi que também que estava demais. Eu Até gritei: “Oh vizinho, olha o barulho! Meu marido está doente!”. Logo imaginei que, pronto, estava tudo partido. Imaginei logo, né? O vizinho que morava na minha frente, falou que tinha visto o pai da minha filha lá, que como eu tinha pouco tempo naquela casa, tava para ai três/quatro meses. “Eu vi o pai da sua filha aqui, foi ele que eu vi aí entrando.” Aí quando abriram a porta, estava tudo partido, tudo, tudo partido, rasgou minha roupa uma por uma, sapato e tudo, so deixou as coisas da menina. O resto não sobrou nada. Levou os documentos todos, meu e da menina. Ficou sem nada. Pronto, mais ou menos isso. E diz que não foi ele agora, né? Então quem foi? (risos) Pronto, fui para casa de um amigo, durante dois/três dias e depois fui para casa de um outro casal de amigos, fiquei mais ou menos uns dois/três dias também e, entretanto, como minha filha estava de férias da creche que tinha começado, eu fui lá avisar que lá ia ficar um tempo fora, né. Conversei com a directora e por acaso estava lá uma assistente social também, ai eu conversei com elas, expliquei a situação e elas: “Não, não, não você vai para uma casa nossa, que é da (...), lá é muito bom, você pode refazer sua vida novamente” e pronto, seja o que Deus quiser. Só que quando cheguei lá, elas avaliaram o caso e viu que não era bem assim e que nem podia sair. Fiquei lá dois meses presa, sem poder sair na rua, nem nada, eu e a menina, tanto que até alterou um pouquinho o comportamento dela, por estar presa e conviver com outras pessoas diferentes. Depois fomos transferidas para cá, porque não podíamos estar em (...), para ele não poder saber que estamos aqui. Entretanto, ninguém sabe onde estamos.

Você morava em (...)?

Sim, em (...). Agora ninguém sabe onde é que a gente está.

Pronto, já deu pra perceber um bocado melhor a sua trajectória, da tua chegada na Casa de Abrigo. Agora, em relação a esse período que você passou aqui, como você pensa que te ajudou a reestruturar a tua vida?

Sim, me ajudou e vai ajudar muito, né, depois quando eu for para ter a minha casa que, entretanto, consegui ter esse trabalhinho e estou juntando algum para depois ter as minhas coisas novamente. E se for para viajar, também ter o meu dinheiro pra comprar a passagem.

Me dá um exemplo de uma situação em que a Casa de Abrigo te ajudou e que foi importante você estar na Casa Abrigo... que tenha te ajudado a reestruturar a sua vida, consegue-me dar um exemplo?

Acho que o apoio judicial. Foi uma grande ajuda e está sendo. Acho que é uma das maiores ajudas.

Algun outro exemplo que consiga se lembrar. Consegue pensar em outro exemplo para me dar?

(longa pausa) Acho que é mais ou menos isso. Também me ajudaram a tratar de alguns documentos, tipo inscrever minha filha novamente na creche, arrumou creche para a minha filha bovemente, inscrever a gente aqui no centro de saúde... estas coisas todas também ajudaram muito.

E que você pensa sobre esse período? O que vem na sua cabeça? Você pensa que foi um período de que na sua vida?

Aprendizagem. (risos).

E já que você está falando em aprendizagem, o que que você acha que você aprendeu?

(pausa) Acho que muita coisa... principalmente dar mais valor à vida, talvez.

E qual o papel que você pensa que a Casa de Abrigo vai ter depois que você sair?

Qual o papel?

Você acha que ainda vai ter algum papel na sua vida depois de sair? Ou acha que vai ser uma coisa que vai ficar para trás?

Acho que não. Mesmo se eu sair e não tiver um apoio, mas eu creio que isso é impossível, acho que elas vão continuar me apoiando, eu venho atrás. (risos) Eu não sou ingrata não e não se pode cuspir no prato que se come.

Quais são os pontos fortes e os fracos de deixar a Casa de Abrigo? O que você pensa?

Os fortes vamos dizer que é que tu dominas mais a tua vida, faz o que quer, na hora que quer, leva quem você quiser na tua casa, tem mais liberdade. O ponto fraco é que vai estar desprotegida.

Como é que voce sente em relação a sua vida da maneira como está agora?

(risos) Nem sei o que eu sinto... é um pouco complicado. Prefiro nem pensar como ela está não, porque está um pouco de pernas para o ar. Um pouco complicado do jeito que está agora. Totalmente desestruturada. Totalmente.

Qual o sentimento que isto te causa? Como você se sente em relação a isso?

Ah, se pensar muito, fica triste, né? Então é melhor nem pensar. (risos)

Mas por outro lado também, você está reconstruindo uma nova vida...

Pois, vamos lá ver como é que vai ser. (risos)

Em que áreas da sua vida que você considera que você está saindo bem, muito bem e o que você pretende melhorar?

(pausa prolongada). Eu não sei. (risos)

Você não pensa muito sobre isso?

Não penso. Eu não sei qual vai ser o futuro ainda. Então, não sei o que vai ser.

Quais são as expectativas que você tem, se é que você tem alguma ou não?

Tipo, prefiro nem pensar, pensar mesmo só no último mês, ali mais ou menos, pode haver mudanças. Que nem... pronto, eu estive para viajar para o (...), porque como fizemos a regularização, então qualquer um dos dois poderia se ausentar do país com a menina e entretanto, eu ia embora. Mas só que não deu porque estava sem documento, tive que correr atrás disso tudo, com a outra Casa de Abrigo me ajudando também, né, a ligar para o consulado, essas coisas todas; a buscar o papel que ainda não tinha chegado na minha mão. Então quando consegui isso tudo, a juíza também me mandou um papel, que a advogada dele tinha entrado com um pedido para a menina não se ausentar do país, visto que os pais tinham brigado e ele tinha medo de nunca mais ver a filha. Ai tipo, eu ia viajar amanhã, chegou o papel hoje. Foi mesmo falta de sorte. Fui transferida para aqui. Quer dizer, é o destino, né? Se calhar, não era para eu ir embora. (risos)

E o que você pensa então para o futuro? Para gente tentar sintetizar um pouco isso que estivemos conversando até agora. Em termos de sentimentos, quais você têm? Positivos, negativos ou não tem nenhuns?

Pensar sempre positivo, né? Que vai dar tudo certo. Vou conseguir tudo de novo, minha filha vai ser feliz e vai dar tudo certo.

E o que está te motivando mais nesse momento?

É a minha filha, é ela. Que é por ela que tenho que conseguir tudo novamente, porque senão era diferente.

Senão, como é que era?

Era diferente. Se não tivesse ela, já poderia ir embora. Pronto, já tinha pirado há muito tempo. Mas sem ela também não vou. Como tem ela, não posso ir, então ficamos por aqui.

E nesse momento da sua vida, que você mesma já falou que não sabe o que vai acontecer, é um momento de mais insegurança, que tem aí um ponto de interrogação, não é assim que você sente neste momento?

Sim.

Pronto. Quando você para pra pensar nele e nas hipóteses todas que tem, nas coisas que podem acontecer boas ou ruins ou nas que podem não acontecer, qual o sentimento que você tem? Qual a emoção que você tem?

Às vezes dá é raiva, dá vontade de pegar ele e dar umas boas porradas também. (risos) Dá é raiva em pensar em tudo que ele fez. Porque... só de imaginar assim, entrar dentro de casa, tudo partido e depois não ter para onde ir, com uma criança pequena e não ter uma roupa para vestir. Imagine, não ter nada. Dá é raiva, dá vontade é de pegar no pescoço de um homem desses. (risos)

E com quem que você pretende contar, em termos de ajuda ou apoio depois que você sair daqui? Com quem você acha que pode contar, onde você pretende recorrer se precisar de alguma coisa?

Acho que posso contar com o pessoal aqui da Casa e também com uma grande amiga minha. Acho que é com quem eu posso contar.

E se você fosse deixar uma mensagem para as mulheres que estão chegando neste exacto momento na Casa de Abrigo? O que você diria para elas?

Pronto, que muitas pessoas falam que as Casas de Abrigo não prestam. Mas, no meu caso não. Eu achei que foi totalmente diferente, são super simpáticos, tratam a gente super bem. Então, vale a pena, entendeu? Apesar de que tem certas regras em relação às horas, não pode levar ninguém nem receber ninguém. Mas pronto, isso é o de menos, isso passa, também são só seis meses, não vai ser isso para o resto da vida. Mas de resto, se a pessoa está precisando, vale a pena tentar, não precisa ter medo.

Tem mais alguma coisa que você gostaria de falar ou a de acrescentar, alguma mensagem, alguma coisa que você queira partilhar, alguma situação, alguma coisa?

(pausa prolongada)

Que que você sonha para você?

Para mim? (risos) Olha, nesse momento nem tenho sonho. Apenas de conseguir tudo novamente. Reconstruir a vida novamente e ter paz. (risos) Acho que, pronto, aqui vai ser um pouco complicado. Aqui já não tem nada.

Aqui em Portugal?

Sim, aqui em Portugal, vai ser um pouco complicado.

Tem mais alguma coisa que você queria acrescentar?

Humm... acho que não. (risos)

Então está bem. Muito obrigada.

Nada.

Entrevista 2B – Carla

Por questões de garantia de anonimato, confidencialidade e preservação da identidade das entrevistadas, todas as referências a nomes de pessoas, instituições e locais foram substituídas por (...)

Carla, então agora vamos falar um pouquinho das expectativas que você tem em relação a sua saída da Casa de Abrigo. Neste momento você está num processo de saída, não é?

Sim, daqui a dois meses.

Dois meses.

Normalmente é quatro... É seis e eu estou cá a já quatro.

Pronto. O que você espera encontrar lá fora?

(suspiro) ... A nível de que?

A nível de trabalho, das suas expectativas, de amigos, de pessoas, da sua rotina. Quais são as suas expectativas?

(longo silêncio) Mas a nível de trabalho? A nível de amigos mais?

A nível de tudo. Quando eu te pergunto, o que é que você espera encontrar lá fora, o que é que vem na sua cabeça? Quais são as tuas expectativas?

Eu espero encontrar o melhor do que aquilo que eu tenho passado até aqui. (suspiro)

E o que é que é esse melhor?

Quero arranjar um trabalho. Quero arranjar um trabalho e ver se consigo, ver que também um dia não quero tirar o menino de onde/de onde eu o criei porque se eu quisesse eu podia fazer isso, mas não quis fazer. Embora eu estivesse a sofrer e isso assim. Não quis tirá-lo dos amigos dele, não quis o tirar do pé do pai, não o quis tirar do pé de tudo, embora depois possam pensar que sou uma má mãe. Mas não foi por causa disso. Eu não sou má mãe. Foi mais por pensar nele do que em mim, eu estou a sofrer mais, mas ele [o filho]... era tudo aquilo, o que ele tinha, né, e que fazer outros amigos e meninas para ele não é fácil. E assim eu tentei... Não tem nada a ver [Carla percebe uma quebra no raciocínio e diz que “Não tem nada a ver” o que está a dizer] . Tentei não/tentei não tirar, mas quero um dia arranjar um trabalho, quero ser independente e quero ter esse... Não poder trazer o meu menino para cá [não poder trazer o filho na altura da Páscoa] vir cá passar férias como a gente já está a planear, eu e mais a Dr.^a (...) e ele vir cá passar férias mais eu na Páscoa/na Páscoa já não ... Eu vou lá ou isso, assim logo se vê. Mas já estou a pensar nas férias do Verão em ele vir cá passar férias. Se eu arranjar a minha casinha, um quartozinho quando sair daqui e... ele vir para o pé de mim, quando puder.

E como é que você se sente em relação a sua saída? Quais são os sentimentos que você têm, as emoções?

Medo. Isso tenho medo. Porque isto tudo me deixa muito medrosa, e agora ainda mais tenho medo de tudo mais que possa acontecer... medo. Tenho medo de não poder fazer aquilo que eu ... nem eu sei o que eu quero ... queria tudo de uma vez. Destes anos... Destes dezoito anos que eu perdi para trás. Mas, um dia de cada vez.

Portanto o sentimento mais forte é o medo?

É. O meu é.

E medo de quê? Pode me dar exemplos desse medo.

Medo. Eu tenho medo, por exemplo, se tiver alguma coisa para fazer eu também sou muito nervosa. Tenho medo de não conseguir fazer as coisas em condições. Tenho medo ... até mesmo já tive a falar com a Dr.^a (...), às vezes ... tenho medo das pessoas. Tenho medo de tudo. Tenho medo de às vezes quando vejo o meu... pessoas que me lembram o meu marido, tanto que quando fui começar a trabalhar e depois não consegui porque tinha medo de bêbados, tinha medo de andar na noite. Não ando de noite. É muito raro eu andar de noite. Se eu andar é até às oito da noite ou isso. Não consigo andar de noite. Embora agora durante estes quatro meses já estou a ultrapassar e já vejo que tenho melhores perspectivas. Antes não conseguia mesmo. Agora já consigo andar melhor. Mas é um medo, medo, medo, medo, medo de não conseguir, medo de bloqueio, medo de tudo aquilo que eu passei... porque depois eu vou trabalhar e já cheguei a trabalhar mesmo uma vez para uma senhora em uma clínica por oito dias e depois eu consigo fazer as coisas. Não sou... mesmo o comer, tenho medo de fazer o comer lá em cima [Casa de Abrigo] que nós somos onze... com medo que não consiga/que não consegui, com medo de não ficar bem, com medo disto, com medo daquilo, medo para isto, medo para aquilo, medo de fazer isto, medo de fazer aquilo. Porque durante estes dezoito anos eu vivi sempre com medo de meu marido me fazer uma coisa mal, mesmo porque para ele nada nunca estava bem. Nunca tive nada... estava sempre tudo mal, nunca me elogiava, era muito raro ele me elogiar. (fungar)

E quando sair, você espera contar com algum tipo de ajuda de alguma pessoa, de alguma instituição? Com que tipos de ajudas você espera contar?

Daqui pelo menos eles [Equipa da Casa de Abrigo] dizem que me ajudam. Quando eu sair que vão estar atentas se eu vou arranjar uma casinha de renda [casa arrendada], que vão me ajudar na saída, que me vão ajudar. Depois logo se vê com a renda. Vão me ajudar naquilo que puderem. Agora, da segurança social eu também tinha o subsídio. Mas ainda não recebi porque não... como tinha o terreno em meu nome, não recebi nem sei se vou receber ou não. (fungar) Agora, ajuda também tenho da minha mãe... é ... ela não coiso... Mas sempre ajuda naquilo que puder - que ela depois se vier, que ela vem para cá para o pé de mim e isso assim, ela tem setenta e quatro anos e quero agora aproveitar o máximo que eu puder. (choro) Com tanto sofrimento (choro) uma pessoa não pode, não pode aproveitar tanto como eu queria, ir a qualquer lado sem medo,

esconder-me dele por ter medo. Fazer tudo aquilo que eu tenho direito, de ser uma mulher livre, que é aquilo que eu nunca fui.

E quais são os desafios e quais são as dificuldades que você pensa que você vai enfrentar quando sair?

(longo silêncio) Dificuldades? (choro/fungar) A nível de que?

A qualquer nível...

(longo silêncio) As dificuldades, essa que eu tenho mais medo é se eu não arranjar nenhum emprego até sair daqui.

Essa é a maior dificuldade que você acha que pode enfrentar depois de sair daqui? Ou tem alguma outra?

Quando sair. (fungar) Dificuldade é... Eu acho que se eu for trabalhar, consigo bem me sustentar a mim sozinha. E, se eu tiver vontade de trabalhar, consigo também depois sustentar o meu menino, se ele vier, quando ele vier para mim e isso. (suspiro). Agora já não estou a ver também. Estou mesmo confusa.

E de que maneira você acha que consegue lidar com essas dificuldades?

De?

De dar volta a essas dificuldades que você possa ter depois que sair? Que é que você pensa que te pode ajudar?

Eu acho que aqui ajudam-me. (suspiro) Eu vou conseguindo libertar... o coiso que eu tenho é o medo que eu tenho, é nervosa como eu sou, é tudo aquilo que eu tenho. (suspiro) Não sei.

E em termos de você... você mesma. O que é que você tem que você acha que te pode ajudar nesse processo depois que você sair da Casa de Abrigo?

(silêncio) De mim? As qualidades? Eu pelo menos sou trabalhadora e... se eu arranjar emprego em qualquer lado acho que vou conseguir, mesmo tendo med/é isso que tenho medo: de não conseguir alcançar por causa do medo que eu tenho. Lá está, é sempre o medo na minha boca, é sempre o medo de tudo.

Em termos da tua preparação para a saída da Casa de Abrigo, você tem tido contato com a tua família? Com amigos ou amigas, com colegas de trabalho?

Ah, tenho.

Quais são os teus contatos? Quais são pessoas que você tem lidado, encontrado?

Com a minha família. Já fui lá ver o meu menino à escola e foi bom. Fui com a Dr.^a (...) e com outra Dr.^a (...) e foi bom. A minha família também já me tinha vindo cá ver em Dezembro: a

minha mãe, o marido da minha irmã, a minha irmã e o menino. E agora vieram cá, também todos outra vez esta semana. Foi bom.

Portanto tem tido bastante contacto com a sua família?

Tenho. Com a família tenho.

E tem sido importante?

Tem. Claro que tem. É a melhor coisa que eu tenho. Há muita gente que não tem família, mas eu graças a Deus tenho uma família que é muito unida e é muito boa para mim.

E em termos de amigos e amigas ou colegas de trabalho ou alguma coisa assim?

Eu trabalho não tive ainda. (fungar) Trabalho aqui ainda nunca tive, e como eu lá trabalhava, não trabalhava, tenho a minha madrinha e lá como eu trabalhava para mim nunca confiei assim muito em ninguém para ligar totalmente, totalmente nunca, embora às vezes quisesse ver essa mesma rapariga, contar algumas coisas ou falar alguma coisa, mas tenho sempre tentado guardar porque a gente não sabe às vezes quem tem amigos e quem não tem, por isso não tenho. Agora a nível de amigas mesmo aqui, eu aqui dou-me bem com todas. (fungar) Não tento fazer conflitos, não tento fazer nada.

Portanto, tem amigas aqui na Casa de Abrigo?

Tenho. Todas me adoram e eu também as gosto de todas as pessoas.

E está desempregada?

Sim.

E está a procura de emprego?

Estou.

E como é que está a fazer para procurar emprego?

A gente já fez currículos para todos, como eu tenho experiência em talhos e charcutarias... isso já fizemos... (hummm...) currículos para todos os supermercados de Pingos Doces, Modelos, Intermarchés e essas coisas todas, mas até hoje ainda não veio nenhuma resposta. A nível de... também houve um senhor que já me pôs/que para o supermercado disse assim... já fui... mas depois ele queria mais um senhor que uma senhora. E a nível de/de coiso, esta semana é que surgiu um Minipreço para... Eu fui a uma entrevista na terça-feira e o senhor ficou de me dizer alguma coisa. Agora vamos lá ver porque precisavam de uma senhora... (hummm...) tinham homens mas... durante dez pessoas... mas só que eu também estou muito ansiosa porque isto foi já na quarta-feira e acho que já podia ter dito alguma coisa (risos) se queria ou não queria, mas se calhar só espero (imperceptível) porque vai abrir o Minipreço na quinta. E ele disse que precisava mesmo de uma senhora... a nível de experiência e acho que não tinha ninguém...

ele também não sabe a minha experiência, né, mas sem ver eles não sabem. Não tinham ninguém, precisavam mesmo de uma senhora, por isso estou/estou com esperança que ele vai me ligar para dizer que sim. Mas já foi/já passou quinta e sexta e ainda ninguém me ligou. Mas há-de ser o que Deus quiser, eu tenho fé em Deus.

Muito bem. E já sabe onde vai morar ou já tem ideia ou pensa sobre isso [para] depois que sair daqui [Casa de Abrigo]?

Eu, em princípio, antes queria ir para a minha terra, é claro, porque estava ao pé da minha mãe e isso assim, mas isso está fora de questão porque eu tenho medo ainda do meu marido e as Doutoradas ainda não aconselham. Ainda é muito perigoso. Ainda estou a tratar do divórcio, ainda estou a tratar disso tudo e pelo menos quem aguentou agora quatro meses, também se Deus quiser vou aguentando mais tempo, né?

E, embora... como eu tenha/como eu digo, falo muitas vezes com a minha família e com o meu menino também falo sempre, nunca guardo/nunca escondi nada do meu menino. Falo... Não digo onde é que estou por razões que mesmo a Dra. (...) quando (imperceptível) ele... a partir daí, é que ele começou a falar mais comigo, é que contou ao pai que eu lá tinha ido porque a Dr.^a (imperceptível) ... E eu disse: “E então, o que o pai disse? O que é que o pai disse de mim?” E ele: “Não disse nada”. É porque o pai não disse bem, mas a mim não me interessa o que o pai diga. Embora importe, mas digo que não me importo, mas pronto, não me interessa. (fungar). Já vou tentando desligar. Ele não presta, não era eu que não prestava. Afinal é ele que não presta e ... já me perdi outra vez ...

Estávamos a falar sobre a questão de onde pretende morar...

Ah! E pra lá eu ia porque não há nada mais importante do que a família, mas se eu aguentei até aqui/até aqui, eu também vou aguentar. Se eu arranjar um emprego, vou ter um quatinho ou uma casinha e, em princípio, vou ficar por aqui mais um tempo. Não quer dizer que fique aqui sempre porque tenho as minhas raízes lá e isso assim é diferente, né, mas eu agora aqui também crio raízes com as pessoas. Eu gosto de todas as pessoas que aqui estão. (fungar) As Irmãs, e toda a gente, as Doutoradas são todas impecáveis. Não tenho nada, nenhuma, nenhuma, nenhuma queixa a dizer delas. Tentam me ajudar naquilo que podem, se eu tiver aflita, se eu não puder... ligava... a Dr.^a (...) tenta sempre meter uma horazinha para mim ou isso assim, por isso não tenho nada, nada, nada, nada... por isso eu também facilmente arranjo aqui amigos.

Eu já estive a trabalhar numa clínica oito dias, que a (...) - uma senhora que é a (...) - e dava-me bem com todas. E lá mesmo as enfermeiras e toda a gente gostava de mim e isso assim... por isso não... a nível disso, nem tenho assim muito problema. Mesmo as meninas lá de cima [utentes da Casa de Abrigo], temos lá duas meninas maiorzinhas ... (imperceptível) ... Chamam-me de segunda mãe e isso assim. (choro) Só que agora eu vejo que, por exemplo, (imperceptível) dou mais atenção agora a elas do que antes tinha... porque é diferente, agora não tenho o marido a pressionar-me. Não tenho isto, não tenho trabalho, converso-me com elas, sou uma pessoa assim aberta, até gostam mais de mim ... não é gostar mais de mim que da mãe delas, por amor de

Deus, mas às vezes contam coisinhas que já não podem contar à mãe porque a mãe tem uma mente mais fechada e eu já tenho uma mente mais aberta. É diferente. (fungar) E eu digo-lhes, pronto não as levo por maus caminhos e isso, só lhes digo, pronto, para aproveitarem a vida... ou já tive a contar assim de uns namoraditos que eu tive, assim coisas... não que eu nunca tive assim coisa/nunca tive assim relacionamentos muito intensos porque isso só foi com o meu marido... mas assim coisitas elas contam-me. Por isso é bom. Acho que é bom confiar nelas e elas em mim. Por isso dou mais atenção agora, espero (choro) e peço sempre que Deus me dê vida para aproveitar assim o tempo que Deus me der para estar com o meu filho, para ter aquilo que eu não pude dar porque dezoito anos foi muito pouco tempo, eu tinha muito pouco tempo para estar com ele. Mas agora Deus vai me ajudar e vou/vou fazer ... Vou ter o que/aquilo que não tive, se Deus quiser.

Você está tomando algum cuidado em relação á sua saída? Está se preparando de alguma maneira ou não pensa muito sobre isso?

Daqui [Casa de Abrigo]?

Aham.

Mas a nível de como? De sair como? Com o medo?

Quando sair da Casa de Abrigo, não é? Quero dizer: está nesse processo de saída da Casa de Abrigo nesse momento. Tem alguma coisa que lhe preocupe, que tome cuidado, que você esteja a tratar, de maneira que a sua saída seja da melhor maneira possível? Tem alguma coisa em especial de que consiga se lembrar?

Mas quando sair daqui para ir casa? Quando já estiver em casa?

Sim, sim. Quando for para sua casinha, quando for para a sua vida fora daqui.

(silêncio) Fora daqui se eu tiver um emprego, eu vejo se consigo arranjar as minha coisinhas, né?
(suspiro)

Portanto, a sua maior preocupação nesse momento é o emprego?

Agora é. Depois se Deus me desse saúde e se conseguir ultrapassar estes nervos que eu tenho que isto é o que me incomoda, depois eu acho que consigo arranjar/a ter a minha casinha e ter isso porque eu sou poupada. E não tenho problemas, não sou estragada, não fumo, não bebo, não sou assim estragada em roupas, tanto que o que eu tenho é o que me deram, visto assim de qualquer trapinho, não tenho muitos problemas assim nisso.

E em relação ao tempo que você passou aqui na Casa de Abrigo, o que você aprendeu que você acha que é importante?

Eu aprendi, como a Dr.^a diz, a gostar mais de mim, embora eu ainda tenha coiso... mas a gostar mais de mim, a pensar que a gente... não posso só pensar nos outros, que devemos também

pensar em nós. Embora a gente pense mais nos outros, como eu pensava mais no meu marido do que em mim... e nas outras pessoas. Aprendi que a gente tem a independência que quer, que podemos ser livres. Aprendi a não/que eles não devem tratar a nós como eles querem, que nós devemos ter a nossa mente, e sermos nós/sermos independentes embora a gente não possa fazer o que nos apetece, mas também não devemos fazer mal aos outros, repriorizá-los ou como é que isso se diz. Aprendi... (pausa) acho que a olhar a vida assim com mais/com mais dom do que aquilo que olhava antes para trás.

Com mais o que? Desculpe.

Dom, dom. Assim com mais alegria, assim com mais dom. Antes não ligava assim aos passarinhos, nem aos pombinhos, agora já ligo, quando vejo um cãozinho também, já fico mais coisa. Quando vejo um bebezinho já tenho mais atenta... e antes era uma vida tão stressante que uma pessoa não tinha tanto tempo.

Portanto vê a vida de outra maneira?

Vejo. Embora nas horas do desespero sempre pensa-se assim noutras coisitas, mas é normal. Mas vejo de outra maneira. Vejo atenção, vejo que toda a gente gosta de mim e vejo que eu gosto das pessoas... é diferente/é diferente a vida agora. Embora, pronto, é a tal coisa... esteja sempre com tudo.

E de que maneira você acha que a Casa de Abrigo te ajudou a reestruturar o seu projecto de vida?

(silêncio) Ajudar para eu ter esta mente?

Para você ter essa mente, para você ter uma nova vida... De que maneira você acha que a Casa de Abrigo te ajudou?

(silêncio) Então, ajudou-me a ir falando/ as Doutoradas irem falando muito comigo e quando eu estou assim ansiosa e nervosa, isso elas ajudam-me sempre naquilo que possam. Não, não era essa a pergunta, pois não?

Não, é isso, é isso! Pode continuar... Continua a falar...

(silêncio) Está outra senhora a espera.

Não esteja preocupada que está tudo tratado.

Já não/ já me perdi outra vez...

Estávamos a falar sobre a questão de que maneira que você pensa que a sua estada aqui na Casa de Abrigo te ajudou nesse teu processo de construção de uma nova vida, nessas conquistas que você falou, nesses aprendizados...

Então, ajudou-me falando comigo, aí eu ver que as outras senhoras também têm independência, a ver que eles não podem tratar-nos assim, os maridos, que nós não somos nenhuns objectos, que nós somos pessoas, que somos humanos, que não somos animais como eles tratam a gente... como uns animais... que nós temos direitos de mulheres, que a gente se esquece desses direitos que nós também temos, embora os homens tenham, nós também temos direitos. Ajudou-me nisso tudo... E eu ainda estou a ser ajudada, né? Por elas... ainda estou a ser ajudada... ainda é muito pouco tempo, né? Ainda é muito pouco tempo. Ainda é... em quatro meses não se apagam dezoito anos, mas já olho de outra maneira. Já é diferente. Já não me preocupo tanto com marido, já não preocupo com filho... preocupo-me, mas às vezes (imperceptível) penso que se eu lá estivesse também que era igual.

Uhum...

É diferente.

E depois que você sair da Casa de Abrigo, qual é o papel que você acha que a Casa de Abrigo vai ter na sua vida depois que você sair?

Se eu ficar aqui?

Depois que você sair daqui da Casa de Abrigo.

Acho que vai ser/vai ter igual. Elas vão me tentar ajudar e eu venho aqui sempre que posso e, se pedir alguma coisa, nunca foi nada rejeitado, nunca me disseram “não” a nada. Por isso acho que elas vão me tentar ajudar naquilo que possam a mesma.

Portanto acha que vai ter ainda uma relação próxima com a Casa de Abrigo?

Ah vou! Ah, nem eu consigo de se deixar daqui. Nem eu consigo. Não/não/não consigo, não consigo deixar aqui. Mesmo... eu estou lá em cima [onde têm os quartos das utentes] e todas as/ e tenho que vir cá [embaixo, onde funciona o gabinete]. Quando passar aqui, eu tenho que vir cá mesmo dar um beijinho às Doutoradas ou isso assim. Não consigo, tenho uma união muito coisa com a Dr.^a (...), todas chamam a Dr.^a (...) de um espectáculo. Trato-a/é como se fosse a minha mãe, vejo como sendo a minha mãe, desabafo aquilo que eu quero, tenta me ajudar naquilo que podem, só naquilo que não podem é que não ajudam. Não tenho/não tem nada... não consigo me desligar, nem pensar nisso... já ando a pensar nisso... daqui a dois meses já tenho que sair e, se tiver que sair e depois como é que eu vou deixar de ter elas? Mas elas dizem que embora não vão estar tanto assim atentas porque já têm outras senhoras e isso, mas que nunca me vão largar nem eu a elas. Isso não, nem pensar.

E quais são os pontos fortes e os pontos fracos que você pensa em relação a deixar a Casa de Abrigo?

(pausa) Os fracos? Os fracos é a tal coisa, tenho medo de não/de não conseguir no futuro... às vezes de não conseguir alcançar aquilo que eu tenho, as perspectivas, como um emprego, de não conseguir pagar rendas e de não conseguir isso tudo daquilo que eu tenha a fazer. É... (suspiro)

Portanto acha que isso é um ponto fraco?

É um ponto fraco se eu não conseguir arranjar um emprego. Porque se eu conseguir arranjar emprego, não... porque depois se eu conseguir arranjar emprego tenho o meu dinheirinho... consigo acho... consigo fazer a minha vida.

E o que é que acha que vai ser melhor e pior para você depois que sair da Casa de Abrigo? Ou seja, qual é o ponto forte e o ponto fraco de você sair daqui?

O ponto fraco? O melhor é.... eu até como não saio nem nada, há pessoas que gostam de sair. Liberdade... Eu aqui também tenho liberdade, embora tenha as horas, mas como eu não sou de sair daqui, não sou de sair à noite, não sou de nada, não/não/não penso na liberdade assim muito. Eh... Pois, lá está a tal coisa, se calhar é. Se calhar quando nós tivermos a nossa casinha já posso deitar-me às horas que eu quero, já posso comer aquilo que eu quero, já posso.... já é diferente, se calhar.

E acha que isso é um ponto forte?

Acho que sim. Acho que sim. Porque depois... embora elas aqui ajudam, mas depois eu sozinha já posso, se calhar, fazer aquilo que eu possa... embora... eh.... pronto, está bem que tenham regras, né, a gente tem que o ver/ir pelas regras delas. Embora que não queira dizer mal, né? Não tenho nada mal... mas depois, se calhar, já posso eu fazer, ser independente e fazer eu as coisas que eu queira. Se calhar é isso.

Sentir que é independente?

Pois, sentir aquilo que eu nunca fui. Não tenho satisfações a dar a ninguém. Aqui [Casa de Abrigo] eu tenho, mas estou com/nunca me ralei.... Não sou assim... pronto, como eu já disse... não interessa estar a falar do mesmo. Eu mesmo gosto de quando vou a qualquer lado ou isso assim... gosto de/de/de dizer a elas, às vezes... há outras alturas que a gente/como uma vez o meu irmão perguntou: “O que é que vocês vão fazer?” ou “O que é que estavam a fazer toda a manhã?” E a gente fica assim naquela coisa... (imperceptível) mas a gente vem de um lado e vai para outro e coiso... mas elas não fazem isso... fazem isso por carinho e por nos querer bem, não é por maldade. É porque nos querem proteger também porque sabem que a gente somos vítimas de maus tratos e isso assim, e querem nos proteger e querem... tudo aquilo que elas ensinam é para o nosso bem.

E em relação ao seu projecto de reconstrução de vida, ou seja, essa vida nova que você está construindo: como é que você se sente em relação a sua vida como ela está agora, nesse exacto momento?

Perdão. (pausa) Não percebi. (suspiro)

A sua vida como está agora, não é? Está prestes a sair da Casa de Abrigo, está a reconstruir um projecto de vida, está a aprender a ser mais independente, não é, como você mesma disse. Como você se sente em relação a sua vida como ela está agora? Está satisfeita? Não está muito satisfeita? Como é que você se sente?

Agora, agora?

Em relação a sua vida.

Eu agora, agora estou bem. Então, aqui nós aqui temos tudo. (suspiro) Agora... eu bloqueio nas perguntas...

E consigo própria está satisfeita?

Comigo própria há alturas que sim e há outras alturas que não, né?

Em que é que acha que tem se saído bem e o que é que acha que pode melhorar?

Lá está a tal coisa, é o... o medo que eu tenho de fazer coisas, é o nervosismo porque eu ando sempre aqui com uma tensão e ando sempre aqui com tudo acumulado aqui, neste lado direito aqui [mostra onde é] sempre uma tensão. Tenho medo de nunca conseguir fazer as coisas bem feitas. É o único medo que eu tenho. (suspiro) É o medo de não fazer tudo... Não sei responder.

E em que é que se está saindo bem?

(suspiro) Eu estou me saindo bem... eu lá, por exemplo: eu tinha medo de fazer o que comer, mas eu lá eu faço o que comer e todas gostam. Eu vou fazendo à minha maneira e vou desprezando, vou tentando fazer aquilo que eu sei à medida que eu quero mesmo. As irmãs dizem: “Você faz à sua maneira. Se não correr muito bem, depois para a próxima vez já corre melhor...” ou isso assim.

Então também já está aprendendo a vencer o medo?

Estou. No fim de/no fim do... ir e ver que elas gostam e fico satisfeita porque toda a gente gostou, né?

E como é que se sente nesse momento?

Sinto-me bem. Sinto mais um dia que passei e sinto que mais um dia que consegui/conseguir fazer na cozinha aquilo que... ainda ontem fiz sopinha, elas gostaram e ficou boa, fiquei satisfeita porque... de agradar os outros também.

Olha também quero experimentar então essas maravilhas! (risos)

Está bem. (risos) Quando quiser é convidada. (risos)

E em termos do futuro, que desejos é que tem para o futuro?

(suspiro) Ai! Desejos, desejos, desejos... o único que queria ir para o pé da minha família e estar ao pé da minha mãe, aproveitar a minha mãe, aproveitar o meu filho e isso assim. Mas enquanto eu não estiver divorciada dele, sei que não posso. Quero ir para uma praia, como a Dr.^a disse (risos) estar numa praia, aproveitar o sol com o meu filho, fazer e comer um gelado, fazer aquilo que me apetecer, ir para o coiso... mesmo, de vez em quando vou ao parquinho já... já vou sozinha, eu sozinha nunca gosto de andar sozinha mesmo aqui nas ruas e isso. Não sei porque é que tenho medo das pessoas. (imperceptível)... assim, com as pessoas sinto-me a vontade no fim, já estar com uma união, assim a falar sinto-me a vontade, até quanto mais você vê (sorriso). Mas ao princípio tenho medo das pessoas, vou ao parque e às vezes penso: “Por que é que agora sou uma mulher livre que não tenho ninguém a pressionar-me nem nada, porque agora não aproveito mais a vida?” Agora já vou tentando ir e descobrir uma ruazinha aqui, uma ruazinha ali. Estes quatro meses nunca saí muito. A semana passada já vou tentando ir aqui ou acolá, ontem passei a tarde inteira na Segurança Social, já vou segunda-feira, ir eu sozinha que é para eu saber onde é, porque depois fico nervosa de não chegar lá a tempo. E isso assim já vou eu tentando... mas o medo sempre lá está. Acho que é coisa mesmo cometido o medo na cabeça. Mas já vou tentando, vou vendo tudo. Queria fazer tudo... já vou à missa que eu gosto de ir à missa. Já vou à missa eu sozinha que eu gosto de ir sempre ao domingo. Já aqui sinto-me livre mas ao mesmo tempo lá está, ainda não está bem cem por cento, mas isso é porque não quero... Não é porque eu não possa, porque eu vou fazendo de pouco em pouco.

E a fé também tem lhe ajudado?

Tem. Tem que eu vou mesmo eu vou às capelas a pedir... agora eu tenho ido mais a (...). Dantes, ao princípio, eu ia mais aqui. Agora vou lá em cima a (...) e peço ao Dia, assim, se eu não puder ir hoje, vou amanhã e peço a Deus, agradeço a Deus pela minha família ter cá vindo bem, ter chegado bem, agradeço a Deus de eles terem cá vindo, deles me ajudarem... (choro) Mesmo quando fui pegar o menino eu ainda hesitei com medo de... não foi com medo de o ver, foi com medo das emoções, com medo de eu ver mal, com medo de tudo, mas lá está... Deus ajudou-me. Depois fui agradecer a Deus, fui agradecendo isso tudo. Por que é que eu ia ter medo de uma coisa que elas me traziam e era eu obrigada a vir, obrigada entre aspas, tinha de vir, né? Depois se eu abalasse já era comigo, mas consegui ultrapassar isso, fui já em fevereiro e consegui vir e estou aqui.

E o que mais lhe ajuda a vencer o medo?

Eu acho que é eu pensar... por isso mesmo quero pensar é na minha mãe e no meu filho. As únicas coisas que eu tenho a pensar e mostrar à minha família que eu sou boa (choro) que eu/que eu... é o que lá está, ainda há dias telefonei a semana passada lá para o cafezinho para saber

quem errava a sério, se era eu, e toda a gente diz que era ele (choro) porque foram estes anos todos e eu penso que/que eu/que eu é que errava e não. E quem vencesse é eu poder estar com o meu filho e a (imperceptível) ... (choro)... e para a minha mãe viver muitos anos, para a gente sermos felizes até o resto da vida dela. Aquilo que eu penso é a minha mãe, é a minha família, é a única coisa. Eu já pensei sim em fazer disparates, mas é a minha família... Eu penso que não vou dar esse desgosto à minha mãe. A minha mãe aguentou até aqui, sofreu para me ter, depois veio o menino, agora eu vejo o menino, o meu marido já deixa o menino ir para os pais, para minha mãe. (suspiro) A gente pediu na protecção de menores e já deixam. O menino está tão feliz, diz que está assim diferente, está mais aberto, que ele é assim muito tímido, está mais aberto, diz que parece que ele brinca com a minha irmã, embora eu às vezes tenha... já disse a Doutora que sinto assim ciúmes por causa de não estar ao pé dele, claro. Mas eu sei que eles dão todo o carinho e é bom ser assim. Ele já aperta a minha mãe que dizem, aperta assim as pessoas, mostra que ele tem totalmente outra diferença. Estava com muito medo porque eu ligava e lhe dizia: “Oh (...), o pai fez-me isto, o pai fez-me aquilo”... Agora, eu não devia, se calhar, ter contado assim tanto... mas não aguentava. Já estava mesmo desesperada de tanto sofrimento e contava-lhe muita coisa e ele dizia-me: “Oh mãe, o que é que se passa?” E depois eu contava, pronto, porque eu sempre tive uma mente muito aberta com ele. Tanto que eles agora vieram cá e eu não queria esconder, mas depois a gente resolveu esconder. Depois a Dr.^a (...) telefonou à minha mãe para ver se eu não escondia, para dizer ao meu menino que vieram cá porque eu, como mãe, não queria esconder nunca mais nada na vida, né? (choro) Porque é um sofrimento... Mas depois elas disseram: “Então, mas a gente, se calhar, vai estragar tudo”. E eu disse: “Então pronto. A gente espera mais um bocadinho e depois a gente vai ver se a gente consegue contar ou isso. Se eles vierem cá outra vez...” E a gente nunca contou, vamos vendo assim, vamos lidando com as coisas.

Portanto o que mais deseja é ser feliz com o seu filho e com a sua mãe?

É. (choro) É isso com a minha família, com minha irmã e estar em casa da minha irmã e não ter medo do meu marido, não ter medo das coisas, poder eu estar com eles, ir para a praia e ir para a casa deles assim como agora na Páscoa, se eu lá for, mas já tenho medo porque tenho que estar escondida, lá está a tal coisa. E o que eu quero é que me dê o divórcio e que me deixe em paz porque eu não lhe quero fazer mal, eu não o quero prender, ele é o pai do meu filho, não o quero fazer mal. Quero que me deixe em paz, quero que me dê o divórcio e que me deixe seguir em frente, que eu não quero mais nada com ele. (choro)

E o que quer para si própria? Quais são os seus sonhos para você mesma?

Não é isso que eu falei agora? (fungar)

Além de estar com a sua família? O que é que sonha para si como mulher, como pessoa?

Ah, eu como pessoa eu ainda penso um dia ser feliz. (fungar) Ter um homem que goste de mim, porque eu ainda sou muito nova. Embora há muitas pessoas que podem pensar que não gostam

de homens, eu gosto do meu marido, mesmo que eu diga que não gosto, eu ainda gosto. Às vezes eu digo a Dr.^a que gosto dele porque a gente também tem que contrabalancear do que ele fez de mal e o que ele fez de ruim, ele fez mais mal... pronto... mas eu ainda gosto porque foi dezoito anos e é muito tempo, como eu nunca tive outro [homem/namorado], é muito tempo. Mas eu um dia... pensando bem... eu um dia penso em ter um homem que me ame e que goste de mim e que eu goste dele e ter assim tudo de bom, beijinhos e carinhos, ter assim essas coisinha boas. (fungar) Eu nunca tive... nunca tive o meu marido assim.

E todas nós merecemos.

Pois. Também é isso. Também merecemos. A gente gosta de dar mas também gosta de receber, né? Nunca tive assim muito carinho dele, pronto, não faz mal... era só o que era preciso... nunca tive assim... mas agora é que a gente vê, nunca me deu o devido valor e um dia ainda vou casar... ainda vou... agora digo que não quero homens, claro que não quero homens, não me vou entregar assim a qualquer um, não quer dizer que não seja... mas um dia ainda sonho com isso, em poder ter um dia um homem que goste de mim.

E para terminar, de minha parte pelo menos, qual mensagem você deixaria para as mulheres que estão chegando nesse momento a Casa de Abrigo? O que é que você diria para elas?

(choro) Para terem coragem para enfrentar a vida e Deus ajuda-nos e um dia de cada vez, que a gente não deve pensar, embora eu penso ainda muito já no amanhã, que a gente deve subir um degrau de cada vez e pensar que nós vamos conseguir aquilo que nós queremos tendo fé em Deus. (fungar) Pronto, eu tenho fé em Deus. E que nós pensando em Deus e pedindo a Deus que Deus vai nos ajudar. Para terem fé, e para irem, pronto, um dia de cada vez, um degrau de cada vez, que nós tenhamos coragem que eu estou aqui há quatro meses e também tenho tido coragem. Tenho tido altos, tenho tido fracos, mas vou ser forte e vou conseguir vencer na vida.

E tem alguma outra coisa, situação, algum pensamento seu que queira partilhar? Tem mais alguma coisa que queira dizer?

A nível de que?

Mais alguma coisa para além das perguntas que eu já lhe fiz, tem alguma coisa que queira dizer, que ache que seja importante, alguma situação que queira falar, alguma coisa?

Falar é melhor não porque ficava aqui toda a vida. (risos) Não, acho que não. Que aproveitem o melhor que a vida dá. E que sonhem que é a melhor coisa que a gente tem... a gente poder andar livres na vida. Não pode a gente pensar só nos outros, só nos outros, só nos outros e não pensar em nós. Não estou a ver. Só sei que aproveitem. Para as pessoas aproveitarem aquilo que Deus nos dá. Dizem que o que Deus faz é tudo bem feito, por isso se eu esperei até aqui é porque Deus a partir de agora vai dar uma vida boa e vai me ajudar na vida. Acho que não tenho assim...

Está bem. Muito obrigada, Carla, pelo teu tempo e por partilhar conosco.

De nada, não tem de que e desculpe lá de eu ser chata, se calhar.

Não tem nada a desculpar, foi muito valioso e muito importante para mim te escutar.

Muito obrigada.

De nada. Obrigada eu. (sorriso)